



**SONAECOM - S.G.P.S., S.A**

Sociedade Aberta

Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matrícula: Conservatória do Registo Comercial da Maia

Número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 028 351

Capital Social [integralmente subscrito e realizado]: €366.246.868

**PROSPETO DE OFERTA PÚBLICA, NA MODALIDADE DE TROCA,  
GERAL E VOLUNTÁRIA DE AQUISIÇÃO  
DE AÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL  
DA SONAECOM - SGPS, S.A.**

**CONTRAPARTIDA COMPOSTA POR AÇÕES REPRESENTATIVAS  
DO CAPITAL SOCIAL DA ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. E,  
CONFORME O GRAU DE ACEITAÇÃO DA OFERTA, POR NUMERÁRIO**

**ORGANIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA  
Banco Português de Investimento, S.A.**



5 de fevereiro de 2014

Atendendo a que o presente Prospeto é referente a uma Oferta Pública de Aquisição lançada pela Sonaecom SGPS, S.A. sobre ações representativas do seu capital social, em que a respetiva contrapartida tem uma componente em espécie constituída por ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A., o mesmo incorpora não apenas a informação prevista para um Prospeto de Oferta Pública de Aquisição, nos termos do disposto no Regulamento da CMVM n.º 3/2006, mas também, com as devidas adaptações, a informação obrigatória para um Prospeto de Oferta Pública de Distribuição nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de abril, na sua redação atual.

A informação que é obrigatória nos termos do disposto no Regulamento da CMVM n.º3/2006 corresponde, neste Prospeto, aos seguintes Capítulos do índice:

<b>Índice do prospeto nos termos do Regulamento n.º 3/2006</b>	<b>Capítulo equivalente no presente Prospeto</b>
Capítulo 0 – Advertências/Introdução	Advertências
Capítulo 1 – Responsáveis pela informação	Capítulo 3 – Responsáveis pela informação
Capítulo 2 – Descrição da Oferta	Capítulo 4 – Descrição da Oferta Pública de Aquisição
Capítulo 3 – Informações relativas ao Oferente, participações sociais e acordos	Capítulo 5 – Informações relativas ao Oferente, participações sociais e acordos
Capítulo 4 – Outras informações	Capítulo 16 - Documentação acessível ao público e informação inserida por remissão

## **ÍNDICE**

<b>Advertências</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1- Sumário</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 2 - Fatores de risco relacionados com o Emitente e com as ações que integram a contrapartida da Oferta</b>	<b>31</b>
2.1. Riscos relacionados com o Emitente e as suas participadas	32
2.2. Riscos relacionados com as ações que constituem a contrapartida da Oferta	38
2.3. Outros riscos	39
<b>Capítulo 3 - Responsáveis pela informação</b>	<b>41</b>
3.1. Identificação dos responsáveis	41
3.2. Declaração dos responsáveis pela informação contida no Prospeto	46
<b>Capítulo 4 – Descrição da Oferta Pública de Aquisição</b>	<b>46</b>
4.1. Montante e natureza da operação	46
4.2. Montante, natureza e categoria dos valores mobiliários objeto da Oferta	46
4.3. Contrapartida oferecida e sua justificação	47

4.4.	Modo de pagamento da contrapartida _____	51
4.5.	Caução ou garantia da contrapartida _____	51
4.6.	Modalidade da Oferta _____	51
4.7.	Regime fiscal _____	53
4.8.	Assistência _____	61
4.9.	Objetivos da aquisição _____	62
4.10.	Declarações de aceitação _____	63
4.11.	Resultado da Oferta _____	64
4.12.	Legislação aplicável e foro competente _____	64

## **Capítulo 5 – Informações relativas ao Oferente, participações sociais e acordos \_\_\_\_\_ 64**

5.1.	Identificação do Oferente _____	64
5.2.	Imputação de direitos de voto _____	66
5.3.	Participações do Oferente no capital da Sociedade Visada _____	74
5.4.	Direitos de voto e participações da Sociedade Visada no capital do Oferente _____	76
5.5.	Acordos parassociais _____	76
5.6.	Acordos celebrados com os titulares dos órgãos sociais da Sociedade Visada _____	76
5.7.	Representante para as relações com o mercado _____	76

## **Capítulo 6 – Informações sobre o Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 76**

6.1.	Denominação jurídica e comercial _____	76
6.2.	Local de registo e respetivo número _____	76
6.3.	Data de constituição e período de existência _____	76
6.4.	Endereço e forma jurídica _____	77
6.5.	Capital social _____	77
6.6.	Ações próprias _____	78
6.7.	Principais acionistas da ZON OPTIMUS _____	78
6.8.	Direitos inerentes às ações _____	81
6.9.	Pacto social e Estatutos _____	81
6.10.	Factos marcantes na evolução do Emitente _____	82
6.11.	Legislação que regula a atividade do Emitente _____	82

## **Capítulo 7 – Informações sobre as ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 82**

## **Capítulo 8 – Descrição da atividade do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 84**

8.1.	A ZON OPTIMUS _____	84
------	---------------------	----

8.2.	A ZON _____	94
8.3.	A OPTIMUS _____	103
8.4.	Fundamentos das declarações do Emitente acerca da sua posição concorrencial _____	108
8.5.	Descrição dos principais investimentos do Emitente _____	108
8.6.	Efetivos _____	110
8.7.	Participações e opções sobre ações detidas pelos efetivos _____	110
8.8.	Estrutura organizativa _____	112
8.9.	Informação sobre a detenção de participações _____	115
8.10.	Operações com entidades terceiras ligadas _____	115
8.11.	Imobilizações corpóreas, respetivos encargos e questões ambientais associadas _____	121
8.12.	Investigação e desenvolvimento _____	123
8.13.	Dependências em relação a patentes, licenças ou outros _____	123
8.14.	Ações judiciais ou arbitrais _____	123

**Capítulo 9 – Dados financeiros selecionados, análise da exploração, da situação financeira, da liquidez e dos recursos do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 124**

9.1.	Dados financeiros selecionados _____	124
9.2.	Exploração e situação financeira no período de historial financeiro _____	130
9.3.	Fatores governamentais, políticos, fiscais e económicos com influência na atividade _____	136
9.4.	Capitalização e endividamento _____	137
9.5.	Restrições à utilização de recursos de capital _____	142
9.6.	Declaração do Emitente relativa à suficiência do fundo de maneo _____	142
9.7.	Alterações significativas na situação financeira ou comercial do Emitente _____	142

**Capítulo 10 – Informação financeira consolidada pro forma da ZON OPTIMUS \_\_\_\_\_ 143**

10.1.	Demonstrações financeiras consolidadas pro forma da ZON OPTIMUS _____	143
10.2.	Parecer sobre a informação consolidada pro forma da ZON OPTIMUS _____	150

**Capítulo 11 – Órgãos de administração e fiscalização do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 154**

11.1.	Nomes, endereços profissionais, funções e outras atividades desenvolvidas _____	154
11.2.	Conflitos de interesses _____	170
11.3.	Remunerações e outros benefícios _____	170
11.4.	Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização _____	170
11.5.	Contratos de trabalho vinculativos _____	171
11.6.	Montantes constituídos para pensões _____	172

11.7.	Informações sobre a <i>Comissão de Auditoria e Finanças</i> e a Comissão de Vencimentos_____	172
11.8.	Conformidade do Emitente com o regime do governo das sociedades _____	173

**Capítulo 12 – Política de dividendos do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 173**

**Capítulo 13 – Informação sobre tendências relativas ao Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 174**

**Capítulo 14 - Contratos significativos celebrados pelo Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta \_\_\_\_\_ 174**

**Capítulo 15 - Informações de terceiros, declarações de peritos e declarações de eventuais interesses, incluindo interesses de pessoas singulares e/ou coletivas envolvidas na emissão/oferta \_\_\_\_\_ 174**

**Capítulo 16 – Documentação acessível ao público e informação inserida por remissão \_\_\_\_\_ 175**

Anexos

Anexo I - Relatórios e Contas Individuais da Sonae Telecom, SGPS, S.A. relativos aos exercícios de 2010 e 2011

Anexo II - Relatórios e Contas Consolidadas pro forma da Optimus, SGPS, S.A. relativos ao exercício de 2012 e ao 1º semestre findo em 30 de Junho de 2013

Salvo estipulação em contrário, os termos utilizados neste Prospeto têm o seguinte significado:

## DEFINIÇÕES

Ação	As 88.479.227 ações representativas de 24,16% do capital social da Sonaecom - SGPS, S.A. que integram o objeto da presente Oferta Pública de Aquisição e relativamente às quais podem os respetivos destinatários aceitar a Oferta (por não se encontrarem bloqueadas)
Ação ZON OPTIMUS	As 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. que constituem uma das componentes da contrapartida oferecida pela Sonaecom - SGPS, S.A. na presente Oferta Pública de Aquisição
BPI	Banco Português de Investimento, S.A.
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CódVM	Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de novembro, com a redação em vigor na presente data
CSC	Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, com a redação em vigor na presente data
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, com a redação em vigor na presente data
Emitente	A ZON OPTIMUS, SGPS, S.A., enquanto emitente dos valores mobiliários que constituem a componente necessária da contrapartida oferecida pela Sonaecom - SGPS, S.A. na presente Oferta Pública de Aquisição
Euronext	Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.
Euronext Lisbon	Mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.
Grupo OPTIMUS	OPTIMUS, SGPS, S.A. e todas as sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta até à data de registo comercial da fusão por incorporação com a OPTIMUS, SGPS, S.A.
Grupo Sonae ou Sonae	Sonae SGPS, S.A. e todas as sociedades que consigo se encontram em relação de domínio ou de grupo
Grupo ZON	Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e todas as sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta até à data de registo comercial da fusão por incorporação com a OPTIMUS, SGPS, S.A.
Grupo ZON OPTIMUS	ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. e todas as sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta, após à data de registo comercial da fusão por incorporação com a OPTIMUS, SGPS, S.A.
Interbolsa	Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.

IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, regulado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo D.L. n.º 442-B/88, de 30 de novembro, com a redação em vigor na presente data
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, regulado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo D.L. n.º 442-A/88, de 30 de novembro, com a redação em vigor na presente data
Oferta	A oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações representativas do capital social da Sonaecom – SGPS, S.A.
OPTIMUS	A OPTIMUS SGPS, S.A. (anteriormente denominada Sonae Telecom, SGPS, S.A.), sociedade incorporada, por fusão, na ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Sonaecom, Oferente, Sociedade Visada, Empresa ou Sociedade	A Sonaecom - SGPS, S.A.
Sonae Telecom, SGPS, S.A.	Anterior denominação social da OPTIMUS, SGPS, S.A.
ZON	A ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimedia, SGPS, S.A., sociedade que incorporou, por fusão, a OPTIMUS SGPS, S.A.
ZON OPTIMUS	A ZON OPTIMUS, SGPS, S.A., anteriormente denominada ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., sociedade que resultou da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON
€; €M	Euro; milhões de euros

## Advertências

A forma e o conteúdo do presente prospeto obedecem ao preceituado no CódVM, ao disposto no Anexo II do Regulamento da CMVM n.º 3/2006 e, com as devidas adaptações, conforme previsto no art. 20º daquele Regulamento, ao disposto no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de abril, na sua atual redação, e na demais legislação aplicável.

O presente Prospeto diz respeito à Oferta Pública de Aquisição geral e voluntária lançada pela Sonaecom, SGPS, S.A. - sociedade aberta, com sede no Lugar do Espido, Via Norte, na Maia, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o n.º único de matrícula e de pessoa coletiva 502 028 351, com o capital social, integralmente subscrito e realizado de €366.246.868, representado por 366.246.868 ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de €1, admitidas à negociação no Euronext Lisbon - sobre todas as ações representativas do capital social da Sonaecom que esta sociedade ainda não detém.

Considerando que a Sonaecom detém 5.571.014 ações próprias e que todas as pessoas que com a Sonaecom se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20º do CódVM manifestaram não pretender aceitar a Oferta, esta apenas pode ser aceite pelos detentores das remanescentes 88.479.227 ações representativas de 24,16% do capital social da Sonaecom.

A contrapartida oferecida pela Sonaecom, correspondente a €2,45, tem uma componente constituída por 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS que, caso se venha a revelar insuficiente face ao nível de aceitações da Oferta, será complementada por uma componente em numerário, conforme se detalha mais à frente no presente Prospeto.

Atendendo ao exposto nos parágrafos acima, o presente Prospeto incorpora não apenas a informação prevista para um Prospeto de Oferta Pública de Aquisição, nos termos do disposto no Regulamento da CMVM n.º 3/2006, mas também, com as devidas adaptações, a informação obrigatória para um Prospeto de Oferta Pública de Distribuição nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de abril, na sua redação atual.

Nos termos do Regulamento n.º 809/2004 referido, e considerando (i) a informação respeitante ao historial financeiro aí exigida; (ii) o facto de a ZON OPTIMUS ser a sociedade resultante da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON ocorrida em 27 de agosto de 2013, com produção de efeitos nessa mesma data; (iii) o facto de a ZON OPTIMUS, no período compreendido entre a fusão e a presente data, apenas ter divulgado o Relatório e Contas referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013; (iv) o facto de tais demonstrações financeiras serem, conforme legalmente permitido, não auditadas; (v) o facto de a OPTIMUS, sociedade incorporada na mencionada fusão, não dispor de informação consolidada por, até então, o mesmo lhe ter sido dispensado em virtude de incluir as suas demonstrações financeiras no perímetro de consolidação da Sonaecom; e (vi) o facto de, não

obstante, a OPTIMUS ter preparado demonstrações financeiras consolidadas pro forma<sup>1</sup> para o período 2012/1º semestre de 2013 (assumindo que em 31 de dezembro de 2011, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração eram os mesmos que os adotados em 31 de dezembro de 2012 e que a estrutura do Grupo no início do período comparativo, isto é, em 1 de janeiro de 2011, correspondia à estrutura do Grupo em 31 de dezembro de 2012, para o que incluiu no perímetro de consolidação as participações financeiras na Optimus - Comunicações, SA, na Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA, na Sontária – Empreendimentos Imobiliários, SA e na Per-mar – Sociedade de Construções, SA, adquiridas em 2012, o que se refletiu no cálculo do *goodwill* naquelas datas); o historial financeiro contemplado no presente Prospeto corresponde a um historial financeiro complexo nos termos do n.º 4 do art. 4º - A do Regulamento n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de abril, na sua redação atual, incluindo:

- a. Informação financeira individual da OPTIMUS (à data Sonae Telecom, SGPS, S.A.), referente aos exercícios de 2010 e 2011, em anexo a este Prospeto;
- b. Informação financeira consolidada pro forma<sup>1</sup> da OPTIMUS referente ao exercício de 2012 (com comparativo respeitante a 2011) e ao primeiro semestre de 2013 (com comparativo para o período homólogo de 2012), em anexo a este Prospeto;
- c. Informação financeira consolidada da ZON referente aos exercícios de 2010 a 2012 e ao primeiro semestre de 2013 (com comparativo respeitante ao primeiro semestre de 2012), inserida por remissão nos termos do Capítulo 16 deste Prospeto;
- d. Informação financeira consolidada da ZON OPTIMUS estatutária referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 (e respetivo comparativo relativo ao período homólogo de 2012), incorporando 9 meses de atividade da ZON e 1 mês da atividade anteriormente desenvolvida pela OPTIMUS, inserida por remissão nos termos do Capítulo 16 deste Prospeto;
- e. Informação financeira consolidada pro forma da ZON OPTIMUS para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, incluindo 9 meses de atividade da ZON e da atividade anteriormente desenvolvida pela OPTIMUS, elaborada para os efeitos do Anexo II do Regulamento comunitário n.º 809/2004, constante do Capítulo 10 deste Prospeto.

A informação financeira contida neste Prospeto foi preparada a partir de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), da ZON e da OPTIMUS, referentes aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, assim como aos primeiros semestres de 2012 e 2013 e ainda a partir de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), da ZON OPTIMUS, referentes aos primeiros nove meses de 2012 e de 2013.

As demonstrações financeiras da ZON referentes aos exercícios de 2010 a 2012 foram auditadas e as referentes aos primeiros semestres de 2012 e 2013 sujeitas a revisão limitada

---

<sup>1</sup> Informação financeira pro forma *ad hoc*, isto é, não elaborada nos termos e para os efeitos da informação financeira pro forma prevista no Anexo II ao Regulamento (CE) n.º 809/2004, na sua redação atual.

<sup>2</sup> Exclusivamente para efeitos da presente transcrição “Optimus” designa a Optimus Comunicações, S.A..

<sup>3</sup> Data da assinatura, pelo Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, da decisão de não oposição à operação.

pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e objeto de revisão oficial de contas pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.

As demonstrações financeiras individuais da OPTIMUS referentes aos exercícios de 2010 e 2011 foram objeto de revisão oficial de contas pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. A informação financeira consolidada pro forma preparada pela OPTIMUS foi também auditada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A.

No que se refere à ZON OPTIMUS, foi considerado o Relatório e Contas referente aos primeiros 9 meses de 2013 (que, por força da ocorrência da fusão em finais de agosto de 2013, integra 9 meses de atividade da ZON e um mês da atividade anteriormente desenvolvida pela OPTIMUS) que reflete a reexpressão das demonstrações financeiras estatutárias devido a alterações de políticas contabilísticas (nomeadamente por alinhamento de políticas contabilísticas com a OPTIMUS) e, como legalmente permitido, não foi auditada nem objeto de revisão limitada. A ZON OPTIMUS elaborou ainda, conforme antes referido, demonstrações financeiras consolidadas pro forma, incluindo a consolidação de 8 meses de resultados da OPTIMUS, as quais foram objeto de Parecer pela PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C., nos termos do ponto 7 do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 809/2004, na sua redação atual.

As entidades que, no âmbito do disposto no artigo 149º do CódVM, são responsáveis pela completude, veracidade, atualidade, clareza, objetividade e licitude da informação contida no presente Prospeto encontram-se indicadas no seu Capítulo 3.

Nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 118º do CódVM, o “registo de oferta pública de aquisição implica a aprovação do respetivo prospeto e baseia-se em critérios de legalidade” e “a aprovação do prospeto e o registo não envolvem qualquer garantia quanto ao conteúdo da informação, à situação económica ou financeira do oferente, do emitente ou do garante, à viabilidade da oferta ou à qualidade dos valores mobiliários”. O n.º 5 do mesmo artigo estabelece que “a aprovação do prospeto é o ato que implica a verificação da sua conformidade com as exigências de completude, veracidade, atualidade, clareza, objetividade e licitude da informação”.

No Capítulo 2 do presente prospeto (Fatores de Risco) estão referidos riscos associados (i) à atividade do Emitente dos valores mobiliários objeto da Oferta (ZON OPTIMUS), (ii) a esses valores mobiliários e (iii) à Oferta. Os destinatários da Oferta devem ponderar cuidadosamente os riscos associados à detenção de valores mobiliários, bem como as demais advertências constantes deste Prospeto antes de tomarem qualquer decisão de aceitação dos termos da Oferta. Para quaisquer dúvidas que possam subsistir quanto a estas matérias, os destinatários da Oferta deverão informar-se junto dos seus consultores jurídicos e financeiros. Os destinatários da Oferta devem também informar-se sobre as implicações legais e fiscais existentes no seu país de residência que decorrem da aquisição, detenção ou alienação de ações, em particular, na presente Oferta, das implicações decorrentes da alienação de ações representativas do capital social da Sonaecom por contrapartida de ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, que lhe sejam aplicáveis.

O Prospeto contém previsões (“Previsões”) e declarações relativas ao futuro (*forward looking statements* ou “Declarações”). Essas Previsões e Declarações incluem matérias que não constituem factos históricos, designadamente relativas à situação financeira, receitas e rentabilidade, estratégia empresarial, perspectivas, planos e objetivos para a atividade do Emitente. As Previsões ou Declarações podem usar termos como “antecipa”, “acredita”, “estima”, “espera”, “pretende”, “prevê”, “planeia”, “pode”, “poderá” e “poderia” ou expressões semelhantes, sendo que tais expressões não constituem a única forma utilizada para identificar Previsões ou Declarações. Por natureza, as Previsões e as Declarações implicam riscos e incertezas porque dizem respeito a eventos, e dependem de circunstâncias, que podem, ou não, ocorrer no futuro. Assim, avisam-se os investidores de que as Previsões e as Declarações, apesar de terem sido elaboradas com base no seu melhor conhecimento e convicção e, bem assim, com base na informação disponível à data em que as mesmas foram preparadas, não constituem garantias de desempenho, podendo os resultados efetivos diferir substancialmente daqueles, expressa ou implicitamente, contidos neste Prospeto. Adicionalmente, mesmo que aqueles resultados estejam de acordo com as Previsões e Declarações contidas neste Prospeto, esses resultados ou desenvolvimentos podem não ser indicativos de resultados ou desenvolvimentos em períodos futuros.

Caso ocorra algum dos riscos identificados no Prospeto, as Previsões e as Declarações mencionadas no Prospeto poderão não se verificar total ou parcialmente e os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes dos descritos no Prospeto como antecipados, esperados, previstos ou estimados.

As Previsões e Declarações reportam-se à data do Prospeto ou à data de referência indicada no mesmo. Não é assumida qualquer obrigação ou compromisso de divulgar quaisquer atualizações ou revisões a qualquer Previsão ou Declaração constante do Prospeto visando refletir qualquer alteração das suas expectativas decorrente de alterações aos factos, condições ou circunstâncias em que os mesmos se basearam.

A existência deste Prospeto não assegura que a informação nele contida se mantenha inalterada desde a data da sua disponibilização. Não obstante, se entre a data da sua aprovação e o fim do prazo da Oferta, for detetada alguma deficiência no Prospeto ou ocorrer qualquer facto novo ou se tome conhecimento de qualquer facto anterior não considerado no Prospeto, que seja relevante para a decisão a tomar pelos destinatários da Oferta, o Oferente deverá requerer imediatamente à CMVM a aprovação de adenda ou retificação do Prospeto.

O presente Prospeto não constitui uma oferta de valores mobiliários nem um convite à detenção, aquisição ou subscrição de valores mobiliários. O presente Prospeto não configura igualmente uma análise quanto à qualidade dos valores mobiliários que constituem o objeto da Oferta (ações representativas do capital social da Sonaecom) ou a contrapartida da Oferta (ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS), nem uma recomendação à aceitação dos termos propostos na Oferta.

Qualquer decisão deverá basear-se na informação do Prospeto no seu conjunto e ser efetuada após avaliação independente da condição económica, da situação financeira e dos demais elementos relativos ao Emitente e aos seus valores mobiliários. Nenhuma decisão deverá ser tomada sem prévia análise, pelo potencial investidor e pelos seus eventuais consultores, do Prospeto no seu conjunto, incluindo toda a informação prestada por remissão.

Sempre que uma queixa relativa à informação contida no presente Prospeto for apresentada em tribunal, o investidor queixoso poderá ter de suportar, nos termos da legislação interna dos Estados-Membros da União Europeia, os custos de tradução do mesmo antes do início do processo judicial.

O intermediário financeiro responsável pela prestação dos serviços de assistência ao Oferente na preparação, lançamento e execução da Oferta, nos termos da alínea b), do n.º 1 do artigo 113º e do n.º 2 do artigo 337º, ambos do CódVM, é o Banco Português de Investimento, S.A., com sede na Rua Tenente Valadim, n.º 284, no Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 569 046, e com o capital social integralmente subscrito e realizado de € 20.000.000.

A presente Oferta Pública de Aquisição foi objeto de registo prévio na CMVM, no dia 5 de fevereiro de 2014, sob o n.º 9197.

## Capítulo 1- Sumário

Os Sumários são elaborados com base em requisitos de divulgação denominados “Elementos”. Tais Elementos são numerados em secções de A – E (A.1 – E.7).

O presente Sumário contém todos os Elementos que devem ser incluídos num sumário para o tipo de valores mobiliários e emitente em causa. A numeração dos Elementos poderá não ser sequencial uma vez que há Elementos cuja inclusão não é, neste caso, exigível.

Ainda que determinado Elemento deva ser inserido no Sumário tendo em conta o tipo de valores mobiliários e emitente, poderá não existir informação relevante a incluir sobre tal Elemento. Neste caso, será incluída uma breve descrição do Elemento com a menção “Não Aplicável”.

### Secção A – Introdução e advertências

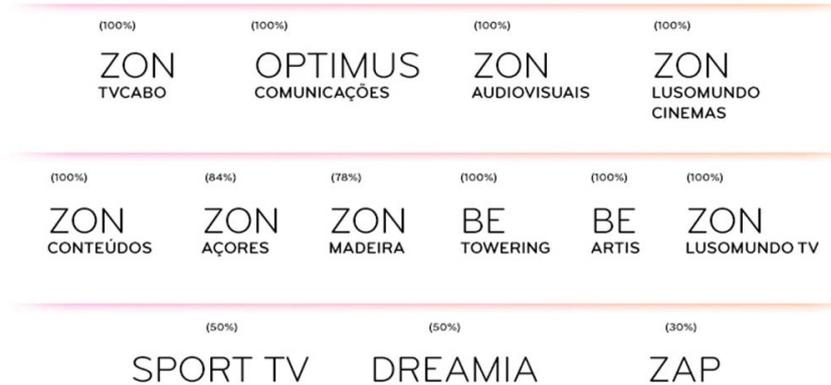
Ele-mento	Requisito de divulgação	Requisito de divulgação
A.1	<b>Advertências</b>	<p>O presente sumário deve ser entendido como uma introdução ao Prospeto. Como tal, a sua leitura não dispensa a leitura integral do Prospeto, bem como não dispensa a leitura e conjugação com os elementos de informação que nele são incluídos por remissão para outros documentos, devendo estes ser entendidos como parte integrante deste Prospeto.</p> <p>Qualquer decisão de investimento nos valores mobiliários deve basear-se numa análise do Prospeto no seu conjunto pelo investidor.</p> <p>Sempre que for apresentada em tribunal uma queixa relativa à informação contida no Prospeto, o investidor queixoso poderá, nos termos da legislação interna dos Estados-Membros, ter de suportar os custos de tradução do prospecto antes do início do processo judicial.</p> <p>Só pode ser assacada responsabilidade civil às pessoas que tenham apresentado o Sumário, incluindo qualquer tradução do mesmo, e apenas quando o Sumário em causa for enganador, inexato ou incoerente quando lido em conjunto com as outras partes do Prospeto ou não fornecer, quando lido em conjunto com as outras partes do Prospeto, as informações fundamentais para ajudar os investidores a decidirem se devem investir nesses valores.</p>
A.2.	<b>Autorização para o uso do prospeto para a subsequente revenda ou colocação final dos valores mobiliários através de intermediários financeiros</b>	Não aplicável. Não se autoriza a utilização do presente Prospeto para uma subsequente revenda de Ações ZON OPTIMUS.

## Secção B – Emitente

<b>B.1</b>	<b>Denominação jurídica e comercial do emitente</b>	A denominação comercial e jurídica do Emitente é ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..
<b>B.2</b>	<b>Endereço e forma jurídica do emitente, legislação ao abrigo da qual o emitente exerce a sua atividade e país em que está registado</b>	<p>A ZON OPTIMUS é uma sociedade comercial anónima, gestora de participações sociais, com o capital aberto ao investimento do público, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504 453 513. A ZON OPTIMUS foi constituída e exerce a sua atividade em Portugal, tendo a sua sede estatutária na Rua Ator António Silva, n.º 9, Campo Grande, em Lisboa, com o telefone n.º +351 21 782 47 00 e telefax n.º +351 21 782 47 35.</p> <p>A ZON OPTIMUS funciona ao abrigo das leis da República Portuguesa e rege-se pelas leis gerais aplicáveis às sociedades gestoras de participações sociais, nomeadamente pelo Código das Sociedades Comerciais e pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, ambos na sua atual redação, e pelos seus estatutos, não tendo a sua atividade mais legislação ou regulamentação específicas que lhe sejam aplicáveis. Enquanto sociedade aberta, a ZON OPTIMUS encontra-se sujeita ao disposto no CódVM aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro e regulamentação conexas.</p> <p>A atividade das empresas participadas da ZON OPTIMUS encontram-se, principalmente, sujeitas à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei da Televisão e Lei dos Serviços Públicos Essenciais.</p>
<b>B.3</b>	<b>Principais fatores relacionados com a natureza das operações em curso e das principais atividades do emitente</b>	<p>O Grupo ZON OPTIMUS desenvolve a sua atividade na área das telecomunicações e multimédia, disponibilizando uma gama completa de produtos e serviços em todos os segmentos, nomeadamente soluções fixas e móveis de última geração, de televisão, <i>internet</i>, voz e dados para todos os segmentos de mercado - Residencial, Particulares, Empresarial e <i>Wholesale</i>, com posições de referência na TV por subscrição, nas comunicações fixas e móveis, nos serviços de Banda Larga de Nova Geração, publicidade e produção de canais de <i>Pay TV</i>, distribuição de vídeo e direitos audiovisuais e na distribuição e exibição cinematográfica em Portugal.</p> <p>Dada a forte complementaridade e convergência das infraestruturas próprias da ZON e da OPTIMUS, e excetuando o potencial existente na exploração conjunta dos negócios, a atividade da ZON OPTIMUS resulta, assim, da soma das atividades do Grupo ZON e do Grupo OPTIMUS, na sequência da fusão ocorrida em Agosto de 2013.</p> <p>No seguimento dessa operação, o respetivo negócio ficou estruturado da seguinte forma: Segmento Telco, compreendendo as antigas áreas de negócio da ZON (nomeadamente o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal), da OPTIMUS (Negócio Móvel e Negócio Fixo) e o Segmento de Audiovisuais, que compreende as áreas de Exibição Cinematográfica e Distribuição de Produtos Audiovisuais e Conteúdos (já existentes na esfera da ZON antes da fusão).</p>

		<p>De referir, ainda, as três <i>joint ventures</i> nas quais a ZON OPTIMUS detém participações, ZAP (30%), Sport TV (50%) e Dreamia (50%).</p> <p>A ZON OPTIMUS desenvolve a sua atividade principalmente em Portugal desenvolvendo ainda operações em Angola e Moçambique.</p> <p>Nos 9M13 a ZON OPTIMUS atingiu uma quota de mercado de 20,8% no segmento móvel, de 49,3% no segmento de TV por Subscrição e de 36,7% no segmento de voz fixa.</p>
<b>B.4a</b>	<b>Tendências recentes mais significativas que afetam o emitente e o setor em que opera</b>	<p>As tendências operacionais e financeiras registadas nos primeiros nove meses do ano têm-se mantido sendo que o mercado continua a manifestar um nível elevado de concorrência, o que tem vindo a impactar os níveis de preços e a agressividade das campanhas promocionais realizadas. Esta atividade concorrencial tem também suscitado um nível mais elevado de custos relacionados com a angariação e retenção de clientes. No passado, a ZON OPTIMUS tem demonstrado alguma resiliência ao entorno macroeconómico negativo que se tem vivido no país, e tem conseguido compensar alguma pressão sentida nas receitas por uma maior eficiência de custos e de processos, o que tem permitido sustentar as margens operacionais. Esta capacidade de sustentação da rentabilidade encontra-se fortemente condicionada pelo ambiente concorrencial e pela atuação dos principais operadores no mercado. Por força da fusão da ZON e da OPTIMUS, a empresa encontra-se em pleno processo de integração o que tem vindo a implicar custos de reestruturação e necessidades de investimento adicionais, de carácter não recorrente. Tanto quanto é do seu conhecimento, a ZON OPTIMUS considera não existirem tendências, incertezas, pedidos, compromissos ou ocorrências sob o seu controlo, suscetíveis de afetar significativamente as suas perspetivas para o exercício em curso.</p>
<b>B.5</b>	<b>Descrição do grupo e da posição do emitente no seio do mesmo</b>	<p>A ZON OPTIMUS é uma sociedade gestora de participações sociais, detendo a ZOPT, SGPS, S.A. uma posição de domínio na sociedade com 50,01% do capital social e dos respetivos direitos de voto.</p> <p>Após a fusão, a ZON OPTIMUS exerce a sua atividade económica por intermédio do seguinte conjunto de participações diretas noutras sociedades (que, por sua vez concentram outros conjuntos de participações):</p>

## ZON OPTIMUS®



O serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal é predominantemente fornecido pela ZON TV Cabo Portugal, S.A. e pelas suas participadas.

Na sequência da fusão, o Grupo ZON OPTIMUS passou a integrar um Grupo de empresas que integra a Optimus – Comunicações S.A. (que implementa, opera, explora e oferece redes e presta serviços de comunicações eletrónicas, entre outros), a Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A. (que exerce como atividade principal a conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infraestruturas), a Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. (com atividade principal na área da implantação, instalação e exploração de torres e outros *sites* para colocação de equipamentos de telecomunicações), bem como ainda outras sociedades vocacionadas para a área imobiliária.

Por seu lado, no segmento de audiovisuais, a ZON Conteúdos – Atividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. e a ZON Lusomundo TV, Lda. exercem a atividade de televisão e de produção de conteúdos, produzindo atualmente canais de cinema e séries, os quais são distribuídos, entre outros operadores, pela ZON TV Cabo e suas participadas. A ZON Conteúdos efetua ainda a gestão do espaço publicitário de canais de televisão por subscrição e das salas de cinema da ZON Lusomundo Cinemas. Por sua vez, a ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A. e a ZON Lusomundo Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua atividade na área dos audiovisuais.

**B.6 Principais acionistas**

Acionistas	# Ações detidas	Participação no capital e direitos de voto (%)
ZOPT, SGPS, S.A.	257.632.005	50,01%
Sonaecom, SGPS, S.A.	37.489.324	7,28%
Banco BPI, S.A.	23.344.798	4,53%
Fundação José Berardo e Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.	17.999.249	3,49%
Joaquim Alves Ferreira de Oliveira	14.955.684	2,90%
<i>Free Float</i>	163.740.320	31,78%
<b>Total</b>	<b>515.161.380</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com as alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 20º e art. 21º do CódVM, é imputável uma participação qualificada de 57,29% do capital social e direitos de voto da ZON OPTIMUS, calculada nos termos do artigo 20º do CódVM, à ZOPT, SGPS, S.A., à Sonaecom e às seguintes entidades:

- a. Às sociedades Kento Holding Limited e Unitel International Holdings, BV, bem como a Isabel dos Santos, sendo (i) a Kento Holding Limited e a Unitel International Holdings, BV, sociedades direta e indiretamente controladas por Isabel dos Santos, e (ii) a ZOPT, SGPS, S.A., uma sociedade conjuntamente controlada pelas suas acionistas Kento Holding Limited, Unitel International Holdings, BV e Sonaecom em virtude do acordo parassocial entre estas celebrado;
- b. Às entidades em relação de domínio com a Sonaecom, designadamente, a SONTEL, BV, a Sonae Investments, BV, a SONAE, SGPS, S.A., a EFANOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. e Belmiro Mendes de Azevedo, igualmente em virtude da referida relação de domínio e do acordo parassocial mencionado em a.

<p><b>B.7</b></p>	<p><b>Informação financeira histórica fundamental selecionada sobre o emitente</b></p>	<p>Nos termos do Regulamento n.º 809/2004 referido, e considerando (i) a informação respeitante ao historial financeiro aí exigida; (ii) o facto de a ZON OPTIMUS ser a sociedade resultante da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON ocorrida em 27 de agosto de 2013, com produção de efeitos nessa mesma data; (iii) o facto de a ZON OPTIMUS, no período compreendido entre a fusão e a presente data, apenas ter divulgado o Relatório e Contas referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013; (iv) o facto de tais demonstrações financeiras serem, conforme legalmente permitido, não auditadas; (v) o facto de a OPTIMUS, sociedade incorporada na mencionada fusão, não dispor de informação consolidada por, até então, o mesmo lhe ter sido dispensado em virtude de incluir as suas demonstrações financeiras no perímetro de consolidação da Sonaecom; e (vi) o facto de, não obstante, a OPTIMUS ter preparado demonstrações financeiras consolidadas pro forma para o período 2012/1º semestre de 2013 (assumindo que: em 31 de dezembro de 2011, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração eram os mesmos que os adotados em 31 de dezembro de 2012 e que a estrutura do Grupo no início do período comparativo, isto é, em 1 de janeiro de 2011, correspondia à estrutura do Grupo em 31 de dezembro de 2012, para o que incluiu no perímetro de consolidação as participações financeiras na Optimus - Comunicações, SA, na Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA, na Sontária – Empreendimentos Imobiliários, SA e na Per-mar – Sociedade de Construções, SA, adquiridas em 2012, o que se refletiu no cálculo do <i>goodwill</i> naquelas datas); o historial financeiro contemplado no presente Prospeto corresponde a um historial financeiro complexo nos termos do n.º 4 do art. 4º - A do Regulamento n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de abril, na sua redação atual, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Informação financeira individual da OPTIMUS (à data denominada Sonae Telecom, SGPS, S.A.), referente aos exercícios de 2010 e 2011, em anexo a este Prospeto;</li> <li>b. Informação financeira consolidada pro forma da OPTIMUS referente ao exercício de 2012 (com comparativo respeitante a 2011) e ao primeiro semestre de 2013 (com comparativo para o período homólogo de 2012), em anexo a este Prospeto;</li> <li>c. Informação financeira consolidada da ZON referente aos exercícios de 2010 a 2012 e ao primeiro semestre de 2013 (com comparativo respeitante ao primeiro semestre de 2012);</li> <li>d. Informação financeira da ZON OPTIMUS estatutária referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 (e respetivo comparativo relativo ao período homólogo de 2012), incorporando 9 meses de atividade da ZON e 1 mês da atividade anteriormente desenvolvida pela OPTIMUS;</li> <li>e. Informação financeira pro forma da ZON OPTIMUS para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, incluindo 9 meses de atividade da ZON e da atividade anteriormente desenvolvida pela OPTIMUS, elaborada para os efeitos do Anexo II do Regulamento comunitário n.º 809/2004.</li> </ol>
-------------------	--	--

## Historial Financeiro consolidado da ZON OPTIMUS

### INDICADORES ECON. FIN. CONSOL. ESTATUTÁRIOS - ZON OPTIMUS (M€)

#### Demonstração de Resultados Consolidada

Descrição	9M12	
	Reexpresso	9M13
Receitas de Exploração	590,5	636,4
Telecomunicações ZON	539,7	531,4
OPTIMUS	0,0	56,7
Audiovisuais	43,2	43,3
Exibição Cinematográfica <sup>(1)</sup>	39,9	39,6
Otos e Eliminações	(32,3)	(34,6)
EBITDA <sup>(2)</sup>	231,2	257,9
Margem EBITDA	39,2%	40,5%
Resultado Operacional <sup>(3)</sup>	79,1	98,5
EBIT (resultado antes de Res. Financeiros e Impostos)	78,6	66,7
Resultado das Operações Continuadas	32,2	24,5
Interesses Não Controlados	(0,9)	(0,6)
Resultado Consolidado Líquido	31,3	23,9

#### Balanco Consolidado

Descrição	2012	
	Reexpresso	9M13
Ativo Corrente	476,1	459,6
Ativo Não Corrente	1.074,5	2.446,2
Total do Ativo	1.550,6	2.905,7
Passivo Corrente	574,3	640,9
Passivo Não Corrente	756,9	1.191,6
Total do Passivo	1.331,2	1.832,5
Capital Próprio <sup>(4)</sup>	219,4	1.073,2
Interesses Não Controlados	9,4	9,7
Dívida Financeira Líquida <sup>(5)</sup>	558,0	957,2
Alavancagem Financeira <sup>(6)</sup>	71,8%	47,1%

(1) Inclui operação em Moçambique

(2) EBITDA = Resultado operacional + Amortizações

(3) Resultado operacional = resultado antes de Resultados Financeiros e Impostos + Custos com redução de efetivos +/- Imparidades do Goodwill +/- Menos/Mais valias na Alienação de Imobilizado +/- Outros Custos/Proveitos

(4) Incluindo Interesses Não Controlados

(5) Dívida Líquida Financeira conforme reportado pela ZON OPTIMUS corresponde ao somatório das linhas de financiamento obtidas junto de instituições de crédito (€1.021M em 30.09.13 e €886,1M em 31.12.12) deduzido de saldos de caixa e tesouraria (€57,6M em 30.09.13 e €273,2M em 31.12.12), bem como de empréstimos intra-grupo equiparados a liquidez (€6,5M em 30.09.13 e €32,7M em 31.12.12). Este agregado exclui obrigações assumidas junto de fornecedores de contratos de longo prazo, nomeadamente o contrato de aluguer de capacidade de satélite e contratos de aluguer de capacidade de rede fibra ótica (cerca de €128M em 30.09.13 e €121,2M em 31.12.12). O cálculo da dívida financeira líquida em 31.12.12 considerou ainda o montante de *Treasury Notes*, equiparados a liquidez, no valor de €22,2M.

(6) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)

Fonte: Zon Optimus

## Historial financeiro consolidado da ZON

### INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS - ZON (M€)

Descrição	2010	2011	2012	1S2012	1S2013
<b>Demonstração de Resultados</b>					
Receitas de Exploração	872,3	854,8	858,6	428,6	425,0
TV por Subscrição, Banda Larga e Voz	785,8	772,4	755,0	382,8	372,1
Audiovisuais	73,0	72,4	70,0	34,7	34,1
Exibição Cinematográfica	61,5	59,2	52,8	23,7	23,9
Internacional	0,0	0,0	31,6	13,7	21,0
Outros e Eliminações	(48,0)	(49,2)	(50,8)	(26,3)	(26,1)
EBITDA	302,4	311,2	312,9	158,5	163,6
Margem EBITDA	34,7%	36,4%	36,4%	37,0%	38,5%
EBIT	82,3	92,7	97,3	50,1	60,5
Resultado consolidado líquido	36,8	34,8	36,9	20,7	24,7
Interesses Não Controlados	(1,3)	(0,7)	(0,9)	(0,6)	(0,4)
Resultado atribuível a accionistas do Grupo Zon	35,4	34,2	36,0	20,0	24,4
Rendimento integral do exercício	37,9	34,7	33,7	18,7	26,3
<b>Balço Consolidado</b>					
Ativo Corrente	531,4	708,9	542,3	733,3	366,6
Ativo Não Corrente	1119,3	1076,7	1.068,7	1.038,2	1005,1
Total do Ativo	1650,7	1785,6	1.611,0	1.771,5	1371,7
Passivo Corrente	398,7	789,1	651,8	683,2	427,8
Passivo Não Corrente	1001,8	761,5	739,9	884,4	736,8
Total do Passivo	1400,5	1550,6	1.391,7	1.567,6	1164,6
Capital Próprio <sup>(1)</sup>	250,2	235,0	219,2	208,4	207,1
Interesses Não Controlados	9,9	10,0	9,4	10,3	9,5
Capex	248,1	149,9	123,1	57,3	55,8
EBITDA-Capex	54,3	161,4	189,8	101,2	107,8
FCF	(47,8)	51,5	106,5	49,9	37,2
Dividendo por ação reportado ao exercício (€)	0,16	0,16	0,12	-	-
Dívida Financeira Líquida	639,7	637,5	605,0	660,4	605,0
Dívida Financeira Líquida / EBITDA últimos 12 meses	2,1x	2,0x	1,9x	2,1x	1,9x
Alavancagem Financeira <sup>(2)</sup>	71,9%	73,1%	73,4%	76,4%	74,5%

(1) Incluindo Interesses Não Controlados

(2) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)

Fonte: Relatórios e Contas da Zon

## Historial financeiro consolidado pro forma da OPTIMUS

### INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS PRO FORMA OPTIMUS (M€)

Descrição	2011	2012	1S2012	1S2013
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Volume de Negócios	754,7	720,7	355,6	341,6
Receitas de Serviços	723,0	687,8	343,3	327,9
Receitas de Clientes <sup>(1)</sup>	572,4	531,0	n.d.	248,5
Receitas de Operadores <sup>(1)</sup>	150,6	156,8	n.d.	79,4
Vendas de Equipamentos <sup>(1)</sup>	31,7	32,9	n.d.	13,7
EBITDA	231,7	242,6	121,9	121,4
Margem EBITDA	30,7%	33,7%	34,3%	35,5%
EBIT	88,9	102,9	53,8	51,8
Resultado Líquido Consolidado	72,1	88,1	43,7	33,9
Rendimento integral consolidado do exercício	72,1	88,5	44,1	33,9
<b>Balanco Consolidado</b>				
Ativo Corrente	313,2	245,0	253,4	242,6
Ativo Não Corrente	1.625,1	1.612,5	1.607,9	1.585,6
Total do Ativo	1.938,3	1.857,5	1.861,4	1.828,2
Passivo Corrente	399,2	397,6	340,8	370,0
Passivo Não Corrente	481,7	412,4	483,9	401,5
Total do Passivo	880,9	810,0	824,6	771,5
Capital Próprio	1.057,4	1.047,5	1.036,7	1.056,7
Capex Operacional <sup>(2)</sup>	234,5	128,9	58,8	49,4
EBITDA-Capex Operacional	(2,8)	113,7	63,1	72,0
FCF <sup>(3)</sup>	55,4	(29,1)	(65,8)	(6,0)
Dividendo por ação reportado ao exercício (€) <sup>(5)</sup>	nd	0,32	-	-
Dívida Financeira Líquida <sup>(1)</sup>	279,9	407,0	n.d.	438,2
Dívida Financeira Líquida / EBITDA últimos 12 meses <sup>(1)</sup>	1,2x	1,7x	n.d.	1,8x
Alavancagem Financeira <sup>(4)</sup>	20,9%	28,0%	n.d.	29,3%

(1) As demonstrações financeiras consolidadas proforma da Optimus relativas aos períodos intercalares findos em 30 de junho de 2012 e em 30 de junho de 2013 incluem os elementos mínimos previstos na IAS 34 Relato Financeiro Intercalar.

(2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros

(3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos

(4) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)

(5) 12.250.000€ de dividendos antecipados + 24.700.000 de dividendos divididos por 115.000.000 ações

Fonte: Relatórios e Contas da Optimus

## Historial financeiro individual da OPTIMUS (à data Sonae Telecom, SGPS, S.A.)

### INDICADORES ECON. FIN. INDIVIDUAIS DA SONAE TELECOM (M€)

Descrição	2010	2011
<b>Demonstração de Resultados</b>		
Forn. e serviços externos e outros custos op.	(0,0)	(0,0)
Ganhos e perdas em empresas do grupo	35,2	0,0
Outros resultados financeiros	(0,0)	(0,0)
Resultados correntes	35,2	(0,0)
Resultado Líquido	35,2	(0,0)
Dividendos	84,4	0,0
<b>Balanço</b>		
Ativo Não Corrente: invest. em empresas do grupo	165,2	165,2
Ativo Corrente	0,1	0,0
Total do Ativo	165,3	165,3
<b>Capital Próprio</b>	<b>165,252</b>	<b>165,237</b>
Dividendo por ação (€)	7,34	0

Fonte: Relatórios e Contas Sonae Telecom, SGPS, S.A.

#### B.8 Informações financeiras pro forma fundamentais selecionadas

Dada a sua natureza, as informações financeiras pro forma dizem respeito a uma realidade hipotética, pelo que não representam a situação financeira efetiva da sociedade nem os seus resultados.

As demonstrações financeira pro forma foram preparadas pela ZON OPTIMUS, nos termos do previsto nos Anexos I e II do Regulamento (CE) n.º 809/2004, de 29 de Abril.

O que se segue foi extraído do Capítulo 10, que transcreve integralmente as “Demonstrações Financeiras pro forma da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.”.

**“DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PRO FORMA  
DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2013  
(montantes expressos em milhares de Euros)**

	ZON OPTIMUS			ZON OPTIMUS		
	SETEMBRO			SETEMBRO		
	Estatutário Reexpresso 9M 12	Ajustamentos pro forma	Pro Forma 9M 12	Estatutário 9M 13	Ajustamentos pro forma	Pro Forma 9M 13
Receitas de exploração	590,524	524,340	1,114,864	636,351	447,554	1,083,905
Custos operacionais, excluindo depreciações e amortizações	359,276	342,101	701,376	378,420	287,190	665,610
Custos com pessoal	40,284	34,955	75,239	41,028	30,430	71,458
Custos diretos dos serviços prestados	167,544	148,700	316,244	183,116	136,145	319,261
Custos comerciais	23,422	55,443	78,865	24,590	41,575	66,165
Outros custos operacionais	128,026	103,003	231,029	129,686	79,041	208,727
<b>EBITDA</b>	<b>231,248</b>	<b>182,239</b>	<b>413,488</b>	<b>257,931</b>	<b>160,364</b>	<b>418,295</b>
Depreciações e amortizações	152,175	102,278	254,453	159,445	93,116	252,561
<b>Resultados operacionais</b>	<b>79,073</b>	<b>79,961</b>	<b>159,035</b>	<b>98,486</b>	<b>67,247</b>	<b>165,733</b>
Outros custos / (proveitos)	512	280	792	31,741	2,366	34,107
<b>EBIT</b>	<b>78,561</b>	<b>79,681</b>	<b>158,243</b>	<b>66,745</b>	<b>64,881</b>	<b>131,626</b>
Custos / (Ganhos) financeiros líquidos	29,525	13,438	42,963	34,936	15,636	50,572
<b>Resultados antes de Impostos</b>	<b>49,036</b>	<b>66,243</b>	<b>115,280</b>	<b>31,809</b>	<b>49,245</b>	<b>81,054</b>
Imposto sobre o rendimento	16,835	4,847	21,682	7,335	(3,355)	3,980
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>32,200</b>	<b>61,397</b>	<b>93,598</b>	<b>24,474</b>	<b>52,599</b>	<b>77,074</b>
Interesses não controlados	860	-	860	570	-	570
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>31,340</b>	<b>61,397</b>	<b>92,738</b>	<b>23,904</b>	<b>52,599</b>	<b>76,504</b>
<b>Resultado consolidado líquido do período</b>	<b>32,200</b>	<b>61,397</b>	<b>93,598</b>	<b>24,474</b>	<b>52,599</b>	<b>77,074</b>
<b>Outros rendimentos</b>						
<b>Itens que reclassificam por resultados:</b>						
Justo valor do swap taxa de juro	(3,732)	-	(3,732)	1,336	-	1,336
Imposto diferido - swap taxa de juro	989	-	989	(354)	-	(354)
Justo valor dos forwards taxa de câmbio	(528)	-	(528)	(87)	-	(87)
Imposto diferido - forward taxa de câmbio	153	-	153	25	-	25
Variação da reserva de conversão cambial	(271)	-	(271)	84	-	84
<b>Rendimento reconhecido diretamente no capital</b>	<b>(3,389)</b>	<b>-</b>	<b>(3,389)</b>	<b>1,003</b>	<b>-</b>	<b>1,003</b>
<b>Total do rendimento integral do período</b>	<b>28,811</b>	<b>61,397</b>	<b>90,209</b>	<b>25,477</b>	<b>52,599</b>	<b>78,077</b>
<b>Atribuível a:</b>						
Acionistas do Grupo Zon Optimus	27,951	61,397	89,349	24,908	52,599	77,507
Interesses não controlados	860	-	860	570	-	570
	<b>28,811</b>	<b>61,397</b>	<b>90,209</b>	<b>25,477</b>	<b>52,599</b>	<b>78,077</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
PRO FORMA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013**

**1. Bases de preparação**

No seguimento do acordo entre a Sonaecom SGPS, S.A. (“Sonaecom”), Kento Holding Limited e Unitel International Holdings, B.V. foi aprovado o projeto de fusão relativo à fusão por incorporação da Optimus – SGPS, S.A. (“Optimus SGPS” ou “Optimus”) na ZON Multimédia – SGPS, S.A. (“ZON Multimédia” ou “ZON”), pelos Conselhos de Administração e pelas Assembleias Gerais de Acionistas das duas sociedades, respetivamente em 21 de janeiro e 7 de março de 2013.

Em 27 de agosto de 2013, e após a decisão de não oposição da Autoridade da Concorrência à operação de fusão, foi concretizada a operação de fusão e efetuado o respetivo registo, tendo a empresa adotado a atual designação de ZON Optimus, SGPS, S.A. (“ZON Optimus”).

As demonstrações financeiras consolidadas pro forma foram elaboradas, unicamente, para efeitos ilustrativos, e dada a sua natureza, as informações financeiras pro forma dizem respeito a uma situação hipotética, pelo que não representam a situação financeira efetiva da sociedade nem os seus resultados.

		<p>As demonstrações financeiras consolidadas pro forma foram preparadas como se a fusão tivesse ocorrido a 1 de janeiro de 2012, excetuando os efeitos resultantes do apuramento do goodwill e justo valor dos ativos e passivos incorporados da Optimus, os quais foram apurados com referência à referida data da fusão e não com referência a 1 de janeiro de 2012, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da ZON Multimédia e da Optimus SGPS, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia em vigor a 1 de janeiro de 2012 e 2013, ajustadas pelas alterações de políticas contabilísticas realizadas no âmbito da uniformização das políticas contabilísticas entre a ZON e Optimus (Nota 2), do período findo em 30 de setembro de 2012 e 2013, e considerando a estrutura do Grupo Optimus à data da fusão desde 1 de janeiro de 2012.</p> <p><b>(i) Ajustamentos pro forma</b></p> <p>As contas pro forma aqui apresentadas foram preparadas com base (i) nas contas estatutárias da Zon Optimus (as quais foram reexpressas para refletir as alterações de políticas efetuadas), e que incorporam 1 mês da Optimus em 2013; (ii) nos ajustamentos pro forma, correspondentes, principalmente, a 9 meses de resultados da Optimus em 2012 e 8 meses de resultados da Optimus em 2013, os quais têm um carácter transitório; e anulação dos saldos e transações entre ZON e Optimus.</p> <p><b>(ii) Consolidação pro forma</b></p> <p><b>a) <u>Inclusão dos resultados das operações da ZON e OPTIMUS</u></b></p> <p>Na demonstração dos resultados consolidada pro forma a 30 de setembro de 2012 e 2013 foram incorporados os resultados gerados pelas atividades da ZON e da OPTIMUS para os 9 meses dos respetivos períodos.</p> <p><b>b) <u>Anulação dos saldos e transações entre a ZON e a OPTIMUS</u></b></p> <p>Na demonstração dos resultados consolidada pro forma a 30 de setembro de 2012 e 2013 e demonstração da posição financeira consolidada pro forma a 30 de setembro de 2013 foram anulados os saldos e as transações efetuados entre a ZON e OPTIMUS para os 9 meses dos respetivos períodos.</p> <p>(...)"</p>
B.9	Previsão ou estimativa	Não aplicável. O Emitente não efetuou qualquer previsão ou estimativa.
B.10	Reservas expressas no relatório de auditoria das informações financeiras históricas	A informação financeira anual da ZON e da OPTIMUS foi sujeita a auditoria e a informação financeira semestral a revisão limitada, não tendo sido emitida qualquer opinião com reserva.
B.11	Capital de exploração do emitente	Não aplicável qualquer explicação sobre o capital de exploração do Emitente.

#### Secção C – Valores mobiliários

C.1	Tipo e categoria dos valores mobiliários a oferecer e a admitir à negociação	A contrapartida da presente Oferta Pública de Aquisição inclui uma componente em ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, que se constitui pelas 37.489.324 Ações ZON OPTIMUS que foram atribuídas ao Oferente (a Sonaecom) no âmbito da fusão entre a ZON e a OPTIMUS, as quais são ordinárias,
-----	--	---

		nominativas e escriturais.
<b>C.2</b>	<b>Moeda em que os valores mobiliários são emitidos</b>	As Ações ZON OPTIMUS a atribuir na Oferta já se encontram emitidas e são denominadas em Euros.
<b>C.3</b>	<b>Número de ações emitidas e valor nominal</b>	Não haverá lugar à emissão de novas ações. O valor nominal das Ações ZON OPTIMUS é de 1 cêntimo de Euro.
<b>C.4</b>	<b>Direitos associados aos valores mobiliários</b>	As Ações ZON OPTIMUS oferecidas na contrapartida da presente Oferta têm, em relação às demais ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, o mesmo tipo, categoria e natureza e os mesmos direitos, nomeadamente, a dividendos, voto, à partilha do património em caso de dissolução, à conversão das ações, à informação e ao direito de preferência na subscrição de novas ações resultantes de aumentos de capital por entradas em dinheiro.
<b>C.5</b>	<b>Restrições à livre transferência dos títulos</b>	Não existem quaisquer restrições estatutárias ou legais e limites ou restrições à transmissibilidade das ações representativas do capital social do Emitente, com exceção das restrições previstas no artigo 9º dos Estatutos, que estabelece que os acionistas que exerçam, direta ou indiretamente, atividade concorrente com a atividade desenvolvida pelas sociedades participadas do Emitente, não podem ser titulares, sem prévia autorização da assembleia geral, de ações ordinárias representativas de mais de 10% por cento do capital social do Emitente.
<b>C.6</b>	<b>Admissão à negociação</b>	As ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS encontram-se admitidas à negociação no Euronext Lisbon e integradas no Índice PSI-20.
<b>C.7</b>	<b>Política de dividendos</b>	Os Estatutos da atual ZON OPTIMUS definem que os lucros líquidos anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação: (i) uma percentagem não inferior a cinco por cento será destinada à constituição ou, sendo caso disso, reintegração da reserva legal, até atingir o montante exigível por lei; e (ii) o remanescente será afeto aos fins definidos por maioria simples pela Assembleia Geral. Consagraam ainda que, nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, podem ser feitos aos acionistas adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício.

#### Secção D – Riscos

<b>D.1</b>	<b>Principais riscos específicos do emitente ou do seu setor de atividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ A ZON OPTIMUS, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não desenvolve diretamente qualquer outra atividade, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos cash-flows que receba das suas participadas.</li> <li>○ Alguns dos negócios desenvolvidos pelas sociedades participadas pela ZON OPTIMUS poderão necessitar de investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro atual: no caso da necessidade de recurso a capitais alheios, o enquadramento macroeconómico e financeiro atual apresenta um conjunto de constrangimentos, nomeadamente a escassez de liquidez e o consequente aumento dos <i>spreads</i> cobrados às empresas, que pode constituir ou inviabilizar o acesso ao crédito bancário. Neste contexto, o financiamento de eventuais investimentos futuros da ZON OPTIMUS e/ou das suas participadas ou ainda a eventual possibilidade de assegurar, para estas empresas, o</li> </ul>
------------	---	---

refinanciamento de operações que maturem, e, no limite, da sua atividade corrente, não pode ser dado como garantido.

- Algumas participadas da ZON OPTIMUS estão, no exercício da sua atividade, expostas a certos riscos de taxa de câmbio, quer ao nível das transações comerciais efetuadas em divisa diferente do euro quer no valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras fora da zona Euro. Na data de fecho da demonstração da posição financeira em 30 de setembro de 2013 existiam forwards cambiais em aberto de 9.368 milhares de Dólares, cujo justo valor ascende a um montante negativo de cerca de 132 milhares de euros. A proporção de saldos em moeda estrangeira coberta por instrumentos financeiros à data de 30 de setembro era de 45%.
- A atividade da ZON OPTIMUS e das suas participadas é influenciada pelos riscos associados à evolução da taxa de juro, já que parte do seu endividamento se encontra indexada a taxas variáveis (cerca de 54% do endividamento total em 30 de setembro de 2013). O montante total de operações de cobertura de taxa de juro em vigor no final do terceiro trimestre de 2013 ascendia a cerca de €260M. Globalmente, com inclusão das obrigações emitidas em junho de 2012 – €200M, com uma taxa de juro fixa de 6,85% - a proporção da Dívida Financeira Líquida da ZON OPTIMUS que está protegida contra variações nas taxas de juro está próxima dos 50%.
- A volatilidade vigente nos mercados financeiros poderá ter impacto na posição de liquidez da ZON OPTIMUS e das suas participadas já que torna imprevisível a sua evolução impedindo à ZON OPTIMUS a previsão das condições de crédito futuras e da sua capacidade de refinar a sua dívida ou de refinar nas condições por si consideradas mais adequadas, o que pode ter reflexos materiais na sua liquidez e nas suas condições de exploração, nomeadamente numa hipotética situação de rutura que possa conduzir à reintrodução de divisas nacionais e/ou, no limite, à extinção do próprio Euro.
- A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a concorrência.
- A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a riscos associados a alterações regulatórias ou de posicionamento das autoridades.
- A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS e a sua capacidade de desenvolver e oferecer produtos e serviços competitivos estão sujeitos a riscos tecnológicos, que podem ser difíceis de prever e acompanhar.
- A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a riscos operacionais, como sejam interrupções no serviço, erros, fraudes atribuíveis a terceiros, omissões e atrasos na prestação de serviços e na

implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Apesar de estes riscos serem monitorizados pelo Emitente, não é possível garantir que o acompanhamento e a prevenção destes riscos serão plenamente eficazes, impedindo que os riscos se materializem.

- A ZON OPTIMUS poderá ser afetada por alterações da legislação e regulamentação fiscais ou da sua interpretação pelas autoridades fiscais, nacionais e de outros países onde desenvolve a sua atividade, sendo que a ZON OPTIMUS tem litígios em curso com as autoridades fiscais que considera, no entanto, estarem adequadamente provisionados para cobrir um eventual resultado desfavorável.
  
- Riscos advenientes da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON:
  - A fusão e outras deliberações a ela associadas incorporam riscos: (I) Deliberações sociais: Os acionistas podem requerer a declaração de nulidade ou anulação de deliberações dos órgãos sociais do Emitente que violem disposições legais ou estatutárias. Tais atos podem surgir, por exemplo, com respeito a deliberações adotadas relativamente a aumentos ou reduções de capital e outras quaisquer alterações aos Estatutos, bem como deliberações relativas a fusões ou cisões. (II) Impugnação de deliberações sociais após o registo comercial de fusão: A declaração de nulidade ou de anulação das deliberações das assembleias gerais de aprovação do projeto de fusão ou a inobservância da forma legalmente exigível poderá acarretar a nulidade da fusão, na eventualidade de a mesma ser declarada por decisão judicial no âmbito de ação proposta no prazo de 6 meses a contar da publicação do registo definitivo da fusão ou da publicação da sentença transitada em julgado que declare nula ou anule alguma das referidas deliberações, nos termos do artigo 117º do CSC. No caso da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON, encontra-se já afastada a possibilidade de anulação das ou de alguma das deliberações das assembleias gerais que aprovaram o correspondente projeto, uma vez que já decorreu o prazo previsto na lei (artigo 59º n.º 2 do CSC) para a proposição de ação de anulação. (III) Responsabilidade solidária: Tendo em conta a sua eficácia retroativa, a declaração de nulidade de uma fusão implica a reconstituição da sociedade incorporada extinta e a concomitante perda da qualidade de acionistas da sociedade incorporante por parte dos acionistas da sociedade incorporada. Adicionalmente, e embora tal declaração da nulidade não afete os efeitos dos atos praticados pela sociedade incorporante depois da inscrição da fusão no registo comercial que sejam prévios à referida declaração, a sociedade incorporada passa a ser solidariamente responsável pelas obrigações contraídas pela sociedade incorporante durante esse período. (IV) O cumprimento de alguns dos compromissos assumidos perante a Autoridade da Concorrência no âmbito da fusão, nomeadamente (a) o aumento da probabilidade de perda de alguns clientes, (b) obriga a Optimus Comunicações a ceder o

		<p>acesso por terceiros que lho solicitem à rede de FTTH da Optimus, objeto do contrato de partilha Optimus / Vodafone, por um período mínimo de 5 (cinco) anos, assim como a negociar e celebrar com a Vodafone Portugal uma opção de compra da rede de FTTH da Optimus localizada nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, que terá como preço de compra o valor contabilístico daquela rede, líquido de amortizações, em termos que poderão não ser os que a Optimus Comunicações considere mais apropriados. (V) <u>O valor de <i>goodwill</i> e de outros ativos associados à OPTIMUS</u> terão, no futuro, de ser sujeitos a testes de imparidade, podendo ser alvo de uma imparidade contabilística em qualquer momento da sua reavaliação. O valor do <i>goodwill</i> apurado (cerca de €386M) poderá ainda ser revisto nos 12 meses seguintes à realização da operação de fusão.</p>
<b>D.3</b>	<b>Informação de base sobre os principais riscos específicos dos valores mobiliários</b>	<p>O Oferente e o Emitente não podem assegurar aos destinatários da Oferta que (i) o preço das ações ZON OPTIMUS oferecidas na contrapartida se irá manter, ou corresponder ao valor de €5,08, nomeadamente da data da sua atribuição (ii) após a atribuição das Ações ZON OPTIMUS, os seus detentores as possam vir a transacionar a um preço equivalente ou superior ao preço subjacente à relação de troca estabelecida. A cotação das Ações ZON OPTIMUS pode ser volátil e pode estar sujeita a flutuações devido a diversos fatores, nomeadamente por alterações nas estimativas financeiras dos analistas de valores mobiliários, por alterações nas expectativas dos investidores quanto à evolução dos negócios prosseguidos pela ZON OPTIMUS e por alterações das condições vigentes nos mercados de valores mobiliários, entre outros. Muitos destes fatores são independentes da vontade do Oferente e do Emitente. Os fatores genéricos de mercado e do setor podem afetar fundamental e desfavoravelmente o preço de mercado das ações ZON OPTIMUS, independentemente do desempenho operacional das suas participadas.</p>

#### Secção E – Oferta

<b>E.1</b>	<b>Receitas líquidas totais e estimativa das despesas totais da emissão</b>	<p>Não aplicável, dado tratar-se de uma Oferta Pública de Aquisição. Deverá ser consultado o ponto E.7. para as despesas que relevam na esfera do aceitante da Oferta.</p>
<b>E.2a</b>	<b>Motivos da Oferta, afetação das receitas, montante líquido estimado das receitas</b>	<p>No âmbito da fusão entre a OPTIMUS e a ZON, a Sonaecom passou a deter 37.489.324 de ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS. Com a presente Oferta, a Sonaecom pretende conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as 37.489.324 ações que detêm nesta Sociedade. Não sendo esta posição de 7,28% crítica para a atividade da Sonaecom, vai permitir que os seus acionistas passem a ter uma exposição direta à ZON OPTIMUS, o qual constitui o ativo de referência do <i>portfolio</i> da Sonaecom.</p>

		<p>A libertação dos capitais próprios necessários à concretização da presente Oferta será efetuada mediante a redução do capital social deliberada na Assembleia Geral de 18 de novembro de 2013, no montante correspondente ao produto do número de ações da Sociedade adquiridas no âmbito da Oferta, pela importância de €2,45, por extinção das ações próprias adquiridas e redução do valor nominal das restantes ações da Sociedade. Esta redução de capital não visa, portanto, as ações próprias da Sonaecom atualmente existentes.</p>
E.3	<p><b>Termos e condições da Oferta</b></p>	<p>A Oferta é geral e voluntária e é lançada pela Sonaecom sobre ações representativas do seu próprio capital social sendo, por isso, a Sociedade Visada, o próprio Oferente. A Oferta não abrange as ações já detidas pelo Oferente, representativas de 1,52% do seu próprio capital social (5.571.014 ações próprias) e, em virtude de bloqueio voluntário efetuado pelos respetivos titulares, não pode ser aceite relativamente a ações detidas por pessoas que com o Oferente se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20º do CódVM. Deste modo, a Oferta apenas pode ser aceite relativamente a um máximo de 88.479.227 ações representativas 24,16% do capital social da Sonaecom.</p> <p>As ações da Sonaecom objeto da presente Oferta são ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de €1, representativas de 24,16% do capital social da Sonaecom, que se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades, bem como de quaisquer limites ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade.</p> <p>A contrapartida da presente Oferta foi estabelecida nos termos do disposto no art. 177º, sendo constituída por uma componente em valores mobiliários da ZON OPTIMUS e, conforme o grau de aceitação da Oferta, por uma componente em numerário, sendo que a respetiva atribuição se processará do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Cada aceitante receberá ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de €0,01 (um cêntimo de euro), representativas do capital social da ZON OPTIMUS em quantidade que será obtida mediante a multiplicação <ul style="list-style-type: none"> <li>○ do quociente resultante da divisão de 37.489.324 pela totalidade das Ações objeto de aceitação, arredondado à oitava casa decimal, ou</li> <li>de 0,48228346, consoante o que for inferior,</li> </ul> </li> </ul> <p>pelo número de Ações alienadas na Oferta, pelo alienante em causa, com arredondamento para o número inteiro imediatamente inferior.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ qualquer aceitante a quem, em aplicação da alínea a) supra, não sejam</li> </ul>

atribuídas 0,48228346 Ações ZON OPTIMUS por cada Ação por si alienada na Oferta, incluindo por efeito do arredondamento ali previsto, receberá, em dinheiro, o produto da diferença entre o número de Ações ZON OPTIMUS que corresponderiam a tal relação de troca (incluindo eventual fração) e o número de Ações ZON OPTIMUS que efetivamente lhe forem atribuídas e a importância de €5,08, com arredondamento para duas casas decimais, se for o caso.

Para efeitos de determinação da relação de troca entre Ações e Ações ZON OPTIMUS, relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das Ações ZON OPTIMUS nas 5 sessões de mercado regulamentado anteriores à publicação do Anúncio Preliminar de Lançamento da Oferta (em 29 de outubro de 2013), de €5,08. Considerando o referido valor de €5,08 para as Ações Zon Optimus, esta contrapartida corresponde a um preço global equivalente a €2,45 por Ação.

Caso o(s) aceitante(s) que sejam titulares de mais do que uma conta de títulos em que estejam registadas Ações pretendam, para efeitos da aceitação da presente Oferta, agrupar a sua posição global em tais Ações, deverão informar-se junto do(s) respetivo(s) intermediário(s) financeiro(s) custodiante(s) sobre os procedimentos a adotar e respetivos custos associados.

As Ações ZON OPTIMUS que vierem a ser atribuídas aos aceitantes, bem como eventual contrapartida em dinheiro, serão creditados nas contas de registo de valores mobiliários escriturais de que aqueles sejam titulares, junto de intermediário financeiro legalmente habilitado, e onde se encontravam registadas as Ações.

A aceitação da presente Oferta, por parte dos seus destinatários, deverá manifestar-se durante o prazo da Oferta, através de ordens de venda transmitidas nas sociedades corretoras, nas sociedades financeiras de corretagem e nos balcões dos intermediários financeiros habilitados a prestar o serviço de registo e depósito de valores mobiliários.

A Oferta tem a duração de 2 semanas e decorre entre as 8:30 horas do dia 6 de fevereiro de 2014 e as 15:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2014.

Os destinatários da Oferta que possam (excluindo portanto aqueles cujas ações representativas do capital social do Oferente se encontrem bloqueadas) e pretendam aceitar a Oferta, poderão revogar a sua declaração de aceitação, através de comunicação dirigida ao intermediário financeiro que a recebeu:

- Em geral, até 5 dias antes do termo do prazo da Oferta, ou seja, até às 15:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2014 nos termos do artigo 126º, n.º 2 do CódVM, inclusive;
- No caso de a Oferta ser suspensa, até ao final do 5.º dia posterior ao termo da suspensão, com direito à restituição de todas as Ações que tenham sido objeto de aceitação, conforme disposto no art. 133º, n.º 3 do CódVM;

		<ul style="list-style-type: none"> <li>○ No caso do surgimento de ofertas concorrentes, até ao último dia do período de aceitação.</li> </ul> <p>O Intermediário Financeiro responsável pelos serviços de assistência à Oferta é o BPI.</p>
<b>E.4</b>	<b>Interesses significativos para a emissão/oferta e situações de conflito de interesses</b>	O BPI, enquanto intermediário financeiro responsável pelos serviços de assistência à Oferta, tem um interesse financeiro direto na mesma, a título de remuneração pela prestação daquele serviço.
<b>E.5</b>	<b>Nome da pessoa ou entidade que propõe a venda dos valores mobiliários. Acordos de bloqueio (<i>lock-up</i>)</b>	Não aplicável. Ainda assim, dado tratar-se de uma Oferta Pública de Aquisição lançada pela Sonacom, onde a contrapartida tem uma componente em Ações emitidas pela ZON OPTIMUS, a Sonaecom é, na presente operação, o Oferente de tais valores mobiliários.
<b>E.6</b>	<b>Indicar o montante e a percentagem de diluição imediata resultante da oferta</b>	Não aplicável, porquanto a Oferta não implica diluição.
<b>E.7</b>	<b>Despesas estimadas cobradas ao investidor pelo Emitente</b>	<p>As despesas estimadas na presente Oferta são as associadas aos serviços prestados pelas entidades envolvidas na concretização da operação. Assim, serão da conta dos destinatários da Oferta todos os encargos inerentes à venda das Ações, designadamente as comissões de corretagem e de realização de operações em Bolsa, os quais constam dos preçários dos intermediários financeiros, disponíveis para consulta no <i>website</i> da CMVM, em <a href="http://www.cmvm.pt">www.cmvm.pt</a>, e que lhes deverão ser indicados no momento da entrega das ordens de venda, bem como os impostos que couberem na situação tributável do vendedor.</p> <p>Os Intermediários Financeiros poderão, eventualmente, cobrar ainda comissões associadas ao serviço de custódia de Ações ZON OPTIMUS que venham a ser atribuídas como contrapartida na Oferta.</p>

## Capítulo 2 - Fatores de risco relacionados com o Emitente e com as ações que integram a contrapartida da Oferta

No âmbito da aceitação da Oferta, os potenciais investidores deverão tomar em consideração, em conjunto com a demais informação contida neste Prospeto, os fatores de risco relativos à atividade do Emitente e às próprias ações ZON OPTIMUS que constituem uma das componentes da contrapartida da Oferta e que se identificam neste Capítulo.

Riscos adicionais que atualmente não são do conhecimento do Emitente, ou riscos que são atualmente considerados imateriais, poderão vir a ter um efeito adverso sobre o desempenho financeiro da mesma e/ou sobre o resultado das suas operações.

A ordem pela qual os fatores de riscos são aqui enunciados não constitui qualquer hierarquização quanto à probabilidade de acontecimento ou magnitude dos seus potenciais efeitos.

## **2.1. Riscos relacionados com o Emitente e as suas participadas**

**A ZON OPTIMUS, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não desenvolve diretamente qualquer outra atividade, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* que receba das suas participadas.**

A ZON OPTIMUS tem como atividade principal a gestão de participações sociais, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash-flows* gerados pelas suas participadas. Nomeadamente, essa capacidade depende dos dividendos que lhe sejam distribuídos, juros pagos, empréstimos reembolsados e de outros *cash-flows* que lhe sejam entregues por essas sociedades. A capacidade destas sociedades de, por um lado, distribuírem dividendos e, por outro, pagarem juros e reembolsarem eventuais empréstimos é condicionada, naturalmente, pela sua capacidade de gerarem *cash-flows* positivos, pelos resultados que apurarem, pelas reservas que tenham disponíveis, pela sua estrutura financeira e por eventuais restrições estatutárias e fiscais.

**Alguns dos negócios desenvolvidos poderão necessitar de investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro atual.**

Os negócios desenvolvidos pelas sociedades participadas pela ZON OPTIMUS poderão necessitar de investimentos adicionais. Este reforço poderá ser efetuado por recurso a capitais próprios e/ou alheios. A ZON OPTIMUS não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da necessidade de recurso a capitais alheios, o enquadramento macroeconómico e financeiro atual apresenta um conjunto de constrangimentos, nomeadamente a escassez de liquidez e o consequente aumento dos *spreads* cobrados às empresas, que pode constituir ou inviabilizar o acesso ao crédito bancário. Neste contexto, o financiamento de eventuais investimentos futuros da ZON OPTIMUS e/ou das suas participadas ou ainda a eventual possibilidade de assegurar, para estas empresas, o refinanciamento de operações que madurem, e, no limite, da sua atividade corrente, não pode ser dado como garantido.

**Algumas participadas da ZON OPTIMUS estão, no exercício da sua atividade, expostas a certos riscos de taxa de câmbio.**

Algumas das participadas da ZON OPTIMUS estão presentes em mercados internacionais. Em resultado, estão sujeitas ao risco de variação da taxa de câmbio quer ao nível das transações comerciais efetuadas em divisa diferente do euro quer no valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras fora da zona Euro. O risco de taxa de câmbio está essencialmente relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a determinados produtores de conteúdos audiovisuais e fornecedores de equipamentos para o negócio da

TV por subscrição, banda larga e voz. As transações comerciais entre o Grupo e estas entidades encontram-se denominadas maioritariamente em Dólares americanos. Quando considerado adequado, e considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, o Grupo ZON OPTIMUS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente *forwards* cambiais de curto-prazo, de forma a cobrir o risco associado a estes saldos. Na data de fecho da demonstração da posição financeira em 30 de setembro de 2013 existiam *forwards* cambiais em aberto de 9.368 milhares de Dólares, cujo justo valor ascende a um montante negativo de cerca de 132 milhares de euros que foi registado no passivo por contrapartida de capitais próprios. A proporção de saldos em moeda estrangeira coberta por instrumentos financeiros à data de 30 Setembro 2013, era de 45%.

#### **A atividade da ZON OPTIMUS e das suas participadas são influenciadas pelos riscos associados à evolução da taxa de juro.**

Parte do endividamento da ZON OPTIMUS encontra-se indexada a taxas variáveis (cerca de 54% do endividamento total em 30 de Setembro de 2013), expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pela utilização de instrumentos de cobertura de taxas de juro. O montante total de operações de cobertura de taxa de juro em vigor no final do terceiro trimestre de 2013 ascendia a cerca de €260M. Globalmente, com inclusão das obrigações emitidas em junho de 2012 – 200 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa de 6,85% - a proporção da Dívida Financeira Líquida da ZON OPTIMUS que está protegida contra variações nas taxas de juro está próxima dos 50%.

#### **A volatilidade vigente nos mercados financeiros poderá ter impacto na posição de liquidez da ZON OPTIMUS e das suas participadas.**

Nos primeiros nove meses de 2013, as demonstrações financeiras estatutárias da ZON OPTIMUS evidenciavam uma Dívida Financeira Total Consolidada de €1.021M, compensada por uma posição de caixa e equivalentes de caixa de €64,1M. À data da fusão, a Dívida Financeira Líquida da OPTIMUS era composta principalmente por empréstimos de acionistas, que foram pagos utilizando (i) linhas de crédito da Sonaecom transferidas para a ZON OPTIMUS, (ii) posição de liquidez disponível na ZON e (iii) duas novas linhas de papel comercial com maturidades de 4 anos, aumentando assim a maturidade média da Dívida Financeira Líquida para 1,9 anos, que garantem o financiamento da ZON OPTIMUS até ao 1S15. No entanto, a elevada volatilidade dos mercados financeiros torna imprevisível a sua evolução o que impede a previsão, por parte da ZON OPTIMUS, das condições de crédito futuras e da sua capacidade de refinarçar a sua dívida ou de a refinarçar nas condições por si consideradas mais adequadas, o que pode ter reflexos materiais na sua liquidez e nas suas condições de exploração, nomeadamente numa hipotética situação de rutura que possa conduzir à reintrodução de divisas nacionais e/ou, no limite, à extinção do próprio Euro.

#### **A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a concorrência.**

O Emitente enfrenta concorrência nos mercados de telecomunicações e entretenimento em que opera. No caso do negócio de Triple Play, apesar do aumento de concorrência verificado e que resultou numa redução, ainda que não material, na quota de mercado do Emitente, a empresa tem conseguido manter um perfil de crescimento material ao nível do número de

serviços subscritos, das suas receitas e do seu EBITDA. No negócio móvel, apesar da forte concorrência que se tem feito sentir no mercado português e que tem levado a uma queda material da receita média por cliente, o Emitente tem obtido aumentos significativos do seu EBITDA. Todavia, uma potencial pressão adicional ao nível da concorrência pode ter como resultado uma redução da rentabilidade dos mercados em que o Emitente desenvolve as suas atividades, com eventual impacto nos resultados das operações.

**A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a riscos regulatórios.**

A generalidade das atividades desenvolvidas pelas sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Emitente encontra-se sujeita a regulação, sendo objeto de supervisão por diversas autoridades, a nível nacional e europeu. Eventuais alterações regulatórias ou de posicionamento das autoridades poderão afetar de modo adverso as áreas de negócio do Emitente, por exemplo, impedindo a comercialização de certos produtos ou serviços, impondo custos administrativos e operacionais acrescidos, ou limitando as receitas de exploração das sociedades que compõem o grupo empresarial do Emitente.

**A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a riscos tecnológicos.**

As atividades e operações do Emitente e a sua capacidade de desenvolver e oferecer produtos e serviços competitivos estão dependentes de desenvolvimentos tecnológicos, que podem ser difíceis de prever e acompanhar. A eventual incapacidade de o Emitente acompanhar o avanço tecnológico ou de antecipar os níveis de adesão a novos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes poderá afetar o seu negócio e os resultados das suas operações.

**A atividade desenvolvida pelas participadas da ZON OPTIMUS está sujeita a riscos operacionais.**

Na sua atividade, o Emitente está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço, erros, fraudes atribuíveis a terceiros, omissões e atrasos na prestação de serviços e na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Apesar de estes riscos serem monitorizados pelo Emitente, não é possível garantir que o acompanhamento e a prevenção destes riscos serão plenamente eficazes, impedindo que os riscos se materializem. Falhas materiais nas políticas de gestão e controlo dos riscos operacionais poderão afetar o negócio do Emitente e os resultados das operações.

**A ZON OPTIMUS poderá ser afetada por alterações da legislação e regulamentação fiscais ou da sua interpretação pelas autoridades fiscais.**

A ZON OPTIMUS poderá ser afetada adversamente por alterações fiscais em Portugal, na União Europeia e em outros países onde desenvolve a sua atividade. A ZON OPTIMUS não controla essas alterações fiscais, ou alterações de interpretação das leis fiscais por parte de qualquer autoridade fiscal. Alterações significativas na legislação em Portugal, na União Europeia ou nos países onde a ZON OPTIMUS mantém atividade, ou dificuldades na implementação ou cumprimento de novas leis e regulamentação fiscais, poderão ter um impacto adverso na atividade e resultados das operações da ZON OPTIMUS. A ZON OPTIMUS tem litígios em curso com as autoridades fiscais que considera, no entanto, estarem

adequadamente provisionadas para cobrir um eventual resultado desfavorável desses litígios. Conforme referido no Relatório e Contas Consolidadas dos 9M13, “(...) é convicção do Conselho de Administração do Grupo ZON OPTIMUS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada”.

#### **Riscos advenientes da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON.**

A ZON OPTIMUS, anteriormente denominada ZON, resultou da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON. A fusão foi o resultado de um processo que se iniciou em janeiro de 2013 com a aprovação, pelos órgãos de administração da ZON e da OPTIMUS, do respetivo projeto de fusão tendo ainda, em março de 2013, o mesmo sido objeto de aprovação pelos acionistas de ambas as sociedades em assembleias gerais realizadas para o efeito. O registo comercial da fusão ocorreu a 27 de agosto de 2013, data em que a fusão produziu plenamente os seus efeitos.

A fusão, concretizada mediante a transferência global do património da OPTIMUS para a ZON determinou, por conseguinte, a extinção da OPTIMUS e a atribuição aos seus acionistas de ações da ZON OPTIMUS, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art. 97º do CSC.

Neste âmbito, a ZON OPTIMUS procedeu à emissão de 206.064.552 ações para atribuição aos acionistas da empresa extinta, tendo à Sonaecom, na sua então qualidade de acionista da OPTIMUS, sido atribuídas 37.489.324 ações correspondentes a uma participação direta de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS.

A fusão e outras deliberações a ela associadas incorporam riscos:

#### **Deliberações sociais.**

O Emitente é uma sociedade aberta regida pelo direito português e os direitos dos titulares das suas ações ordinárias são os decorrentes do CSC, do CódVM e dos Estatutos do Emitente. Neste contexto, e a título de exemplo, os acionistas podem requerer a declaração de nulidade ou anulação de deliberações dos órgãos sociais do Emitente que violem disposições legais ou estatutárias. Tais atos podem surgir, por exemplo, com respeito a deliberações adotadas relativamente a aumentos ou reduções de capital e outras quaisquer alterações aos Estatutos, bem como deliberações relativas a fusões ou cisões.

#### **Impugnação de deliberações sociais após o registo comercial de fusão.**

A declaração de nulidade ou de anulação das deliberações das assembleias gerais de aprovação do projeto de fusão ou a inobservância da forma legalmente exigível poderá acarretar a nulidade da fusão, na eventualidade de a mesma ser declarada por decisão judicial no âmbito de ação proposta no prazo de 6 meses a contar da publicação do registo definitivo da fusão ou da publicação da sentença transitada em julgado que declare nula ou anule alguma das referidas deliberações, nos termos do artigo 117º do CSC. No caso da fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON, encontra-se já afastada a possibilidade de anulação das ou de alguma das deliberações das assembleias gerais que

aprovaram o correspondente projeto, uma vez que já decorreu o prazo previsto na lei (artigo 59º n.º 2 do CSC) para a proposição de ação de anulação.

#### **Responsabilidade solidária.**

Tendo em conta a sua eficácia retroativa, a declaração de nulidade de uma fusão implica a reconstituição da sociedade incorporada extinta e a concomitante perda da qualidade de acionistas da sociedade incorporante por parte dos acionistas da sociedade incorporada.

Adicionalmente, e embora tal declaração da nulidade não afete os efeitos dos atos praticados pela sociedade incorporante depois da inscrição da fusão no registo comercial que sejam prévios à referida declaração, a sociedade incorporada passa a ser solidariamente responsável pelas obrigações contraídas pela sociedade incorporante durante esse período.

#### **Compromissos assumidos no âmbito da decisão de não oposição da Autoridade da Concorrência.**

A Sonaecom comunicou ao mercado em 26 de agosto de 2013 a decisão final de não oposição da Autoridade da Concorrência à operação de fusão entre a OPTIMUS e a ZON, tendo ainda sumariado os compromissos assumidos pelas Notificantes (Sonaecom, Kento Holding Limited e Unitel International Holdings B.V.) perante aquela entidade, que se transcrevem:

*“1. Assegurar que a Optimus Comunicações S.A. (“Optimus”) prorroga o prazo de vigência do contrato de partilha recíproca de rede entre a Optimus e a Vodafone Portugal;*

*2. Assegurar que a Optimus modifica o contrato de partilha recíproca de rede entre a Optimus e a Vodafone Portugal, no sentido da não aplicação de limitação de responsabilidade em caso de resolução injustificada pela Optimus ou de resolução justificada pela Vodafone Portugal por motivo imputável à Optimus;*

*3. Assegurar que a Optimus não cobrará aos seus clientes do serviço triple play sobre tecnologia de FTTH (Fiber-to-the-home) suportados nas redes objeto do contrato de partilha Optimus / Vodafone, os montantes devidos a título de cláusulas de fidelização, em caso de pedido de desligamento efetuado pelos aludidos clientes durante um período de 6 (seis) meses;*

*4. Assegurar que a Optimus negociará de boa-fé e em termos não-discriminatórios, com terceiros que lho solicitem, um contrato que permita o acesso grossista à rede de FTTH da Optimus, objeto do contrato de partilha Optimus / Vodafone, por um período mínimo de 5 (cinco) anos, com níveis de serviço adequados e condições razoáveis de remuneração e em que qualquer dissenso entre as partes será submetido a arbitragem. Esta obrigação de negociação termina em 31 de outubro de 2015; e*

*5. Assegurar que a Optimus negociará e celebrará com a Vodafone Portugal um contrato de*

---

<sup>2</sup> Exclusivamente para efeitos da presente transcrição “Optimus” designa a Optimus Comunicações, S.A..

*opção de compra da rede de FTTH da Optimus localizada nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, que terá como preço de compra o valor contabilístico daquela rede, líquido de amortizações.”*

Não se antecipam riscos substanciais para a operação da Optimus Comunicações, S.A. (“Optimus Comunicações”) no que se refere às exigências associadas ao contrato celebrado entre aquela e a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A. (“Vodafone Portugal”) de partilha recíproca de rede.

Regista-se, contudo, que o cumprimento do 3.º compromisso relativo à eliminação da fidelização de clientes *Triple Play* da Optimus Comunicações existentes à data da decisão<sup>3</sup> sobre as redes de fibra ótica da Optimus e da Vodafone Portugal objeto do contrato de partilha Optimus / Vodafone aumenta a probabilidade de perda dos referidos clientes, não se podendo afastar a possibilidade de, no caso de alguns deles, não ser possível recuperar eventuais valores de subsidiação. Note-se, no entanto, que o compromisso prevê que os clientes que pretendam cessar o aludido serviço devolvam os equipamentos que lhe foram entregues pela Optimus Comunicações, o que minimiza este risco.

De referir ainda que a implementação dos 4.º e 5.º compromissos relativos à negociação de acesso grossista à Rede Optimus Partilhável<sup>4</sup> e à opção de compra sobre a Rede Optimus Alienável<sup>5</sup>, respetivamente, pressupõe a concretização, no âmbito da negociação com terceiros, dos termos e condições técnicas, operacionais e económico-financeiras. Apesar de os compromissos especificarem já, em ambos os casos, um conjunto de termos e condições, não se pode, contudo, afastar a eventual existência de divergências e conseqüente desacordo na sua negociação definitiva que, a ocorrerem, poderão dar lugar à intervenção de uma comissão arbitral. A Optimus Comunicações está vinculada a aceitar a decisão da comissão arbitral sobre os termos mais adequados a serem contratados, ainda que os mesmos não sejam os que a Optimus Comunicações considera mais apropriados.

A implementação do 4.º compromisso, em particular, poderá implicar uma concorrência acrescida nas zonas onde a Rede Optimus Alienável se encontra implantada.

#### **Valor de goodwill e de outros ativos associados à OPTIMUS.**

A fusão entre a ZON e a OPTIMUS implicou um aumento do capital social da ZON através da emissão de 206.064.552 novas ações, mantendo o valor nominal de €0,01 cada, com base na cotação de fecho da data de registo da fusão, 27 de agosto de 2013, o que implicou o registo de um prémio de emissão no montante de 854 milhões de euros. Foi efetuada uma análise do justo valor dos ativos e passivos da OPTIMUS, resultando o

---

<sup>3</sup> Data da assinatura, pelo Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, da decisão de não oposição à operação.

<sup>4</sup> Rede de FTTH da OPTIMUS, situada nos concelhos de Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Odivelas, Lisboa, Oeiras e Sintra, a que se refere o 4º compromisso constante na decisão de não oposição à operação.

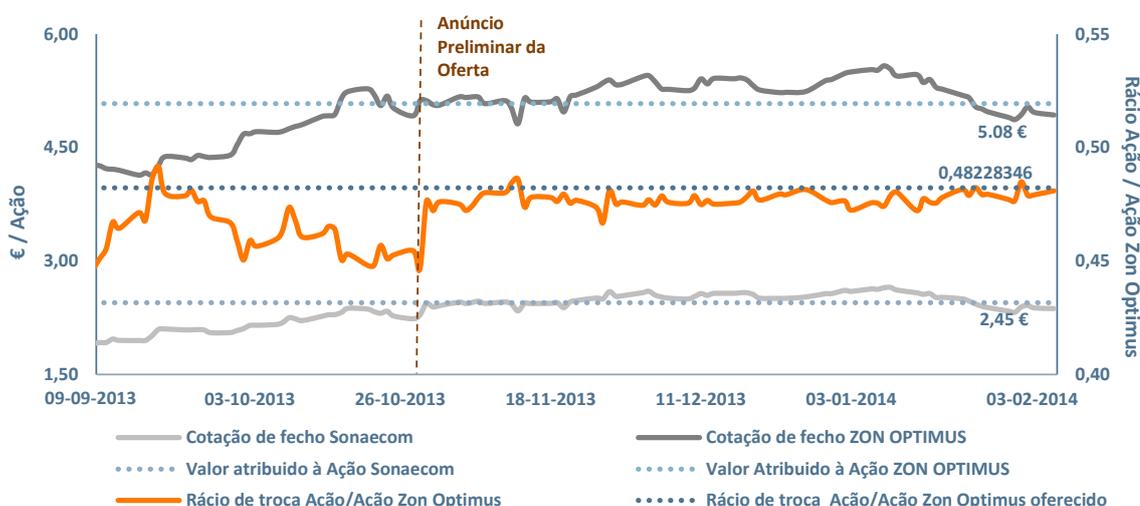
<sup>5</sup> Rede FTTH da OPTIMUS, situada nos concelhos de Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Odivelas, Lisboa, Oeiras e Sintra, a que se refere o 5º compromisso constante na decisão de não oposição à operação.

reconhecimento de um montante de cerca de €386M de *Goodwill* (registado nas demonstrações financeiras estatutárias da ZON OPTIMUS em Ativos Intangíveis) o qual poderá ainda ser revisto nos 12 meses seguintes à realização da operação. O valor de *goodwill* e de outros ativos associados à OPTIMUS terão, no futuro, de ser sujeitos a testes de imparidade, podendo ser alvo de uma imparidade contabilística, caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelas respetivas áreas de negócio (unidades geradoras de caixa), a cada momento da sua reavaliação, seja inferior à quantia escriturada para estes mesmos ativos.

## 2.2. Riscos relacionados com as ações que constituem a contrapartida da Oferta

A contrapartida da Oferta integra uma componente constituída por 37.489.324 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS e, conforme o grau de aceitação da Oferta, uma componente em numerário. Para um nível de aceitação máximo da Oferta (isto é, para ordens de aceitação de 88.479.227 ações da Sonaecom) as ações da ZON OPTIMUS entregues corresponderão a 88% do valor total da contrapartida, considerando as 37.489.324 ações da ZON OPTIMUS valoradas a €5,08.

A título informativo apresenta-se no gráfico seguinte a evolução do rácio de troca e da cotação das ações ZON OPTIMUS e das ações Sonaecom no período compreendido entre a data de admissão à negociação da Ação ZON OPTIMUS (9 de Setembro de 2013) e a data atual:



Fonte: Bloomberg em 03.02.2014.

O Oferente e o Emitente não podem assegurar aos destinatários da Oferta que o preço das Ações ZON OPTIMUS oferecidas na contrapartida se irá manter ou corresponder ao referido valor de €5,08, nomeadamente na data da sua atribuição. De igual modo, o Oferente e o Emitente não podem assegurar que, após essa atribuição, os seus detentores as possam vir a transacionar a um preço equivalente ou superior ao preço subjacente à relação de troca estabelecida. A cotação das Ações ZON OPTIMUS pode ser volátil e pode estar sujeita a flutuações devido a diversos fatores, nomeadamente por alterações nas estimativas financeiras dos analistas de valores mobiliários, por alterações nas expectativas dos investidores quanto à evolução dos negócios prosseguidos pela ZON OPTIMUS e por alterações das condições vigentes nos mercados de valores mobiliários, entre outros.

Muitos destes fatores são independentes da vontade do Oferente e do Emitente. Os fatores genéricos de mercado e do setor podem afetar fundamental e desfavoravelmente o preço de mercado das ações ZON OPTIMUS, independentemente do desempenho operacional das suas participadas.

### **2.3. Outros riscos**

#### **Riscos advenientes da redução do capital da Sonaecom.**

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Oferente deliberou, em 18 de novembro de 2013, nos termos do disposto no artigo 463º do CSC, a redução do capital social do Oferente por extinção de ações próprias a serem adquiridas no âmbito da Oferta. Neste quadro, o Oferente adquirirá, na sequência do apuramento dos resultados da Oferta, as ações (próprias) que resultem do volume de aceitações da Oferta, sendo tais ações extintas imediatamente após a respetiva aquisição.

Nos termos e com os efeitos gerais previstos no CSC, uma deliberação de uma sociedade comercial pode ser declarada nula ou anulada, encontrando-se, no entanto, no caso da mencionada deliberação de redução do capital, já afastada a possibilidade da respetiva anulação, por ter já decorrido o prazo de 30 dias previsto no número 2 do artigo 59º do CSC.

Ainda nos termos da lei, e especificamente com relação a uma redução do capital, determina o artigo 96º do CSC, como forma de tutela dos credores de uma sociedade, que qualquer credor social possa, no prazo de um mês após a publicação do registo da redução do capital, requerer ao tribunal que a distribuição de reservas disponíveis ou dos lucros de exercício seja proibida ou limitada, durante um período a fixar, a não ser que o crédito do requerente seja satisfeito, se já for exigível, ou adequadamente garantido, nos restantes casos.

A referida faculdade apenas pode ser exercida se os credores em causa tiverem solicitado à sociedade a satisfação do seu crédito ou a prestação de garantia adequada, com pelo menos 15 dias de antecedência, sem que o seu pedido tenha sido atendido.

#### **Nível de dispersão pelo público e liquidez das Ações / Eventual perda da qualidade de sociedade aberta da Sonaecom.**

O nível de aceitação da Oferta diminui a dispersão da Ação pelo público e, conseqüentemente, a respetiva liquidez. Assim, não é possível garantir que a Sonaecom se mantenha admitida à negociação, ou que se mantenha a negociar com níveis de liquidez comparáveis aos atuais, ou que mantenha a atual qualidade de sociedade aberta.

Neste âmbito, devem os Senhores Acionistas ter presente que:

- Sendo a Oferta geral, aplica-se o preceituado pelos arts. 194º e seguintes do CódVM, que determinam que, se na sequência da Oferta, o Oferente atingir ou ultrapassar, diretamente ou nos termos do n.º 1 do artigo 20º do CódVM, (i) 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social até ao apuramento dos resultados da oferta e (ii) 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta, o Oferente terá o direito

potestativo de, nos três meses subsequentes, adquirir as ações remanescentes, e os titulares das ações remanescentes terão corresponsivamente o direito potestativo de, no mesmo prazo, dirigir por escrito ao sócio dominante convite para que, no prazo de oito dias, lhe faça proposta de aquisição das suas ações.

- A referida aquisição potestativa, a ocorrer, determina, nos termos da lei, a imediata perda da qualidade de sociedade aberta da sociedade e a exclusão da negociação em mercado regulamentado das ações da sociedade e dos valores mobiliários que a elas dão direito, ficando vedada a readmissão durante um ano.
- Caso não se verifiquem os indicados níveis mínimos legais de detenção para o exercício de direitos de aquisição e alienação potestativa das ações remanescentes, e portanto não sejam exercitáveis os mencionados direitos de aquisição e de alienação potestativa, não se pode excluir que a Sonaecom venha, após a Oferta, a perder a respetiva qualidade de sociedade aberta. Com efeito:
  - Nos termos da lei, e em geral, uma sociedade aberta pode perder essa qualidade quando (n.º 1 do artigo 27.º do CódVM): “ a) Um acionista passe a deter, em consequência de oferta pública de aquisição, mais de 90% dos direitos de voto calculados nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CódVM; b) A perda da referida qualidade seja deliberada em assembleia geral da sociedade por uma maioria não inferior a 90 % do capital social e em assembleias dos titulares de ações especiais e de outros valores mobiliários que confirmam direito à subscrição ou aquisição de ações por maioria não inferior a 90 % dos valores mobiliários em causa; c) Tenha decorrido um ano sobre a exclusão da negociação das ações em mercado regulamentado, fundada na falta de dispersão pelo público”, sendo que tal perda de qualidade de sociedade aberta pode ser requerida à CMVM pela sociedade e, no caso da referida alínea a), também pelo Oferente. No mencionado caso previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do CódVM aplica-se diretamente o mecanismo de saída previsto nos números 3 e 4 do mesmo artigo 27.º.
  - Caso a CMVM defira um correspondente pedido de perda da qualidade de sociedade aberta, podem aplicar-se os mecanismos de saída previstos na lei (designadamente o previsto nos números 3 e 4 do artigo 27.º do CódVM, ou o previsto no artigo 490.º do CSC), a aplicação dos quais não assegura o pagamento de contrapartida equivalente à da Oferta, sendo a respetiva determinação efetuada nos termos previstos na lei, de onde pode resultar a fixação de contrapartida inferior, igual ou superior à da Oferta.
- Assinale-se ainda, neste âmbito, que o Oferente não tomou qualquer decisão quanto à eventualidade de, no futuro, após a Oferta e caso se verifiquem os correspondentes requisitos, vir a exercer o direito potestativo previsto nos mencionados artigos 194.º e seguintes do CódVM, ou vir a promover a perda da sua qualidade de sociedade aberta ao abrigo do disposto no art. 27.º do CódVM, o mesmo sucedendo, tanto quanto é do conhecimento do Oferente, com as entidades que com ele se encontram em alguma

das situações previstas no n.º 1 do art. 20º do CódVM e que tenham legitimidade para promover a perda da qualidade de sociedade aberta do Oferente com os mencionados fundamentos.

## Capítulo 3 - Responsáveis pela informação

### 3.1. Identificação dos responsáveis

As entidades que neste ponto se indicam são, no âmbito da responsabilidade que lhes é atribuída nos termos dos arts. 149º do CódVM, responsáveis pela completeza, veracidade, atualidade, clareza, objetividade e licitude da informação contidas no presente Prospeto ou de parte(s) dele (conforme adiante melhor explicitado), à data do mesmo.

Nos termos do art. 149º do CódVM, são responsáveis pelos danos causados, com culpa, pela desconformidade do conteúdo do Prospeto com o disposto nos arts. 7º e 135º do CódVM:

#### A) As entidades que a seguir se indicam relativas ao Oferente (e Sociedade Visada)

##### O Oferente e Sociedade Visada

A Sonaecom – S.G.P.S., S.A., com sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Registada na Conservatória do Registo Comercial da Maia com o número de matrícula e de pessoa coletiva 502 028 351 e com o capital social, integralmente subscrito e realizado, de € 366.246.868.

##### Os membros do Conselho de Administração do Oferente e Sociedade Visada

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente da Comissão Executiva
Miguel Nuno Santos Almeida	Vice-Presidente da Comissão Executiva
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
António Sampaio e Mello	Administrador não-executivo
David Charles Denholm Hobley	Administrador não-executivo
Gervais Gilles Pellisser	Administrador não-executivo
Jean-François René Pontal	Administrador não-executivo
Frank Dangeard	Administrador não-executivo

##### Os membros do Órgão de Fiscalização do Oferente e Sociedade Visada

###### a) O Conselho Fiscal do Oferente

Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal
Óscar José Alçada da Quinta	Vogal
Jorge Manuel Felizes Morgado	Suplente

#### **b) O Revisor Oficial de Contas e Auditor Independente do Oferente e Sociedade Visada**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na CMVM sob o n.º 231, representada por António Manuel Martins Amaral, ROC n.º 1130.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Oferente têm o seu domicílio profissional na sede do próprio Emitente.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas tem o seu domicílio profissional na Praça Duque Saldanha 1, Edifício Atrium Saldanha, 6ª Piso, em Lisboa.

#### **B) As entidades que a seguir se indicam relativas ao Emitente das ações que integram a contrapartida**

##### **O Emitente**

A ZON OPTIMUS – SGPS, S.A., com sede na Rua Ator António Silva, n.º 9, Campo Grande, Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º único de matrícula e de pessoa coletiva 504 453 513 e com o capital social totalmente subscrito e realizado de €5.151.613,80.

O Emitente é apenas responsável pela informação constante deste Prospeto respeitante ao Emitente, na medida em que tal informação tenha sido tornada pública pelo Emitente e na medida do solicitado pelo Oferente ao Emitente para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 171º do CódVM. Assim, o Emitente não é responsável pela informação constante deste Prospeto (i) relativa às Ações ZON OPTIMUS, ao Oferente ou à Oferta, designadamente quanto aos seus termos e condições, nem (ii) referente ao regime fiscal descrito na secção 4.7 *infra*.

#### **Os membros do Conselho de Administração do Emitente responsáveis pela informação relativa à ZON OPTIMUS**

Os membros do Conselho de Administração do Emitente desde 1 de outubro de 2013 e para o mandato 2013/2015 são os seguintes:

Jorge Manuel de Brito Pereira	Presidente do Conselho de Administração
Miguel Nuno Santos Almeida	Presidente da Comissão Executiva
Luís Miguel Gonçalves Lopes <sup>6</sup>	Vice-Presidente da Comissão Executiva
Ana Paula Garrido de Pina Marques	Vogal da Comissão Executiva
André Nuno Malheiro dos Santos Almeida	Vogal da Comissão Executiva
José Pedro Faria Pereira da Costa	Vogal da Comissão Executiva

---

<sup>6</sup> Apresentou renúncia ao cargo, de acordo com comunicado divulgado ao mercado pela ZON OPTIMUS em 31.12.2013, sendo que a respetiva renúncia produzirá os seus efeitos a 31.01.14.

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes	Vogal da Comissão Executiva
Miguel Filipe Veiga Martins	Vogal da Comissão Executiva
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Vogal
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Vogal
António Domingues	Vogal
Catarina Eufémia Amorim da Luz Tavira	Vogal
Fernando Fortuny Martorell	Vogal
Isabel dos Santos	Vogal
Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira	Vogal
Lorena Solange Fernandes da Silva Fernandes	Vogal
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Vogal
Mário Filipe Moreira Leite da Silva	Vogal
Rodrigo Jorge de Araújo Costa	Vogal

### **Os membros do Órgão de Fiscalização do Emitente**

Os membros do Conselho Fiscal do Emitente desde 1 de outubro de 2013 e para o mandato 2013/2015 são os seguintes:

Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto	Presidente
Eugénio Luís Lopes Ferreira	Vogal
Nuno Tiago Bandeira de Sousa Pereira	Vogal
Luís Filipe da Silva Ferreira	Suplente

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Emitente são apenas responsáveis pela informação constante deste Prospeto respeitante ao Emitente, na medida em que tal informação tenha sido tornada pública pelo Emitente e na medida do solicitado pelo Oferente ao Emitente para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 171º do CódVM (salvo no que respeita à responsabilidade pela informação financeira da ZON e da OPTIMUS que integra o historial financeiro do presente Prospeto e que cabe aos membros dos seus órgãos sociais adiante indicados). Assim, os referidos membros dos órgãos sociais do Emitente não são responsáveis pela informação constante deste Prospeto (i) relativa às Ações ZON OPTIMUS, ao Oferente ou à Oferta, designadamente quanto aos seus termos e condições, nem (ii) referente ao regime fiscal descrito na secção 4.7 infra.

### **O Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo do Emitente**

A sociedade de revisores oficiais de contas Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por José Vieira dos Reis, na qualidade de Revisor Oficial de Contas Efetivo, ou por Fernando Marques Oliveira, na qualidade de Revisor Oficial de Contas Suplente, é responsável pela certificação legal de contas relativa à informação financeira consolidada da ZON referente aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, bem como pela revisão das contas referentes aos primeiros semestres de 2012 e 2013.

A sociedade de revisores oficiais de contas PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., (ROC n.º 183) representada por (i) Abdul Nasser Abdul Sattar (ROC n.º 958) ou (ii) Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC n.º 1427), como Revisor Oficial de Contas Efetivo e José Manuel Henriques Bernardo (ROC n.º 903), como Revisor Oficial de Contas Suplente, na

qualidade de auditor externo, é responsável pelo (i) relatório de auditoria relativo à informação financeira consolidada da ZON referente aos exercícios 2010, 2011 e 2012, bem como pelo relatório de revisão limitada relativo à informação financeira consolidada da ZON referente aos primeiros semestres de 2012 e de 2013, e pelo (ii) parecer elaborado sobre a informação financeira consolidada pro forma da ZON OPTIMUS, nos termos previstos no ponto 7. do Anexo II e no ponto 20.2 do Regulamento (CE) n.º 809/2004, na sua redação atual.

Os membros do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal têm o seu domicílio profissional na sede do Emitente. O Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, por sua vez, têm o seu domicílio profissional no Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins 1 – 3.º, em Lisboa.

### **C) As entidades que a seguir se indicam no que se refere à responsabilidade pela informação financeira da OPTIMUS que integra o historial financeiro do presente Prospeto**

#### **Os membros do Conselho de Administração da OPTIMUS<sup>7</sup> no período 2010/2011**

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente
Miguel Nuno Santos Almeida	
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo <sup>8</sup>	

#### **Os membros do Conselho de Administração da OPTIMUS no período 2012/1º semestre de 2013**

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Presidente
Miguel Nuno Santos Almeida	
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	
Paulo Joaquim dos Santos Plácido	
Ana Paula Garrido de Pina Marques	
David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves	
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes	
José Manuel Pinto Correia	

A sociedade de revisores oficiais de contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, na qualidade de revisor oficial de contas e fiscal único efetivo da OPTIMUS, ou por Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar, na qualidade de revisor oficial de contas e fiscal único suplente da OPTIMUS é responsável pelo relatório e parecer do Fiscal Único e pela certificação legal de contas relativos à informação financeira individual da OPTIMUS<sup>6</sup> referente aos exercícios 2010 e 2011.

A sociedade de revisores oficiais de contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, na qualidade de auditor externo da OPTIMUS, é responsável (i) pelo relatório de auditoria relativo à informação financeira pro forma

---

<sup>7</sup> À data, Sonae Telecom, SGPS, S.A.

<sup>8</sup> Apenas 2011.

consolidada da OPTIMUS referente ao exercício de 2012 e (ii) pelo relatório de exame simplificado relativo à informação financeira pro forma consolidada da OPTIMUS referente ao primeiro semestre de 2013.

#### **D) As entidades que a seguir se indicam no que se refere à responsabilidade pela informação financeira da ZON que integra o historial financeiro do presente Prospeto**

##### **Os membros do Conselho de Administração da ZON no período 2010/2012**

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria do Emitente em funções em 30 de setembro de 2013 eram os seguintes <sup>(1)</sup>:

Daniel Proença de Carvalho	Presidente do Conselho de Administração
Rodrigo Jorge de Araújo Costa	Presidente da Comissão Executiva
José Pedro Pereira da Costa	Vogal da Comissão Executiva
Luís Miguel Gonçalves Lopes	Vogal da Comissão Executiva
Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros	Vogal da Comissão Executiva
Fernando Fortuny Martorell	Vogal Não Executivo
António Domingues	Vogal Não Executivo
Lázló Hubay Cebrian	Vogal Não Executivo
Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira	Vogal Não Executivo
Mário Filipe Moreira Leite da Silva	Vogal Não Executivo
Isabel dos Santos	Vogal Não Executivo
Miguel Filipe Veiga Martins	Vogal Não Executivo
Catarina Eufémia Amorim da Luz Tavira	Vogal Não Executivo
André Palmeiro Ribeiro	Vogal Não Executivo
Vítor Fernando da Conceição Gonçalves	Presidente da Comissão Auditoria
Paulo Cardoso Correia Mota Pinto	Vogal da Comissão Auditoria
Nuno João F. S. O. Silvério Marques	Vogal da Comissão Auditoria

(1) Na data de aprovação da informação financeira referente ao exercício de 2012 e ao primeiro semestre de 2013, as mencionadas pessoas já integravam o Conselho de Administração da ZON, sucedendo o mesmo em relação às datas de aprovação da informação financeira referente aos exercícios de 2010 e de 2011 e ao primeiro semestre de 2012, com exceção dos membros não executivos Isabel dos Santos, Miguel Filipe Veiga Martins, Catarina Eufémia Amorim da Luz Tavira e André Palmeiro Ribeiro, que foram cooptados para o Conselho de Administração, em reunião realizada a 27 de novembro de 2012 (cooptação ratificada pela Assembleia Geral da ZON em 7 de março de 2013).

Por sua vez, na data de aprovação da informação financeira referente aos exercícios de 2010 e de 2011 e ao primeiro semestre de 2012, Luís Bordalo da Silva, Norberto Emílio Sequeira da Rosa e Jorge Telmo Maria Freire Cardoso exerciam as funções de Administradores não executivos do Conselho de Administração da ZON, tendo renunciado a tais cargos após o termo daquele semestre.

Na data de aprovação da informação financeira referente ao exercício de 2010, João Manuel Matos Borges de Oliveira e António Henriques da Silva integravam o Conselho de Administração da ZON, tendo renunciado ao cargo de Administradores não executivos durante o segundo semestre de 2011.

#### **E) O Intermediário Financeiro responsável pela assistência à Oferta**

O Banco Português de Investimento, S.A., sociedade comercial anónima com sede estatutária na Rua Tenente Valadim, n.º 284, no Porto, com o capital social de 20.000.000 de euros,

registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 569 046.

### **3.2. Declaração dos responsáveis pela informação contida no Prospeto**

As pessoas/entidades que, nos termos consignados supra ou em qualquer ponto deste Prospeto, são responsáveis pela informação nele contida ou em determinada(s) parte(s) do mesmo declaram que, após terem efetuado todas as diligências razoáveis para se certificarem de que tal é o caso e, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Prospeto ou de partes do mesmo pelas quais são responsáveis está em conformidade com os factos, não existindo omissões suscetíveis de afetar o seu alcance.

Nos termos do art. 149º n.º 3 do CódVM, a responsabilidade das entidades indicadas em 1.1. é excluída se provarem que o destinatário tinha ou devia ter conhecimento da deficiência de conteúdo do Prospeto na data da emissão da sua declaração contratual ou em momento em que a respetiva revogação ainda era possível.

Nos termos previstos na alínea a) do art. 150º do CódVM, o Oferente responde independentemente de culpa, em caso de responsabilidade dos membros do seu órgão de administração ou de fiscalização, do intermediário financeiro encarregue da assistência à Oferta ou das outras entidades que sejam nomeadas como responsáveis por informação contida no presente Prospeto.

Nos termos do art. 153º, do CódVM, o direito à indemnização deve ser exercido no prazo de seis meses após o conhecimento da deficiência do Prospeto ou da sua alteração e cessa, em qualquer caso, decorridos dois anos a contar da divulgação do Prospeto, ou da alteração que contém a informação ou previsão desconforme.

## **Capítulo 4 – Descrição da Oferta Pública de Aquisição**

### **4.1. Montante e natureza da operação**

A Oferta é geral e voluntária e é lançada pela Sonaecom sobre ações representativas do seu próprio capital social, sendo, por isso, a Sociedade Visada, o próprio Oferente. A Oferta não abrange as ações já detidas pelo Oferente, representativas de 1,52% do seu próprio capital social (5.571.014 ações próprias) e, em virtude de bloqueio voluntário efetuado pelos respetivos titulares, não pode ser aceite relativamente a ações detidas por pessoas que com o Oferente se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20º do CódVM. Deste modo, a Oferta apenas pode ser aceite relativamente a um máximo de 88.479.227 ações representativas 24,16% do capital social da Sonaecom.

### **4.2. Montante, natureza e categoria dos valores mobiliários objeto da Oferta**

Os valores mobiliários objeto da presente Oferta são todas as ações representativas do capital social da Sonaecom que esta sociedade ainda não detém.

Considerando, conforme referido no ponto precedente, as 5.571.014 ações já detidas pelo Oferente (ações próprias) e as 272.196.627 ações voluntariamente bloqueadas pelas entidades que com o Oferente se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20º do CódVM, o objeto da Oferta é constituído por um máximo de 88.479.227 ações

ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de €1, representativas de 24,16% do capital social da Sonaecom, que se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades, bem como de quaisquer limites ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade.

A Oferta e, designadamente, a sua aceitação por pessoas não residentes em Portugal, poderá ser afetada pelas leis aplicáveis da respetiva jurisdição. Qualquer pessoa que não seja residente em território português deverá informar-se e assegurar-se da observância de quaisquer requisitos aplicáveis.

#### **4.3. Contrapartida oferecida e sua justificação**

##### **i. Contrapartida oferecida**

A contrapartida oferecida pela Sonaecom constitui-se por (i) 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS, que corresponde à participação direta que detém na ZON OPTIMUS e que lhe foi atribuída no âmbito da operação de fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON, e, (ii) na medida em que tal se revele insuficiente por força do grau de aceitação da Oferta, numerário.

A contrapartida da presente Oferta foi estabelecida nos termos do disposto no art. 177º sendo a respetiva atribuição processada do seguinte modo:

- a) cada aceitante receberá ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de €0,01 (um cêntimo de euro), representativas do capital social da ZON OPTIMUS em quantidade que será obtida mediante a multiplicação
  - i. do quociente resultante da divisão de 37.489.324 pela totalidade das Ações objeto de aceitação, arredondado à oitava casa decimal,  
ou
  - ii. de 0,48228346, consoante o que for inferior,  
  
pelo número de Ações alienadas na Oferta, pelo alienante em causa, com arredondamento para o número inteiro imediatamente inferior.
- b) qualquer aceitante a quem, em aplicação da alínea a) supra, não sejam atribuídas 0,48228346 Ações ZON OPTIMUS por cada Ação por si alienada na Oferta, incluindo por efeito do arredondamento ali previsto, receberá, em dinheiro, o produto da diferença entre o número de Ações ZON OPTIMUS que corresponderiam a tal relação de troca (incluindo eventual fração) e o número de Ações ZON OPTIMUS que efetivamente lhe forem atribuídas e a importância de €5,08, com arredondamento para duas casas decimais, se for o caso.

Para efeitos de determinação da relação de troca entre Ações e Ações ZON OPTIMUS, relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das Ações ZON OPTIMUS nas 5 sessões

de mercado regulamentado anteriores à publicação do Anúncio Preliminar de Lançamento da Oferta (de 29 de outubro de 2013), de €5,08. Considerando este valor para as Ações ZON OPTIMUS, esta contrapartida corresponde a um preço global equivalente a €2,45 por Ação.

Caso o(s) aceitante(s) que sejam titulares de mais do que uma conta de títulos em que estejam registadas ações da Sonaecom pretendam, para efeitos da aceitação da Oferta, agrupar a sua posição global em tais ações, deverão informar-se junto do(s) respetivo(s) Intermediário(s) Financeiro(s) custodiante(s) sobre os procedimentos a adotar e custos associados.

## **ii. Justificação da contrapartida oferecida**

Conforme antes referido, para efeitos de determinação da relação de troca entre Ações e Ações ZON OPTIMUS relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das Ações ZON OPTIMUS nas 5 sessões de mercado regulamentado (de €5,08) anteriores à data de publicação do Anúncio Preliminar de Lançamento da Oferta (29 de outubro de 2013), tendo deste modo o termo de troca sido definido em 0,48228346 Ações ZON OPTIMUS por Ação (o quociente da divisão de €2,45 por €5,08).

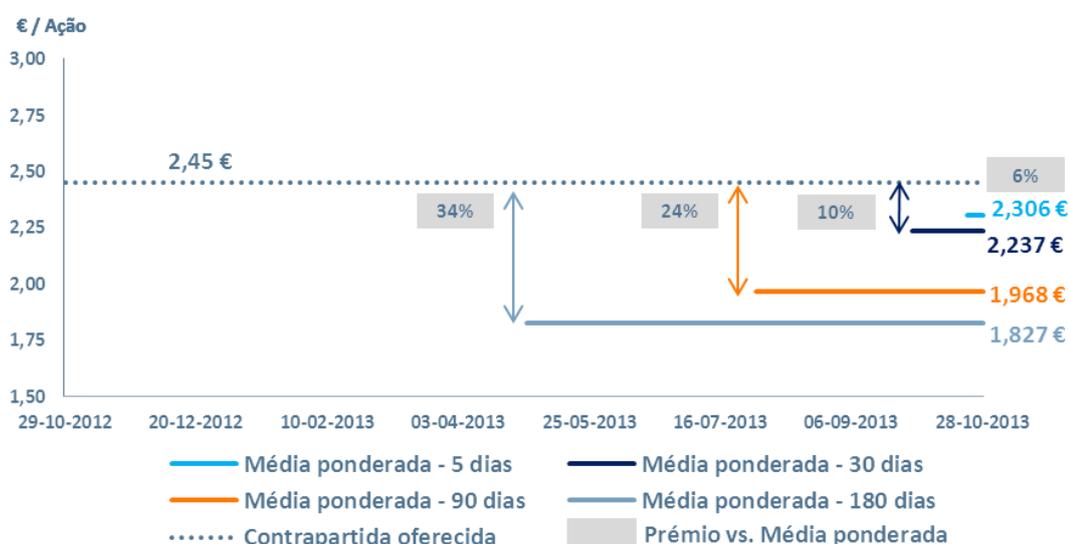
O valor da contrapartida na presente Oferta, como referido no ponto supra, equivale a um preço global de €2,45 por Ação, considerando o valor de €5,08 para as Ações ZON OPTIMUS.

## **Prémio face à cotação histórica**

A contrapartida oferecida representa um prémio de cerca de:

- a) 10% face à cotação de fecho da Ação em 28 de outubro de 2013 (dia que precedeu a divulgação do anúncio preliminar da Oferta), igual a €2,236;
- b) 6% face à média ponderada da cotação de fecho da Ação nos 5 dias anteriores a 29 de outubro de 2013, de €2,306;
- c) 10% face à média ponderada da cotação de fecho da Ação nos 30 dias anteriores a 29 de outubro de 2013, de €2,237;
- d) 24%, por referência à média ponderada da cotação de fecho da Ação nos 90 dias anteriores a 29 de outubro, que se situou em €1,968;
- e) 34% face à média ponderada da cotação de fecho da Ação nos 180 dias anteriores a 29 de outubro, de €1,827; e
- f) 17%, considerando a média aritmética dos *target prices* da Ação atribuídos pelas Casas de *Research* em 2013 e que ascendia a €2,100.

### Média ponderada da cotação de fecho da Ação vs contrapartida oferecida (€)



Fonte: Bloomberg, informação histórica recolhida em 15.11.2013, com referência ao período utilizado para apuramento dos termos da contrapartida divulgados ao mercado no Anúncio Preliminar da Oferta de 29.10.2013.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das cotações de fecho da Ação no período de 12 meses até 28 de outubro de 2013, por comparação com o preço implícito na contrapartida. Nesse período, a cotação de fecho da Ação situou-se sempre em níveis inferiores a €2,45, diferencial que se situou em 10% no dia anterior ao da publicação do anúncio preliminar:

### Cotação de fecho da Ação vs contrapartida oferecida (€)



Nota: Cotação de fecho da Ação ajustada, no período de 29 de outubro de 2012 a 16 de maio de 2013, pelos dividendos pagos pela Sonaecom (ex-dividendo em 17/05/2013 com o pagamento do dividendo ílquido de €0,12 por ação).  
 Fonte: Bloomberg, informação histórica recolhida em 15.11.2013, com referência ao período utilizado para apuramento dos termos da contrapartida divulgados ao mercado no Anúncio Preliminar da Oferta de 29.10.2013.

### Prémio face à média dos target prices

A contrapartida estabelecida pelo Oferente avalia a Ação acima da média das avaliações de analistas. Tendo por base a informação disponível na *Bloomberg* e o conjunto de estimativas

de analistas ali divulgadas, a média dos *target prices* no dia anterior à divulgação do anúncio preliminar da Oferta apontava para uma valorização da Ação de €2,10, pelo que o preço implícito na contrapartida representa para os acionistas aceitantes da Oferta um prémio de 17%:



Para efeitos da análise supra referida, foram considerados os *Target Prices* emitidos em 2013 (até à data de publicação do Anúncio Preliminar) pelas Casas de *Research* com as quais a Sonaecom mantém um contacto permanente:

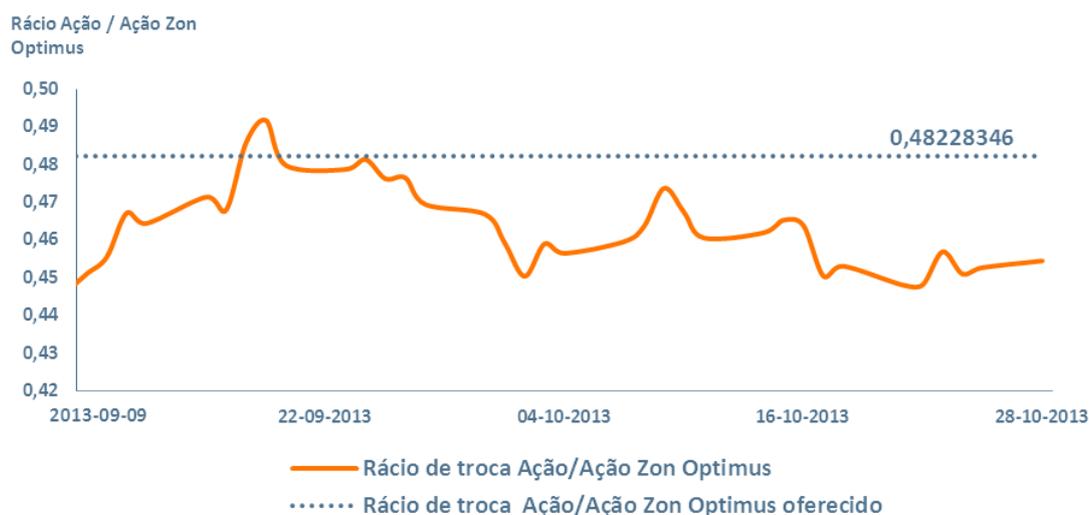
<b>Casa de <i>Research</i></b>	<b>Data</b>	<b>Target Price (€)</b>
Barclays	15-10-2013	2,60
Grupo Santander	16-09-2013	2,41
Espirito Santo Investment	17-07-2013	2,30
BPI	11-06-2013	1,80
Citi	31-05-2013	1,50
BCP Investimento	11-04-2013	2,20
JP Morgan	11-02-2013	1,90
<b>Média</b>	-	<b>2,10</b>

Fonte: Bloomberg, *Researchs* das Casas de *Research* indicadas.

### **Evolução dos termos de troca**

O termo de troca de 0,48228346 Ações ZON OPTIMUS por cada Ação situa-se em patamar superior à grande maioria dos rácios de troca implícitos na evolução das cotações médias ponderadas diárias da Ação e da Ação ZON OPTIMUS, desde a data de admissão à negociação desta última no Euronext Lisbon (9 de setembro de 2013), após incorporação da OPTIMUS:

### Evolução do rácio de troca Sonaecom/ZON OPTIMUS (€)



Fonte: Bloomberg, informação histórica recolhida em 15.11.2013, com referência ao período utilizado para apuramento dos termos da contrapartida divulgados ao mercado no Anúncio Preliminar da Oferta de 29.10.2013.

#### 4.4. Modo de pagamento da contrapartida

As Ações ZON OPTIMUS que vierem a ser atribuídas aos aceitantes serão creditadas nas contas de registo de valores mobiliários escriturais de que aqueles sejam titulares, junto de intermediário financeiro legalmente habilitado, e onde se encontravam registadas as Ações. De igual modo, nessa mesma conta, será creditado o montante em numerário, caso a ele haja lugar.

Prevê-se que a liquidação física e financeira da Oferta ocorra no terceiro dia útil seguinte ao do apuramento dos resultados da Oferta, ou seja, no dia 25 de fevereiro de 2014, em conformidade com o disposto no Sistema de Liquidação e Compensação previsto no Regulamento da Interbolsa n.º 3/2004.

#### 4.5. Caução ou garantia da contrapartida

O número máximo de Ações ZON OPTIMUS que podem constituir a contrapartida da Oferta, isto é, 37.489.324 ações, encontram-se depositadas junto do Banco BPI, S.A. tendo, para efeitos da presente Oferta e conforme previsto no n.º 1 do art. 178º do CódVM, sido efetuado o seu bloqueio.

Adicionalmente, nos termos do art. 177º n.º 2 do CódVM, o Oferente apresentou uma garantia prestada pelo Banco Comercial Português, S.A. no valor de €27M.

#### 4.6. Modalidade da Oferta

A presente Oferta é geral e voluntária tendo por objeto as ações representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta não abrange as ações já detidas pelo Oferente, representativas de 1,52% do seu próprio capital social (5.571.014 ações próprias) e, em virtude de bloqueio voluntário efetuado pelos respetivos titulares, não pode ser aceite relativamente a ações detidas por pessoas que com o Oferente se encontram em alguma das situações previstas no artigo 20º do CódVM. Deste modo, a Oferta apenas pode ser aceite relativamente a um máximo de 88.479.227 ações representativas 24,16% do capital social da Sonaecom.

Apenas podem ser objeto de aceitação as Ações que, na data de encerramento da Oferta, se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades, bem como de quaisquer limites ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade.

A aceitação da Oferta por destinatários sujeitos a lei estrangeira fica subordinada ao cumprimento dos respetivos requisitos legais ou regulamentares.

A Oferta está limitada à aquisição de um número máximo de Ações e não está condicionada à aquisição de um número mínimo de Ações para ser considerada eficaz.

O lançamento da Oferta foi deliberado pelo Conselho de Administração do Oferente (e Sociedade Visada) em 29 de outubro de 2013.

À data do Anúncio Preliminar da Oferta (29 de outubro de 2013) o lançamento da Oferta encontrava-se sujeito às seguintes condições precedentes, que entretanto já foram verificadas:

- a) Aprovação prévia em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do Oferente e Sociedade Visada, realizada no dia 18 de novembro de 2013, da proposta de deliberação de redução de capital social por amortização de ações próprias a adquirir no âmbito da Oferta e por redução do valor nominal das restantes, nos termos do disposto nos arts. 94.º, 95.º (ex vi do n.º 2 do art. 463º), 317.º, n.º 3, al. b), e 463º, todos do CSC, apresentada pelo Conselho de Administração da Oferente e Sociedade Visada;

A redução do capital social do Oferente, no montante correspondente ao produto do número de ações da Sociedade adquiridas no âmbito da Oferta, pela importância de €2,45 (dois euros e quarenta e cinco cêntimos) terá como finalidade libertar os fundos necessários à concretização da Oferta. A título ilustrativo, e considerando um cenário de aceitação total da Oferta (88.479.227 Ações), o capital social atual da Sonacom, de €366.246.868, seria reduzido para €149.472.761,85 (montante de redução de aproximadamente €216.774.106). Conforme referido, a redução de capital visa as ações adquiridas no âmbito da Oferta e, portanto, não as ações próprias da Sonaecom atualmente existentes.

De acordo com a mesma deliberação e, em conformidade, os Estatutos do Oferente serão alterados no que respeita ao capital social e ações (números 1 e 2 do art. 5º), sendo os montantes exatos de tais reduções/alterações apenas determináveis após concretização da Oferta.

- b) Obtenção do registo prévio da Oferta junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 114º do CódVM, condição igualmente já verificada.

Serão da conta dos destinatários da Oferta todos os encargos inerentes à venda das Ações, designadamente as comissões de corretagem e de realização de operações em Bolsa, os quais constam dos preçários dos intermediários financeiros, disponíveis para consulta no *website* da CMVM, em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), e que lhes deverão ser indicados no momento da entrega das ordens de venda, bem como os impostos que couberem na situação tributável do vendedor.

Os Intermediários Financeiros poderão, eventualmente, cobrar ainda comissões associadas ao serviço de custódia de Ações ZON OPTIMUS que venham a ser atribuídas como contrapartida na Oferta.

#### **4.7. Regime fiscal**

O presente ponto constitui um resumo com vista a informação geral, sem pretender ser exaustivo, do regime fiscal aplicável aos rendimentos de ações emitidas por uma entidade residente, incluindo as mais-valias obtidas aquando da sua alienação (o que também abrange a sua troca por outras ações) e à transmissão a título gratuito de tais ações.

Este resumo considera as alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (a Lei do Orçamento para 2014), bem como as alterações ao Código do IRC introduzidas pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procede à reforma da tributação de sociedades (Reforma do IRC, a qual se aplica aos períodos de tributação que se iniciem, ou aos factos tributários que ocorram em ou após 1 de janeiro de 2014). Para facilidade de referência, as principais alterações relevantes introduzidas pela Reforma do IRC encontram-se resumidas no quadro incluído no final da presente secção (por comparação com o anterior regime).

Este enquadramento é necessariamente genérico, não dispensando a consulta da legislação aplicável, designadamente em aspetos aqui não refletidos.

### **1. Rendimentos das ações (dividendos)**

#### **1.1. Residentes**

##### **a) Pessoas Singulares:**

- Retenção na fonte de IRS, com carácter liberatório, à taxa de 28% incidente sobre os dividendos (cf. artigo 71º n.º 1 alínea c) do Código do IRS), sem prejuízo da opção pelo englobamento, e respetiva tributação a taxas progressivas, até ao máximo de 48% (aplicável a sujeitos passivos com rendimentos anuais superiores a € 80.000,00), acrescendo a esta, ainda, uma sobretaxa de 3,5% sobre o montante dos rendimentos que exceda o montante anual da Remuneração Mínima Mensal Garantida (€ 6.790,00) e uma taxa adicional de 2,5% sobre o montante anual dos rendimentos que exceda € 80.000,00 e 5% sobre o montante anual dos rendimentos que exceda € 250.000,00. Caso a opção pelo englobamento seja exercida, os dividendos auferidos são apenas considerados em 50% do seu valor (cf. artigo 40º-A, n.º 1 do Código do IRS).

- A retenção na fonte será de 35% sempre que os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, exceto quando seja identificado o beneficiário efetivo, termos em que se aplicam as regras gerais (cf. artigo 71º n.º 12 do Código do IRS).

#### **b) Pessoas Coletivas:**

- Retenção na fonte de IRC à taxa de 25%, com natureza de imposto por conta de IRC devido a final (cf. artigo 94º, n.º 4 do Código do IRC). O IRC incide à taxa geral de 23%, à qual acresce a Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% (cf. artigo 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), e artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 15 de janeiro, a qual revoga a Lei n.º 2/2007 e estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, entrando em vigor a 1 de janeiro de 2014) e Derrama Estadual às taxas de 3% sobre o a parcela dos lucros que exceda € 1.500.000,00, 5% sobre a parcela dos lucros que exceda € 7.500.000,00 e 7% sobre a parcela dos lucros que exceda € 35.000.000,00 (cf. artigo 87º, n.º 1 e artigo 87º-A do Código do IRC). A taxa de IRC é de 17% sobre os primeiros € 15.000,00 de matéria coletável dos sujeitos passivos que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial que sejam qualificados como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.
- Nos termos do artigo 51º, n.º 1 do Código do IRC, os lucros distribuídos são deduzidos do lucro tributável quando se encontrem verificadas as seguintes condições:
  - A entidade beneficiária não seja abrangida pelo regime de transparência fiscal; e
  - Detenha diretamente uma participação no capital da sociedade que distribui os dividendos não inferior a 5% e desde que a mesma tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante os 24 meses anteriores à data de colocação à disposição dos dividendos ou, se detida há menos tempo, desde que a participação seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período;
  - A entidade que distribui os lucros seja sujeita e não isenta de um imposto referido no artigo 2º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ao IRC, cuja taxa legal aplicável não seja inferior a 60% da taxa geral de IRC aplicável em Portugal (i.e. 13,8%); e
  - A entidade que distribui os lucros ou reservas não tenha residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do governo responsável pela área das finanças.
- Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte de IRC, nas situações descritas no parágrafo anterior, desde que a participação tenha permanecido na titularidade da mesma entidade, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação dos dividendos à disposição (cf. artigo 97º n.º 1 c) do CIRC). Refira-se que este prazo não parece compatível com o mencionado novo prazo de 24 meses previsto no

artigo 51º n.º 1 do Código do IRC, pelo que se admite que o mesmo venha a ser retificado.

- Não existe igualmente obrigação de efetuar retenção na fonte quando os titulares dos rendimentos sejam entidades beneficiárias de isenção total ou parcial de IRC, designadamente:
  - Fundos de pensões e equiparáveis, fundos poupança-reforma, poupança-educação, poupança-reforma/educação, fundos de poupança em ações e fundos de capital de risco que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional (cf. artigos 16º, 21º e 23º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF));
  - Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, de mera utilidade pública que prossigam exclusiva ou predominantemente fins científicos, culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas (cf. artigo 10º do Código do IRC).
- Encontram-se, contudo, sujeitos a tributação autónoma à taxa de 23% os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial, quando as partes de capital não tenham permanecido na titularidade do mesmo sujeito passivo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período (cf. artigo 88º n.º 11 do Código do IRC);
- A retenção na fonte será de 35% sempre que os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, exceto quando seja identificado o beneficiário efetivo, termos em que se aplicam as regras gerais (cf. artigo 87º, n.º 4 alínea h) aplicável por remissão do artigo 98º, n.º 5, ambos do Código do IRC).

## **1.2. Não Residentes**

### **Pessoas Singulares ou Coletivas:**

- Retenção na fonte à taxa liberatória de 28%, no caso de pessoas singulares e de 25%, no caso de pessoas coletivas, podendo, todavia, aquelas taxas ser reduzidas nos termos de Acordos de Dupla Tributação que, eventualmente, tenha sido celebrados entre Portugal e o país de residência do beneficiário dos dividendos, desde que o beneficiário providencie à entidade responsável por efetuar a retenção na fonte o formulário Modelo 21-RFI devidamente preenchido e certificado pelas autoridades fiscais do respetivo Estado de Residência ou, alternativamente, apresente o formulário Modelo 21-RFI devidamente preenchido e acompanhado de documento emitido pelas autoridades competentes do respetivo Estado de residência, que comprove a residência fiscal do beneficiário dos rendimentos durante o período em causa e a sua sujeição a impostos sobre o rendimento nesse Estado (cf. artigo 18º do Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro, artigo 71º do Código do IRS e artigo 98º, n.ºs 1 e 2 do Código do IRC).
- A retenção na fonte será de 35% sempre que os rendimentos sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por

conta de terceiros não identificados, exceto quando seja identificado o beneficiário efetivo, termos em que se aplicam as regras gerais (cf. artigo 71º, n.º 12 do Código do IRS e artigo 87º, n.º 4, alínea h) do Código do IRC).

- A retenção na fonte será igualmente de 35% caso os rendimentos sejam obtidos por entidades não residentes em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, alterada pela Portaria 292/2011 de 8 de novembro (cf. artigo 71º, n.º 14 do Código do IRS e artigo 87º, n.º 4, alínea i) do Código do IRC).
- Não haverá lugar a retenção na fonte, relativamente aos lucros que uma entidade residente em território português sujeita e não isenta de IRC (ou de imposto especial de jogo), coloque à disposição de entidade:
  - Residente noutro Estado membro da União Europeia, Espaço Económico Europeu ou Estado com o qual tenha sido celebrada Convenção para evitar a Dupla Tributação (desde que, nestes últimos casos, exista uma obrigação de cooperação administrativa em matéria fiscal equivalente à que se encontra estabelecida para a União Europeia);
  - Sujeita e não isenta de um imposto referido no artigo 2º da Diretiva n.º 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de novembro, ou de um imposto de natureza idêntica ao IRC, cuja taxa legal aplicável não seja inferior a 60% da taxa geral de IRC aplicável em Portugal (i.e. 13,8%);
  - Que detenha diretamente uma participação no capital da primeira não inferior a 5% e desde que esta participação tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante os 24 meses anteriores, cumpridas que sejam as formalidades para o efeito previstas (cf. artigo 14º e artigo 98º, n.ºs 1 e 5, todos do Código do IRC).

## **2. Ganhos e perdas realizados na transmissão onerosa de ações (mais-valias)**

Como se referiu, o regime fiscal aplicável às mais-valias obtidas aquando da transmissão onerosa de ações abrange o caso de essa transmissão ocorrer sob a forma de troca por outras ações, determinando a lei neste âmbito que, nesse caso de troca, o valor de realização corresponde ao valor dos bens ou direitos recebidos, acrescido (se aplicável) da importância em dinheiro conjuntamente recebida (cf. art. 44º n.º 1, alínea a) do Código do IRS e art. 46º, n.º 3, alínea a) do Código do IRC).

### **2.1. Residentes**

#### **a) Pessoas Singulares:**

O saldo anual positivo entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de ações é tributado à taxa especial de 28%, sem prejuízo do seu englobamento por opção dos respetivos titulares residentes em território português (cf. artigo 72º, n.ºs 4 e 8 do Código do IRS), e respetiva tributação a taxas progressivas, até ao máximo de 48%, (aplicável a sujeitos passivos com rendimentos anuais superiores a € 80.000,00) acrescendo a esta, ainda, uma sobretaxa de 3,5% sobre o montante dos rendimentos que exceda o montante anual da Remuneração Mínima Mensal Garantida (€ 6.790,00) e uma taxa adicional de 2,5% sobre anual dos

rendimentos que exceda € 80.000,00 e 5% sobre o montante anual dos rendimentos que exceda € 250.000,00. Para apuramento do referido saldo, positivo ou negativo, não relevam as perdas apuradas quando a contraparte da operação estiver sujeita no país, território ou região de domicílio a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 292/2011 de 8 de novembro (cf. artigo 43º, n.º 5 do Código do IRS).

#### **b) Pessoas Coletivas:**

- Consideram-se rendimentos ou ganhos ou gastos ou perdas, para efeitos de determinação do lucro tributável em IRC, as mais-valias ou as menos-valias realizadas com a transmissão de ações (artigos 20º, n.º 1, alínea h) e artigo 23º, n.º 1, alínea l) do Código do IRC). Como se referiu em 1.1. b), o IRC incide à taxa geral de 23%, à qual acresce a Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% (cf. artigo 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), e artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 15 de janeiro, a qual revoga a Lei n.º 2/2007 e estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, entrando em vigor a 1 de janeiro de 2014) e Derrama Estadual às taxas de 3% sobre o a parcela dos lucros que exceda € 1.500.000,00, 5% sobre a parcela dos lucros que exceda € 7.500.000,00, e 7% sobre a parcela dos lucros que exceda € 35.000.000,00 (cf. artigo 87º, n.º 1 e artigo 87º-A do Código do IRC). A taxa de IRC é de 17% sobre os primeiros € 15.000,00 de matéria coletável dos sujeitos passivos que exerçam, diretamente e a título principal, uma actividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial que sejam qualificados como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.
- Nos termos do artigo 51º-C do Código do IRC, não concorrem para a formação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC, com sede ou direção efetiva em território português, as mais e menos-valias realizadas mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere e independentemente da percentagem da participação transmitida, de partes sociais detidas ininterruptamente por um período não inferior a 24 meses, desde que:
  - A entidade beneficiária não seja abrangida pelo regime de transparência fiscal;
  - Detenha diretamente uma participação no capital da sociedade não inferior a 5%; e
  - A entidade cujas participações são alienadas não tenha residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante de lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças (Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 292/2011 de 8 de Novembro).

De acordo com a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, é revogado o regime de isenção parcial mediante reinvestimento dos valores de realização, das mais-valias realizadas com a transmissão de participações sociais.

Assinala-se ainda que a Lei do Orçamento para 2014 revogou o regime fiscal anteriormente aplicável às mais-valias e menos-valias realizadas por SGPS e SCR e ICR mediante a transmissão onerosa de ações detidas por um período não inferior a 1 ano, bem como aos encargos financeiros suportados com a sua aquisição (artigos 32º e 32º-A do EBF previam a respetiva não concorrência para a formação do lucro tributável, no primeiro caso, e a não dedutibilidade, no segundo caso).

## **2.2. Não Residentes**

### **a) Pessoas Singulares:**

- Ficam excluídas de tributação, as mais-valias realizadas com a alienação de ações, por pessoas singulares não residentes e sem estabelecimento estável ao qual as mesmas sejam imputáveis (cf. artigo 27º, n.º 1 do EBF). Esta exclusão não abrange mais-valias provenientes de:
  - Alienação de ações por pessoas singulares residentes em território sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante da Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 292/2011 de 8 de novembro;
  - Alienação de ações se respeitantes a sociedades cujo ativo seja constituído, direta ou indiretamente, em mais de 50% por bens imóveis ou direitos reais sobre bens imóveis situados em território português, ou que, sendo sociedades gestoras ou detentoras de participações sociais, se encontrem em relação de domínio, tal como definido no artigo 13º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, a título de dominantes, com sociedades dominadas, igualmente residentes em território português, cujo ativo seja constituído, em mais de 50%, por bens imobiliários aí situados, sendo tais mais-valias tributadas à taxa autónoma de 28% (cf. artigo 72º, n.º 4 do Código do IRS).

### **b) Pessoas Coletivas:**

- Nos termos do disposto no artigo 27º, n.º 1 e n.º 2 do EBF, as mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais por pessoas coletivas não residentes e sem estabelecimento estável ao qual as mesmas sejam imputáveis, estão isentas de imposto, exceto quando:
  - Tais entidades sejam detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades residentes;
  - Tais entidades sejam residentes em país, território ou região, sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada pela Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, na redação atual;
  - Resultem da transmissão onerosa de partes sociais em sociedades residentes em território português cujo ativo seja constituído, em mais de 50%, por bens imobiliários aí situados ou que, sendo sociedades gestoras ou detentoras de participações sociais, se encontrem em relação de domínio, tal como definido no artigo 13º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, a título de dominantes, com sociedades dominadas, igualmente residentes em

território português, cujo ativo seja constituído, em mais de 50%, por bens imobiliários aí situados.

- Não havendo lugar à isenção, as mais-valias serão tributadas à taxa geral de IRC de 23%.
- De notar que a tributação das mais-valias em território português pode ser afastada nos termos de Acordos de Dupla Tributação eventualmente celebrados com o Estado de residência do beneficiário das mais-valias.

### **3. Transmissões Gratuitas de ações**

#### **3.1. Residentes**

##### **a) Pessoas Singulares:**

- Estão sujeitas a Imposto do Selo à taxa de 10% as transmissões gratuitas de ações cuja entidade emitente tenha sede ou direção efetiva em Portugal a favor de pessoas singulares domiciliadas em território nacional (cf. artigo 1º e artigo 4º, n.ºs 4, alínea d) e 5 do Código do Imposto do Selo, e Verba 1.2. da Tabela Geral do Imposto do Selo, e artigos 12º n.º 6 e 16º do Código do IRS); a transmissão efetuada a favor de cônjuge, descendentes ou ascendentes está isenta (cf. artigo 6º, alínea e) do Código do Imposto do Selo).

##### **c) Pessoas Coletivas:**

- Não estão sujeitas a Imposto do Selo as transmissões gratuitas de ações a favor de pessoas coletivas sujeitas a IRC, ainda que dele isentas.
- No entanto, os incrementos patrimoniais derivados de tais aquisições a título gratuito concorrem para a formação do lucro tributável em sede de IRC.

#### **3.2. Não residentes**

##### **a) Pessoas Singulares:**

- Não estão sujeitas a Imposto do Selo as transmissões gratuitas de ações, desde que efetuadas a favor de pessoas singulares não domiciliadas em território nacional (cf. A contrário, artigo 4º, n.º 4, alínea d) do Código do Imposto do Selo).

##### **b) Pessoas Coletivas:**

- Não estão sujeitas a imposto de selo as transmissões gratuitas de ações a favor de pessoas coletivas sujeitas a IRC ainda que dele isentas.
- Nos termos do disposto no artigo 4º, n.º 3, alínea e) do CIRC, os incrementos patrimoniais derivados de aquisições a título gratuito respeitantes a ações cuja entidade emitente tenha sede ou direção efetiva em Portugal consideram-se obtidos em território português e, portanto, estão sujeitos a IRC.

**4. Principais alterações incluídas na Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (por comparação com o anterior regime):**

Matéria	Regime anterior	Regime atual
Taxa nominal de IRC	Taxa de 25%, acrescida de Derrama Municipal e Estadual.	Taxa de 23%, acrescida de Derrama Municipal e Estadual.  Taxa reduzida de 17% sobre os primeiros € 15.000,00 de matéria coletável dos sujeitos passivos que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial que sejam qualificados como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro.
Derrama estadual	A derrama estadual incidia às taxas de 3% sobre a parcela do lucro tributável que excedesse € 1.500.000,00 e 5% sobre a parcela do lucro tributável que excedesse € 7.500.000,00.	A derrama estadual compreende três escalões, incidindo às taxas de 3% sobre a parcela do lucro tributável que exceda € 1.500.000,00, 5% sobre a parcela do lucro tributável que exceda € 7.500.000,00, e 7% sobre a parcela do lucro tributável que exceda € 35.000.000,00.
Eliminação da dupla tributação económica sobre lucros e reservas distribuídos	Aplicação aos lucros distribuídos decorrentes de participações: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não inferiores a 10%;</li> <li>▪ Detidas de modo ininterrupto durante o ano antecedente à distribuição;</li> <li>▪ De sociedades residentes em Portugal, União Europeia ou Espaço Económico Europeu, desde que neste último caso existisse obrigação de cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.</li> </ul>	Aplicação aos lucros e reservas distribuídos decorrentes de participações: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não inferiores a 5%;</li> <li>▪ Detidas de modo ininterrupto durante os 24 meses antecedentes à distribuição;</li> <li>▪ De entidades sujeitas e não isentas a um imposto equivalente ao IRC, cuja taxa legal mínima não seja inferior a 60% da taxa nominal de IRC nacional (i.e. 13,8%);</li> <li>▪ De sociedades que não sejam residentes em país, território ou região constante da Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 292/2011 de 8 de novembro.</li> </ul>

Tributação de mais e menos-valias	Tributação das mais-valias realizadas com a transmissão onerosa de participações sociais, e consideração das menos-valias realizadas apenas em metade do respetivo valor.	Isenção sobre as mais e menos-valias realizadas com a alienação onerosa de participações sociais que cumpram com os requisitos previstos para a aplicação do regime de eliminação da dupla tributação económica sobre lucros e reservas distribuídos, e desde que o ativo da sociedade alienada não seja constituído, em mais de 50%, por bens imóveis situados em território português.
Formalidades para aplicação da redução e dispensa de retenção na fonte	A aplicação da dispensa ou redução da retenção na fonte sobre rendimentos de fonte portuguesa dependia da apresentação do formulário Modelo 21-RFI, devidamente certificado pela administração tributária do Estado de residência do beneficiário dos rendimentos.	A aplicação da dispensa ou redução da retenção na fonte passa a depender da apresentação do formulário Modelo 21-RFI, sem necessidade de certificação quando acompanhado de comprovativo de residência fiscal emitido pelas autoridades competentes do Estado de residência do beneficiário dos rendimentos.
Regime de reinvestimento de valores de realização na alienação de participações sociais	Exclusão de tributação de 50% das mais-valias realizadas com a alienação de participações sociais de, pelo menos, 10%, quando detidas por um período mínimo de um ano.	Regime revogado, no que toca à alienação de participações sociais, por se tornar redundante face ao novo regime de isenção de mais-valias.

#### 4.8. Assistência

Conforme antes referido neste prospeto, o Intermediário Financeiro responsável pelos serviços de assistência à Oferta é o Banco Português de Investimento, S.A., com sede na Rua Tenente Valadim, n.º 284, no Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 569 046, e com o capital social integralmente subscrito e realizado de € 20.000.000.

O Contrato de Assistência e de Mandato, celebrado em 15 de novembro de 2013 entre o Oferente e o BPI, obrigou o BPI a prestar ao Oferente um conjunto de serviços relacionados com a organização, lançamento e execução da Oferta, nomeadamente:

- Elaboração dos documentos da Oferta, incluindo o anúncio de lançamento, Prospeto e demais anúncios complementares ou retificativos que se venham a mostrar necessários;
- Organização e apresentação à CMVM do pedido de registo prévio da Oferta, devidamente instruído;
- Promoção da divulgação do Prospeto da Oferta e dos demais documentos, nomeadamente do anúncio de lançamento da Oferta, de eventuais anúncios

complementares, retificativos ou adendas, e em geral de todos os documentos cuja publicação seja devida ou venha a ser exigida pelas entidades responsáveis pela organização e funcionamento do mercado de capitais;

- d. Receção, verificação, registo e comunicação às autoridades competentes, nos termos legal e regulamentarmente previstos, das ordens de venda e eventuais revogações que lhe forem transmitidas pelos destinatários da Oferta;
- e. Promoção da organização da centralização de ordens da Oferta e respetivo apuramento; e
- f. Organização da liquidação física e financeira da Oferta, nos termos legal e regulamentarmente previstos.

O referido Contrato estabelece ainda outras obrigações do BPI e do Oferente e inclui cláusulas relativas a honorários, despesas, notificações e procedimentos operacionais da Oferta.

#### **4.9. Objetivos da aquisição**

A presente Oferta surge após a conclusão da fusão entre a OPTIMUS e a ZON, da qual resultou a ZON OPTIMUS, conforme antes referido neste Prospeto.

No âmbito dessa fusão, a Sonaecom passou a deter 37.489.324 de ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS.

Com a presente Oferta, a Sonaecom pretende conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as ações que detêm nesta Sociedade, por contrapartida da entrega das 37.489.324 Ações ZON OPTIMUS que passou a deter diretamente no âmbito da referida fusão. Não sendo esta posição de 7,28% crítica para a atividade da Sonaecom, vai permitir que os seus acionistas passem a ter uma exposição direta à ZON OPTIMUS, o qual constitui o ativo de referência do *portfolio* da Sonaecom.

Conforme referido no ponto 4.6. supra, a libertação dos capitais próprios necessários à concretização da presente Oferta será efetuada mediante a redução do capital social deliberada na Assembleia Geral de 18 de novembro de 2013, no montante correspondente ao produto do número de ações da Sociedade adquiridas no âmbito da Oferta, pela importância de €2,45, por extinção das ações próprias adquiridas e redução do valor nominal das restantes ações da Sociedade.

A presente Oferta manterá inalterada a atividade empresarial do Oferente (que também é a Sociedade Visada) e das sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo, bem como a política de pessoal e de estratégia financeira.

Em particular, não foi equacionada, qualquer eventual futura fusão da Sonaecom com outra qualquer sociedade, designadamente com qualquer outra sociedade do Grupo Sonaecom.

O sucesso da presente Oferta não produzirá impactos significativos no equilíbrio económico-financeiro do Oferente, já que os seus capitais próprios – que superam em duas vezes e meia o seu capital social, como refletido nos documentos de prestação de contas aprovados em Assembleia Geral de acionistas anual realizada no dia 24 de abril de 2013, na informação semestral divulgada no dia 28 de agosto de 2013 e na informação financeira individual dos nove meses de 2013 – serão reduzidos em cerca de 19% (considerando que o montante total da Oferta ascende a €217M e os capitais próprios a €1.161M), e a sua liquidez em montante que deverá ser inferior a €27M (cerca de 18% de uma posição positiva líquida de caixa total de €152M<sup>9</sup>). Acrescente-se que, na mesma data (final dos primeiros nove meses de 2013), os capitais próprios consolidados do Oferente ascendiam a €1.104M, sendo que o Oferente apresentava uma posição líquida de caixa consolidada no montante de €168M.

O Oferente não tomou qualquer decisão quanto à eventualidade de, após a Oferta, no futuro, e caso se preencham os correspondentes pressupostos legais, vir a exercer o direito potestativo previsto nos artigos 194<sup>o</sup> e seguintes do CódVM, ou vir a promover a perda da sua qualidade de sociedade aberta ao abrigo do disposto no art. 27<sup>o</sup> do CódVM, o mesmo sucedendo, tanto quanto é do conhecimento do Oferente, com as entidades que com ele se encontram em alguma das situações previstas no n.º 1 do art. 20<sup>o</sup> do CódVM e que tenham legitimidade para promover a perda da qualidade de sociedade aberta do Oferente com o mencionados fundamentos.

#### **4.10. Declarações de aceitação**

A Oferta manter-se-á durante 2 semanas, pelo que as ordens de venda podem ser recebidas entre as 8:30 horas do dia 6 de fevereiro de 2014 e as 15:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2014.

Nos termos do n.º 2 do artigo 183<sup>o</sup> do CódVM, a CMVM pode, por sua iniciativa ou a pedido do Oferente, prorrogar a Oferta em caso de revisão, lançamento de oferta concorrente ou quando a proteção dos interesses dos destinatários o justifique.

A aceitação da presente Oferta, por parte dos seus destinatários, deverá manifestar-se durante o prazo da Oferta, através de ordens de venda transmitidas nas sociedades corretoras, nas sociedades financeiras de corretagem e nos balcões dos intermediários financeiros habilitados a prestar o serviço de registo e depósito de valores mobiliários.

Os destinatários da Oferta que possam (excluindo portanto aqueles cujas ações representativas do capital social do Oferente se encontrem bloqueadas) e pretendam aceitar a Oferta poderão revogar a sua declaração de aceitação, através de comunicação dirigida ao intermediário financeiro que a recebeu:

- (a) Em geral, até 5 dias antes do termo do prazo da Oferta, ou seja, até às 15:00 horas do dia 12 de fevereiro de 2014 nos termos do artigo 126<sup>o</sup>, n.º 2 do CódVM, inclusive;

---

<sup>9</sup> Calculada pela dedução ao montante de Caixa e equivalentes de caixa dos empréstimos de curto e longo prazo.

- (b) No caso de a Oferta ser suspensa, até ao final do 5.º dia posterior ao termo da suspensão, com direito à restituição de todas as Ações que tenham sido objeto de aceitação, conforme disposto no art. 133º, n.º 3 do CódVM;
- (c) No caso do surgimento de ofertas concorrentes, até ao último dia do período de aceitação.

#### **4.11. Resultado da Oferta**

O resultado da Oferta será apurado pela Euronext, no dia 20 de fevereiro de 2014, sendo esta entidade igualmente responsável pela respetiva divulgação nesse mesmo dia. Os resultados da Oferta serão ainda divulgados no *website* da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), e no *website* da Sonaecom, em [www.sonae.com](http://www.sonae.com).

Após o apuramento, prevê-se que a liquidação física e financeira da Oferta ocorra no terceiro dia útil seguinte, isto é, em 25 de fevereiro de 2014 nos termos do Sistema de Liquidação e Compensação previsto no Regulamento da Interbolsa n.º 3/2004 e de acordo com o estipulado no Aviso de apuramento de resultados da Euronext.

#### **4.12. Legislação aplicável e foro competente**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 138º do CódVM, os contratos a celebrar entre o Oferente e os titulares de ações da Sociedade Visada, que aceitem a Oferta, reger-se-ão pela Lei Portuguesa. Eventuais litígios emergentes destes contratos serão dirimidos pelos tribunais do foro da Comarca do Porto.

## **Capítulo 5 – Informações relativas ao Oferente, participações sociais e acordos**

### **5.1. Identificação do Oferente**

A Sonaecom – S.G.P.S., S.A., com sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia, Registada na Conservatória do Registo Comercial da Maia com o número de matrícula e de pessoa coletiva 502 028 351 e com o capital social, integralmente subscrito e realizado, de € 366.246.868. A Sonaecom é uma sociedade gestora de participações sociais cujos principais negócios se desenvolvem no setor das telecomunicações, em Portugal.

A Sonaecom tem capital social, integralmente subscrito e realizado, de €366.246.868, apresentando, atualmente, a seguinte estrutura acionista:

Identificação	# Ações	% Participação no capital
Sontel BV <sup>(1)</sup>	194.063.119	52,99%
Sonae - SGPS, SA <sup>(2)</sup>	78.133.508	21,33%
Sonaecom SGPS (ações próprias)	5.571.014	1,52%
Goldman Sachs Inc.	7.780.349	2,12%
<i>Free Float</i>	80.398.878	21,95%
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>100,00%</b>

(1) Entidade diretamente dominada pela Sonae SGPS, S.A.

(2) Entidade indiretamente dominada pela Efanor, SGPS, S.A., sociedade cujo capital e direitos de voto são atribuíveis em 99,99% a Belmiro Mendes de Azevedo.

Criada em 1994 e admitida à negociação ao Euronext Lisbon em 2000, a Sonaecom é a *sub-holding* do Grupo Sonae para a área de telecomunicações:



Na sua carteira de negócios destacavam-se, antes da fusão da sua participada OPTIMUS com a ZON, duas unidades de negócio: a OPTIMUS, operador integrado de telecomunicações em Portugal e a área de *Software* e Sistemas de Informação (SSI) operando ainda no segmento *Online e Media*, com um conjunto de negócios como o “Público”, jornal diário generalista com 23 anos de existência em Portugal.

Com a marca OPTIMUS, a Sonaecom detinha uma presença significativa em diversos segmentos do mercado das telecomunicações, com destaque para os serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, e ofertas tradicionais de voz e dados, televisão e um amplo conjunto de soluções móveis e serviços de *roaming*, assim como serviços grossistas a terceiros.

Após a fusão entre a ZON e a OPTIMUS, a Sonaecom passou a deter uma participação relevante num grupo empresarial integrado de telecomunicações – o Grupo ZON OPTIMUS - que constitui destacadamente o principal ativo do seu portfólio de participações.



A Sonaecom detém uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A., a qual, por sua vez, detém 50,01% do capital social ZON OPTIMUS. Considerando que a Zopt, SGPS, S.A. é uma sociedade conjuntamente controlada pela Sonaecom e outras entidades (conforme se detalha no ponto 6.7. do presente Prospeto), esta participação corresponde, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 21º do CódVM, a uma participação de 57,29% (50,01% + 7,28% sendo esta última correspondente à participação direta detida pela Sonaecom na ZON OPTIMUS).

## 5.2. Imputação de direitos de voto

As pessoas que, em relação ao Oferente, se encontram em alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 20º do CódVM, à data do presente Prospeto, são as seguintes:

- a) Os Membros dos órgãos de administração e fiscalização do Oferente identificados no ponto 3.1. deste Prospeto.
- b) As entidades que com o Oferente se encontram em relação de domínio ou de grupo:

### **Entidades Dominantes da Sonaecom**

BELMIRO MENDES DE AZEVEDO  
 EFANOR INVESTIMENTOS, SGSP, SA  
 SONAE, SGPS, S.A.  
 SONTEL, BV  
 MIGRACOM, SGPS, S.A.  
 LINHACOM, SGPS, S.A.

### **Sociedades objeto de domínio ou de domínio total por parte da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae, SGPS, S.A.**

SONAE, SGPS, S.A.  
 3DO SHOPPING CENTRE GMBH  
 3SHOPPINGS - HOLDING, SGPS, SA  
 8ª AVENIDA CENTRO COMERCIAL, SA

ADLANDS BV  
AEGEAN PARK, SA  
AIRONE - SHOPPING CENTRE, SRL  
ALBCC – ALBUFEIRASHOPPING – CENTRO COMERCIAL, SA  
ALEXA ADMINISTRATION GMBH  
ALEXA ASSET GMBH & CO  
ALEXA HOLDING GMBH  
ALEXA SHOPPING CENTRE GMBH  
ALGARVESHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
ARP ALVERCA RETAIL PARK, SA  
ARRÁBIDASHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
AVENIDA M-40, BV  
BERALANDS BV  
CAMPO LIMPO LDA  
CASCAISHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
CASCAISHOPPING HOLDING I, SGPS, SA  
CCCB CALDAS DA RAINHA - CENTRO COMERCIAL,SA  
CENTRO COLOMBO - CENTRO COMERCIAL, SA  
CENTRO VASCO DA GAMA - CENTRO COMERCIAL, SA  
COIMBRASHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
COLOMBO TOWERS HOLDING, BV  
CRAIOVA MALL BV  
DORTMUND TOWER GMBH  
DORTMUND TOWER GMBH  
DOS MARES - SHOPPING CENTRE, SA  
ESTAÇÃO VIANA - CENTRO COMERCIAL, SA  
FRECCIA ROSSA - SHOPPING CENTRE, SRL  
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PARQUE DOM PEDRO SHOPPING CENTER  
(FUNDII)  
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO SHOPPING PARQUE DOM PEDRO SHOPPING  
GAIASHOPPING I - CENTRO COMERCIAL, SA  
GAIASHOPPING II - CENTRO COMERCIAL, SA  
GLI ORSI SHOPPING CENTRE 1, SRL  
GUIMARÃESHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
HARVEY DOS IBERICA, SL  
IBERIAN ASSETS, SA  
INPARSA - GESTÃO DE GALERIA COMERC., SA  
IOANNINA DEVELOPMENT OF SHOPPING CENTRES, SA  
LA FARGA - SHOPPING CENTRE, SL  
LAND RETAIL, BV  
LARISSA DEVELOPMENT OF SHOPPING CENTRES, SA  
LCC – LEIRIASHOPPING – CENTRO COMERCIAL, SA  
LE TERRAZZE – SHOPPING CENTRE 1, SRL  
LOOP 5 - SHOPPING CENTRE GMBH  
LOURESHOPPING – CENTRO COMERCIAL, SA  
LUZ DEL TAJO - CENTRO COMERCIAL, SA  
LUZ DEL TAJO, BV  
MADEIRASHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
MAIASHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA  
MÜNSTER ARKADEN, BV  
NORTE SHOPPING RETAIL AND LEISURE CENTRE, BV  
NORTESHOPPING - CENTRO COMERCIAL, SA

PANTHEON PLAZA BV  
PARACENTRO - GESTÃO DE GALERIAS COMERCIAIS, SA  
PARK AVENUE DEVELOPEMENT OF SHOPPING CENTERS, SA  
PARKLAKE SHOPPING, SRL  
PARQUE ATLÂNTICO SHOPPING - CENTRO COMERCIAL SA  
PARQUE D. PEDRO 1, BV SARL  
PARQUE DE FAMALICÃO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA  
PARQUE PRINCIPADO, SL  
PÁTIO BOAVISTA SHOPPING, LTDA  
PÁTIO GOIÂNIA SHOPPING, LTDA  
PÁTIO LONDRINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, LTDA  
PÁTIO PENHA SHOPPING, LTDA  
PÁTIO SÃO BERNARDO SHOPPING LTDA  
PÁTIO SERTÓRIO SHOPPING LTDA  
PÁTIO UBERLÂNDIA SHOPPING LTDA  
PLAZA EBOLI - CENTRO COMERCIAL, SA  
PLAZA EBOLI, BV  
PLAZA MAYOR HOLDING, SGPS, SA  
PLAZA MAYOR PARQUE DE ÓCIO, BV  
PLAZA MAYOR PARQUE DE ÓCIO, SA  
PLAZA MAYOR SHOPPING, BV  
PLAZA MAYOR SHOPPING, SA  
PORTCC – PORTIMÃOSHOPPING – CENTRO COMERCIAL, SA  
PROJECT 4, SRL  
PROJECT SC 1, BV  
PROJECT SC 2, BV  
PROJECT SIERRA 10 BV  
PROJECT SIERRA 11, BV  
PROJECT SIERRA 12, BV  
PROJECT SIERRA 2, BV  
PROJECT SIERRA 2, BV  
PROJECT SIERRA 8 BV  
PROJECT SIERRA FOUR SA  
PROJECT SIERRA GERMANY 2 (TWO), SHOPPING CENTRE GMBH  
PROJECT SIERRA GERMANY 3 (THREE), SHOPPING CENTRE GMBH  
PROJECT SIERRA GERMANY 4 (FOUR), SHOPPING CENTRE, GMBH  
PROJECT SIERRA ITALY 2 - DEVELOPMENT OF SHOPPING CENTRES, SRL  
PROJECT SIERRA SPAIN 1, BV  
PROJECT SIERRA SPAIN 2 - CENTRO COMERCIAL, SA  
PROJECT SIERRA SPAIN 2, BV  
PROJECT SIERRA SPAIN 3, BV  
PROJECT SIERRA SPAIN 7 - CENTRO COMERCIAL, SA  
PROJECT SIERRA TWO SRL  
RIO SUL – CENTRO COMERCIAL, SA  
RIVER PLAZA BV  
RIVER PLAZA MALL, SRL  
S.C. MICROCOM DOI SRL  
SC AEGEAN, BV  
SC MEDITERRANEAN COSMOS, BV  
SERRA SHOPPING – CENTRO COMERCIAL, SA  
SHOPPING CENTRE COLOMBO HOLDING, BV  
SHOPPING CENTRE PARQUE PRINCIPADO, BV

SIERRA BRAZIL 1, BV  
SIERRA CENTRAL, S.A.S.  
SIERRA CEVITAL SHOPPING CENTER, SPA  
SIERRA CORPORATE SERVICES HOLLAND, BV  
SIERRA DEVELOPMENT OF SHOPPING CENTRES GREECE, SA  
SIERRA DEVELOPMENTS HOLDING, BV  
SIERRA DEVELOPMENTS, SGPS, SA  
SIERRA ENPLANTA, LTDA  
SIERRA EUROPEAN RETAIL REAL ESTATE ASSETS HOLDINGS, BV  
SIERRA GERMANY GMBH  
SIERRA GP, LIMITED  
SIERRA INVESTIMENTOS BRASIL LTDA  
SIERRA INVESTMENTS (HOLLAND) 1, BV  
SIERRA INVESTMENTS (HOLLAND) 2, BV  
SIERRA INVESTMENTS HOLDING, BV  
SIERRA INVESTMENTS SGPS, SA  
SIERRA ITALY HOLDING, B  
SIERRA ITALY, SRL  
SIERRA MANAGEMENT, SGPS, SA  
SIERRA PORTUGAL, SA  
SIERRA PROJECT NÜRNBERG BV  
SIERRA PROPERTY MANAGEMENT GREECE, SA  
SIERRA REAL ESTATE GREECE BV  
SIERRA REVAL A.Ş.  
SIERRA ROMANIA SHOPPING CENTERS SERVICES, SRL  
SIERRA SERVICES HOLLAND 2 BV  
SIERRA SOLINGEN HOLDING GMBH  
SIERRA SPAIN – SHOPPING CENTERS SERVICES, SL  
SIERRA SPAIN 2 SERVICES, SA  
SIERRA ZENATA PROJECT B.V  
SOLINGEN SHOPPING CENTER GMBH  
SONAE SIERRA BRASIL, SA  
SONAE SIERRA BRAZIL, BV SARL  
SONAE SIERRA, SGPS, SA  
SPF - SIERRA PORTUGAL  
TORRE OCIDENTE - IMOBILIÁRIA, SA  
UNISHOPPING ADMINISTRADORA, LTDA  
UNISHOPPING CONSULTORIA IMOBILIÁRIA, LTDA  
VALECENTER, SRL  
VIA CATARINA - CENTRO COMERCIAL, SA  
VUELTA OMEGA, S.L.  
WEITERSTADT SHOPPING BV  
ZUBIARTE INVERSIONES INMOBILIARIAS, SA

**Telecomunicações**

ZOPT, SGPS, SA

**Gestão de Investimentos**

EQUADOR & MENDES - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, LDA  
INFOSYSTEMS – SOCIEDADE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.  
MARCAS DO MUNDO - VIAGENS E TURISMO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.  
MOVIMENTOS VIAGENS - VIAGENS E TURISMO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA  
NOVA EQUADOR INTERNACIONAL, AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, LDA  
NOVA EQUADOR P.C.O. E EVENTOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

RASO SGPS, SA  
RASO - VIAGENS E TURISMO, SA  
SIRS – SOCIEDADE INDEPENDENTE DE RADIODIFUSÃO SONORA, S.A.  
SSI ANGOLA, S.A.  
UNIPRESS - CENTRO GRÁFICO, LDA  
VIAGENS Y TURISMO DE GEOTUR ESPAÑA, S.L.  
**SONAECOM**  
CAPE TECHNOLOGIES LIMITED  
DIGITMARKET – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.  
LUGARES VIRTUAIS, S.A.  
MAINROAD – SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.  
MIAUGER – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE LEILÕES ELECTRÓNICOS, S.A.  
PCJ - PÚBLICO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO, S.A.  
PRAESIDIUM SERVICES LIMITED  
PÚBLICO – COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A.  
SAPHETY LEVEL – TRUSTED SERVICES, S.A.  
SAPHETY BRASIL TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS LTDA.  
SAPHETY – TRANSACCIONES ELECTRONICAS SAS  
SONAECOM - SERVIÇOS PARTILHADOS, S.A.  
SONAE COM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SGPS, S.A.  
SONAECOM - SISTEMAS DE INFORMACIÓN ESPANÑA, S.L.  
SONAETELECOM BV  
TECNOLÓGICA TELECOMUNICAÇÕES, LTDA.  
WE DO CONSULTING – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.  
WEDO DO BRASIL SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, LTDA.  
WE DO POLAND SP. Z.O.O.  
WE DO TECHNOLOGIES AMERICAS, INC  
WE DO TECHNOLOGIES AUSTRALIA PTY LIMITED  
WE DO TECHNOLOGIES BV  
WE DO TECHNOLOGIES BV – SUCURSAL MALÁSIA  
WE DO TECHNOLOGIES EGYPT LLC  
WE DO TECHNOLOGIES (UK) LIMITED  
WE DO TECHNOLOGIES MEXICO, S DE R.L. WE DO TECHNOLOGIES MEXICO, S DE R.L.  
WE DO TECHNOLOGIES PANAMÁ S.A.  
WE DO TECHNOLOGIES SINGAPORE PTE. LTD.  
UNIPRESS – CENTRO GRÁFICO, LDA.  
SOCIEDADE INDEPENDENTE DE RADIODIFUSÃO SONORA, S.A.  
ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.  
ZOPT, SGPS, S.A.  
ZON TV CABO, S.A.  
ZON TV CABO AÇOREANA, S.A.  
ZON TV CABO MADEIRENSE, S.A.  
SPORT TV PORTUGAL, S.A.  
ZON CONTEÚDOS, LDA  
DREAMIA, B.V  
ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO, S.A.  
FINSTAR - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.A.  
MSTAR, S.A.  
BIG PICTURE 2 FILMS, S.A.  
ZON FINANCE B.V.  
ZON III-COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS S.A.  
LUSOMUNDO AUDIOVISUAIS, S.A.

LUSOMUNDO CINEMAS, S.A.  
ZON LUSOMUNDO TV LDA  
LUSOMUNDO MOÇAMBIQUE, LDA  
LUSOMUNDO ESPAÑA, SL  
TELIZ HOLDING B.V.  
UPSTAR COMUNICAÇÕES S.A.  
DREAMIA, SERV DE TELEVISÃO, S.A.  
ZON AUDIOVISUAIS, SGPS, S.A.  
ZON CINEMAS, SGPS, S.A.  
DISTODO DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA, LDA  
LUSOMUNDO – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SGPS, S.A.  
EMPRACINE-EMPRESA PROMOTORA DE ACTIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, LDA  
ZON TV CABO SGPS S.A.  
LUSOMUNDO IMOBILIÁRIA 2, S.A.  
BE ARTIS – CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE REDES DE COMUNICAÇÕES, S.A.  
BE TOWERING – GESTÃO DE TORRES DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.  
SONTÁRIA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A..  
OPTIMUS - COMUNICAÇÕES S.A  
PERMAR – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A.  
**SONAE CAPITAL**  
ANDAR - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
APOR - AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO DO PORTO, S.A.  
APR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RESORTS  
AQUALUZ - TURISMO E LAZER, LDA  
AREAL - ASSOCIAÇÃO DOS RESORTS DO ALENTEJO LITORAL  
ATLANTIC FERRIES - TRÁFEGO LOCAL, FLUVIAL E MARÍTIMO, S.A.  
BLOCO Q - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
BLOCO W - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
CASA DA RIBEIRA - HOTELARIA E TURISMO, S.A.  
CENTRO RESIDENCIAL DA MAIA - URBANISMO, S.A.  
CINCLUS - IMOBILIÁRIA, SA  
CONTACTO CONCESSÕES, SGPS, S.A.  
COUNTRY CLUB DA MAIA - IMOBILIÁRIA, S.A.  
ECOCICLO II - ENERGIAS, SA  
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS QUINTA DA AZENHA, S.A.  
GOLF TIME - GOLFE E INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, SA  
IMOAREIA - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, SGPS, S.A.  
IMOBILIÁRIA DA CACELA, S.A.  
IMOCLUB - SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS, S.A.  
IMOBELTY, S.A.  
IMOHOTEL - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS, S.A.  
IMOPENÍNSULA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
IMOPONTE - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
IMORESORT - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
IMOSEDAS - IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS, S.A.  
IMPLANTAÇÃO - IMOBILIÁRIA, S.A.  
INFRASTRUTURA, INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, E.M.  
INPARVI, SGPS, S.A.  
INTEGRUM COLOMBO - ENERGIA, S.A.  
INTEGRUM - ENERGIA, S.A.  
INTEGRUM MARTIM LONGO - ENERGIA, S.A.  
INTEGRUM VALE DO CAIMA - ENERGIA, S.A.

INTEGRUM VALE DO TEJO - ENERGIA, S.A.  
INTERLOG - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.  
LIDERGRAF - ARTES GRÁFICAS, S.A.  
MARINA DE TRÓIA, S.A.  
MARMAGNO - EXPLORAÇÃO HOTELEIRA E IMOBILIÁRIA, S.A.  
MARTIMPE - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.  
MARVERO - EXPLORAÇÃO HOTELEIRA E IMOBILIÁRIA, S.A.  
MATADOURO REGIONAL DO ALTO ALENTEJO, S.A.  
NET - NOVAS EMPRESAS E TÉCNOLOGIAS, S.A.  
NORSCUT - CONCESSIONÁRIA DE AUTO-ESTRADAS, S.A.  
OPERSCUT - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AUTO-ESTRADAS, S.A.  
PAULO JORGE PACHECO - EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA.  
PORTURBE - EDIFÍCIOS E URBANIZAÇÕES, S.A.  
PRAEDIUM - SERVIÇOS, S.A.  
PRAEDIUM - SGPS, S.A.  
PRAEDIUM II - IMOBILIÁRIA, S.A.  
PRÉDIOS PRIVADOS - IMOBILIÁRIA, S.A.  
PREDISEDAS - PREDIAL DAS SEDAS, S.A.  
PROMESSA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.  
S.I.I. - SOBERANA - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.  
SAÚDE ATLÂNTICA - GESTÃO HOSPITALAR, S.A.  
SC - ENGENHARIA E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, SGPS, SA  
SC - SOCIEDADE DE CONSULTADORIA, SA  
SC ASSETS, SGPS, SA  
SC FINANCE, BV  
SC, SGPS, SA  
SISTAVAC, SGPS, SA  
SISTAVAC, SA  
SISTAVAC - SISTEMAS HVAC-R DO BRASIL, LTD.  
SETE E MEIO HERDADES - INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS E TURISMO, SA  
SKK - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO PARA REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO, SA  
SKKFOR - SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS,UNIPESSOAL,LDA.  
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES CHILE, S.A.  
SOCIÉTÉ DE TRANCHAGE ISOROY, S.A.S  
SOCONSTRUÇÃO, BV  
SOIRA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE RAMALDE, SA  
SOLINCA - HEALTH AND FITNESS, S.A.  
SOLINCA - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.  
SOLINFITNESS CLUB MÁLAGA, SL  
SOLSWIM - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AQUÁTICOS, S.A.  
SOLTRÓIA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE URBANIZAÇÃO E TURISMO DE TRÓIA, S.A.  
SONAE CAPITAL, SGPS, SA  
SONAE TURISMO - SGPS, SA  
SONTUR, BV  
SOPAIR, S.A.  
SOTÁQUA - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DE QUARTEIRA, SA  
SPIDOURO - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO DE EMPRESAS E INVESTIMENTO NO DOURO E TRÁS-OS-MONTES, S.A.  
SPINARQ - ENGENHARIA, ENERGIA E AMBIENTE, S.A.  
SPINARQ MOÇAMBIQUE, LDA  
SPINVESTE - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SGII, SA

SPINVESTE - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, SA  
SPRED, SGPS, SA  
TORRE SÃO GABRIEL, IMOBILIÁRIA, S.A.  
TRÓIA - NATURA, S.A.  
TRÓIA MARKET - SUPERMERCADOS, S.A.  
TROIARESORT - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.  
TROIAVERDE - EXPLORAÇÃO HOTELEIRA E IMOBILIÁRIA, S.A.  
TULIPAMAR - EXPLORAÇÃO HOTELEIRA E IMOBILIÁRIA, S.A.  
URBISEDAS - IMOBILIÁRIA DAS SEDAS, S.A.  
VASTGOED ONE - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.  
VASTGOED SUN - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A.  
VISTAS DO FREIXO - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS, S.A.  
WORLD TRADE CENTER PORTO, S.A.  
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO IMOSEDE  
GERIDO PELA: SONAEGEST - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS, S.A.  
FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO WTC  
GERIDO PELA: SONAEGEST - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS, S.A.  
FUNDO F-HITEC  
GERIDO PELA: ESPIRITO SANTO VENTURES, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.  
FUNDO IMOBILIÁRIO TURISMO

**Outras Sociedades objeto de domínio ou de domínio total pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A.**

EFANOR SERVIÇOS APOIO À GESTÃO SA  
BA CAPITAL SGPS, SA  
BA BUSINESS ANGELS SGPS

**SONAE INDÚSTRIA**

AGLOMA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ASERRADEROS DE CUELLAR, S.A.  
AGEPAN FLOORING PRODUCTS, SARL  
AGLOMA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MADEIRA AGLOMERADA, S.A.  
CIA. DE INDUSTRIAS Y NEGOCIOS, S.A.  
ECOCICLO, ENERGIA E AMBIENTE, S.A.  
EURORESINAS – INDÚSTRIAS QUÍMICAS, S.A.  
GLUNZ AG  
GLUNZ SERVICE GMBH  
GLUNZ UK HOLDINGS, LTD.  
GLUNZ UKA GMBH  
ISOROY, SAS  
MAIEQUIPA – GESTÃO FLORESTAL, S.A.  
MEGANTIC BV  
MOVELPARTES – COMP. PARA A INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO, S.A.  
OSB DEUSTCHLAND  
POLIFACE NORTH AMERICA  
RACIONALIZACION Y MANUFACTURAS FLORESTALES, S.A.  
OSB DEUSTCHLAND  
POLIFACE NORTH AMERICA  
RACIONALIZACION Y MANUFACTURAS FLORESTALES, S.A.  
SCS BEHEER, BV  
SOCIEDADE DE INICIATIVA E APROVEITAMENTOS FLORESTAIS – ENERGIA, S.A.  
SOMIT – IMOBILIÁRIA, S.A.  
SONAE INDÚSTRIA – MANAGEMENT SERVICES, S.A.  
SONAE INDÚSTRIA – PROD. E COMER. DERIVADOS MADEIRA, S.A.

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.  
 SONAE INDÚSTRIA DE REVESTIMENTOS, S.A.  
 SONAE NOVOBORD (PTY) LTD.  
 SONAE TABIFRA BENELUX, BV  
 SONAE INDUSTRIA (UK) LIMITED  
 SPANBOARD PRODUCTS, LTD  
 TABLEROS DE FIBRAS, S.A.  
 TABLEROS TRADEMA, S.L.  
 TAFIBER, TABLEROS DE FIBRAS IBÉRIAS, S.L.  
 TABIFRA SOUTH AFRICA, LIMITED  
 TAFISA CANADA INC  
 TAFISA FRANCE S.A.S.  
 TAFISA U.K. LTD.  
 TAIBER, TABLEROS AGLOMERADOS IBÉRICOS, S.A.  
 TECNOLOGIAS DEL MEDIO AMBIENTE, S.A.  
 TOOL, GMBH

- c) Os membros dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades referidas na alínea b) supra.

### 5.3. Participações do Oferente no capital da Sociedade Visada

O Oferente (e Sociedade Visada) é titular, na presente data, de 5.571.014 ações, representativas de 1,52% do seu capital social, que revestem a natureza de ações próprias.

O quadro seguinte indica as quantidades de valores mobiliários emitidos pela Sociedade Visada (e Oferente) detidas pelas pessoas mencionadas no n.º 1 do art.º 20º do CódVM, e respetiva percentagem dos direitos de voto que podem por ser exercidos na presente data:

Identificação	Número de ações	% Participação no capital*
Sonae - SGPS, SA <sup>(1)</sup>	78.133.508	21,33%
Sontel BV <sup>(2)</sup>	194.063.119	52,99%
<b>Total imputável<sup>(3)</sup></b>	<b>272.196.627</b>	<b>74,32%</b>

Notas:

\* Igual à percentagem de direitos de voto, calculada nos termos da alínea b) do n.º 3 do art. 16º CódVM.

<sup>(1)</sup> Entidade indiretamente dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA.

<sup>(2)</sup> Entidade diretamente dominada pela Sonae SGPS, SA.

<sup>(3)</sup> Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 20º e do n.º 1 do art.º 21º do CVM, o *ultimate beneficial owner*, porquanto detém cerca de 99,99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA.

Estas 272.196.627 ações foram voluntariamente bloqueadas pelos seus titulares não podendo, por conseguinte, os respetivos detentores aceitar a presente Oferta.

Encontram-se igualmente bloqueadas as ações já detidas diretamente pelo Oferente (as 5.571.014 ações representativas de 1,52% do seu próprio capital social).

Nos últimos 6 meses, as quantidades e contrapartidas de valores mobiliários da mesma categoria dos que são objeto da Oferta, adquiridos pelo Oferente ou por alguma das pessoas acima referidas são as que se elencam em seguida:

a) antes da divulgação do Anúncio Preliminar da Oferta:

Dados relativos à transação <sup>10</sup>					
Data	Comprador	Tipo	# Ações	Preço unit. (€)	Valor global (€)
09/09/13	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Aquisição	73.249.374	1,55	113.536.529,70

b) após a divulgação do Anúncio Preliminar da Oferta:

Dados relativos às transações				
Data	Comprador	Vendedor	# Ações	% capital
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Belmiro Mendes de Azevedo	75.537	0,02%
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Ângelo G. R. S. Paupério	552.837	0,15%
24/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Álvaro C. e Costa Portela	5.000	0,00%
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Maria Cláudia T. Azevedo	40.566	0,01%
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Linhacom, SGPS, SA	120.300	0,03%
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%
23/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	Miguel Nuno Santos Almeida	185.652	0,05%
23/01/14 e 24/01/14	Sonae – S.G.P.S., S.A.	António Bernardo L. Xavier	85.900	0,02%
<b>Total</b>		-	<b>1.454.134</b>	<b>0,40%</b>

As transmissões referidas nesta alínea b) ocorreram nos termos especificamente autorizados pela CMVM por ofício datado de 17 de janeiro de 2014 (emitido em resposta a pedido efetuado pela Sonaecom e pela Sonae SGPS, S.A. ao abrigo do art. 180º nº 1 a) do Cód.VM).

Tais transações ocorreram fora do mercado regulamentado, em 23 e 24 de janeiro de 2013, em favor da Sonae SGPS, S.A., e a respetiva contrapartida será apenas determinada na data do apuramento do resultado da presente Oferta e será igual, em montante e composição, à contrapartida que nessa data vier a ser atribuída aos acionistas aceitantes da Oferta, nos termos descritos neste Prospeto, no Anúncio Preliminar e no Anúncio de Lançamento da Oferta. Em conformidade, a obrigação de pagamento da contrapartida assim determinada apenas se vencerá na data do apuramento dos resultados da Oferta. As ações ZON OPTIMUS necessárias à liquidação da contrapartida serão adquiridas oportunamente pela Sonae SGPS em bolsa ou fora de bolsa, conforme o que se vier a revelar mais favorável.

<sup>10</sup> Apesar de a transação ter sido efetuada por um valor global de €113.536.529,70 (preço unitário de €1,55), só foram efetivamente pagos €104.746.604,82 (correspondente a um preço unitário de €1,43) por efeito da dedução do montante dos dividendos distribuídos pela sociedade ao anterior titular durante o corrente exercício.

Na sequência destas operações, conforme apresentado no ponto precedente, a Sonae SGPS, S.A. passou a deter diretamente 78.133.508 ações representativas de 21,33% do capital social e dos direitos de voto da Sonaecom, sendo-lhe imputável uma participação de 272.196.627 ações representativas de 74,32% do capital e dos direitos de voto da Sonaecom.

#### **5.4. Direitos de voto e participações da Sociedade Visada no capital do Oferente**

Remissão para o ponto 5.3. do presente Prospeto.

#### **5.5. Acordos parassociais**

O Oferente não celebrou, nem tem conhecimento de ter sido celebrado por qualquer das pessoas que com ele se encontram nas situações previstas no n.º 1 do art. 20º do CódVM, qualquer acordo parassocial respeitante à Sociedade Visada.

Do mesmo modo, não existem quaisquer acordos ou entendimentos estabelecidos com outras pessoas singulares ou coletivas, relativos à transmissão, após o encerramento da operação, de qualquer quantidade dos valores adquiridos através da Oferta.

#### **5.6. Acordos celebrados com os titulares dos órgãos sociais da Sociedade Visada**

O Oferente não celebrou quaisquer acordos com qualquer das pessoas referidas no n.º 1 do art. 20º do CódVM, bem como não celebrou quaisquer acordos com os respetivos titulares dos órgãos sociais que incluam quaisquer vantagens especiais eventualmente estipuladas a favor destes, de execução imediata ou diferida, à data do lançamento da Oferta.

#### **5.7. Representante para as relações com o mercado**

O representante da Sonaecom para as relações com o mercado, e respetivos contactos, é o seguinte:

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Tel.: +351 93 100 2232

Fax: + +351 93 100 2229

E-mail: antonio.xavier@sonae.com / investor.relations@sonae.com

## **Capítulo 6 – Informações sobre o Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta**

#### **6.1. Denominação jurídica e comercial**

A denominação comercial e jurídica do Emitente é ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

#### **6.2. Local de registo e respetivo número**

O Emitente está registado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único e matrícula e de pessoa coletiva 504 453 513.

#### **6.3. Data de constituição e período de existência**

A ZON OPTIMUS foi constituída pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 15 de julho de 1999. Durante o exercício de 2007, aquela empresa realizou o *spin-off* da ZON, com a atribuição da sua participação nesta sociedade aos seus acionistas, a qual passou a ser totalmente independente da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2013, a ZON e a OPTIMUS concretizaram uma operação de fusão por incorporação da OPTIMUS na ZON, tendo a Empresa adotado a atual designação de ZON OPTIMUS.

A fusão foi o resultado de um processo que se iniciou em janeiro de 2013 com a aprovação, pelos órgãos de administração da ZON e da OPTIMUS, do respetivo projeto de fusão tendo ainda, em março de 2013, o mesmo sido objeto de aprovação pelos acionistas de ambas as sociedades em assembleias gerais realizadas para o efeito.

O registo comercial da fusão ocorreu a 27 de agosto de 2013, data em que a fusão produziu plenamente os seus efeitos.

O Emitente foi constituído por tempo indeterminado.

#### **6.4. Endereço e forma jurídica**

O Emitente é uma sociedade comercial anónima com o capital aberto ao investimento do público. A ZON OPTIMUS foi constituída e exerce a sua atividade em Portugal, tendo a sua sede estatutária na Rua Ator António Silva, n.º 9, Campo Grande, em Lisboa, com o telefone n.º +351 21 782 47 00 e telefax n.º +351 21 782 47 35.

#### **6.5. Capital social**

O capital social da ZON OPTIMUS, integralmente subscrito e realizado, ascende a €5.151.613,80 e encontra-se representado por 515.161.380 ações ordinárias com o valor nominal de 1 cêntimo de Euro. As Ações ZON OPTIMUS são nominativas e têm representação escritural.

A fusão ocorrida entre a OPTIMUS e a ZON, concretizada mediante a transferência global do património da OPTIMUS para a ZON determinou a extinção da OPTIMUS e a atribuição aos seus acionistas de ações da ZON OPTIMUS, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art. 97º do CSC.

Neste âmbito, a ZON OPTIMUS procedeu à emissão de 206.064.552 ações para atribuição aos acionistas da empresa extinta, tendo o respetivo capital social passado de €3.090.968,28 para os atuais €5.151.613,80.

O registo comercial do referido aumento de capital social teve lugar em 27 de agosto de 2013 e a inscrição das novas ações emitidas na CVM e a respetiva emissão ocorreram em 28 de agosto de 2013. A admissão à negociação das ações emitidas na sequência da referida operação teve lugar a 9 de setembro de 2013.

Não se verificaram, nos últimos três exercícios, quaisquer outras alterações no capital social do Emitente.

Todas as ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS se encontram admitidas à negociação exclusivamente no Euronext Lisbon, integrado ainda o Índice PSI-20.

Para mais informações relativas ao capital social da ZON OPTIMUS, remete-se a respetiva consulta para os Estatutos do Emitente nos termos descritos no Capítulo 16 deste Prospeto.

#### 6.6. Ações próprias

Em 30 de setembro de 2013, existiam 250.696 ações próprias, representativas de 0,000487% do capital social da ZON OPTIMUS.

#### 6.7. Principais acionistas da ZON OPTIMUS

Tendo em conta a informação recebida até à presente data, pelo Emitente, quanto às participações qualificadas, nos termos do artigo 16º do CódVM, os principais acionistas da ZON OPTIMUS são os seguintes:

Acionistas	# ações detidas	% de participação no capital e direitos de voto
Zopt, SGPS, S.A.	257.632.005	50,01%
Sonaecom, SGPS, S.A.	37.489.324	7,28%
Banco BPI, S.A.	23.344.798	4,53%
Fundação José Berardo e Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.	17.999.249	3,49%
Joaquim Alves Ferreira de Oliveira	14.955.684	2,90%
<i>Free Float</i>	163.740.320	31,78%
<b>Total</b>	<b>515.161.380</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com as alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 20º e art. 21º do CódVM, é imputável uma participação qualificada de 57,29% do capital social e direitos de voto da ZON OPTIMUS, calculada nos termos do artigo 20º do CódVM, à Zopt, SGPS, S.A. à Sonaecom e às seguintes entidades:

- a. Às sociedades Kento Holding Limited e Unitel International Holdings, BV, bem como a Isabel dos Santos, sendo (i) a Kento Holding Limited e a Unitel International Holdings, BV, sociedades direta e indiretamente controladas por Isabel dos Santos, e (ii) a Zopt, SGPS, S.A. uma sociedade conjuntamente controlada pelas suas acionistas Kento Holding Limited, Unitel International Holdings, BV e Sonaecom em virtude do acordo parassocial entre estas celebrado;
- b. Às entidades em relação de domínio com a Sonaecom, designadamente, a SONTEL, BV, a Sonae Investments, BV, a SONAE, SGPS, S.A., a EFANOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. e Belmiro Mendes de Azevedo, igualmente em virtude da referida relação de domínio e do acordo parassocial mencionado em a.

A Fundação José Berardo é titular de 14.013.761 ações correspondentes a 2,72% do capital social da ZON OPTIMUS. Por sua vez, a Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A. é titular de 3.985.488 ações correspondentes a 0,774% do capital social. A posição da Fundação José Berardo é reciprocamente imputada à Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.

Por fim, são ainda imputados os direitos de voto correspondentes a 2,90% do capital social a Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, uma vez que controla a GRIPCOM, SGPS, S.A., e a Controlinveste International S.a.r.l., sociedades que detêm, respetivamente, 1,36% e 1,55% do capital social da ZON OPTIMUS.

Todas as ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS conferem os mesmos direitos, pelo que os direitos de voto inerentes às participações detidas pelos principais acionistas acima identificados não diferem dos direitos de voto dos restantes acionistas.

#### **Acordo Parassocial relativo à Zopt, SGPS, S.A.:**

A Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Unitel International Holdings, B.V. celebraram, em 14 de dezembro de 2012, um acordo parassocial relativamente à Zopt, SGPS, S.A., na qual detêm, as seguintes participações (“Acordo Parassocial”):

- a. A SONAECOM detém 50% do capital social e direitos de voto da Zopt, SGPS, S.A.;
- b. A Kento Holding Limited e a Unitel International Holdings, B.V. (“Grupo KJ”) detêm 50% do capital social e direitos de voto da Zopt, SGPS, S.A. encontrando-se 17,35% na titularidade da Kento Holding Limited e 32,65% na titularidade da Unitel International Holdings, B.V.

Por sua vez, a Zopt, SGPS, S.A. - inicialmente detentora de 28,81% do capital social e dos direitos de voto da ZON - passou, em resultado da fusão, a ser titular de mais de 50% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS.

Em virtude do Acordo Parassocial, esta participação qualificada é imputável, por um lado, à Kento Holding Limited e à Unitel International Holdings, B.V., bem como a Isabel dos Santos, e, por outro, à Sonaecom e a todas as entidades com esta em relação de domínio e a Belmiro Mendes de Azevedo, nos termos descritos acima.

As Partes celebraram o referido Acordo Parassocial com vista a regular as suas posições jurídicas na qualidade de acionistas da Zopt, SGPS, S.A., nos termos adiante sumariados:

#### **1. Órgãos Sociais**

1.1 O Conselho de Administração da Zopt, SGPS, S.A. será composto por número par de membros. A Sonaecom e o Grupo KJ terão cada um o direito de designar metade dos membros do Conselho de Administração, de entre os quais será escolhido o respetivo Presidente por acordo entre as Partes.

1.2 O Conselho de Administração da Zopt, SGPS, S.A. pode reunir validamente quando estiver presente, pelo menos, a maioria dos seus membros, sendo as suas deliberações tomadas com o voto favorável da maioria dos Administradores da Zopt, SGPS, S.A. sempre com o voto favorável de, pelo menos, um dos membros designados por cada uma das Partes.

- 1.3 O Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Secretário da Zopt, SGPS, S.A. serão designados por acordo das Partes. A Assembleia Geral apenas pode reunir, em primeira ou segunda convocação, quando estiverem presentes ou representados mais de cinquenta por cento do capital social da Zopt, SGPS, S.A..
- 1.4 A Zopt, SGPS, S.A. será fiscalizada por um Conselho Fiscal cujos membros serão designados por acordo das Partes.
- 1.5 Qualquer membro dos órgãos sociais designados no âmbito do Acordo Parassocial poderá ser destituído ou substituído a qualquer momento, mediante proposta apresentada para esse efeito, pela Parte que o indicou ou, tratando-se de membro designado por acordo, por qualquer das Partes, devendo a outra Parte votar favoravelmente e praticar todos os demais atos necessários a essa destituição ou substituição.
- 1.6 O exercício do direito de voto da Zopt, SGPS, S.A. em relação à designação e eleição de membros dos órgãos sociais de sociedades subsidiárias ou nas quais a Zopt, SGPS, S.A. tenha participação social, bem como em relação a quaisquer outros temas, será determinado pelo Conselho de Administração.

## 2. Alienação de ações

- 2.1 As Partes obrigam-se a não transmitir as ações representativas do capital social da Zopt, SGPS, S.A. de que são titulares, nem a permitir que sobre estas recaiam quaisquer ónus.
- 2.2 As Partes obrigam-se a fazer o necessário para que a Zopt, SGPS, S.A. não transfira a titularidade das ações representativas do capital social da sociedade de que venha a ser titular e para que sobre as mesmas não recaiam quaisquer ónus, com exceção das ações que excedam a quantidade necessária para que a sua participação não se torne igual ou inferior a metade do capital e direitos de voto na sociedade.
- 2.3 As Partes obrigam-se a não adquirir nem deter (diretamente ou por via de pessoas que consigo estejam em qualquer das situações previstas no art. 20º do CódVM) quaisquer ações representativas do capital social da sociedade, a não ser por via da Zopt, SGPS, S.A. e/ou, no caso da Sonaecom, em resultado da Fusão.
- 2.4 Decorridos dois anos sobre o registo comercial da Fusão, o Grupo KJ terá o direito a adquirir à Sonaecom, ou a quem esta indicar, até metade das ações representativas do capital social da Sociedade de que a Sonaecom e/ou as pessoas que consigo estejam em qualquer das situações previstas no art. 20º do CódVM - com exceção da Zopt, SGPS, S.A. e das pessoas abrangidas pelo art. 20º, n.º 1, al. d) - sejam titulares, salvo se as Partes acordarem que, findo aquele período, as ações em causa serão adquiridas pela Zopt, SGPS, S.A..

## 3. Cessação

- 3.1 O Acordo Parassocial vigorará por prazo indeterminado, apenas cessando, por caducidade, no caso de extinção da Zopt, SGPS, S.A. na sequência da sua dissolução e liquidação, ou de uma das Partes adquirir as ações representativas do capital social da Zopt pertencentes à outra.
- 3.2 Em situações de impasse e na falta de uma solução concertada, assim como decorridos doze meses sobre o registo comercial da Fusão, qualquer das Partes terá o direito de requerer a dissolução da Zopt, SGSP, S.A..
- 3.3 No caso de ocorrer uma situação de impasse, as Partes procurarão uma solução concertada para o assunto, nomeando cada uma das Partes um representante para o efeito, cuja identidade será comunicada à outra Parte no prazo máximo de cinco dias a contar da verificação daquela situação. Se, nos quinze dias seguintes, o impasse não tiver sido resolvido qualquer uma das Partes terá o direito de requerer a dissolução da Zopt, SGSPS, S.A..

#### **6.8. Direitos inerentes às ações**

Os titulares de ações da ZON OPTIMUS têm, nos termos da Lei e dos Estatutos da sociedade, o direito à participação nos lucros, o direito a participar na Assembleia Geral e de aí exercer o seu direito de voto, o direito à partilha do património em caso de dissolução, o direito à conversão das ações, o direito à informação e o direito de preferência na subscrição de novas ações resultantes de aumentos de capital por entradas em dinheiro.

A informação relativa aos direitos inerentes às ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, designadamente os referentes: (i) à participação nos lucros; (ii) à participação na assembleia geral e direito de voto; (iii) à partilha em caso de dissolução; (iv) à informação; (v) de conversão; e (v) de preferência na subscrição de valores mobiliários da mesma categoria, está vertida nos Estatutos da ZON OPTIMUS, para os quais se remete a respetiva consulta nos termos descritos no Capítulo 16 deste Prospeto.

Não existem quaisquer restrições estatutárias ou legais e limites ou restrições à transmissibilidade das ações representativas do capital social do Emitente, com exceção das restrições previstas no artigo 9º dos Estatutos, que estabelece que os acionistas que exerçam, direta ou indiretamente, atividade concorrente com a atividade desenvolvida pelas sociedades participadas do Emitente, não podem ser titulares, sem prévia autorização da assembleia geral, de ações ordinárias representativas de mais de 10% por cento do capital social do Emitente.

#### **6.9. Pacto social e Estatutos**

Os estatutos da ZON OPTIMUS encontram-se depositados na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa e são aqui incluídos por remissão nos termos do Capítulo 16 deste Prospeto.

#### **6.10. Factos marcantes na evolução do Emitente**

Remete-se a consulta dos factos marcantes na evolução do Emitente para o ponto 6.3. do presente Capítulo.

#### **6.11. Legislação que regula a atividade do Emitente**

A ZON OPTIMUS é uma sociedade gestora de participações sociais sob a forma de sociedade anónima, constituída e funcionando ao abrigo das leis da República Portuguesa. A ZON OPTIMUS rege-se pelas leis gerais aplicáveis às sociedades gestoras de participações sociais, nomeadamente pelo CSC e pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, ambos na sua atual redação, e pelos seus estatutos, não tendo a sua atividade mais legislação ou regulamentação específicas que lhe sejam aplicáveis.

Enquanto sociedade aberta, a ZON OPTIMUS encontra-se sujeita ao disposto no CódVM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e demais regulamentação conexa (nas suas versões atuais).

As atividades das empresas participadas da ZON OPTIMUS encontram-se, principalmente, sujeitas à seguinte legislação:

- Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de setembro, na sua redação atual);
- Lei da Televisão (Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, na sua redação atual);
- Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na sua redação atual).

## **Capítulo 7 – Informações sobre as ações que integram a contrapartida da Oferta**

A contrapartida da presente Oferta inclui uma componente em ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, que se constitui pelas 37.489.324 Ações ZON OPTIMUS que foram atribuídas à Oferente no âmbito da fusão entre a Zon e a OPTIMUS. Tais ações correspondem à totalidade da participação direta detida pelo Oferente de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS.

As ações ZON OPTIMUS que constituem a contrapartida da Oferta são um número pré-definido de ações já existentes e representativas do capital social da ZON OPTIMUS, não havendo lugar à emissão de quaisquer novas ações por efeito da presente Oferta.

Neste contexto, as Ações ZON OPTIMUS oferecidas na contrapartida da presente Oferta têm, em relação às demais ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, o mesmo tipo, categoria e natureza e os mesmos direitos, nomeadamente, a dividendos, voto, entre outros.

Não existem quaisquer restrições estatutárias ou legais e limites ou restrições à transmissibilidade das ações representativas do capital social do Emitente, com exceção das restrições previstas no artigo 9º dos Estatutos, que estabelece que os acionistas que exerçam, direta ou indiretamente, atividade concorrente com a atividade desenvolvida pelas sociedades participadas da Emitente, não podem ser titulares, sem prévia autorização da

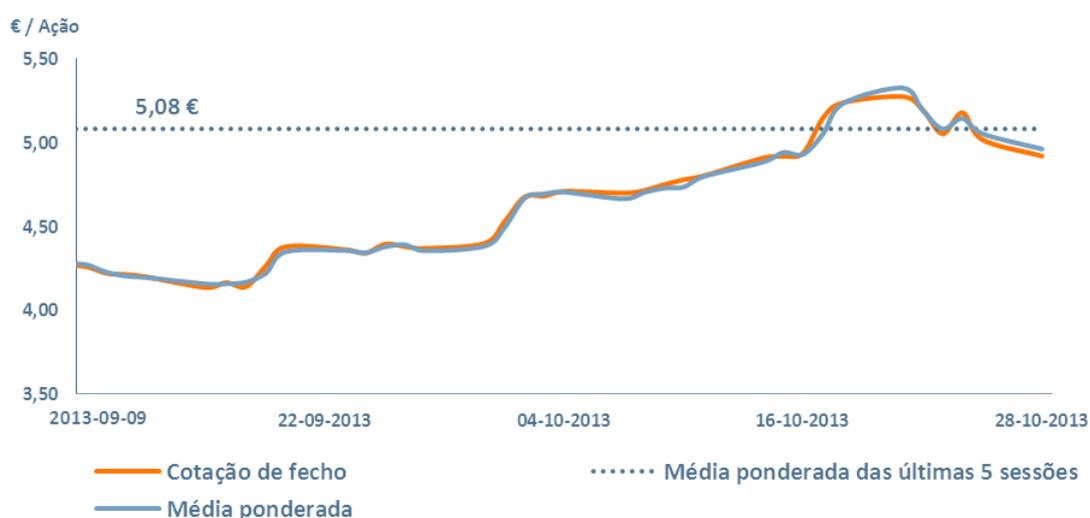
assembleia geral, de ações ordinárias representativas de mais de 10% por cento do capital social do Emitente.

A informação detalhada sobre as ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS e, por extensão, sobre as ações que integram a contrapartida, encontra-se no Capítulo 6 deste Prospeto, para onde se remete a respetiva consulta.

Na presente Oferta, as 37.489.324 Ações ZON OPTIMUS são atribuídas aos aceitantes da Oferta, isto é, aos acionistas da Sonaecom que manifestem interesse em trocar as ações Sonaecom de que são titulares por Ações ZON OPTIMUS, estando o efetivo número de Ações ZON OPTIMUS a atribuir a cada aceitante da Oferta dependente do grau de aceitação da mesma. A informação relativa à Oferta, constante do Capítulo 4 do presente Prospeto, inclui informação relativa à contrapartida em espécie e à operacionalidade e calendário da sua atribuição, para onde se remete a respetiva consulta.

A ZON OPTIMUS tem as ações representativas do seu capital social admitidas à negociação no Euronext Lisbon e integradas no Índice PSI-20, ilustrando-se no gráfico seguinte a evolução das respetivas cotações de fecho e das médias ponderadas diárias desde a data em que essas cotações refletem a incorporação da OPTIMUS na ZON:

#### **Evolução da Cotação da Ação ZON OPTIMUS (€) entre 9 de setembro 2013 e 28 de outubro de 2013**



Fonte: Bloomberg, informação histórica recolhida em 15.11.2013, com referência à data do Anúncio Preliminar da Oferta lançado em 29.10.2013.

Não foram lançadas durante o último exercício, nem até à data, quaisquer ofertas públicas de compra de ações emitidas pela ZON OPTIMUS. Para além da emissão de ações, por subscrição particular, ocorrida no âmbito da fusão entre a ZON e a OPTIMUS, mencionada no ponto 6.5 deste Prospeto, não existem quaisquer outras ofertas visando as ações emitidas pela ZON OPTIMUS a mencionar.

## Capítulo 8 – Descrição da atividade do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta

O presente Capítulo, nomeadamente a descrição da atividade do Emitente cobre, sempre que exigível nos termos do Regulamento (CE) n.º 809/2004, na sua atual redação, o período do historial financeiro deste Prospeto nos termos descritos no Capítulo “Advertências”. Assim sendo, o presente Capítulo é baseado em informação relativa (i) à ZON OPTIMUS em termos consolidados para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 (e correspondente período homólogo de 2012, em termos pro forma<sup>11</sup>); (ii) ZON em termos consolidados para o período compreendido entre 2010 e o primeiro semestre de 2013 (anterior à fusão); (iii) OPTIMUS em termos consolidados para o período compreendido entre 2012 e 1º semestre de 2013 (e correspondentes períodos homólogos; e (iv) à Sonae Telecom, em termos individuais para os exercícios de 2010 e 2011 nos termos descritos no referido capítulo “Advertências”. A descrição detalhada dos respetivos negócios até essa data encontra-se nas secções relativas à ZON (8.2.) e à OPTIMUS e Sonae Telecom (8.3.) do presente Capítulo.

A descrição da atividade nos moldes acima referidos deverá ser acompanhada da leitura (i) do Capítulo 9, (ii) dos Relatórios e Contas Consolidadas (pro forma) da OPTIMUS para o período 2012/30 de junho de 2013 e dos Relatórios e Contas Individuais da Sonae Telecom de 2010 e 2011 anexos a este Prospeto; (iii) dos Relatórios e Contas Consolidadas da ZON, para o período 2010/1º semestre de 2013 e Relatório e Contas Consolidadas referente aos 9M13 da ZON OPTIMUS para onde se remete a respetiva consulta nos termos do Capítulo 16 do presente Prospeto; e (iv) da Informação financeira pro forma da ZON OPTIMUS com referência aos primeiros 9M2013, constante do Capítulo 10 do presente Prospeto.

### 8.1. A ZON OPTIMUS

O Grupo ZON OPTIMUS desenvolve a sua atividade na área das telecomunicações e multimédia, disponibilizando uma gama completa de produtos e serviços em todos os segmentos, nomeadamente soluções fixas e móveis de última geração, de televisão, internet, voz e dados para todos os segmentos de mercado - Residencial, Particulares, Empresarial e *Wholesale*, com posições de referência na TV por subscrição, nas comunicações fixas e móveis, nos serviços de Banda Larga de Nova Geração, publicidade e produção de canais de *Pay TV*, distribuição de vídeo e direitos audiovisuais e na distribuição e exibição cinematográfica em Portugal.

No seguimento da fusão acima referida, e de acordo com o modelo de *reporting* adoptado pela ZON OPTIMUS no seu Relatório e Contas dos 9M13, o respetivo negócio ficou agora estruturado da seguinte forma: Segmento Telco<sup>12</sup>, compreendendo as antigas áreas de negócio da ZON (tratado pela ZON OPTIMUS como ex-ZON), da OPTIMUS (tratado pela ZON OPTIMUS como ex-OPTIMUS – Negócio Móvel e ex-OPTIMUS – Negócio Fixo) e o Segmento

---

<sup>11</sup> Em termos de atividade, e para efeitos de comparabilidade, a presente análise é baseada na informação financeira pro forma da ZON OPTIMUS para os primeiros 9M2013 e primeiros 9M2012.

<sup>12</sup> Inclui as seguintes entidades: Be Artis, Be Towering, Optimus, Per-mar, Sontária, ZON OPTIMUS, ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A. (“ZON Televisão por Cabo”), ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana, ZON TV Cabo Madeirense, ZON Conteúdos, ZON Lusomundo TV, ZON Finance B.V., Teliz Holding B.V.

Audiovisuais<sup>13</sup>, que compreende as áreas de negócio de Exibição Cinematográfica e Distribuição de Produtos Audiovisuais e Conteúdos da ZON OPTIMUS (já existentes na esfera da ZON antes da fusão):



Fonte: ZON OPTIMUS

Nota: A ZOPT, SGPS, S.A detém 50,01% do capital e dos direitos de voto da ZON OPTIMUS. De acordo com as alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 20º e art. 21º do CódVM, é imputável uma participação qualificada de 57,29% do capital social e direitos de voto da sociedade, calculada nos termos do artigo 20º do CódVM, à ZOPT, SGPS, S.A., à Sonaecom e a um conjunto de outras entidades, conforme descrito no ponto 6.7 do presente Prospeto, para onde se remete a respetiva consulta.

O serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal é predominantemente fornecido pela ZON TV Cabo Portugal, S.A. (“ZON TV Cabo”) e pelas suas participadas, a ZON TV Cabo Açoreana, S.A. (“ZON TV Cabo Açoreana”) e a ZON TV Cabo Madeirense, S.A. (“ZON TV Cabo Madeirense”). A atividade destas empresas compreende: a) a distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite; b) a exploração de serviços de comunicações eletrónicas, no que se inclui serviços de comunicação de dados e multimédia em geral; c) serviços de voz por IP (“VOIP” – Voz por Internet); d) operador móvel virtual (MVNO); e e) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e afins, direta ou indiretamente relacionados com as atividades e serviços acima referidos.

Por seu lado, na sequência da fusão, o Grupo ZON OPTIMUS passou a integrar um Grupo de empresas que integra a Optimus – Comunicações S.A. que explora uma rede de comunicações móveis de última geração GSM/UMTS/LTE, com uma ampla cobertura do território nacional, bem como uma rede de nova geração de comunicações fixas, que inclui uma componente de transmissão e *backbone* e uma outra componente de acesso local em fibra. Em resultado da fusão, foram incluídas no perímetro de consolidação as empresas subsidiárias da OPTIMUS: Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de

<sup>13</sup> Inclui as seguintes entidades: ZON Audiovisuais, SGPS, S.A., ZON Cinemas, SGPS, S.A., ZON LM Audiovisuais, ZON LM Cinemas, Lusomundo Moçambique, Lda. (“Lusomundo Moçambique”), Lusomundo Espanha, SL (“Lusomundo Espanha”), Lusomundo Imobiliária 2, S.A. (“Lusomundo Imobiliária 2”), Lusomundo Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. (“Lusomundo SII), Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda. (“Empracine”).

Comunicação, S.A. (“Be Artis”), que exerce como atividade principal a conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infraestruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos, no âmbito das telecomunicações; Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. (“Be Towering”), que exerce como atividade principal a implantação, instalação e exploração de torres e outros *sites* para colocação de equipamentos de telecomunicações; Optimus – Comunicações, S.A. (“Optimus”), que exerce como atividade principal a implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas; Per-mar – Sociedade de Construções, S.A. (“Per-mar”) que exerce como atividade principal a compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais; e Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. (“Sontária”), que exerce como atividade principal a realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

A ZON Conteúdos – Atividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. (“ZON Conteúdos”) e a ZON Lusomundo TV, Lda. (“ZON Lusomundo TV”) exercem a atividade de televisão e de produção de conteúdos, produzindo atualmente canais de cinema e séries, os quais são distribuídos, entre outros operadores, pela ZON TV Cabo e suas participadas. A ZON Conteúdos efetua ainda a gestão do espaço publicitário de canais de televisão por subscrição e das salas de cinema da ZON Lusomundo Cinemas, S.A. (“ZON LM Cinemas”).

A ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A. (“ZON LM Audiovisuais”) e a ZON LM Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua atividade na área dos audiovisuais, que integra a edição e venda de videogramas, a distribuição de filmes, a exploração de salas de cinemas e a aquisição/negociação de direitos para televisão por subscrição e VOD (video-on-demand).

De referir, ainda, as três *joint ventures* nas quais a ZON OPTIMUS detém participações, ZAP (30%), Sport TV (50%) e Dreamia (50%), descritas mais à frente no presente Capítulo.

Dada a forte complementaridade e convergência das infraestruturas próprias da ZON e da OPTIMUS, e excetuando o potencial existente na exploração conjunta dos negócios, a atividade da ZON OPTIMUS resulta, assim, da soma das atividades do Grupo ZON e do Grupo OPTIMUS.

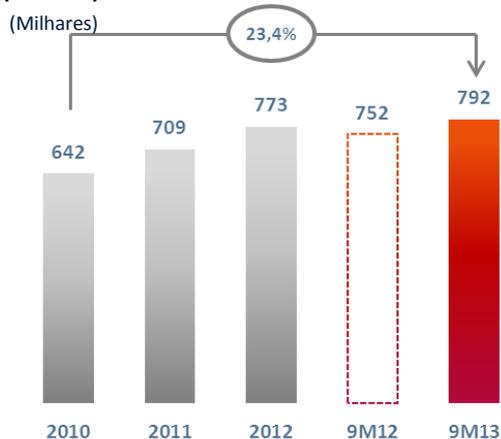
Nos 9M13<sup>14</sup>, a ZON OPTIMUS atingiu uma quota de mercado de 20,8% no segmento móvel. No segmento de TV por Subscrição, a ZON OPTIMUS reforçou a sua liderança, registando um aumento da sua quota de mercado em 0,3pp para 49,3% face ao trimestre anterior. Relativamente aos acessos de banda larga, o Grupo atingiu uma quota combinada de 36,8%. No segmento de voz fixa, o Grupo atingiu uma quota de mercado de 36,7%.

---

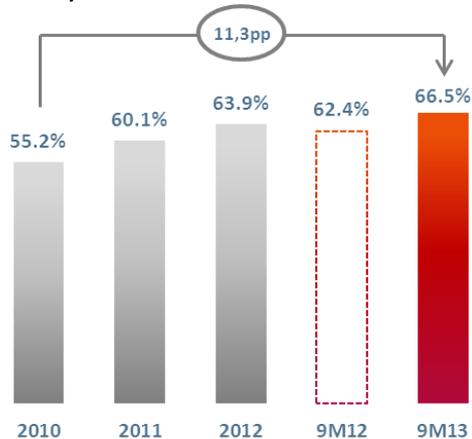
<sup>14</sup> Fonte: Anacom

Os gráficos seguintes evidenciam os principais indicadores conjuntos da ZON OPTIMUS:

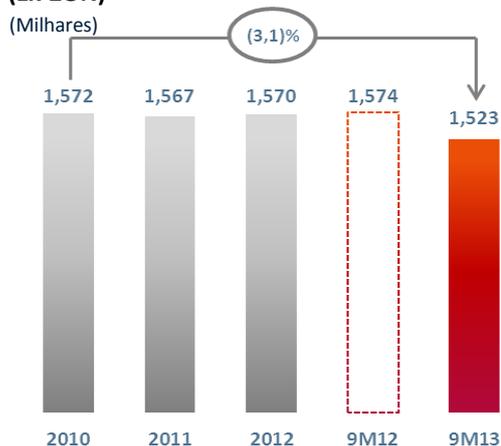
**Clientes de 3&4P  
(Ex-ZON)**



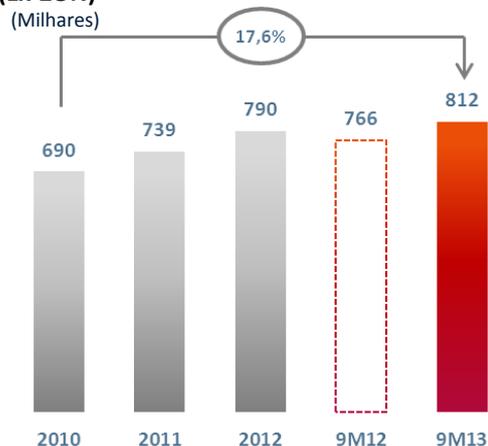
**% Clientes Cabo com 3&4P  
(Ex-ZON)**



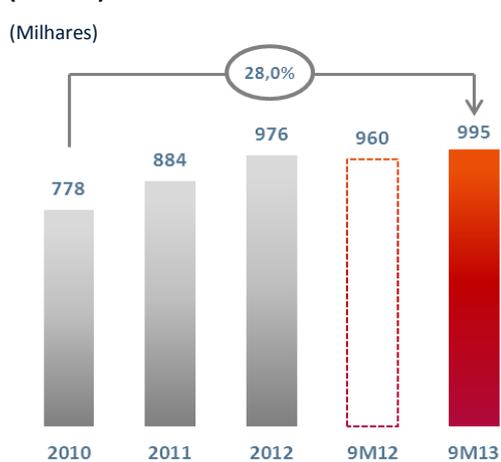
**TV por Subscrição  
(Ex-ZON)**



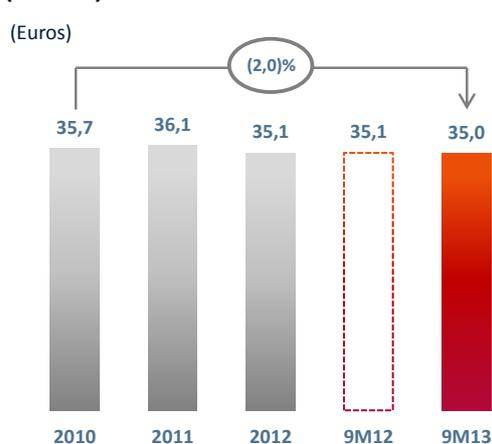
**Banda Larga  
(Ex-ZON)**



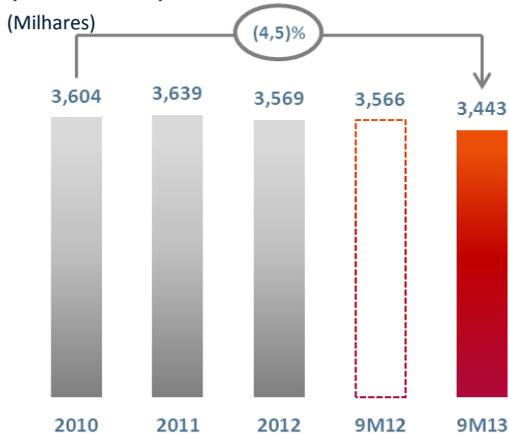
**Voz Fixa  
(Ex-ZON)**



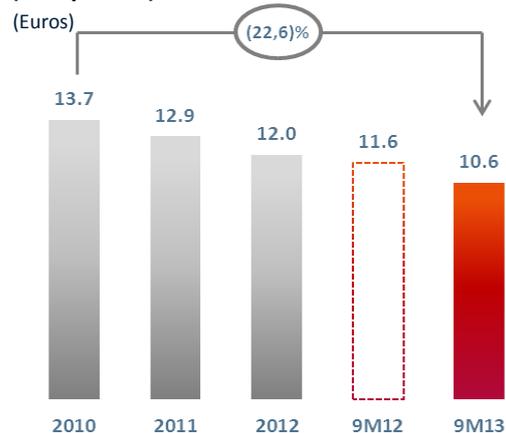
**ARPU Global\*  
(Ex-ZON)**



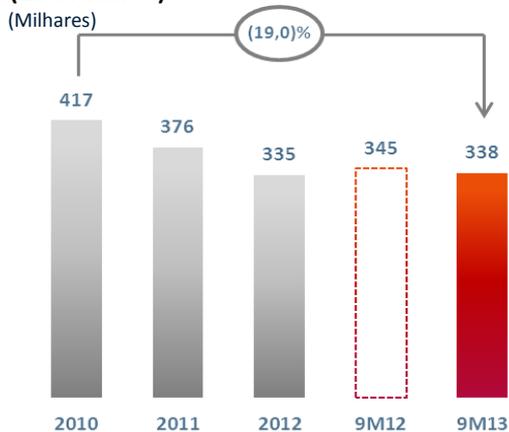
### Clientes Móveis (Ex-OPTIMUS)



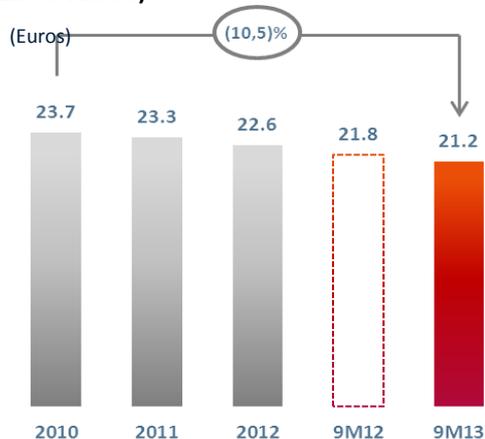
### ARPU Negócio Móvel (Ex-Optimus)



### Total de Acessos Negócio Fixo (Ex-OPTIMUS)



### Receita Média por Acesso Fixo, Retalho (Ex-OPTIMUS)



\*ARPU Global: após a concretização da fusão entre a OPTIMUS e a ZON, passou a ser utilizado um novo critério no cálculo do ARPU, pelo que os valores referentes a 2010, 2011 e 2012 foram re-expressos para efeitos de comparabilidade na presente secção.

Em seguida, procede-se a uma apresentação dos principais factos ocorridos no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 para a ZON OPTIMUS:

### Principais destaques operacionais da ZON OPTIMUS no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013

Com a concretização da fusão, foi criado um Grupo de Telecomunicações de maior dimensão, mais forte e mais competitivo<sup>15</sup>, com as mais avançadas Redes de Última Geração e 4G e com a melhor cobertura em Portugal

A par da preparação para o processo de integração, ao longo dos primeiros nove meses de 2013, continuou-se a registar um sólido desempenho operacional e financeiro, com crescimento nas soluções convergentes, resiliência nas receitas de telecomunicações apesar

<sup>15</sup> Earnings Announcement dos 9M13 da ZON OPTIMUS.

do ambiente macroeconómico ainda desafiante e contínuo enfoque na eficiência e controle de custos.

O principal destaque no período de 9 meses de 2013 diz respeito ao lançamento, em maio, da oferta integrada de *Quadruple Play*, que engloba o serviço de TV por Subscrição da ZON, incluindo a interface de utilização IRIS, banda larga fixa com uma velocidade de 100 Mbps, voz fixa com chamadas ilimitadas para as redes fixas nacionais e 50 destinos internacionais e uma oferta de voz móvel ilimitada. Todos estes serviços, com exceção do *mobile virtual network*, estão suportados numa avançada rede telecomunicações, fruto dos significativos investimentos de melhoria realizados pela ZON nos últimos 5 anos.

Num esforço contínuo de oferecer os melhores conteúdos aos seus subscritores, a ZON lançou nos 9M13 diversos novos canais, alguns dos quais em exclusivo (Globo, Disney Junior, +TVI e Q):

- O canal Globo, como resultado de parcerias entre a ZON e a empresa brasileira de *media* Globo, sendo este canal exclusivo da ZON;
- O canal +TVI, produzido pelo Grupo Media Capital, sendo dirigido a uma audiência de jovens adultos, com um enfoque particular em conteúdos nacionais e produzidos pela TVI, incluindo diversas funcionalidades interativas;
- O Canal Q, lançado na plataforma da ZON em Março, reunindo programas nacionais de entretenimento e comédia, protagonizados por humoristas populares em Portugal e servindo também de plataforma de lançamento para novos talentos.

Ainda no segundo trimestre de 2013, a ZON incrementou a sua oferta de programação, com a adição da Benfica TV e do 24Kitchen HD. Consequentemente, a ZON tem agora 192 canais na sua grelha, dos quais 49 em HD e 45 vendidos como subscrições *premium* adicionais.

Refira-se que a tendência negativa dos trimestres anteriores, no que concerne à subscrição de canais *Premium*, foi invertida no 3T13 com uma redução sequencial significativa no número de desligamentos líquidos do pacote *Premium* de desporto Sport TV, a qual foi influenciada pelo início da época futebolística, e ainda por uma boa aceitação do novo canal Premium Benfica TV, lançado em julho.

Foi ainda lançado no decurso do terceiro trimestre de 2013 o “*Download to Own*”, uma funcionalidade inovadora que permite o *download* de conteúdos vídeo do videoclube ZON para o PC e TV, permitindo visionar quando e onde seja necessário, sem limite de data e acessível para visionamento *offline*. Liberdade, facilidade de utilização e mobilidade são as principais vantagens do serviço, permitindo aos clientes a criação de uma videoteca na *cloud*, única e personalizada, acessível em múltiplas plataformas, independentemente de onde a compra foi efetuada.

No móvel, destaca-se, em abril de 2013, o lançamento pela OPTIMUS do wOw, um produto de *double play* inovador, assente em tecnologia 4G, que oferece voz fixa ilimitada e tráfego ilimitado de banda larga.

No início de junho de 2013, a Optimus lançou ainda o primeiro *smartphone* 4G de marca própria no mercado Português, o Optimus Boston 4G, sendo um passo no sentido do aumento da penetração de *smartphones* e de fomentar a utilização de serviços de dados por parte dos clientes.

Em julho de 2013, o destaque vai para o lançamento do LIGA, um plano tarifário mais simples e mais barato, no âmbito dos esforços comerciais da ZON OPTIMUS no fornecimento de ofertas adaptadas aos requisitos de utilização do consumidor e à necessidade reconhecida de contenção no enquadramento económico atual, sem quaisquer restrições de rede.

Numa abordagem ao mercado móvel juvenil, extremamente expostos a planos tarifários tribais, que atribuem chamadas e SMS ilimitadas dentro da sua “tribo” de contactos criando assim um efeito de rede que limita a possibilidade de fazer e receber chamadas e SMS de e para amigos de outras redes, a ZON OPTIMUS lançou, em setembro de 2013, uma nova marca WTF. O WTF é um plano tarifário completamente inovador, permitindo contactar qualquer pessoa, em qualquer rede, em qualquer plataforma, a qualquer hora, promovendo o uso ilimitado das melhores aplicações de comunicação (What’s APP, Skype, etc) e da *internet* (Google, Youtube, Facebook etc) e permitindo aos jovens estarem permanentemente ligados utilizando os seus *smartphones*, independentemente da rede que estão a usar ou do país onde se encontram.

No segmento Empresarial, PME e SoHo, a ZON OPTIMUS encontra-se já a capitalizar a sua superior capacidade tecnológica, decorrente da fusão, enquanto operador de serviços fixos e móveis, com capacidade para oferecer serviços relevantes de telecomunicações e dados, convergentes, integrados e competitivos ao segmento empresarial em Portugal. A cobertura alargada, a capilaridade e a capacidade da rede da ZON OPTIMUS são fatores decisivos e diferenciadores para este segmento.

Nesta medida, a ZON OPTIMUS encontra-se já a abordar o mercado enquanto entidade única, através da sua nova equipa, completamente integrada, capaz de oferecer soluções personalizadas aos maiores clientes do setor público e privado, e apresentando, às PMEs e SoHo, soluções específicas adaptadas ao seu perfil de utilização e abrangência geográfica, alavancando a sua rede nacional fixa e móvel de nova geração.

Por último, merece destaque o lançamento o serviço integrado de telecomunicações e entretenimento em Portugal – ZON4i, ocorrido já após a fusão e três semanas após a eleição da nova equipa da ZON OPTIMUS.

A ZON4i combina uma programação TV com 116 canais; *internet* fixa com 100Mbps disponível para todos os 3,3 milhões de lares cobertos pela rede de cabo de última geração da ZON OPTIMUS; um serviço de Voz Fixa ilimitado a nível nacional e internacional, o qual inclui a utilização gratuita da aplicação ZON Phone, permitindo o uso de uma linha fixa em equipamentos móveis, beneficiando das tarifas normais de rede fixa e de uma faturação integrada; acesso grátis à maior rede de *hotspots* WiFi, com acesso instantâneo a mais de 600 mil *hotspots* em Portugal e mais de 12 milhões no mundo inteiro; uso ilimitado de telefone móvel, fornecendo as melhores soluções 4G disponíveis para até 4 utilizadores;

*internet* móvel com 200MB por cada cartão SIM, que se revela uma alternativa flexível complementar para os consumidores que, ocasionalmente, ultrapassam o limite de dados; e acesso prioritário à maior rede de cinemas em Portugal através do myZONcard.

### **Evolução dos principais indicadores operacionais consolidados da ZON OPTIMUS no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013**

---

Do ponto de vista operacional, e em resultado da fusão, a ZON OPTIMUS surge agora mais forte enquanto operador de serviços fixos e móveis, com capacidade para oferecer serviços relevantes de telecomunicações e dados, convergentes e integrados. O negócio de telecomunicações fixo e móvel do grupo tem, em conjunto, 7,3 milhões de RGUs<sup>16</sup>, dos quais 3,6 milhões são subscritores móveis e cerca de 3,7 milhões fixos. Com a conclusão da fusão e a implementação da nova estrutura e estratégia organizativa, as operações individuais estão em fase de integração. Um exemplo imediato deste processo de integração é a migração dos clientes móveis da ZON, anteriormente servidos através do acordo de MVNO com a Vodafone, para a rede da OPTIMUS.

O quadro seguinte ilustra a evolução dos indicadores operacionais da ZON OPTIMUS para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, e respetiva comparação com o período homólogo de 2012:

---

<sup>16</sup> *Revenues Generating Units*, unidades geradoras de negócio.

**ZON OPTIMUS - EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO ('000)**

Descrição	9M12	9M13	Var.
<b>Ex - ZON <sup>(1)</sup></b>			
Casas Passadas	3.224,5	3.286,1	1,9%
RGUs <sup>(2)</sup>	3.438,7	3.485,7	1,4%
RGUs de Cabo por Subscritor (unidades) <sup>(3)</sup>	2,42	2,51	3,5%
Subscritores <sup>(4)</sup>	1.574,4	1.522,6	-3,3%
Subscritores de Cabo	1.204,3	1.191,8	-1,0%
Subscritores de Satélite	370,1	330,8	-10,6%
Banda Larga Fixa	766,2	811,7	5,9%
Voz Fixa	960,2	995,4	3,7%
Mobile <sup>(3)</sup>	138,0	156,0	13,1%
ARPU Global (Euros)	35,1	35,0	-0,2%
<b>Ex - OPTIMUS - Negócio Móvel</b>			
Clientes (EOP)	3.566,3	3.442,6	-3,5%
Receitas Dados como % Receitas Serviços	33,3%	33,5%	0,2pp
Receitas Dados Não SMS como % Receitas Dados	76,4%	79,5%	3,1pp
Total #SMS/mês/cliente	41,5	39,3	-5,1%
MOU (min.)	122,7	122,6	-0,1%
ARPU (Euros)	11,6	10,6	-8,2%
ARPM (Euros)	0,0945	0,0868	-8,1%
<b>Ex - OPTIMUS - Negócio Fixo</b>			
Total de Acessos	344,6	338,0	-1,9%
Corporate e PMEs	156,9	159,0	1,4%
Residencial	187,7	179,0	-4,7%
Receita Média Por Acesso - Retalho	21,8	21,2	-2,9%
<b>Exibição Cinematográfica <sup>(1)</sup></b>			
Receitas por Espetador (Euros)	4,9	4,7	-3,8%
Bilhetes Vendidos	5.822,1	5.956,3	2,3%
Salas (Unidades)	210	209	-0,5%

(1) Operação portuguesa.

(2) O número total de RGUs reportado reflete a soma dos subscritores de TV por Subscrição, Banda Larga Fixa, Voz Fixa e Mobile.

(3) RGUs de Cabo por Subscritor correspondem à soma dos subscritores de Cabo de TV por Subscrição, Banda Larga e Voz divididos pelo número de subscritores de TV por Subscrição por Cabo.

(4) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico, incluindo as plataformas de cabo e de satélite. Saliente-se que a ZON OPTIMUS oferece vários serviços básicos, suportados em diversas tecnologias, direcionados para diferentes segmentos de mercado (doméstico, imobiliário e empresarial), com distinto âmbito geográfico (Portugal Continental e ilhas) e com um número

Fonte: Zon Optimus

**“Ex-ZON”**

Relativamente ao negócio fixo da ZON, o serviço IRIS mantém-se em destaque, apresentando um crescimento no número de adesões, com 155,4 mil novos subscritores a subscreverem os pacotes de topo de gama nos 9M13. Na totalidade, a ZON tinha, à data, 390 mil subscritores IRIS, 49% da sua base de clientes 3&4P, com acesso a este serviço.

No serviço de TV por Subscrição, as tendências subjacentes dos trimestres anteriores mantiveram-se, com o número de clientes de cabo a permanecer relativamente estável (-1%

nos 9M13 face aos 9M12) e com os clientes de DTH<sup>17</sup> a revelarem uma evolução negativa no mesmo período (-10,6%).

Os subscritores de Banda Larga e Voz Fixa continuaram a apresentar um sólido desempenho anual, embora inferior a períodos anteriores. Os subscritores de Banda Larga aumentaram, face ao período homólogo, 5,9% para 811,7 mil e os clientes de Voz Fixa cresceram 3,7% para 995,4 mil, atingindo, respetivamente, 68% e 82% de penetração da base de cabo.

O número total de RGUs da ZON registou um acréscimo anual de 1,4% para 3.485,7 mil, com os clientes de cabo a subscreverem, em média, 2,51 serviços.

#### **“Ex-OPTIMUS” – Negócio Móvel**

No negócio móvel da OPTIMUS, a base de clientes apresentou um aumento trimestral de 8 mil subscritores no 3T13 para 3.442,6 mil, impactado pela melhoria sazonal nos meses de férias e revelando sinais de que o impacto negativo, visível nos trimestres anteriores, do final da iniciativa e-escolas nos desligamentos dos clientes, começa a diminuir. No entanto, nos 9M13 como um todo as adições líquidas foram ainda negativas, em 126 mil subscritores. Os clientes pré-pagos continuam a constituir a parte mais significativa dos clientes móveis, representando 67% da base. As receitas de dados móveis representam 33,8% das receitas de serviço, um acréscimo anual de 0,4pp, sendo que 79,7% das receitas de dados foram geradas por receitas de dados não-SMS, um aumento anual de 3,4pp.

#### **“Ex-OPTIMUS” – Negócio Fixo**

O anterior negócio fixo residencial e empresarial da OPTIMUS apresentou um decréscimo de acessos de 1,9%. Contudo, este decréscimo deveu-se a uma combinação de um maior número de acessos no segmento empresarial (aumento de 1,4%) e de uma redução de 4,7% no número de acessos residenciais.

No negócio das telecomunicações como um todo, a receita média por subscritor (ARPU) registou uma evolução positiva, que no caso da ZON se deveu à contínua adesão a pacotes de topo de gama IRIS de TV, Banda Larga Fixa e Voz Fixa, juntamente com sinais iniciais de recuperação na subscrição de canais *Premium*, permitindo um aumento no ARPU de 0,5% para €34,9 no 3T13. Nos 9M13 o ARPU Global manteve-se relativamente estável em cerca de €35, um decréscimo marginal de 0,2% face aos 9M12.

Nos 9M13, o ARPU do negócio móvel da OPTIMUS cifrou-se em €10,6, cerca de 8,2% abaixo do registado no período homólogo de 2012

#### **A rede ZON OPTIMUS**

A ZON OPTIMUS consegue fornecer velocidades de até 360Mbps a cerca de 3,3 milhões de casas passadas pela sua rede HFC, o que constitui uma vasta cobertura de Rede de Nova Geração em Portugal. A implementação da rede de 4G, nas bandas de 800Mhz e 1.800 Mhz,

---

<sup>17</sup> *Direct-to-home* (televisão por satélite).

em fase avançada de desenvolvimento, atingiu uma cobertura de 80% da população, sendo que mais de 50% pode beneficiar de velocidades de até 150Mbps.

Refira-se ainda o facto de a ZON ter sido a empresa escolhida em concurso público (julho 2013), para a prestação do Serviço Universal de ligação a uma rede de comunicações pública num local fixo e de serviços telefónicos acessíveis ao público, na zona Sul e Ilhas, sendo que nas zonas Norte e Centro do País, o vencedor foi a OPTIMUS.

### **Exibição Cinematográfica (Audiovisuais e Conteúdos)**

No que respeita à área de cinema e audiovisuais assistiu-se, nos 9M13, a um aumento da venda de bilhetes de cinemas da ZON OPTIMUS em Portugal, em 2,3% para 5,956 milhões de bilhetes o que compara com um declínio nas vendas de bilhetes da totalidade do mercado de 10,1%.<sup>18</sup> O 3T13 foi o primeiro trimestre completo após o lançamento da primeira sala com tecnologia IMAX® DMR - Digital 3D, em Lisboa, no final do 1S13. Esta experiência *premium* de cinema está a demonstrar-se bem sucedida, com cerca de 40 mil espectadores naquele trimestre.

Apesar do bom desempenho do número de bilhetes vendidos (um acréscimo de 2,3% para os 5.956 mil bilhetes no final de setembro de 2013), a receita média por bilhete sofreu um decréscimo anual de 3,8% de €4,9 para €4,7, influenciado pela venda comparativamente inferior de bilhetes para filmes em 3D. As receitas da venda de bilhetes para filmes em 3D representaram cerca de 15% das receitas totais da venda de bilhetes da ZON OPTIMUS nos 9M13, o que compara com 24% nos 9M12. Esta quebra deve-se ao número mais reduzido de filmes em 3D e ao facto de os clientes escolherem, cada vez mais, alternativas em 2D, mais acessíveis.

### **ZAP**

Em África, a ZAP continuou, no decorrer do terceiro trimestre de 2013, a expansão da sua rede de distribuição e encontra-se agora presente na maioria das províncias angolanas através de lojas próprias, garantindo uma forte representação em todo o país. A ZAP continua a reforçar a sua oferta de produtos e conteúdos, lançando ao longo deste trimestre o canal Benfica TV em exclusivo para Angola e Moçambique. A ZAP opera nos mercados de Angola, desde 2010, e Moçambique, desde 2011, sendo uma *joint-venture* detida em 30% pela ZON e em 70% pela SOCIP – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A., uma sociedade angolana controlada por Isabel dos Santos. Refira-se que no âmbito da antecipação da implementação obrigatória da IFRS 11 a partir do 1T14, segundo a qual as *joint ventures* já não podem ser consolidadas pelo método proporcional, a ZON OPTIMUS procedeu à desconsolidação, entre outras, desta *joint venture*.

## **8.2. A ZON**

No período anterior à fusão, a ZON constituía um grupo empresarial de telecomunicações e multimédia com negócios nas áreas de televisão por subscrição (“Pay TV”), banda larga (fixa

---

<sup>18</sup> Fonte ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual.

e móvel) e comunicações de voz (fixa e móvel), publicidade e produção de canais de *Pay TV*, exibição e distribuição de cinema, distribuição de vídeo e direitos audiovisuais.

Estas atividades da ZON têm vindo a ser desenvolvidas através de diversas entidades, infraestruturas e plataformas, que incluem uma importante rede híbrida de fibra e cabo - "HFC" - em Portugal, uma plataforma de satélite digital e 29 complexos "multiplexes", com 210 salas de cinema. A ZON tem estado também presente no negócio de *Pay TV* em Angola e Moçambique, através da marca "ZAP".

Em 31 de março de 2013, a ZON era o maior prestador de serviços de *Pay TV* em Portugal, com uma quota de mercado de 49,7%<sup>19</sup>. Por sua vez, a 30 de junho de 2013, a ZON tinha cerca de 1.543 mil clientes de *Pay TV* - incluindo 338,7 mil clientes IRIS by ZON Fibra e 786,1 mil clientes de *Triple Play* - 805,3 mil clientes de banda larga fixa e 989,8 mil clientes de voz fixa<sup>20</sup>. A quota de mercado em junho 2013 de *Pay TV* da ZON era de 49,0%<sup>21</sup>.

Nos últimos anos, os investimentos na melhoria da rede dotaram a ZON da maior Rede de Nova Geração ("RNG") nacional<sup>22</sup>, disponível em 98% dos 3,3 milhões de casas cobertas pela rede de cabo HFC, permitindo o desenvolvimento e apresentação dos produtos "ZON Fibra" e "IRIS by ZON Fibra", a oferta de TV multi-plataforma de nova geração, lançada em janeiro de 2011, e a disponibilização de serviços de banda larga de muito alta velocidade. Adicionalmente, a plataforma de satélite que serve de complemento à rede de HFC, assegura à ZON cobertura nacional no mercado *Pay TV*.

Através da ZON Lusomundo Cinemas, a ZON assume-se como o maior operador de cinemas em Portugal tendo, no primeiro semestre de 2013, uma quota de mercado de 63,8% em termos de espetadores e de 64,1% em termos de receita bruta<sup>23</sup>. A ZON era também, no final do primeiro semestre de 2013, a maior distribuidora de filmes, com uma quota de mercado de receitas de 62,0% e em termos de espetadores de 62,6%, para além de produzir e distribuir programas de televisão, incluindo canais de desporto, de filmes e séries televisivas<sup>25</sup>.

Em 2010, a ZON iniciou operações em África através da ZAP, com o objetivo de desenvolver uma oferta de TV por subscrição por satélite na região, conforme antes referido. Após o lançamento de operações comerciais em Angola em julho de 2010, a ZAP expandiu, em 2011, as suas operações comerciais para Moçambique.

---

<sup>19</sup> Fonte: ANACOM

<sup>20</sup> Fonte: Relatório e Contas da Zon relativo ao primeiro semestre de 2013.

<sup>21</sup> Fonte: ANACOM

<sup>22</sup> Fonte: Informação pública divulgada pelos operadores.

<sup>23</sup> Fonte: ICA – Newsletter do primeiro semestre de 2013.

## Resumo das principais áreas de negócio da ZON

---

### **Triple Play**

A ZON é, por referência a 30 de junho de 2013, um dos maiores operadores portugueses de *Triple Play* – *Pay TV*, banda larga e voz – com 786,1 mil clientes que contratam os três serviços à ZON, o que representa uma penetração de 65,3% da base de clientes de cabo.

Adicionalmente, a ZON é líder no mercado de *Pay TV* em Portugal, de acordo com os dados publicados pelos operadores do setor, e um dos maiores operadores de *Pay TV* na Europa<sup>24</sup>, com cerca de 1.543 mil de clientes a 30 de junho de 2013. Igualmente a 30 de junho de 2013, a ZON liderava o mercado nacional na oferta de canais HD de alta definição em Portugal, uma vez que disponibilizava um maior número de canais HD do que qualquer outro operador em Portugal<sup>25</sup>.

Em janeiro de 2011, a ZON lançou a sua nova plataforma TV “IRIS by ZON Fibra” e, em outubro de 2011, consolidou a sua estratégia multi-plataforma com o lançamento do ZON Online para *laptops*, *tablets* e *smartphones*. Em setembro de 2012, a ZON lançou a funcionalidade *Timewarp* nessa plataforma (serviço de gravação simplificada num servidor de dados que permite aos clientes gravar automaticamente, navegar e assistir à programação dos últimos 7 dias). No final de junho de 2013, o número de clientes IRIS by ZON Fibra ascendia a 338,7 mil.

A oferta da ZON de serviço telefónico (criada em 2007) representava, em 30 de junho de 2013, 989,8 mil subscritores.

Em maio de 2013, a ZON lançou a sua oferta integrada de Quadruple Play, que engloba o serviço de TV por Subscrição, incluindo a interface de utilização IRIS, banda larga fixa com uma velocidade de 100 Mbps, voz fixa com chamadas ilimitadas para as redes fixas nacionais e 50 destinos internacionais e uma oferta de voz móvel ilimitada.

### **Televisão**

A ZON, atuando por intermédio das empresas do grupo ZON TV Cabo, é líder no mercado de *Pay TV* em Portugal, com cerca de 1.543 mil de clientes, em 30 de junho de 2013, dos quais 338,7 mil clientes na plataforma IRIS by ZON Fibra, de acordo com os relatórios publicados pelos operadores.

Por referência a 30 de junho de 2013, a rede de cabo/HFC detida e operada pela ZON está disponível em aproximadamente 3,2 milhões de casas, sendo as restantes habitações residenciais no território português – que são estimadas em 2,7 milhões – servidas pelo serviço de DTH (satélite) operada pela ZON.

---

<sup>24</sup> Fonte: Relatório e Contas da Zon relativo ao primeiro semestre de 2013, *website* ZON OPTIMUS ([www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt)) e informação pública divulgada por outros operadores na Europa.

<sup>25</sup> *Website* da ZON OPTIMUS ([www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt)) e informação pública divulgada por outros operadores em Portugal.

A ZON Box, lançada em maio de 2008, marcou uma etapa decisiva no crescimento da ZON. O equipamento descodificador, disponível para clientes de cabo e de satélite, apresentou-se como um dos mais avançados da Europa, sendo compatível com a mais recente tecnologia de alta definição (HD). Em simultâneo, a ZON Box foi introduzida com um gravador digital incorporado, com capacidade de gravação até 400 horas, que permite controlar a emissão (parar e retomar a emissão televisiva ou retroceder até ao início do programa que está a decorrer).

Atualmente, os serviços disponibilizados pela nova geração de equipamentos descodificadores são um fator determinante nas ofertas *Pay TV*. A 30 de junho de 2013, mais de 60% dos clientes estavam equipados com uma ZON Box, aos quais a ZON disponibiliza a maior oferta de canais HD (mais de 40 canais), liderando o mercado da alta definição em Portugal<sup>26</sup>.

Em janeiro de 2011, foi lançado o serviço IRIS by ZON Fibra. Trata-se de uma oferta inovadora pelos seus interface e *design* e pelo facto de os seus pacotes comerciais serem facilmente reconfiguráveis em função das preferências de cada cliente. Este serviço, que imediatamente se posicionou como a oferta de referência Triple Play do Grupo ZON, tem vindo a revelar-se de enorme sucesso, atingindo os 100 mil clientes em menos de um ano. Este serviço, que já foi premiado internacionalmente<sup>27</sup>, tem por base uma interface de utilização que coloca o enfoque nos conteúdos e foi concebido desde a sua origem para múltiplas plataformas, sendo o primeiro serviço em Portugal a oferecer uma experiência integrada através da *set-top-box*, PC e tablet. O serviço é oferecido ao utilizador enquanto parte de um pacote de serviços *Triple Play* ou *Quadruple Play*, com conteúdos lineares e não lineares, podendo o pacote ser personalizado de acordo com as preferências do cliente.

O ano de 2012 foi um ano de consolidação para a IRIS by ZON Fibra. Após o lançamento do *Restart TV* em setembro de 2011 (serviço que dá ao utilizador a possibilidade de recomeçar programas de televisão que tenham terminado nas últimas duas horas), 2012 assistiu ao lançamento da oferta do *Timewarp* – funcionalidade que permite a gravação e posterior visualização dos últimos 7 dias de programação de televisão em mais de 70 canais de forma simples e eficaz, alavancando o investimento da ZON numa rede híbrida de cabo e fibra ótica topo de gama a nível mundial e *data centers* de última geração.

Já o primeiro semestre de 2013 assistiu a níveis de reconhecimento sem precedentes da IRIS por parte dos clientes e do mercado em geral, com o *Timewarp* a ser votado pelos consumidores como o produto do ano em marketing e inovação<sup>28</sup>.

### **Banda larga fixa**

Na Internet de banda larga, a ZON tinha, por referência a 30 de junho de 2013, 805,3 mil clientes, sendo o segundo operador em Portugal com uma quota de 32,7%<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> Fonte: *Website* da ZON OPTIMUS ([www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt)) e informação pública divulgada pelos outros operadores.

<sup>27</sup> Janus Award, pelo Institut Français du Design (novembro/2010) e 'Most Innovative Design or User Interface', pelo TV of Tomorrow Show (junho/2011).

<sup>28</sup> Fonte: <http://www.produtodoano.com>.

<sup>29</sup> Fonte: ANACOM

Os níveis de *performance* e qualidade de experiência na utilização da rede operada pela ZON, incluindo a RNG, foram o catalisador para o crescimento da base de clientes de banda larga (805,3 mil clientes a 30 de junho de 2013, o que equivaleu a um aumento de 7,2% face ao primeiro semestre de 2012 e a um crescimento líquido da base de clientes de 15,3 mil subscritores face a 31 de dezembro de 2012<sup>30</sup>). Face a 2010, a ZON adicionou cerca de 115 mil clientes neste serviço, um crescimento de 16,7%<sup>31</sup>. A penetração dos serviços de banda larga na base de clientes de cabo era de 66,9% por referência a 30 de junho de 2013.

A forte vantagem tecnológica da ZON em termos da capacidade da sua rede permite-lhe oferecer serviços de RNG a praticamente toda a sua base de clientes.

Em 30 de junho de 2013, a ZON era também líder na oferta Wi-Fi<sup>32</sup>. Com o ZON@FON, os clientes do serviço de Internet da ZON têm disponível gratuitamente mais de 500 mil *hotspots Wi-Fi* em Portugal e mais de 7 milhões em todo o mundo, através da rede de parceiros da FON. O serviço é totalmente gratuito e de utilização ilimitada, tendo registado um crescimento exponencial da utilização. Em 31 de dezembro de 2012, o serviço ZON@FON era usado regularmente por cerca de 25% dos clientes ZON, tendo o tráfego triplicado em 2012. Em 2013, a ZON lançou uma nova aplicação para *smartphone* que, após ser descarregada da App Store, identifica automaticamente os *hotspots* ZON@FON, em Portugal e no estrangeiro, proporcionando um processo de login simples

#### **Voz fixa**

O produto ZON Phone, destinado a oferecer serviços de comunicação de voz fixa, ultrapassou os 989,8 mil clientes a 30 de junho de 2013, tendo mantido um forte ritmo de crescimento de subscritores desde o seu lançamento em 2007.

Por referência a 30 de junho de 2013, a base total de clientes de voz fixa representava uma penetração de 80,7% da base de clientes de cabo, com captação líquida de 13,4 mil clientes entre 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013.

Dados da Anacom relativamente ao mercado de voz fixa no final do primeiro trimestre de 2013, indicavam uma quota para a ZON de 24,4%, por comparação com 24,1% no final de 2012 - sendo a ZON o único dos principais operadores a registar crescimento no número de clientes de voz fixa<sup>33</sup>. No segundo trimestre de 2013, a quota de mercado da ZON registou um aumento de 0,3pp para 24,7% comparativamente com o trimestre anterior e de 1,3pp relativamente ao segundo trimestre de 2012.

---

<sup>30</sup> Relatórios e Contas da ZON relativos aos anos de 2010 a 2012 e ao primeiro semestre de 2013.

<sup>31</sup> Fonte: Relatórios e Contas da ZON relativos aos anos de 2010 a 2012 e ao primeiro semestre de 2013.

<sup>32</sup> Fonte: *Website* da ZON OPTIMUS ([www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt)) e informação pública divulgada por outros operadores em Portugal.

<sup>33</sup> Fonte: Relatório da ANACOM sobre Informação Estatística do Serviço Telefónico Fixo relativo ao primeiro trimestre de 2013 ([http://www.anacom.pt/streaming/STF1trimestre2013.pdf?contentId=1161961&field=ATTACHED\\_FILE](http://www.anacom.pt/streaming/STF1trimestre2013.pdf?contentId=1161961&field=ATTACHED_FILE))

A 15 de dezembro de 2011, foi apresentado a App ZON Phone, reforçando a aposta da ZON no complemento da sua oferta com serviços OTT (*over-the-top*). Depois da parceria FON para acesso internet, do lançamento do ZON Online, foi também lançada uma versão do ZON Phone para *smartphone* e *tablet* (sistema operativo iOS e Android). Trata-se de uma aplicação que permite realizar e receber chamadas utilizando o número fixo do serviço ZON Phone e utilizando exatamente o mesmo tarifário e as mesmas funcionalidades configuradas para o telefone de casa. A app funciona em qualquer ligação Wi-Fi, podendo tirar partido dos mais de 7 milhões de *hotspots* FON a nível mundial.

### **Voz e banda larga móvel**

A ZON tem fornecido também serviços de voz e Internet banda larga móvel, no quadro de um acordo de MVNO com a Vodafone Portugal.

Em maio de 2013, a ZON lançou a sua oferta *Quadruple Play*, que engloba o serviço de TV por Subscrição, incluindo a interface de utilização IRIS, banda larga fixa com uma velocidade de 100 Mbps, voz fixa com chamadas ilimitadas para as redes fixas nacionais e 50 destinos internacionais e uma oferta de voz móvel ilimitada.

### **Empresarial**

A ZON tem vindo a consolidar, nos anos recentes, a sua oferta e a sua presença nos mercados de grandes empresas (“Grandes Empresas”) e de SoHo (*Small Office Home Office*), assim como PME’s (“Pequenas e Médias Empresas”). Na área das Grandes Empresas e por referência ao ano de 2012, a ZON aumentou a sua penetração no mercado com serviços de dados (VPN MPLS, circuitos *ethernet* dedicados e acessos dedicados de Internet até 10 Gbps) e de voz (soluções de comunicações unificadas, acesso direto em SIP, serviços inteligentes – 800, 808, 707, etc.). A ZON alargou, adicionalmente, a capacidade para dar resposta às necessidades dos seus clientes em Managed Services<sup>34</sup>.

A ZON serve clientes em diversos setores como: banca, indústria, construção e setor público. Adicionalmente, a ZON tem vindo a apostar em alargar a penetração de mercado nos serviços de carrier para outros operadores de telecomunicações (p. ex., ligações *ethernet* ponto a ponto e *back-hauling*).

A ZON vem igualmente crescendo de forma sustentada nos segmentos SoHo e PME’s, tendo reforçado a sua aposta através do produto ZON Office (central telefónica IP-PBX integrada no ZON HUB) e introdução de *Cloud Apps* (aplicações na cloud para faturação, helpdesk, prescrição médica, etc.). Os novos pacotes de entrada para pequenas empresas como o STARTUP e a introdução de uma lógica modular na oferta permitiram uma melhor adequação às necessidades dos clientes.

No primeiro trimestre de 2013, a ZON angariou um contrato relevante com um dos principais bancos de retalho em Portugal, presente em Portugal Continental e nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, o qual prevê contribua para fortalecer a reputação da ZON enquanto

---

<sup>34</sup> Fonte: Relatório e Contas da Zon relativo ao primeiro semestre de 2013.

fornecedora competitiva de serviços de telecomunicações para o setor empresarial, alavancando a capilaridade e sofisticação da sua rede.

### **Cinemas**

A ZON opera, através da ZON Lusomundo Cinemas – detida a 100% pela ZON –, a cadeia líder de mercado em Portugal com 210 salas de cinema, em 29 complexos comerciais em todo o território português. No primeiro trimestre de 2013, a ZON Lusomundo Cinemas teve uma quota de mercado de 62,1% em termos de espetadores e de 62,3% em termos de receita bruta. Em Junho, estas quotas ascendiam a 63,8% em termos de espetadores e 64,1% em termos de receita bruta de distribuição cinematográfica.<sup>35</sup>

A ZON tem vindo a introduzir novas tecnologias que têm permitido melhorar a experiência de cinema, com a introdução de melhor qualidade de som e de imagem. A empresa tem 100% das suas salas com equipamentos de projeção digital, sendo que, desses, 40% têm tecnologia de projeção 3D Real D9. A introdução em dezembro de 2012 da tecnologia HFR (*High Frame Rate*) permitiu a introdução de imagens mais imersivas, mais nítidas e realísticas através do aumento de número de fotogramas por segundo (de 24 para 48).

Para além da exibição comercial de filmes, a ZON passou ainda a exibir conteúdos alternativos de desporto, música e bailado ao vivo ou gravados em 2D ou 3D. Em junho de 2013, a ZON Lusomundo Cinemas, em parceria com a IMAX, corp e a Sonae Sierra, abriu a primeira sala de cinema IMAX@DMR – Digital 3D em Portugal, tecnologia que usa ecrãs gigantes, com maior resolução de imagem, permitindo reduzir a distância dos espetadores em relação ao ecrã e um leque mais diversificado de efeitos sonoros.

Em 2012, a ZON Lusomundo Cinemas vendeu 7,815 milhões de bilhetes e exibiu 307 filmes, num total de cerca de 345 mil sessões de cinema.

### **Audiovisuais e conteúdos**

A ZON atua ainda no segmento da distribuição de produtos audiovisuais e conteúdos, através das empresas ZON Lusomundo Audiovisuais, ZON Conteúdos, ZON Lusomundo TV, Dreamia e Sport TV.

A ZON Lusomundo Audiovisuais distribui filmes para cinema, vídeos para venda (formato DVD e Blue-Ray) e produtos Video on Demand. Esta atividade é desenvolvida ao abrigo de contratos de distribuição celebrados tanto com as principais produtoras cinematográficas (por exemplo, Universal, Disney, Paramount/Dreamworks), como com produtoras independentes (Icon, Revolution Studios, Spyglass, entre outras).

Na área de distribuição de filmes para cinema, a ZON Lusomundo Audiovisuais é líder em Portugal, tendo registado uma quota de mercado de 62,6% em espectadores e 62,0% em receita bruta, no primeiro semestre, o que compara com 56,9% e 55,8% no primeiro

---

<sup>35</sup> Fonte: ICA – Newsletter do primeiro trimestre e do primeiro semestre de 2013.

trimestre, respectivamente. A ZON Lusomundo Audiovisuais distribuiu no primeiro semestre de 2013, 5 títulos do Top10 de bilheteira em Portugal<sup>36</sup>.

No negócio de conteúdos de televisão, a ZON, através da ZON Lusomundo TV e da ZON Conteúdos, produz e distribui os canais *premium* de cinema TV Cine e o canal de séries TV Séries. Através da empresa DREAMIA, uma *joint-Venture* entre a ZON e a Chello-Multicanal, a ZON também produz 4 dos canais de TV por subscrição de maior audiência em Portugal, nomeadamente os canais Panda, Panda Biggs, MOV e Hollywood<sup>37</sup>.

No quadro de uma parceria com a empresa Sportinveste, a Zon detém uma participação de 50% na empresa Sport TV - empresa que produz os canais *premium* líderes no segmento desportivo em Portugal. Em dezembro de 2012, a Zon alcançou um acordo com a PT e a Sportinveste para consolidar as participações que estas empresas detinham na Sport TV Portugal S.A., (“Sport TV”), na Sportinveste Multimédia, SGPS, S.A., e na PPTV Publicidade de Portugal e Televisão, S.A., e das suas respetivas operações, numa única entidade que passará a gerir os direitos desportivos de TV e Multimédia detidos por essas entidades. Em resultado das transações necessárias para consolidar estas operações, a ZON reduzirá a sua participação na Sport TV para 25%, recebendo um encaixe financeiro de cerca de €46M. A efetivação deste acordo está dependente da aprovação por parte da Autoridade da Concorrência e da obtenção de financiamento autónomo pela Sport TV. De notar que, nos termos do comunicado da Autoridade da Concorrência de 27 de agosto de 2013, a operação em análise passou a uma fase de investigação aprofundada.

#### **A ZAP**

A ZAP opera nos mercados de Angola, desde 2010, e Moçambique, desde 2011, sendo uma *joint-venture* detida em 30% pela ZON e em 70% pela SOCIP – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A., uma sociedade angolana controlada por Isabel dos Santos. A ZAP opera nos mercados de televisão paga de Angola e Moçambique, suportada em tecnologia DTH através do satélite Eutelsat W7.

A televisão paga tem acompanhado o crescimento das economias destes países (as mais recentes estimativas do FMI, de outubro de 2013, apontam para que o PIB real de Angola e Moçambique tenha crescido 5,2% e 7,4%, respetivamente)<sup>38</sup>, tendo a ZAP sido, desde o seu lançamento, um dos principais dinamizadores do mercado, mercê de uma oferta de produtos inovadora e desenhada para os diversos segmentos de consumidores, de uma comunicação desenhada para as realidades locais e de uma estratégia comercial orientada aos objetivos de crescimento da operação, aspetos fortemente alicerçados em recursos locais e em sinergias com a operação da ZON em Portugal.

Atualmente a ZAP passou a oferecer aos seus clientes pacotes diferenciados de, a maior parte com cerca de 110 canais disponíveis (dos quais quinze em HD) e ainda o pacote “ZAP Plus” com 10 canais adicionais, comercializado como *add-on* aos restantes pacotes.

---

<sup>36</sup> Fonte: ICA – Newsletter do primeiro trimestre e do primeiro semestre de 2013.

<sup>37</sup> Fonte: Audiências GfK.

<sup>38</sup> Fonte: FMI.

Adicionalmente, o aumento da abrangência da sua rede comercial foi também uma das prioridades desde o lançamento. Em Angola, a rede de distribuição da ZAP contava, no final de 2012, com 13 lojas próprias, 700 agentes autorizados e cerca de 200 vendedores porta-a-porta. Em Moçambique, a estrutura da ZAP contava com 5 lojas próprias e cerca de 120 agentes autorizados, no final de 2012<sup>39</sup>.

No final de 2012, a equipa da ZAP contava com um total de cerca de 360 colaboradores localizados em Angola e Moçambique, o que tem sido um dos principais pilares para o sucesso do crescimento da operação.

Ainda em 2012, a ZAP lançou um pacote de cerca de 10 canais de língua francesa como add on aos pacotes base e onde se incluem os canais Tiji, France 2, France 3, France 5, LCI, entre outros. Adicionalmente, foram incluídos nos pacotes já existentes canais de qualidade reconhecida internacionalmente, tais como os canais FOX HD, FOX Life HD, Discovery Science, 24 Kitchen, TLC, Disney Channel e Disney Junior – tendo sido ainda reforçada a oferta de canais em português com a introdução do ZAP Viva, Porto Canal, Afromusic Concerts e SportTV África 2. No mesmo ano, a ZAP passou também a disponibilizar aos seus clientes o serviço *Pay-Per-View* ZAP.

## A rede ZON

---

A ZON tem colocado ao dispor dos seus clientes uma das redes de telecomunicações mais avançadas da Europa. De facto, e principalmente devido ao esforço de modernização e *upgrade* da rede realizado entre 2008 e 2012 (que resultou num investimento acumulado de €832M nesses 5 anos), a ZON construiu uma RNG disponível na quase totalidade das suas 3,3 milhões de casas cobertas pela rede HFC.

A rede HFC construída pela ZON permite elevadas velocidades de acesso à Internet em Portugal, a maior oferta de canais HD e avançados serviços de *Video-on-Demand*. Adicionalmente, o investimento de rede realizado pela ZON nos últimos anos teve em atenção o crescimento expectável do consumo de tráfego Internet.

A ZON é atualmente proprietária da grande maioria da referida rede HFC devido ao investimento significativo realizado no âmbito do projeto ZON – IN, que consistiu na construção de fibra própria ao nível da rede primária e no realojamento de *Hubs* na sua infraestrutura<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Fonte: Relatórios e Contas da Zon relativos aos anos de 2010, 2011 e 2012.

<sup>40</sup> Do total da sua rede HFC, a ZON detém 98,2% do total de pares de fibra e 100% do cabo coaxial.

## Principais indicadores<sup>41</sup> operacionais da ZON no período 2010 / 1ºS 2013

Descrição	2010	2011	2012	1S2012	1S2013
<b>Tv por Subscrição, Banda Larga e Voz</b>					
Casas passadas <sup>(1)</sup>	3.190,7	3.152,6	3.243,2	3.204,5	3.270,9
RGUs <sup>(2)</sup>	3.147,4	3.315,1	3.467,0	3.414,1	3.478,5
RGUs de Cabo por Subscritor (unidades) <sup>(3)</sup>	2,25	2,36	2,45	2,39	2,48
Subscritores <sup>(4)</sup>	1.571,6	1.567,1	1.570,1	1.586,3	1.543,3
Subscritores de Cabo	1.163,9	1.178,4	1.209,6	1.210,8	1.203,3
Subscritores de Satélite	407,6	388,7	360,5	375,5	340,0
Banda Larga Fixa	690,2	739,2	790,0	751,5	805,3
Voz Fixa	777,6	883,9	976,4	947,0	989,8
Mobile	107,9	125,0	130,5	129,4	140,1
ARPU Global (Euros)	35,4	35,7	34,5	34,9	34,5
<b>Exibição Cinematográfica <sup>(1)</sup></b>					
Receitas por Espetador (Euros)	4,7	4,9	4,8	4,8	4,6
Bilhetes Vendidos	9.100,6	8.742,2	7.814,6	3.439,0	3.542,8
Salas (Unidades)	213	217	210	210	210

Nota: (1) O número de Casas Passadas foi corrigido no 3T11, consistindo numa atualização da base de dados em 86,5 mil Casas Passadas. Os dados referentes a trimestres anteriores não foram reexpressos. (2) O número total de RGUs reportado reflete a soma dos subscritores de TV por Subscrição, Banda Larga, Voz Fixa e Mobile. (3) RGUs de Cabo por Subscritor correspondem à soma dos subscritores de Cabo de TV por Subscrição, Banda Larga e Voz divididos pelo número de subscritores de TV por Subscrição por Cabo. (4) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da ZON, incluindo as plataformas de cabo e de satélite

Estes indicadores referem-se às operações portuguesas.

Fonte: Relatórios e Contas da ZON

### 8.3. A OPTIMUS

A OPTIMUS tem como principal atividade a gestão de participações sociais no setor das telecomunicações, sendo que até outubro de 2012 (e, portanto, nos exercícios de 2010 e 2011) se designava por Sonae Telecom. Previamente à fusão com a ZON OPTIMUS, em junho e setembro de 2012, a então Sonae Telecom e a Sonaecom concretizaram diversas operações que concentraram na Sonae Telecom (que posteriormente alterou a sua designação para OPTIMUS) todas as entidades relativas ao segmento de telecomunicações do Grupo Sonaecom.

Assim, à data da fusão, a OPTIMUS constituía um operador integrado de telecomunicações, com presença nos segmentos de telecomunicações móvel e fixo, empresas e particulares, com soluções de última geração. A OPTIMUS contou, no final do primeiro semestre de 2013, com 3,4 milhões de clientes no móvel e 330 mil clientes no fixo, empresas e particulares, com soluções de última geração.

O negócio móvel da OPTIMUS, o primeiro a ser lançado, em 1998, após ter ganho a terceira licença móvel GSM em Portugal, oferece uma vasta gama de serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, incluindo ofertas tradicionais de voz, dados, televisão móvel e um amplo conjunto de soluções móveis e serviços de *roaming*, assim como serviços grossistas a terceiros.

<sup>41</sup> Indicadores referentes a contas consolidadas.

Através do produto de convergência fixo-móvel, o Optimus Home, da oferta de serviços de banda larga móvel, o Kanguru, bem como do seu produto direcionado para um público jovem, o TAG (chamadas gratuitas dentro de uma comunidade), a OPTIMUS foi gradualmente consolidando a sua posição no mercado português, tendo atingido uma posição de referência entre os *players* do setor, com uma quota de mercado de subscritores de cerca de 20%, de acordo com a informação pública mais recente reportada pelos operadores móveis nacionais.

No segmento de comunicações fixas, a OPTIMUS tem estado presente tanto no mercado residencial como no mercado empresarial, oferecendo serviços de voz, de dados e de televisão. As operações fixas foram levadas a cabo após a liberalização, em 2000, do mercado de comunicações fixas em Portugal, tendo sido a subsidiária Novis Telecom, S.A. (que posteriormente integrou a Optimus Telecomunicações, S.A. e adotou a designação social de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.) a desenvolver, até 2007, as atividades neste segmento. Ainda nesse ano, a OPTIMUS fortaleceu os seus serviços de comunicações fixas através da aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residencial e SOHO de um dos seus concorrentes.

Posteriormente, a OPTIMUS foi pioneira na convergência técnica ao fundir a infraestrutura de rede e as respetivas equipas. Antecipando as necessidades do segmento de Corporate e PMEs, a OPTIMUS apresentava soluções comerciais e de marketing totalmente integradas, para os serviços móveis e fixos a este segmento.

Na sequência do leilão de espetro Long Term Evolution (“LTE”) ocorrido no final de 2011, a OPTIMUS assegurou uma combinação ideal de espetro nas três bandas 800MHz, 1800MHz e 2600MHz, permitindo, deste modo, o máximo de eficiência e desenvolvimento de rede.

No final do primeiro semestre de 2013, 80% da população Portuguesa encontrava-se já coberta com a rede 4G da OPTIMUS, que apresentava a mais abrangente cobertura com débitos até 150Mbps<sup>42</sup>, um passo fundamental para contribuir para o objetivo de liderança da OPTIMUS num futuro de dados móveis.

## **Resumo das principais áreas de negócio da OPTIMUS**

---

### **Móvel Particulares**

Neste segmento, a OPTIMUS tem estado focada em (i) aumentar a receita por utilizador, por via da aposta no 4G (serviço lançado em março de 2012), *smartphones*, serviços de Internet móvel e por uma gama cada vez mais ampla de tarifários que incluem dados (o Optimus Kanguru, beneficiando do *roll-out* da tecnologia 4G, veio permitir a aposta nos equipamentos de partilha de tráfego, concedendo aos consumidores de internet em Portugal uma nova experiência em termos de velocidade de conectividade); (ii) criar e explorar novas oportunidades de crescimento no universo pós-pago e em *cross-selling*; (iii) melhorar a retenção e valor em produtos pré-pagos essenciais e desenvolvendo a oferta no segmento

---

<sup>42</sup> Fonte: Documento de Resultados da Sonaecom relativo ao primeiro semestre de 2013.

jovem; e (iv) desenvolver uma base sólida em termos de valor e gestão de fidelização, colocando uma ênfase renovada na qualidade da experiência do cliente.

### **Fixo residencial**

Neste segmento, o destaque vai para os pacotes incluindo serviços de TV, voz fixa e banda larga fixa. Em 2012, o maior objetivo da OPTIMUS consistiu na ampliação da base de clientes *Fiber To The Home* (“FTTH”) e na gestão da base de clientes *Unbundled Local Loop* (“ULL”), atingindo com a sua oferta de fibra, no final desse ano, cerca de 400 mil casas passadas, nas zonas mais densamente povoadas do país (mais de 150 canais com qualidade digital, incluindo os canais nacionais e internacionais de maior audiência).

A fim de promover a mobilidade e disponibilidade de conteúdos em qualquer lugar, 2012 foi o ano de grandes melhorias para o serviço OPTIMUS Clix Mobile TV, com a extensão do serviço a partir de dispositivos móveis para *tablets* e PCs, estando já a experiência TV disponível em qualquer dispositivo, não só em 3G/4G, mas também via Wi-Fi.

Por último, merece destaque, já em 2013, o wOw, um produto de *double-play* inovador assente em tecnologia 4G destinado ao mercado residencial, que oferece voz fixa ilimitada e tráfego ilimitado de banda larga, afigurando-se como uma solução simples e instantânea, já que o funcionamento depende apenas de um ponto de fornecimento de eletricidade.

### **Corporate**

A Optimus Corporate tem vindo a posicionar-se como um fornecedor de soluções integradas, disponibilizando um portfólio de produtos e serviços integrados, convergentes e tecnologicamente avançados.

O principal objetivo da OPTIMUS tem consistido em ser o melhor operador de comunicações para grandes empresas em Portugal, liderando a convergência do mercado Corporate com uma oferta global e integrada, reforçando a solidez e o potencial das suas parcerias e conseguindo níveis crescentes de produtividade comercial. No final de 2012, a OPTIMUS registou cerca de 45% de clientes convergentes.<sup>43</sup>

Em menos de três anos, a OPTIMUS dobrou o número de circuitos e equipamentos sob a sua gestão e foi pioneira em projetos-bandeira de virtualização de Private Branch Exchange (“PBX”), de redes de dados e de gestão de redes (como é o exemplo do *Wi-Fi*).

### **PMEs**

A abordagem integrada e convergente às necessidades das empresas, sob uma única marca, com equipas dedicadas e com uma arquitetura de rede totalmente convergente e de última geração, tem permitido à OPTIMUS ser uma referência no movimento das empresas portuguesas para soluções integradas e convergentes, mais eficientes e indutoras de maior produtividade, e geradoras efetivas de valor para os seus negócios.

---

<sup>43</sup> Fonte: Documento de Resultados da Sonaecom relativo ao primeiro semestre de 2013.

No final de 2012, 42,8% da base de clientes empresariais já tinha ofertas integradas fixo-móvel com a OPTIMUS, um crescimento muito significativo quando comparado com os 29,2% referentes a 2010.<sup>44</sup>

O sucesso registado na oferta de soluções integradas e convergentes ficou também a dever-se à forte alavancagem na infraestrutura própria (fibra e móvel 2G, 3G e, mais recentemente, 4G), resultante da integração da arquitetura de rede (40% da base e 60% da aquisição empresarial de fixo foi feita, em 2012, sobre infraestrutura própria, com melhorias significativas na qualidade de entrega e serviço, e com impactos importantes na margem do negócio).

### **Wholesale**

A Optimus Wholesale tem procurado a maximização do valor de um dos mais importantes ativos da OPTIMUS: a rede. Disponibilizando um portfólio alargado de serviços de comunicações de voz, banda larga e dados a operadores fixos e móveis, a Optimus Wholesale tem vindo a endereçar as necessidades de fornecedores mundiais de comunicações.

Com este objetivo, a OPTIMUS tem vindo consistentemente a estabelecer relações com diversos parceiros comerciais, designadamente parceiros internacionais, bem como a desenvolver diversas iniciativas para fornecer aos seus clientes soluções diferentes e inovadoras que respondam às suas necessidades específicas.

Apesar da pressão regulatória sobre terminação e *roaming*, foi possível, em 2012 e durante o primeiro semestre de 2013, atingir recordes de tráfego e contribuir fortemente para o regresso da OPTIMUS ao crescimento no fixo, pela primeira vez desde 2008.

Neste âmbito, destaque ainda para o lançamento do seu primeiro MVNO, bem como os objetivos alcançados pela OPTIMUS no segmento de *Machine To Machine* ("M2M").

### **A rede OPTIMUS**

---

A rede da OPTIMUS tem vindo a ser alvo de um constante processo de modernização, tendente ao aumento e à melhoria das condições de tráfego, nomeadamente em termos de consumos (redução da pegada de carbono da rede) qualidade, funcionalidades e rapidez. Em 2012, a OPTIMUS terminou o processo de modernização do acesso à rede 2G e 3G, o que levou a uma diminuição significativa no custo de propriedade, a uma redução substancial dos níveis de consumo de energia e a melhorias consideráveis no desempenho e na capacidade da rede rádio.

Em linha com o plano de sustentabilidade delineado, a OPTIMUS reviu os seus contratos de fornecimento de energia, procurando alcançar uma redução no consumo, assim como novas tarifas de eletricidade. A renegociação dos arrendamentos dos espaços/sites, promovendo acordos especiais com os proprietários dos sites, juntamente com outras iniciativas de

---

<sup>44</sup> Fonte: Documento de Resultados da Sonaecom relativo ao primeiro semestre de 2013.

conservação de energia ao nível do equipamento rádio, permitiram à OPTIMUS implementar funcionalidades de poupança de energia com resultados muito positivos.

Ao longo de 2012, a OPTIMUS continuou a instalar a sua rede de fibra e de micro-ondas de alta capacidade, substituindo ligações arrendadas e investindo mais em redes de transporte/acesso próprias. A modernização da rede 2G e 3G e a introdução do LTE, permitiu que a migração de IP fosse alargada, alcançando sinergias importantes e permitindo fornecer soluções de conectividade para as três tecnologias usando uma única ferramenta de transporte.

Foram concluídos desenvolvimentos significativos no *design* e no *footprint* da rede de *packet-backhaul* da OPTIMUS, tendo sido alargada a rede de metro *Ethernet*. No final de 2012, a OPTIMUS era proprietária da infraestrutura compatível com Gbps num grande número de *sites* móveis, o que permitirá responder aos desafios de capacidade ao longo dos próximos anos.

#### Principais indicadores<sup>45</sup> operacionais da OPTIMUS no período 2011 / 1ºS 2013

Descrição	2011	2012	1S2012	1S2013
<b>Negócio Móvel</b>				
Clientes (EOP) (milhares)	3.639,4	3.568,6	3.565,0	3.434,6
Clientes pré-pagos	2.435,6	2.379,5	2.364,3	2.283,7
Clientes pós-pagos	1203,8	1189,1	1.200,6	1150,9
Novos clientes	35,3	-70,7	-74,4	-134,0
Receitas dados como % Receitas Serviços	32,5%	31,8%	32,0%	31,7%
Receitas dados não SMS como % Rec. Serviços	76,0%	76,3%	76,5%	79,4%
Total # SMS/mês/cliente	42,8	41,7	41,20	39,2
MOU <sup>(1)</sup> (minutos)	126,1	123,2	122,8	121,8
ARPU <sup>(2)</sup> (Euros)	12,9	12,0	12,0	11,1
Cliente	11,2	10,6	10,6	10,2
Interligação	1,7	1,4	1,4	1,0
ARPM <sup>(3)</sup> (Euros)	0,10	0,10	0,10	0,09
<b>Negócio Fixo</b>				
Total acessos	375.826	334.939	354.449	339.281
Corporate e PME's	158.449	158.472	155.143	160.268
PTSN/RDIS	113.643	114.798	111.039	116.530
Band larga	34.681	30.998	32.472	30.039
Outros	10.125	12.676	11.632	13.699
Residencial	217.377	176.467	199.306	179.013
PTSN/RDIS	100.254	72.505	88.147	69.585
Band larga	81.654	67.542	74.229	70.678
TV	35.469	36.420	36.930	38.750
Receita média por acesso - Retalho	23,3	22,6	23,2	22,2

(1) Minutos de utilização por cliente por mês; (2) Receita média mensal; (3) Receita média por minuto

Fonte: Relatórios e Contas OPTIMUS.

<sup>45</sup> Indicadores referentes a contas consolidadas.

#### **8.4. Fundamentos das declarações do Emitente acerca da sua posição concorrencial**

As referências à posição concorrencial do Emitente e de cada uma das sociedades que agora o integram, após fusão, em cada um dos segmentos de atividade relevantes, constantes do ponto 8.1. ao ponto 8.3. anteriores, têm por base a informação setorial disponibilizada pelos diversos organismos competentes em cada um daqueles segmentos de atividade, bem como as análises efetuadas pelo Emitente, pela ZON e pela OPTIMUS, enquanto entidades independentes, sobre aquela informação. A fonte das referências à posição concorrencial são indicadas nos referidos pontos 8.1. a 8.3..

#### **8.5. Descrição dos principais investimentos do Emitente**

O presente ponto cobre a informação estatutária consolidada relativa à ZON OPTIMUS para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, bem como a informação de cada uma das sociedades ZON (consolidado, no período compreendido entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, anterior, portanto, à fusão), OPTIMUS (consolidado, no período compreendido entre 2012 e o primeiro semestre de 2013, anterior, portanto, à fusão) e Sonae Telecom (individual) para os exercícios de 2010 e 2011, nos termos descritos nas “Advertências” deste Prospeto e no ponto 8.1 deste Capítulo.

#### **Principais investimentos da ZON OPTIMUS no respetivo período de historial financeiro**

O investimento total da ZON OPTIMUS no período de 9M13 ascendeu a €126,6M, representando 19,9% das Receitas de Exploração totais. No mesmo período, o investimento em Telecomunicações ascendeu a €104,6M, representando 18,2% das Receitas de Exploração de Telecomunicações. Esta redução é explicada quase totalmente pela diminuição no ritmo de implementação de LTE em comparação com anos anteriores. No que se refere aos negócios de Audiovisuais e Exibição Cinematográfica registou-se um investimento de €21,9M nos 9M13, refletindo a capitalização a partir do 3T13, com reexpressão a partir do 1T12, de determinados direitos de filmes na divisão de Audiovisuais.

As empresas do Grupo ZON OPTIMUS possuem hoje uma rede fixa e móvel de última geração de larga cobertura e sofisticação tecnológica. No que se refere a investimentos futuros, as áreas principais de investimento passarão pelo alargamento continuado e progressivo de cobertura da rede LTE no móvel e melhoria e *upgrade* da infraestrutura de suporte, reforço da rede de transmissão, da rede core e dos sistemas de tecnologias de informação de suporte, e alargamento / *upgrade* da rede HFC para suportar a oferta de serviços residenciais e empresariais convergentes. Tal como tem vindo a acontecer em exercícios anteriores, continuará a haver uma proporção do investimento anual da empresa destacado para investimentos relacionados com a aquisição de clientes e investimento em equipamento terminal, bem como em inovação da oferta e melhoria de qualidade de serviço. Finalmente, a ZON OPTIMUS terá investimentos de integração operacional decorrente da fusão das duas empresas que lhe deram origem, em especial no período 2013 – 2016.

## Principais investimentos da ZON no respetivo período de historial financeiro

---

Entre 2010 e 2012, o investimento realizado pela ZON, em termos consolidados, ascendeu a €521M.

O ano de 2010, com investimento total da ordem dos €248M, encerrou um período de crescimento acelerado de investimento que permitiu à ZON digitalizar uma parte significativa da sua base de clientes cabo (77% dos clientes cabo tinham serviços digitais em dezembro de 2010), aumentar significativamente a penetração de serviços *Triple Play* (55,2% da sua base de clientes cabo) e instalar uma Rede de Nova Geração em mais de 3 milhões de lares capazes de oferecer aos seus clientes ligações de Internet com velocidades de 360Mbps e serviços de televisão interativos e inovadores. Este ciclo de investimento foi de grande importância para o lançamento, no ano seguinte, da plataforma IRIS.

Ainda em 2010, deve destacar-se a implementação com sucesso de um processo de recuperação e reinjeção de equipamentos desativados em casa de clientes, que a par dos níveis já elevados de penetração de *set top boxes* de Nova Geração, originou uma inversão na tendência do investimento em equipamento terminal.

A partir de 2011, verificou-se uma redução acentuada dos níveis de investimento da ZON para patamares mais próximos dos evidenciados pelos operadores internacionais de redes cabo, fixando-se num valor de 17,5% da receita (€150M) em 2011 e 14,3% da receita em 2012 (€123M).

O equipamento terminal, no montante de €33,2M, representou 27% do capex em 2012, um nível muito inferior ao dos anos anteriores. Este decréscimo é o reflexo do efeito combinado da já elevada penetração de serviços digitais e *Triple Play* e, conseqüentemente, da menor necessidade de capex de cliente, com o sucesso do processo de recuperação, reacondicionamento e reinjeção de equipamentos.

O investimento da ZON nestes últimos anos traduziu-se numa forte capacidade de inovação tecnológica, sendo de referir, em 2011, o lançamento da IRIS by ZON Fibra, no quadro da oferta *Triple Play*, com extensão a *laptops*, *tablets* e *smartphones* e, em 2012, o lançamento da aplicação ZON Phone e extensão da ZON Online a *smartphones*, com o lançamento da sua aplicação para iPhone bem como o lançamento da funcionalidade *Timewarp* para a base de clientes IRIS.

O investimento realizado no primeiro semestre de 2013, no montante de cerca de €55M milhões, representou um decréscimo de 2,6% em comparação com o primeiro semestre de 2012, permanecendo em níveis normalizados de cerca de 15% das receitas *core* de TV por Subscrição, Banda Larga e Voz. Estes níveis recorrentes refletem o necessário investimento de rede e de manutenção, acomodando ainda algum capex relacionado com o crescimento. Em percentagem das Receitas de Exploração o capex total cifrou-se em 13,1.

## **Principais investimentos da OPTIMUS no respetivo período de historial financeiro**

---

O capex operacional da OPTIMUS (em termos consolidados) totalizou €364M em 2011 e 2012, dos quais €234,5M referentes a 2011 e €129M referentes a 2012.

Ao longo de 2011, a OPTIMUS centrou-se no desenvolvimento de projetos e soluções que permitiram a redução de custos de *backhaul* no negócio móvel, assim como a redução da dependência da infraestrutura de terceiros. Em novembro desse ano, no seguimento do leilão de espetro de 4G ocorrido em Portugal, a OPTIMUS adquiriu espetro por €113M, num total de 9 lotes em três faixas de frequências: 2 lotes de 2x5MHz na faixa de 800MHz, 2 lotes de 2x5MHz e 1 lote de 2x4MHz na faixa de 1800MHz e 4 lotes de 2x5MHz na faixa de 2,6GHz.

Entre 2011 e 2012, o capex operacional da OPTIMUS diminuiu 45%. No entanto, excluindo o investimento relacionado com a aquisição de espetro de 4G, aquela rubrica teria aumentado 3,8% no mesmo período. Este aumento foi motivado pelo desenvolvimento da rede 4G no negócio móvel, onde o objetivo inicialmente previsto para o ano foi excedido, com a OPTIMUS a concluir aquele desenvolvimento com um nível de cobertura de 80% (da população portuguesa).

Tendo adotado soluções que lhe permitiram otimizar os custos da operação móvel, reduzindo a dependência de infraestruturas alugadas, um trabalho que manteve ao longo de 2012, a OPTIMUS encerrou o exercício com 80% dos seus *sites* ligados por infraestrutura própria, nomeadamente utilizando fibra nas áreas de maior densidade e micro-ondas nas áreas rurais.

No final do primeiro semestre de 2013, o capex operacional da OPTIMUS ascendeu a €49M, dos quais €39M referentes ao negócio móvel e €10M referentes ao negócio fixo. No mesmo período de 2012, o capex operacional foi de €59M.

## **Principais investimentos da Sonae Telecom no respetivo período de historial financeiro**

---

A Sonae Telecom não realizou investimentos operacionais e financeiros relevantes em 2010 e 2011.

### **8.6. Efetivos**

No período anterior à fusão, respetivamente nos anos de 2010, 2011 e 2012, a ZON e as suas participadas contaram com um número médio de colaboradores de 1.620, 1.611 e 1.622.

Por seu lado, a OPTIMUS contava com um efetivo médio, em termos consolidados, em 2011 e 2012, de 1.259, 1.207, respetivamente.

Por sua vez, o efetivo médio da Sonae Telecom em 2010 e 2011 foi nulo.

### **8.7. Participações e opções sobre ações detidas pelos efetivos**

Os Planos de Atribuição de Ações aprovados nas Assembleias Gerais de 27 de abril de 2008 e 19 de abril de 2010, na esfera da então ZON, com os objetivos de fidelizar os colaboradores,

alinhar o interesse destes com os objetivos empresariais para além de criar condições mais favoráveis ao recrutamento de quadros com elevado valor estratégico, têm vindo a ser operacionalizados de acordo com os princípios então acordados.

Neste sentido, foram implementados três planos: o Plano *Standard*, o Plano Executivo Sénior e o Plano de Poupança em Ações.

O Plano *Standard* destina-se aos membros elegíveis, selecionados pelos órgãos competentes, independentemente das funções que os mesmos desempenhem, e neste plano o empossamento das ações atribuídas estende-se por cinco anos, iniciando-se doze meses decorrido sobre o período a que se refere a respetiva atribuição, a uma taxa de 20% por ano.

O Plano Executivo Sénior, por sua vez, é dirigido aos membros elegíveis, qualificados como Executivos Seniores, e selecionados também pelos respetivos órgãos competentes.

Este último, implementado após aprovação da Assembleia Geral realizada em abril de 2010, prevê um diferimento do empossamento das ações de 3 anos, após a respetiva atribuição.

O número máximo de ações a afetar em cada ano a estes planos é aprovado pelo Conselho de Administração e está dependente exclusivamente do cumprimento dos objetivos de performance estabelecidos para a ZON OPTIMUS e da avaliação do desempenho individual.

Relativamente aos Planos de Ações aprovados entre 2008 e 2012, o número de ações empossadas em 2013 foi de 571.800 ações.

A ZON reconheceu responsabilidades relativas aos Planos de 2008 a 2013, que se estendem até 2017, no montante de 10.847 milhares euros sendo: 1.951 milhares euros em 2008, 1.592 milhares euros em 2009, 1.401 milhares euros em 2010, 1.862 milhares euros em 2011, 2.053 milhares euros em 2012 e 1.989 milhares euros em 2013.

O Plano de Poupança em Ações foi operacionalizado no primeiro semestre de 2013. Este plano é dirigido à generalidade dos colaboradores, que cumprindo os requisitos internos definidos, podem investir neste plano até 10% do seu salário anual, num máximo de 7.500 euros por ano, beneficiando da aquisição das ações com um desconto de 10%.

No Plano de Poupança em Ações lançado em 2013 os colaboradores da ZON OPTIMUS adquiriram 28.298 ações.

Por seu lado, as empresas do então Grupo OPTIMUS tinham implementado, desde 2000, um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, sob a forma de ações da Sonaecom, posteriormente convertidos em ações OPTIMUS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Na sequência do processo de fusão ocorrido entre a ZON e a OPTIMUS, os planos de ações atribuídos aos colaboradores do Grupo OPTIMUS foram convertidos em planos de ações da ZON OPTIMUS, tendo por base o rácio divulgado no projeto de fusão.

O número de ações em aberto para os planos é de 1.518.073 para o plano de 2010, 1.563.856 para o plano de 2011 e 1.202.408 para o plano de 2012.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. A 30 de setembro de 2013, a responsabilidade em aberto relativa a estes planos era de 9.220 milhares euros, correspondendo 5.033 milhares de euros ao plano de 2010, 3.146 milhares de euros ao plano de 2011 e 1.041 milhares de euros ao plano de 2012.

O detalhe relativo aos Planos que vigoravam na então OPTIMUS e na então ZON, encontram-se descritos nos Relatórios de Governo de 2012 da Sonaecom e da ZON, para os quais se remete a respetiva consulta nos termos do Capítulo 16 do presente Prospeto.

#### 8.8. Estrutura organizativa

À data do registo definitivo da Fusão, a ZON, na qualidade de sociedade gestora de participações sociais, exercia a sua atividade económica por intermédio do seguinte conjunto de participações noutras sociedades:



Por sua vez, na sequência da incorporação da OPTIMUS e suas subsidiárias, a estrutura de participações principais da ZON OPTIMUS passou a ser a seguinte:



Apresenta-se de seguida, com referência a 30 de setembro de 2013 e à data atual, uma listagem das empresas incluídas na consolidação da ZON OPTIMUS pelo método integral, sede social, atividade principal e percentagem de capital detida:

Denominação	Sede	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem de capital detido	
				Diretamente	Efetiva
				30-09-2013	30-09-2013
ZON Optimus, SGPS, S.A. (a)	Lisboa	Gestão de participações sociais		-	-
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis') (b)	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos	ZON Optimus	100,00%	100,00%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering') (b)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações	ZON Optimus	100,00%	100,00%
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Lisboa	Exibição cinematográfica	Lusomundo SII	100,00%	99,87%
Grafilme - Sociedade Impressora de Legendas, Lda. (c)	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual	ZON LM Audiovisuais	55,56%	-
Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA	Lisboa	Exploração de ativos imobiliários	ZON Optimus	99,87%	99,87%
Lusomundo España, SL	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha	ZON Optimus	100,00%	100,00%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Lisboa	Exploração de ativos imobiliários	Lusomundo SII	99,80%	99,68%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espetáculos públicos	ZON LM Cinemas	100,00%	100,00%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus') (b)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas	ZON Optimus	100,00%	100,00%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar') (b)	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais	ZON Optimus	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária') (b)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim	ZON Optimus	100,00%	100,00%
Teliz Holding B.V.	Amstelveen	Gestão de participações sociais	ZON Optimus	100,00%	100,00%
ZON Audiovisuais, SGPS S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	ZON LM Audiovisuais	100,00%	100,00%
ZON Cinemas, SGPS S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	ZON LM Cinemas	100,00%	100,00%
ZON Conteúdos - Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A.	Lisboa	Comercialização de conteúdos para televisão por cabo	ZON Televisão por Cabo	100,00%	100,00%
ZON FINANCE B.V.	Amesterdão	Gestão de actividades de financiamento do Grupo	ZON TV Cabo / ZON Optimus	50% / 50%	100,00%
ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comercialização e produção de produtos audiovisuais	ZON Optimus	100,00%	100,00%
ZON Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espetáculos públicos	ZON Optimus	100,00%	100,00%
ZON Lusomundo TV, Lda.	Lisboa	Distribuição de filmes cinematográficos, edição, distribuição e venda de produtos audiovisuais	ZON Audiovisuais SGPS S.A.	100,00%	100,00%
ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	ZON TV Cabo	100,00%	100,00%
ZON TV Cabo Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição de sinal de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações na Região Autónoma dos Açores	ZON TV Cabo	83,82%	83,82%
ZON TV Cabo Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição de sinal de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações na Região Autónoma da Madeira	ZON TV Cabo	77,95%	77,95%
ZON TV Cabo Portugal, S.A.	Lisboa	Distribuição de sinal de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	ZON Optimus	100,00%	100,00%

(a) Empresa alterou a sua designação social de ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPA, S.A. para ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.

(b) Empresas subsidiárias da OPTIMUS, SGPS, S.A. que foi fusionada na ZON OPTIMUS em 27 de agosto de 2013.

(c) Empresa liquidada em outubro 2012.

Por seu lado, os mapas seguintes identificam, respetivamente, as empresas associadas do Emitente e as controladas conjuntamente, para as mesmas datas de referência:

Denominação	Sede	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem de capital detido	
				Diretamente	Efetiva
				30-09-2013	30-09-2013
Distido - Distribuição e Logística, Lda. ('Distido')	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas	ZON LM Audiovisuais	50%	50%
Canal 20 TV, S.A.	Madrid	Produção e Distribuição de direitos de produtos televisivos	ZON Optimus	50%	50%
ZON II - Serviços de Televisão S.A. (a)	Lisboa	Conceção, produção, realização e comercialização de conteúdos audiovisuais, exploração de publicidade, prestação de serviços de acessoria	ZON Optimus	100%	100%
Big Picture 2 Films, S.A.	Oeiras	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de filmes cinematográficos, videogramas, fonogramas e outros produtos de natureza audiovisual	ZON Audiovisuais SGPS S.A.	20%	20%
ZON III - Comunicações eletrónicas S.A. (a)	Lisboa	Operador de rede e de prestador de serviços de comunicações eletrónicas	ZON Optimus	100%	100%

(a) Empresas sem atividade.

Por último, indicam-se ainda as empresas controladas em conjunto pelo Emitente e outras entidades, para as mesmas datas de referência:

Denominação	Sede	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem de capital detido	
				Diretamente	Efetiva
				30-09-2013	30-09-2013
Sport TV Portugal, S.A.	Lisboa	Conceção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade	ZON Optimus	50%	50%
Dreamia - Serviços de Televisão, S.A.	Lisboa	Conceção, produção, realização e comercialização de conteúdos audiovisuais, exploração de publicidade, prestação de serviços de acessoria	Dreamia Holding BV	100%	50%
Dreamia Holding B.V.	Amesterdão	Gestão de participações sociais	ZON Audiovisuais SGPS S.A.	50%	50%
MSTAR, SA	Maputo	Distribuição de sinal de televisão por satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	ZON Optimus	30%	30%
Upstar Comunicações S.A.	Vendas Novas	Serviços de comunicações eletrónicas, produção, comercialização, transmissão e distribuição de conteúdos audiovisuais e consultoria	ZON Optimus	30%	30%
FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Luanda	Distribuição de sinal de televisão por satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	Teliz Holding B.V.	30%	30%

Os investimentos financeiros cuja participação é inferior a 50% foram considerados como empreendimentos conjuntos em virtude de acordos parassociais que lhe conferem o controlo partilhado.

#### 8.9. Informação sobre a detenção de participações

As empresas em que o Emitente detém uma parte do capital susceptível de ter um efeito significativo na avaliação do seu próprio activo e passivo, situação financeira ou lucros e prejuízos são, com excepção das que foram entretanto liquidadas ou das que se encontram sem atividade (conforme notas aos respetivos quadros de apresentação), as empresas que se indicam no ponto 8.8. supra.

#### 8.10. Operações com entidades terceiras ligadas

A lista das entidades relacionadas da ZON OPTIMUS, em 30 de Setembro de 2013, é a que se apresenta em seguida:

3DO Holding GmbH	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Plaza Mayor Shopping BV
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Plaza Mayor Shopping, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Ploi Mall BV
Adlands B.V.	Plysorol, BV
Aegean Park, S.A.	Poliface North America
Agepan Eiweiler Management GmbH	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Agloma Investimentos, Sgps, S.A.	Praedium – Serviços, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Praedium II – Imobiliária, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Praedium SGPS, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Praesidium Services Limited
ALEXA Administration GmbH	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Prédios Privados Imobiliária, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Predisedas – Predial das Sedas, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Pridelease Investments, Ltd
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl
Apor - Agência para a Modernização do Porto	Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl
Apor - Agência para a Modernização do Porto	Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Project SC 1 BV
Arat inmebles, S.A.	Project SC 2 BV

ARP Alverca Retail Park,SA  
 Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.  
 Aserraderos de Cuellar, S.A.  
 Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.  
 Avenida M – 40 B.V.  
 Avenida M – 40, S.A.  
 Azulino Imobiliária, S.A.  
 BA Business Angels, SGPS, SA  
 BA Capital, SGPS, SA  
 Banco BPI, SA  
 Banco Espírito Santo, SA  
 BB Food Service, S.A.  
 Be Artis-C.C.G.R.C., S.A.  
 Be Towering-Gestão Torres Telecomunicações  
 Beralands BV  
 Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 BES Vida - Companhia de Seguros, S. A.  
 BHW Beeskow Holzwerkstoffe  
 Big Picture 2 Films, S.A.  
 Blackrock, Inc.  
 Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Boavista Shopping Centre BV  
 BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA  
 Caixa Geral de Depósitos, SA  
 Caixanet – Telecomunicações e Telemática, S.A.  
 Caixanet – Telecomunicações e Telemática, SA  
 Canal 20 TV, S.A.  
 Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
 Cape Technologies Limited  
 Casa Agrícola de Ambrães, S.A.  
 Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.  
 Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.  
 Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.  
 CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA  
 Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.  
 Centro Residencial da Maia,Urb., S.A.  
 Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.  
 Change, SGPS, S.A.  
 Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.  
 Cinclus Imobiliária, S.A.  
 Cinveste, SGPS, SA  
 Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.  
 Colombo Towers Holding, BV  
 Companhia de Pesca e Comércio de Angola (Cosal), SARL  
 Companhia de Pesca e Comércio de Angola (Cosal), SARL (a)  
 Contacto Concessões, SGPS, S.A.  
 Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.  
 Continobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.  
 Continente Hipermercados, S.A.  
 Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.  
 Cooper Gay Swett & Crawford Lt  
 Craiova Mall BV  
 Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.  
 Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Darbo S.A.S  
 Deutsche Industrieholz GmbH  
 Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.  
 Discovery Sports, SA  
 Distodo - Distribuição e Logística, Lda. ("Distodo")  
 Dortmund Tower GmbH  
 Dos Mares – Shopping Centre B.V.  
 Dos Mares – Shopping Centre, S.A.  
 Dreamia - Serviços de Televisão, S.A.  
 Dreamia Holding B.V.  
 Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.  
 Ecociclo II  
 Efanor Investimentos, SGPS, S.A.  
 Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.  
 El Rosal Shopping, S.A.  
 Project Sierra 2 B.V.  
 Project Sierra 6 BV  
 Project Sierra 7 BV  
 Project Sierra 8 BV  
 Project Sierra 9 BV  
 Project Sierra Brazil 1 B.V.  
 Project Sierra Charagionis 1 S.A.  
 Project Sierra Four, SA  
 Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV  
 Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV  
 Project Sierra Spain 1 B.V.  
 Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.  
 Project Sierra Spain 2 B.V.  
 Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.  
 Project Sierra Spain 3 B.V.  
 Project Sierra Spain 6 B.V.  
 Project Sierra Spain 7 B.V.  
 Project Sierra Three Srl  
 Project Sierra Two Srl  
 Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.  
 Público – Comunicação Social, S.A.  
 Puravida – Viagens e Turismo, S.A.  
 Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.  
 RASO - Viagens e Turismo, S.A.  
 RASO, SGPS, S.A.  
 Reval-PM Marketing and Consultant, Inc  
 Rio Sul – Centro Comercial, S.A.  
 River Plaza Mall, Srl  
 River Plaza, BV  
 Rochester Real Estate, Limited  
 RSI Corretora de Seguros Ltda  
 S.C. Microcom Doi Srl  
 Saphety – Transacciones Electronicas SAS  
 Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.  
 Saphety Level – Trusted Services, S.A.  
 Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.  
 SC – Consultadoria, S.A.  
 SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.  
 SC Aegean B.V.  
 SC Assets SGPS, S.A.  
 SC Finance BV  
 SC Mediterraneum Cosmos B.V.  
 SC, SGPS, SA  
 SCS Beheer, BV  
 SDSR - Sports Division 2, S.A.  
 Selfrio,SGPS, S.A.  
 Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
 Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda  
 Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.  
 Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.  
 Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.  
 Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.  
 SGC, SGPS, SA  
 Shopping Centre Parque Principado B.V.  
 Shopping Penha B.V.  
 Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.  
 SIAL Participações Ltda  
 Sierra Asia Limited  
 Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.  
 Sierra Berlin Holding BV  
 Sierra Central S.A.S  
 Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.  
 Sierra Charagionis Propert.Management S.A.  
 Sierra Corporate Services Holland, BV  
 Sierra Development Greece, S.A.  
 Sierra Developments Germany GmbH  
 Sierra Developments Holding B.V.  
 Sierra Developments Italy S.r.l.  
 Sierra Developments Romania, Srl

Emfísico Boavista  
 Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.  
 Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.  
 Equador & Mendes, Lda  
 ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA  
 Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Espírito Santo Irmãos, SGPS, SA  
 Estação Viana – Centro Comercial, S.A.  
 Estêvão Neves - SGPS, SA  
 Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.  
 Farmácia Seleção, S.A.  
 Fashion Division Canárias, SL  
 Fashion Division, S.A.  
 Filmes Mundáfrica, SARL  
 Filmes Mundáfrica, SARL (a)  
 FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.  
 Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.  
 Frieengineering International Ltda  
 Fundação José Berardo  
 Fundo de Invest. Imobiliário Imosede  
 Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center  
 Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro  
 Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual  
 Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.  
 Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.  
 Gesgráfica - Projectos Gráficos, Lda  
 GHP Gmbh  
 Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl  
 Glunz AG  
 Glunz Service GmbH  
 Glunz UK Holdings Ltd  
 Glunz Uka Gmbh  
 GMET, ACE  
 Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.  
 Grafilme - Sociedade Impressora de Legendas, Lda. (a)  
 Grupo Visabeira, SGPS, SA  
 Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.  
 Harvey Dos Iberica, S.L.  
 Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda  
 HighDome PCC Limited  
 Iberian Assets, S.A.  
 Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.  
 Imobiliária da Cacela, S.A.  
 Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.  
 Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.  
 Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.  
 Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.  
 Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.  
 Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.  
 Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.  
 Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.  
 Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.  
 Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imosona II  
 Impaper Europe GmbH & Co. KG  
 Implantação – Imobiliária, S.A.  
 Infocfield – Informática, S.A.  
 Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação,S.A.  
 Infratroia, EM  
 Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.  
 Inparvi SGPS, S.A.  
 Integrum - Energia, SA  
 Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL  
 Sierra Developments, SGPS, S.A.  
 Sierra Enplanta Ltda  
 Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.  
 Sierra GP Limited  
 Sierra Investimentos Brasil Ltda  
 Sierra Investments (Holland) 1 B.V.  
 Sierra Investments (Holland) 2 B.V.  
 Sierra Investments Holding B.V.  
 Sierra Investments SGPS, S.A.  
 Sierra Italy Holding B.V.  
 Sierra Management Germany GmbH  
 Sierra Management Italy S.r.l.  
 Sierra Management Romania, Srl  
 Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.  
 Sierra Management, SGPS, S.A.  
 Sierra Portugal, S.A.  
 Sierra Project Nürnberg B.V.  
 Sierra Real Estate Greece B.V.  
 Sierra Services Holland 2 B.V  
 Sierra Zenata Project B.V.  
 SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.  
 SISTAVAC, S.A.  
 SKK – Central de Distr., S.A.  
 SKK SRL  
 SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos  
 Sociedade de Construções do Chile, S.A.  
 Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.  
 Société de Tranchage Isoroy S.A.S.  
 Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.  
 Soconstrução BV  
 Sodesa, S.A.  
 Soflorin, BV  
 Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.  
 Solinca - Eventos e Catering, SA  
 Solinca - Health and Fitness, SA  
 Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.  
 Solinfitness – Club Malaga, S.L.  
 Solingen Shopping Center GmbH  
 SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA  
 Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.  
 Somit Imobiliária  
 SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA  
 Sonae Capital Brasil, Lda  
 Sonae Capital,SGPS, S.A.  
 Sonae Center II S.A.  
 Sonae Center Serviços, S.A.  
 Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.  
 Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.  
 Sonae Indústria – SGPS, S.A.  
 Sonae Industria de Revestimentos, S.A.  
 Sonae Indústria Manag. Serv, SA  
 Sonae Investimentos, SGPS, SA  
 Sonae Novobord (PTY) Ltd  
 Sonae RE, S.A.  
 Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.  
 Sonae SGPS, S.A.  
 Sonae Sierra Brasil S.A.  
 Sonae Sierra Brazil B.V.  
 Sonae Sierra, SGPS, S.A.  
 Sonae TafiBRA Benelux, BV  
 Sonae Turismo – SGPS, S.A.  
 Sonae UK, Ltd.  
 Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.  
 Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.  
 Sonaecom BV  
 Sonaecom, SGPS, S.A.  
 Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos  
 SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.  
 Sonaetelecom BV

Integrum Colombo Energia, S.A.  
 Integrum Martim Longo - Energia, S.A.  
 Integrum Vale do Tejo – Energia, SA  
 Interlog – SGPS, S.A.  
 Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.  
 Ioannina Development of Shopping Centres, SA  
 Isoroy SAS  
 Joaquim Alves Ferreira de Oliveira  
 Kento Holding Limited  
 La Farga – Shopping Center, SL  
 Laminate Park GmbH Co. KG  
 Land Retail B.V.  
 Larim Corretora de Resseguros Ltda  
 Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.  
 Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.  
 LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA  
 Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl  
 Libra Serviços, Lda.  
 Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.  
 Loop5 Shopping Centre GmbH  
 Loureshopping – Centro Comercial, S.A.  
 Lugares Virtuais, S.A.  
 Lusitânia - Companhia de Seguros, S.A ("Lusitânia Seguros")  
 Lusitânia - Companhia de Seguros, SA  
 Lusitânia Vida - Companhia de Seguros, S.A ("Lusitânia Vida")  
 Lusitânia Vida - Companhia de Seguros, SA  
 Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA  
 Lusomundo Espanha, SL  
 Lusomundo Imobiliária 2, S.A.  
 Lusomundo Moçambique, Lda.  
 Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.  
 Luz del Tajo B.V.  
 Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.  
 Maiashopping – Centro Comercial, S.A.  
 Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.  
 Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.  
 Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda  
 Marcas MC, ZRT  
 Marina de Tróia S.A.  
 Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda  
 Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.  
 Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.  
 MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda  
 MDS Africa SGPS, S.A.  
 MDS Consultores, S.A.  
 MDS Corretor de Seguros, S.A.  
 MDS Malta Holding Limited  
 MDS SGPS, SA  
 MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA  
 Megantic BV  
 Metalgest - Sociedade de Gestão, SGPS, SA  
 Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.  
 MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.  
 Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda  
 Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.  
 MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.  
 Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.  
 Modelo Continente Hipermercados, S.A.  
 Modelo Continente Intenational Trade, SA  
 Modelo Hiper Imobiliária, S.A.  
 Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.  
 Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.  
 Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda  
 MSTAR, SA  
 Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.  
 Munster Arkaden, BV  
 Norges Bank  
 Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.  
 Norteshopping – Centro Comercial, S.A.  
 Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV  
 Sondis Imobiliária, S.A.  
 SONTÁRIA- Empreend. Imobil., SA  
 Sontel BV  
 Sontur BV  
 Sonvecap BV  
 Sopair, S.A.  
 Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist  
 Spanboard Products, Ltd  
 SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl  
 Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA  
 Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.  
 Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.  
 Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.  
 Sport TV Portugal, S.A.  
 Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.  
 Sport Zone – Turquia  
 Sport Zone Canárias, SL  
 Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA  
 Spred, SGPS, SA  
 SSI Angola, S.A.  
 Stinnes Holz GmbH  
 Tableros Tradema, S.L.  
 Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL  
 Tafibra Polska Sp.z.o.o.  
 Tafibra South Africa  
 Tafibra Suisse, SA  
 Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.  
 Tafisa Canadá Societé en Commandite  
 Tafisa France, S.A.  
 Tafisa UK, Ltd  
 Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL  
 Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS  
 Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL  
 Tecnológica Telecomunicações LTDA.  
 Telefónica, SA  
 Teliz Holding B.V.  
 Têxtil do Marco, S.A.  
 TLANTIC B.V.  
 Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.  
 Tlantic Sistemas de Informação Ltdª  
 Tool GmbH  
 Torre Ocidente Imobiliária, S.A.  
 Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.  
 TP – Sociedade Térmica, S.A.  
 Troia Market, S.A.  
 Tróia Natura, S.A.  
 Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.  
 Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.  
 Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.  
 Turismo da Samba (Tusal), SARM  
 Turismo da Samba (Tusal), SARM (a)  
 Unipress – Centro Gráfico, Lda  
 Unishopping Administradora Ltda.  
 Unishopping Consultoria Imob. Ltda.  
 Unitel International Holdings, B.V.  
 Upstar Comunicações S.A.  
 Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.  
 Valecenter Srl  
 Valor N, S.A.  
 Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Via Catarina – Centro Comercial, S.A.  
 Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.  
 Vistas do Freixo, SA  
 Vuelta Omega, S.L.  
 We Do Technologies Panamá S.A.  
 We Do Technologies Singapore PTE. LTD.  
 WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.  
 WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda  
 WeDo Poland Sp. Z.o.o.  
 WeDo Technologies (UK) Limited

Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Ld	WeDo Technologies Americas, Inc.
Nova Equador P.C.O. e Eventos	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Ongoing Strategy Investments, SGPS, SA	WeDo Technologies BV
Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Optimus-Comunicações SA	WeDo Technologies Egypt LLC
OSB Deutschland GmbH	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
PantheonPlaza BV	Weiterstadt Shopping BV
Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Pareuro, BV	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.	Worten Canárias, SL
Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.	Worten Espanha, S.A.
Parque D. Pedro 1 B.V.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Parque D. Pedro 2 B.V.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.	Zippy Turquia
Parque Principado SL	ZON Audiovisuais, SGPS S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	ZON Cinemas, SGPS S.A.
Pátio Campinas Shopping Ltda	ZON Conteúdos - Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	ZON FINANCE B.V.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	ZON II - Serviços de Televisão S.A. (a)
Pátio Penha Shopping Ltda.	ZON III - Comunicações electrónicas S.A.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Pátio Sertório Shopping Ltda	ZON Lusomundo Cinemas, S.A.
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	ZON Lusomundo TV, Lda.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
PER-MAR- Soc. De Construção, SA	ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	ZON TV Cabo Açoreana, S.A.
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	ZON TV Cabo Madeirense, S.A.
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	ZON TV Cabo Portugal, S.A.
Plaza Éboli B.V.	ZOPT, SGPS, S.A.
Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	ZYEVOLUTION-Invest.Desenv.,SA.
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	

Os saldos e transações mais significativos entre a ZON OPTIMUS e entidades relacionadas, no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 e correspondente período comparativo de 2012 são as que a seguir se indicam, sendo que as transações e saldos entre a ZON OPTIMUS e empresas do Grupo ZON OPTIMUS foram eliminados no processo de consolidação.

### Saldos:

Saldos em 30 de setembro de 2013						
	Contas a receber - clientes	Contas a receber - outros	Contas a pagar - fornecedores	Contas a pagar - outros	Acréscimos e Diferimentos Ativos	Acréscimos e Diferimentos Passivos
BES	14	-	-	-	-	-
Big Picture 2 Films	6	-	398	-	-	85
BPI	-	-	675	-	1	4
Dreamia BV	941	2.264	-	-	-	-
Dreamia SA	2.907	3.669	3.528	-	-	323
Finstar	6.248	693	-	-	-	-
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	-	-	-	17.500	-	-
Mainroad	248	1	479	-	395	46
Saphety	263	1	80	-	19	1
Sonaeocom	2.067	6.503	14.311	-	172	85
Sport TV	645	44	17.832	-	-	7.832
Upstar	3.774	5.115	173	-	-	-
WeDo	193	-	856	-	247	146
Outras	301	6	197	-	171	(1)
	<b>17.608</b>	<b>18.297</b>	<b>38.528</b>	<b>17.500</b>	<b>1.005</b>	<b>8.520</b>

Saldos	Empréstimos obtidos	Aplicações Financeiras	Derivados Ativos	Derivados Passivos	Locação Financeiras
Banco Espírito Santo	148.942	30.663	-	-	1.659
Banco BPI	117.337	1.649	-	481	-
	<b>266.279</b>	<b>32.313</b>	-	<b>481</b>	<b>1.659</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2012					
	Contas a receber - clientes	Contas a receber - outros	Contas a pagar - fornecedores	Contas a pagar - outros	Acréscimos e Diferimentos Ativos	Acréscimos e Diferimentos Passivos
BES	-	-	-	-	-	-
Big Picture 2 Films	2	-	7	-	-	164
BPI	-	-	-	-	-	-
Dreamia Holding BV	942	1.856	-	-	-	-
Dreamia SA	1.898	1.506	2.148	-	-	192
Finstar	6.457	-	-	-	-	-
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	-	-	-	17.500	-	-
Sport TV	52	(298)	26.480	-	30	3.258
Upstar	4.113	31.156	640	-	-	1.811
Outras	112	790	1	-	-	-
	<b>13.576</b>	<b>35.010</b>	<b>29.276</b>	<b>17.500</b>	<b>30</b>	<b>5.425</b>

Saldos	Empréstimos obtidos	Aplicações Financeiras	Derivados Ativos	Derivados Passivos	Locação Financeiras
Banco Espírito Santo	267.830	203.387	-	-	3.185
Banco BPI	95.482	-	-	994	78
	<b>363.312</b>	<b>203.387</b>	<b>-</b>	<b>994</b>	<b>3.263</b>

### Transações:

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2013			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados) e Despesas Bancárias	Proveitos suplementares
BES	-	20	(6.629)	-
Big Picture 2 Films	15	2.086	-	1
BPI	1	-	(4.970)	-
Dreamia BV	252	-	156	-
Dreamia SA	2.298	78	-	547
Finstar	511	-	-	-
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	-	-	-	-
Mainroad	39	194	-	17
Sonaecom	5	88	(1.468)	71
Sport TV	198	42.709	-	-
Upstar	5.012	-	946	546
Distodo	-	460	-	2
WeDo	239	359	-	63
Outras	88	141	-	57
	<b>8.657</b>	<b>46.134</b>	<b>(11.964)</b>	<b>1.303</b>

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2012			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados) / Despesas Bancárias	Proveitos suplementares
BES	-	1.418	(6.542)	-
Big Picture 2 Films	13	2.038	-	-
BPI	1	179	(5.288)	-
Caixa Geral de Depósitos	15	-	(3.786)	-
Distodo	1	462	-	-
Dreamia BV	320	-	138	-
Dreamia SA	3.130	604	-	-
Fundo Investimento para Cinema e Audiovisual	-	-	-	-
Sport TV	492	48.934	-	-
Upstar	6.806	-	2.124	-
	<b>10.778</b>	<b>53.635</b>	<b>(13.354)</b>	<b>-</b>

A empresa celebra regularmente operações e contratos com diversas entidades dentro do Grupo ZON OPTIMUS. Tais operações foram realizadas nos termos normais de mercado para operações similares, fazendo parte da atividade corrente das sociedades contraentes.

A empresa celebra igualmente, com regularidade, operações e contratos de natureza financeira com diversas instituições de crédito que são titulares de participações qualificadas no seu capital, as quais são, porém, realizadas nos termos normais de mercado para operações similares, fazendo parte da atividade corrente das sociedades contraentes.

A listagem de partes relacionadas da ZON e os saldos e transações entre a ZON e aquelas entidades para o período de 2010 a 30 de junho de 2013 integram: (i) a Nota 43.1. e 43.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da ZON de 2010; (ii) a Nota 44.1. e 44.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da ZON de 2011; (iii) a Nota 43.1. e 43.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da ZON de 2012 e (iv) a Nota 18.1. e 18.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da ZON de 30 de junho de 2013; para as quais se remete a respetiva consulta nos termos do Capítulo 16 do presente Prospeto.

A listagem de partes relacionadas da OPTIMUS e os saldos e transações entre a OPTIMUS e aquelas entidades, constantes dos Relatórios e Contas consolidadas da OPTIMUS, anexos a este documento, integram as respetivas Notas às Demonstrações Financeiras n.º 30 (exercício de 2012) e n.º 19 (1º semestre de 2013).

A listagem de partes relacionadas da Sonae Telecom referente a 2010 e 2011 consta do Anexo às respetivas Demonstrações Financeiras Individuais de 2010 e 2011. Os saldos e transações entre a Sonae Telecom e essas entidades, para aqueles dois períodos constam, respetivamente, da Nota 16 e da Nota 15 àquelas demonstrações, que se anexam a este Prospeto.

#### **8.11. Imobilizações corpóreas, respetivos encargos e questões ambientais associadas**

O Grupo ZON OPTIMUS desenvolve a sua atividade de prestação de serviços de telecomunicações e de exibição e distribuição cinematográfica, maioritariamente, em instalações arrendadas, sendo que apenas um dos principais edifícios operacionais é propriedade da empresa.

A ZON OPTIMUS não possui quaisquer bens imóveis próprios no seu património. No que se refere às empresas por si dominadas, o respetivo património imobiliário ou imóveis arrendados constituem-se sobretudo pelas infraestruturas de rede para distribuição de serviços de comunicações móveis (OPTIMUS) e fixas (ZON TV Cabo), pelos imóveis para desenvolvimento de atividades de cinematografia, de espetáculo e de conteúdos, assim como, pelas infraestruturas de suporte ao negócio (*front-office* e *back-office*).

O Grupo ZON OPTIMUS dispõe ainda de uma importante estrutura de distribuição com forte capilaridade com mais de mil pontos de venda em todo o país dos quais se destacam as mais de 250 lojas oficiais, 86 sob gestão direta. As restantes são lojas geridas em parceria com Agentes, lojas especializadas em comunicações e os existentes em várias cadeias de hipermercados do país.

Em 30 de setembro de 2013, o Grupo ZON OPTIMUS apresentava ativos fixos tangíveis com um valor líquido de cerca de €1,1 mil milhões (€2,8 mil milhões em termos brutos), onde merece referência:

- Todo o equipamento básico referente à anterior ZON, relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por subscrição, que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, e onde se inclui o equipamento terminal de rede; e
- Os ativos incorporados na sequência da inclusão da OPTIMUS no perímetro de consolidação da ZON:
  - Os edifícios e toda a componente estrutural das *towers* e *rooftops* onde são instalados as antenas de telecomunicações; e
  - Toda a rede e infraestruturas de telecomunicações (rede de fibra ótica e cablagens, equipamentos de rede, e outros equipamentos), incluída na rubrica de equipamento básico.

Refira-se que o equipamento básico da ZON Optimus representava, em 30 de Setembro de 2013, 81% do activo fixo tangível líquido do Grupo, cerca de €900M.

#### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DA ZON OPTIMUS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 (M€)

Descrição	Bruto	Amortizações Acumuladas	Líquido
Terrenos e recursos naturais	1,2		1,2
Edifícios e outras construções	292,6	135,0	157,6
Equipamento básico	2.161,2	1.262,6	898,6
Equipamento de transporte	12,1	6,2	5,9
Ferramentas e utensílios	1,2	1,2	0,0
Equipamento administrativo	292,4	269,4	23,0
Outros ativos tangíveis	39,2	37,0	2,3
Ativos tangíveis em curso	20,0		20,0
<b>Totais</b>	<b>2.820,0</b>	<b>1.711,3</b>	<b>1.108,7</b>

Fonte: Relatórios e Contas Consolidadas 9M13 Zon Optimus

Em 30 de setembro de 2013, o justo valor dos contratos de locação financeira da ZON OPTIMUS ascendia a cerca de €150M, dizendo sobretudo respeito aos contratos de aquisição exclusiva de capacidade em satélites, de direitos de utilização de capacidade de rede de distribuição e de aquisição de equipamento digital para os cinemas.

No que se refere às questões ambientais associadas à utilização das imobilizações, devem destacar-se os riscos associados às alterações climáticas decorrentes do aumento da frequência de situações climáticas extremas (e.g. inundações, ciclones, incêndios, etc.) e do aumento da temperatura. Com efeito, estes fenómenos podem ter impactos na operacionalidade das empresas do Grupo ZON OPTIMUS, em particular ao nível das infraestruturas de telecomunicações (sites, transmissão) e dos equipamentos de refrigeração (AVAC). No entanto, uma estratégia de arquitetura de resiliência geográfica na

implementação do *roadmap* tecnológico e de infraestruturas ao longo dos últimos anos tem vindo a permitir efetuar uma gestão ainda mais adequada destes riscos. As empresas do Grupo ZON OPTIMUS possuem processos de gestão de continuidade de negócio, cujo objetivo é diminuir o risco de interrupção. Estes processos de continuidade abrangem as instalações e infraestruturas mais críticas que suportam os seus serviços de comunicações, podendo estar periodicamente sujeitos a auditorias, testes e reportes. Adicionalmente, o Emitente utiliza o *princípio de precaução* no sentido de prevenir qualquer potencial dano para a sociedade, enquadrando-se neste princípio a política ambiental da empresa.

#### **8.12. Investigação e desenvolvimento**

A estratégia de Investigação e Desenvolvimento do Grupo ZON OPTIMUS assenta em 3 pilares: Rede e Tecnologia, Integração e Inovação. O Grupo pretende criar constantemente, e de forma reconhecida, novas formas de comunicar, mais simples, mais eficazes e mais rentáveis, contribuindo também para o aumento do bem-estar social. Pretende ainda quebrar de forma sistemática com o convencional e ter capacidade para surpreender o mercado, indo para além dos sucessos conquistados, fazendo uso da sua capacidade tecnológica e apelando à criatividade e empreendedorismo.

Assim, procura de uma forma determinada desenvolver produtos e serviços inovadores, utilizando a sua Marca, Marketing e eficácia de distribuição para explorar as necessidades de mercados ainda inexplorados e aumentar a base de clientes e de receitas. A inovação surge como um dos pilares chave da sustentabilidade e diferenciação do Grupo a longo prazo, motivando a exploração de novas soluções tecnológicas e de novas formas de comunicação e distribuição, tendo sempre em mente os interesses do cliente.

#### **8.13. Dependências em relação a patentes, licenças ou outros**

O Grupo ZON OPTIMUS, através da sua subsidiária Optimus – Comunicações, S.A., detém as licenças móveis GSM (2G), adquirida antes do lançamento da marca OPTIMUS em 1998, a licença móvel UMTS (3G), adquirida em 2001, e a licença LTE (4G), recentemente adquirida e que é uma forte aposta para o Grupo ZON OPTIMUS expandir a sua base de clientes.

#### **8.14. Ações judiciais ou arbitrais**

Não existem quaisquer ações administrativas, judiciais ou de arbitragem (incluindo ações pendentes ou suscetíveis de serem empreendidas de que o Emitente tenha conhecimento) nos últimos 12 meses, para além das descritas na Nota 26 (“Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes”) do Relatório e Contas Consolidadas dos primeiros 9 meses de 2013 da ZON OPTIMUS (para onde se remete a respetiva consulta conforme Capítulo 16 do presente Prospeto) que possam vir a ter ou tenham tido, no passado recente, um impacto significativo na situação financeira ou na rentabilidade do Emitente ou do Grupo ZON OPTIMUS.

## Capítulo 9 – Dados financeiros selecionados, análise da exploração, da situação financeira, da liquidez e dos recursos do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta

### 9.1. Dados financeiros selecionados

O presente Capítulo cobre, nos termos do regulamento (CE) n.º 809/2004, na sua atual redação, o período do historial financeiro deste Prospeto nos termos descritos no Capítulo “Advertências”. Assim sendo, o presente Capítulo cobre a informação financeira relativa à ZON OPTIMUS para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 (e correspondente período homólogo de 2012), bem como a informação financeira da ZON no período compreendido entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, da OPTIMUS no período 2012/1º semestre de 2013 e da Sonae Telecom no período 2010/2011.

#### Historial financeiro consolidado da ZON OPTIMUS

---

As primeiras demonstrações financeiras consolidadas estatutárias da ZON OPTIMUS pós fusão (Demonstração de Resultados e Balanço consolidados) referem-se ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, refletindo a consolidação de 9 meses da atividade da ZON e apenas 1 mês da atividade anteriormente desenvolvida pela OPTIMUS. Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS / IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2013, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

Tais demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação e seguindo a convenção dos custos históricos, modificada, quando aplicável, pela valorização de ativos e passivos financeiros (incluindo derivados) ao justo valor.

Principalmente em resultado da fusão, houve lugar ao alinhamento de algumas políticas, práticas e estimativas contabilísticas. As principais alterações às políticas contabilísticas, com a respetiva reexpressão das contas dos períodos anteriores, foram a capitalização dos custos de aquisição de clientes na ZON, por forma a alinhar com a política seguida pela OPTIMUS e também por outros operadores de telecomunicações e a capitalização de determinados direitos de filmes na divisão de Audiovisuais, de acordo com a IAS 38, tendo sido efetuada a reexpressão desde 1 de janeiro de 2012 nas contas estatutárias.

Para além disto, e em antecipação da implementação obrigatória da IFRS 11 a partir do 1T14, segundo a qual as *joint ventures* já não podem ser consolidadas pelo método proporcional, a ZON OPTIMUS procedeu à desconsolidação das três *joint ventures* nas quais detém participações, ZAP (30%), Sport TV (50%) e Dreamia (50%), tendo reexpresso as demonstrações financeiras dos períodos anteriores para refletir o seu reconhecimento através do método da equivalência patrimonial. Adicionalmente, e tal como previsto no normativo, a ZON OPTIMUS adotou antecipadamente a IFRS 10 e a IFRS12, assim como as

alterações à IAS 27 e IAS 28. A aplicação destas normas e alterações não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da ZON OPTIMUS a 30 de setembro de 2013.

As demonstrações financeiras refletem o impacto nas amortizações e depreciações do cálculo provisional do justo valor dos ativos e passivo da OPTIMUS que foi utilizado para efeitos da alocação do preço de compra resultante da consolidação da OPTIMUS.

No quadro seguinte apresentam-se os rácios financeiros seleccionados consolidados da ZON OPTIMUS, para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013, extraídos das suas demonstrações financeiras estatutárias:

## INDICADORES ECON. FIN. CONSOL. ESTATUTÁRIOS - ZON OPTIMUS (M€)

### Demonstração de Resultados Consolidada

Descrição	9M12	
	Reexpresso	9M13
Receitas de Exploração	590,5	636,4
Telecomunicações ZON	539,7	531,4
OPTIMUS	0,0	56,7
Audiovisuais	43,2	43,3
Exibição Cinematográfica <sup>(1)</sup>	39,9	39,6
Outos e Eliminações	(32,3)	(34,6)
EBITDA <sup>(2)</sup>	231,2	257,9
Margem EBITDA	39,2%	40,5%
Resultado Operacional <sup>(3)</sup>	79,1	98,5
EBIT (resultado antes de Res. Financeiros e Impostos)	78,6	66,7
Resultado das Operações Continuadas	32,2	24,5
Interesses Não Controlados	(0,9)	(0,6)
Resultado Consolidado Líquido	31,3	23,9

### Balanço Consolidado

Descrição	2012	
	Reexpresso	9M13
Ativo Corrente	476,1	459,6
Ativo Não Corrente	1.074,5	2.446,2
Total do Ativo	1.550,6	2.905,7
Passivo Corrente	574,3	640,9
Passivo Não Corrente	756,9	1.191,6
Total do Passivo	1.331,2	1.832,5
Capital Próprio <sup>(4)</sup>	219,4	1.073,2
Interesses Não Controlados	9,4	9,7
Dívida Financeira Líquida <sup>(5)</sup>	558,0	957,2
Alavancagem Financeira <sup>(6)</sup>	71,8%	47,1%

(1) Inclui operação em Moçambique

(2) EBITDA = Resultado operacional + Amortizações

(3) Resultado operacional = resultado antes de Resultados Financeiros e Impostos + Custos com redução de efetivos +/- Imparidades do Goodwill +/- Menos/Mais valias na Alienação de Imobilizado +/- Outros Custos/Proveitos

(4) Incluindo Interesses Não Controlados

(5) Dívida Líquida Financeira conforme reportado pela ZON OPTIMUS corresponde ao somatório das linhas de financiamento obtidas junto de instituições de crédito (€1.021M em 30.09.13 e €886,1M em 31.12.12) deduzido de saldos de caixa e tesouraria (€57,6M em 30.09.13 e €273,2M em 31.12.12), bem como de empréstimos intra-grupo equiparados a liquidez (€6,5M em 30.09.13 e €32,7M em 31.12.12). Este agregado exclui obrigações assumidas junto de fornecedores de contratos de longo prazo, nomeadamente o contrato de aluguer de capacidade de satélite e contratos de aluguer de capacidade de rede fibra ótica (cerca de €128M em 30.09.13 e €121,2M em 31.12.12). O cálculo da dívida financeira líquida em 31.12.12 considerou ainda o montante de *Treasury Notes*, equiparados a liquidez, no valor de €22,2M.

(6) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)

Fonte: Zon Optimus

Para além daquelas demonstrações financeiras, e no sentido de permitir a comparabilidade entre o período de resultados (9 meses de 2013) e os anteriores (9 meses de 2012), para a nova ZON OPTIMUS, o Emitente preparou ainda demonstrações financeiras consolidadas pro forma, refletindo não apenas a reexpressão das demonstrações financeiras estatutárias devido às alterações de políticas contabilísticas, mas também a consolidação de 9 meses de

resultados da OPTIMUS. A informação financeira pro forma foi elaborada para os efeitos previstos no Anexo II do Regulamento comunitário n.º 809/2004 e, como tal sujeita a Parecer de Auditor.

Dada a sua natureza, as informações financeiras pro forma dizem respeito a uma realidade hipotética, pelo que não representam a situação financeira efetiva da sociedade nem os seus resultados.

O quadro seguinte apresenta a Demonstração de Resultados Consolidados Pro forma da ZON OPTIMUS extraído das Demonstrações Financeiras Pro forma Consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2013, preparadas por aquela entidade:

**INDICADORES ECON. FIN. CONSOL. PRO-FORMA - ZON OPTIMUS (M€)**

**Demonstração de Resultados Consolidada**

Descrição	9M12	9M13
Receitas de Exploração	1.114,9	1.083,9
Telecomunicações	1.064,3	1.034,7
Audiovisuais	43,2	43,3
Exibição Cinematográfica <sup>(1)</sup>	39,9	39,6
Outos e Eliminações	(38,9)	(41,9)
Receitas de Exploração incl. de contributo 30% ZAP	1.136,3	1.115,1
EBITDA <sup>(2)</sup>	413,5	418,3
Margem EBITDA	37,1%	38,6%
Telecomunicações	385,3	392,0
Margem EBITDA	36,2%	37,9%
Audiovisuais e Exibição Cinematográfica	28,1	26,3
Margem EBITDA	37,5%	35,1%
EBITDA incl. 30% de contributo da ZAP	416,4	428,6
Margem EBITDA	36,6%	38,4%
Resultado Operacional <sup>(3)</sup>	159,0	165,7
EBIT (resultado antes de Res. Financeiros e Impostos)	158,2	131,6
Resultado das Operações Continuadas	93,6	77,1
Interesses Não Controlados	(0,9)	(0,6)
Resultado Consolidado Líquido	92,7	76,5
Capex total	216,5	188,8
EBITDA-Capex total	197,0	229,5
FCF	5,5	75,5

(1) Inclui operação em Moçambique

(2) EBITDA = Resultado operacional + Amortizações

(3) Resultado operacional = resultado antes de Resultados Financeiros e Impostos + Custos com redução de efetivos +/- Imparidades do Goodwill +/- Menos/Mais valias na Alienação de Imobilizado +/- Outros Custos/Proveitos

Fonte: Demonstrações Financeiras Pró-forma Consolidadas 9M13 Zon Optimus

## Historial financeiro consolidado da ZON

A informação financeira consolidada da ZON relativa ao período financeiro coberto pelo historial financeiro deste Prospeto (exercícios de 2010, 2011 e 2012 e primeiros semestres de 2012 e 2013) foi baseada nos documentos de prestação de contas da ZON (os quais foram sujeitos a auditoria no caso dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 e revisão limitada no caso dos primeiros semestres de 2012 e 2013, e elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adotadas pela União Europeia.

### INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS - ZON (M€)

Descrição	2010	2011	2012	1S2012	1S2013
<b>Demonstração de Resultados</b>					
Receitas de Exploração	872,3	854,8	858,6	428,6	425,0
TV por Subscrição, Banda Larga e Voz	785,8	772,4	755,0	382,8	372,1
Audiovisuais	73,0	72,4	70,0	34,7	34,1
Exibição Cinematográfica	61,5	59,2	52,8	23,7	23,9
Internacional	0,0	0,0	31,6	13,7	21,0
Outros e Eliminações	(48,0)	(49,2)	(50,8)	(26,3)	(26,1)
EBITDA	302,4	311,2	312,9	158,5	163,6
Margem EBITDA	34,7%	36,4%	36,4%	37,0%	38,5%
EBIT	82,3	92,7	97,3	50,1	60,5
Resultado consolidado líquido	36,8	34,8	36,9	20,7	24,7
Interesses Não Controlados	(1,3)	(0,7)	(0,9)	(0,6)	(0,4)
Resultado atribuível a accionistas do Grupo Zon	35,4	34,2	36,0	20,0	24,4
Rendimento integral do exercício	37,9	34,7	33,7	18,7	26,3
<b>Balanço Consolidado</b>					
Ativo Corrente	531,4	708,9	542,3	733,3	366,6
Ativo Não Corrente	1119,3	1076,7	1.068,7	1.038,2	1005,1
Total do Ativo	1650,7	1785,6	1.611,0	1.771,5	1371,7
Passivo Corrente	398,7	789,1	651,8	683,2	427,8
Passivo Não Corrente	1001,8	761,5	739,9	884,4	736,8
Total do Passivo	1400,5	1550,6	1.391,7	1.567,6	1164,6
Capital Próprio <sup>(1)</sup>	250,2	235,0	219,2	208,4	207,1
Interesses Não Controlados	9,9	10,0	9,4	10,3	9,5
Capex	248,1	149,9	123,1	57,3	55,8
EBITDA-Capex	54,3	161,4	189,8	101,2	107,8
FCF	(47,8)	51,5	106,5	49,9	37,2
Dividendo por ação reportado ao exercício (€)	0,16	0,16	0,12	-	-
Dívida Financeira Líquida	639,7	637,5	605,0	660,4	605,0
Dívida Financeira Líquida / EBITDA últimos 12 meses	2,1x	2,0x	1,9x	2,1x	1,9x
Alavancagem Financeira <sup>(2)</sup>	71,9%	73,1%	73,4%	76,4%	74,5%

(1) Incluindo Interesses Não Controlados

(2) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)

Fonte: Relatórios e Contas da Zon

## Historial financeiro consolidado pro forma da OPTIMUS

A informação financeira da OPTIMUS relativa ao período financeiro coberto por este Prospeto (exercícios de 2012 e primeiros semestres de 2012 e 2013) foi elaborada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adotadas pela União Europeia.

O quadro seguinte apresenta os dados financeiros selecionados referentes às Demonstrações Financeiras consolidadas pro forma da OPTIMUS:

### INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS PRO FORMA OPTIMUS (M€)

Descrição	2011	2012	1S2012	1S2013
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Volume de Negócios	754,7	720,7	355,6	341,6
Receitas de Serviços	723,0	687,8	343,3	327,9
Receitas de Clientes <sup>(1)</sup>	572,4	531,0	n.d.	248,5
Receitas de Operadores <sup>(1)</sup>	150,6	156,8	n.d.	79,4
Vendas de Equipamentos <sup>(1)</sup>	31,7	32,9	n.d.	13,7
EBITDA	231,7	242,6	121,9	121,4
Margem EBITDA	30,7%	33,7%	34,3%	35,5%
EBIT	88,9	102,9	53,8	51,8
Resultado Líquido Consolidado	72,1	88,1	43,7	33,9
Rendimento integral consolidado do exercício	72,1	88,5	44,1	33,9
<b>Balanco Consolidado</b>				
Ativo Corrente	313,2	245,0	253,4	242,6
Ativo Não Corrente	1.625,1	1.612,5	1.607,9	1.585,6
Total do Ativo	1.938,3	1.857,5	1.861,4	1.828,2
Passivo Corrente	399,2	397,6	340,8	370,0
Passivo Não Corrente	481,7	412,4	483,9	401,5
Total do Passivo	880,9	810,0	824,6	771,5
Capital Próprio	1.057,4	1.047,5	1.036,7	1.056,7
Capex Operacional <sup>(2)</sup>	234,5	128,9	58,8	49,4
EBITDA-Capex Operacional	(2,8)	113,7	63,1	72,0
FCF <sup>(3)</sup>	55,4	(29,1)	(65,8)	(6,0)
Dividendo por ação reportado ao exercício (€) <sup>(5)</sup>	nd	0,32	-	-
Dívida Financeira Líquida <sup>(1)</sup>	279,9	407,0	n.d.	438,2
Dívida Financeira Líquida / EBITDA últimos 12 meses <sup>(1)</sup>	1,2x	1,7x	n.d.	1,8x
Alavancagem Financeira <sup>(4)</sup>	20,9%	28,0%	n.d.	29,3%

(1) As demonstrações financeiras consolidadas proforma da Optimus relativas aos períodos intercalares findos em 30 de junho de 2012 e em 30 de junho de 2013 incluem os elementos mínimos previstos na IAS 34 Relato Financeiro Intercalar.

(2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros

(3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos

(4) Rácio de Alavancagem Financeira = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)

(5) 12.250.000€ de dividendos antecipados + 24.700.000 de dividendos divididos por 115.000.000 ações

Fonte: Relatórios e Contas da Optimus

## Historial financeiro individual da Sonae Telecom

---

Em respeito do Regulamento (CE) n.º 809/2004, na sua atual redação, apresentam-se em seguida os dados financeiros selecionados da Sonae Telecom, reportados aos exercícios de 2010 e 2011:

INDICADORES ECON. FIN. INDIVIDUAIS DA SONAE TELECOM (M€)		
Descrição	2010	2011
<b>Demonstração de Resultados</b>		
Forn. e serviços externos e outros custos op.	(0,0)	(0,0)
Ganhos e perdas em empresas do grupo	35,2	0,0
Outros resultados financeiros	(0,0)	(0,0)
Resultados correntes	35,2	(0,0)
Resultado Líquido	35,2	(0,0)
Dividendos	84,4	0,0
<b>Balço</b>		
Ativo Não Corrente: invest. em empresas do grupo	165,2	165,2
Ativo Corrente	0,1	0,0
Total do Ativo	165,3	165,3
<b>Capital Próprio</b>	<b>165,252</b>	<b>165,237</b>
Dividendo por ação (€)	7,34	0

Fonte: Relatórios e Contas Sonae Telecom, SGPS, S.A.

A informação financeira da Sonae Telecom relativa aos exercícios de 2010 e 2011 foi elaborada no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS), tal como adotadas pela União Europeia, tendo por base o custo histórico.

## 9.2. Exploração e situação financeira no período de historial financeiro

### Exploração e situação financeira consolidada da ZON OPTIMUS nos 9M13 (com comparativo 9M12)

---

#### Exploração pro forma

Para efeitos da presente análise, consideraram-se as Demonstrações Financeiras Pro forma por serem as que permitem efetuar comparações entre os primeiros 9 meses de 2013 e o período homólogo do ano anterior.

#### a) Receitas de Exploração Pro forma

As Receitas de Exploração cifraram-se em €1.083,9M nos 9M13, um decréscimo de 2,8% face aos 9M12. Caso fosse incluída a contribuição da participação de 30% na ZAP, as Receitas de Exploração consolidadas teriam registado um decréscimo anual de 1,9% para €1.115,1M.

As receitas conjuntas para o negócio de Telecomunicações registaram um decréscimo de 2,8% nos 9M13 face aos 9M12, para €1.034,7M.

A performance da ZON refletiu no 3º trimestre uma inflexão no ritmo de decréscimo face a trimestres anteriores, impulsionada por uma melhoria no desempenho trimestral sequencial das receitas de canais *Premium* e pela melhoria do *mix* de clientes devido à maior penetração de pacotes IRIS de maior valor. Não obstante, estas tendências positivas foram algo contrariadas por um aumento da atividade promocional e de retenção em resposta à agressiva campanha de preços de *triple play* iniciada pela concorrência.

Na OPTIMUS, as receitas decresceram 3,3% comparativamente com os 9M12 para €504,9M, demonstrando uma melhoria na taxa de decréscimo anual no 2T13 (-1,7%) e 3T13 (-1,6%), face ao 1T13 (-6,6%). As Receitas de Serviço caíram em 3,9% face aos 9M12 para €477,7M em resultado de Receitas de Cliente mais reduzidas, com uma queda de 8,5% devido ao ambiente macroeconómico, que foi parcialmente compensada por um aumento de quase 12% nas Receitas de Operadores devido: (i) ao aumento sazonal de *roaming* nos meses de Verão no 3T13, e (ii) a um desempenho positivo em termos de receitas de *wholesale* e de serviços de chamadas em massa ao longo dos 9M13.

Por seu lado, no 3T13 as receitas do negócio de Audiovisuais cresceram 5% face ao 3T12 para €14M, registando-se também uma melhoria na taxa de crescimento anual face aos trimestres anteriores. As receitas de Exibição Cinematográfica registaram um decréscimo anual de 2,5% para €15,8M. Apesar do aumento de 1,3% do número de bilhetes vendidos face ao 3T12, a receita média por bilhete caiu 3,3% devido sobretudo a uma diminuição da proporção de bilhetes 3D vendidos. Face ao 2T13, no 3T13 as receitas de Exibição Cinematográfica aumentaram significativamente em 30,5%, impulsionadas pelo maior número de êxitos de bilheteira.

Em termos acumulados, as receitas do negócio de Audiovisuais cresceram 0,1% face aos 9M12 para €43,3M e as de Exibição Cinematográfica registaram um decréscimo anual de 0,5% para €39,6M.

#### **b) EBITDA pro forma**

O EBITDA pro forma Consolidado decresceu 1,5% no 3T13 para €139,9M, face ao 3T12, gerando uma Margem EBITDA de 38,3% (+0,2pp face ao 3T12). O EBITDA acumulado dos 9M13 cresceu 1,2% para €418,3M, gerando uma Margem EBITDA de 38,6% e representando um crescimento de 1,5pp face aos 9M12. Incluindo o contributo da participação de 30% da ZON OPTIMUS na ZAP, o EBITDA Consolidado teria registado um crescimento de 2,9%.

Por segmentos, O EBITDA de Telecomunicações cresceu em 1,7% nos 9M13 para €392M, sendo que o EBITDA das operações de Audiovisuais e Exibição Cinematográfica apresentou um decréscimo anual de 6,6% para €26,3M.

#### **c) Resultado Líquido pro forma**

O Resultado Consolidado Líquido ascendeu a €18,4M no 3T13, face a €34,6M no trimestre homólogo. Em termos acumulados, esta rubrica ascendeu a €76,5M nos 9M13, sendo €16,2M inferior à dos 9M12. Dado o desempenho relativamente estável do EBITDA face aos 9M12, os Outros Custos não recorrentes de €32,8M relacionados com custos de

reestruturação e com o aumento em provisões não monetárias, que ocorreram no 3T13, explicam totalmente o decréscimo do Resultado Líquido.

De facto, a rubrica de Outros Custos inclui custos de reestruturação resultantes da fusão de aproximadamente €16M, refletindo principalmente o pagamento e as provisões para custos com rescisões, bem como outros custos relacionados com a reestruturação. Os restantes custos estão relacionados com um aumento não recorrente de provisões não monetárias no 3T13, resultante do alinhamento de estimativas entre as duas empresas. Nos 9M13, os Outros Custos cifraram-se assim em €34M.

Refira-se ainda o agravamento no Resultado Financeiro, -€50,6M nos 9M13 face a -€43,0M nos 9M12, refletindo um custo médio da dívida progressivamente mais elevado, à medida que algumas das linhas de financiamento mais antigas atingiram a maturidade e também a emissão de obrigações de retalho, pela então ZON, em junho de 2012. Este efeito é parcialmente compensado pelo nível médio mais reduzido de dívida consolidada.

### Situação financeira

No final de 9M13, o balanço estatutário da ZON OPTIMUS apresentava Ativo Total de €2.905,7M, capital próprio de €1.073,2M e passivo de €1.832,5M. Tais valores comparam com um Ativo Total de €1.550,6M, um capital próprio de €219,4M e um passivo de €1.331,2M (valores reexpressos) reportados ao final do exercício de 2012.

As principais variações ocorridas no Balanço da ZON OPTIMUS entre as duas datas identificadas prendem-se, naturalmente, com a fusão, decorrendo sobretudo de:

- Alteração do perímetro de consolidação por transferência global do património da sociedade OPTIMUS para a sociedade ZON, tendo para o efeito sido efetuada a avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através da operação. A alocação do preço de compra ainda está sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais, sendo que a ZON OPTIMUS não estima, no entanto, vir a efetuar alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.
- Reconhecimento de um *Goodwill*, correspondente ao valor não atribuído aos ativos identificados e passivos assumidos valorizados ao justo valor no âmbito da operação de concentração como parte do custo de aquisição, registado na rubrica de Ativos intangíveis; a 30 de setembro de 2013, o Goodwill registado, no montante de €562M, estava alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa de cada segmento reportável: Telco (€485,4M) e Audiovisuais (€76,6M), sendo o montante reconhecido (global) associado à fusão de €386M
- Alteração no capital próprio decorrente do aumento de capital realizado no âmbito da fusão, conforme se detalha no ponto 9.4. do presente Capítulo.

Particularmente no que se refere à dívida (remete-se o respetivo detalhe para o ponto 9.4. do presente Capítulo) esta ascendia, em 30 de setembro de 2013, a €1.021M sendo

compensada por uma posição de Caixa e Equivalentes de Caixa de €64,1M. O Rácio de Alavancagem Financeira, por sua vez, ascendia a 47%.

### **Exploração e situação financeira consolidada da ZON no período 2010-1º Semestre 2013 (antes da fusão)**

---

#### **Exploração**

Em 2012, as Receitas de Exploração da ZON cifraram-se em €858,6M, o que representa um acréscimo de 0,4% face ao ano de 2011. Em 2011, as Receitas de Exploração tinham registado um decréscimo de 2,0% face ao ano de 2010. As receitas de TV por subscrição, banda larga e voz tiveram um bom desempenho no que respeita às tarifas fixas, tendo existido, no entanto, um decréscimo anual de 13,4% das receitas de canais *premium*. Excluindo o efeito destas, as receitas core de TV por Subscrição, Banda Larga e Voz mantiveram-se estáveis face a 2011, exercício em que tinha evidenciado uma diminuição de 1,7% em comparação com 2010.

As receitas de ARPU dos subscritores de cabo, excluindo as receitas provenientes de canais *premium*, aumentaram 1,3% face a 2011, refletindo a maior estabilidade da base de clientes e o maior valor das propostas de serviços em pacote, nomeadamente através do aumento da penetração da IRIS. O ARPU Base, excluindo o efeito do menor nível de receitas da subscrição de canais *premium*, de carácter discricionário, registou um decréscimo anual de 1,3% em 2012, em resultado da combinação da estabilidade dos serviços de *Triple Play* e do crescimento dos RGUs e do aumento na subscrição dos pacotes de topo de gama IRIS, com a diluição provocada pelos pacotes de nível de entrada. Excluindo o impacto destas ofertas de gama mais baixa, o ARPU Base teria crescido marginalmente 0,5%.

O desempenho das receitas de ARPU base de *Triple Play* em 2012 confirmou a resiliência destes serviços ao cenário económico desafiante. No entanto, os consumidores têm exibido padrões de consumo mais cautelosos no que diz respeito aos elementos mais discricionários da sua fatura mensal, tais como os canais *premium*, pressionando essas receitas.

No que se refere ao segmento de Audiovisuais da ZON, as receitas registaram um decréscimo de 3,3% em 2012, de €72,4M para €70M, continuando a ser afetadas pelo decréscimo das vendas de *homevideo*, bem como pela diminuição das receitas provenientes da venda de direitos sobre conteúdos a canais de sinal aberto. As receitas de exibição cinematográfica decresceram 10,8% em 2012 face a 2011, para €52,8M, refletindo essencialmente o impacto da redução de 10,6% do número de bilhetes vendidos. Durante o ano de 2011, as receitas de Exibição Cinematográfica registaram uma queda de 3,7%.

No primeiro semestre de 2013, a ZON registou uma quebra de 0,8% das suas receitas em relação ao primeiro semestre de 2012, para €425M, sobretudo devido ao contexto económico com reflexo nas receitas obtidas com canais *Premium*.

No ano de 2012, o EBITDA cresceu 0,5% para €312,9M, registando-se a manutenção da margem EBITDA (36,4%) face a 2011, ano em que o EBITDA tinha aumentado 2,9% face a 2010, para €311,2M. No primeiro semestre de 2013, o EBITDA consolidado cifrou-se em

€163,6M (margem de 38,5%), representando um crescimento de 3,2% face ao primeiro semestre de 2012.

A melhoria anual do EBITDA, num contexto de grande retração do consumo, resulta do enfoque no controlo de custos e aumento de eficiência, num contexto de menor rotatividade de clientes.

Os custos operacionais consolidados, excluindo depreciações e amortizações, diminuíram em 4,6% no ano de 2011 e tiveram um aumento marginal de 0,4% em 2012. As depreciações e amortizações em 2012 ascenderam a €214,6M, um nível ainda elevado justificado pelo forte esforço de investimento do período 2008-2010.

O resultado líquido do Grupo ZON cifrou-se em €36,0M no ano de 2012, registando um acréscimo de 5,3% e 1,7% face a 2011 e a 2010, respetivamente. No primeiro semestre de 2013, a ZON obteve um crescimento do resultado líquido consolidado de 21,6% face ao primeiro semestre do ano anterior, em grande medida resultante do crescimento do EBITDA verificado nesse período.

#### **Situação financeira**

A ZON apresentava no final do primeiro semestre de 2013 Ativos Totais de cerca de €1.372M, financiados em €207M por capitais próprios e em €1.165M por capitais alheios.

A dívida financeira total no final de 2012 ascendia a €958,0M, sendo compensada por uma posição de caixa e equivalentes de caixa no balanço consolidado de €353M. A sua maturidade média era de 1,98 anos (com referência a 31 de dezembro de 2012). O custo médio *all-in* da Dívida Financeira Líquida da ZON foi de 4,96% em 2012.

No final do primeiro semestre de 2013, a dívida financeira líquida ascendia a €605,2M, sem diferenças materiais face ao final de 2012.

O rácio de alavancagem financeira aumentou ligeiramente para 73,4% no final de 2012 face aos 73,1% que se registavam no final de 2011, e o rácio Dívida Financeira Líquida / EBITDA (últimos 4 trimestres) situava-se em 1,9x em 31 de dezembro de 2012 e no final do primeiro semestre de 2013 (2,1x no final do primeiro semestre de 2012).

Para informações sobre investimentos, capitais próprios e endividamento da ZON, remete-se a respetiva consulta para os pontos 8.5 e 9.4 do presente Prospeto.

#### **Exploração e situação financeira consolidada pro forma da OPTIMUS no período 2012-1º Semestre 2013 (antes da fusão)**

---

A OPTIMUS (Optimus SGPS, S.A.), a sociedade que viria a ser incorporada na ZON em agosto de 2013 resulta da alteração, em outubro de 2012, da denominação social da então Sonae Telecom. Esta alteração, foi o último passo de uma série de operações concretizadas no decurso de 2012 entre a Sonae Telecom e a Sonaecom, visando concentrar na Sonae Telecom as entidades relativas ao segmento de telecomunicações do Grupo Sonaecom e,

particularmente, a detenção pela Sonae Telecom de 100% do capital social da Optimus - Comunicações, S.A., nomeadamente (i) a aquisição da Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. e da Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. à Sonaecom e da Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. e Per-mar - Sociedade de Construções, S.A. à Optimus – Comunicações, S.A., em junho; e (ii) aumento de capital em espécie realizado com a participação de 64,14% da Optimus – Comunicações, S.A., em setembro.

### **Exploração**

O volume de negócios consolidado da OPTIMUS, em 2012, atingiu €720,7M, sendo 4,5% inferior ao de 2011.

Nos últimos anos, as vendas da OPTIMUS foram afetadas pelo ambiente de austeridade que se vive em Portugal, com impacto negativo nos níveis de consumo, e pelas tarifas reguladas (tarifas de terminação móvel e de *roaming*). No primeiro semestre de 2013, o volume de negócios da OPTIMUS registou uma queda de 3,9% face ao período homólogo.

Contudo, em resultado do programa transversal de eficiência prosseguido pela OPTIMUS, com reflexo nas principais linhas de custos operacionais da empresa, o EBITDA aumentou 4,7% entre 2011 e 2012, para €242,6M, refletindo uma margem EBITDA de quase 34% (mais 3 pontos percentuais que em 2011).

No primeiro de semestre de 2013, a OPTIMUS registou um EBITDA de €122,7M (ou €121,4M considerando os custos incorridos com o processo de fusão), correspondendo a um crescimento de 0,7% face ao primeiro semestre de 2012. A margem EBITDA ascendeu a 35,9% (ou 35,5%, considerando os referidos custos com a fusão), revelando um acréscimo de 1,7 pontos percentuais.

O Resultado Líquido atingiu €88M, aumentando 96,3% quando comparado com 2010, impulsionado pelo aumento significativo do EBITDA, por um menor nível de depreciações e amortizações, pela estabilidade dos custos financeiros e por um menor nível de impostos.

As depreciações e amortizações da OPTIMUS diminuíram de €143,9M, em 2010, para €140M em 2012, enquanto os impostos se reduziram de €13,2M para €3,5M.

No primeiro semestre de 2013, a OPTIMUS registou um resultado líquido positivo de €33,9M, que compara com €43,7M registados no primeiro semestre de 2012. Esta diminuição é maioritariamente justificada pelo aumento de custos financeiros decorrentes do aumento da dívida líquida e pelos custos incorridos com o processo de fusão (€1,3M).

### **Situação financeira**

No final do primeiro semestre de 2013, a OPTIMUS apresentava ativos de €1.828M, financiados por cerca de €1.057M de capitais próprios e €771M de capitais alheios.

A Dívida Bruta da OPTIMUS evoluiu de €379,6M em 2011 para €440,5M em 2012, com a dívida Líquida a aumentar 45%, para os €407M, e o rácio da dívida líquida face ao EBITDA a situar-se em 1,7x. Em 30 de junho de 2013, a Dívida Líquida consolidada atingiu os €438,2M, à qual corresponde um rácio de 1,8x EBITDA (12 meses).

Para informações sobre investimentos, capitais próprios e endividamento da OPTIMUS, remete-se a respetiva consulta para os pontos 8.5 e 9.4 do presente Prospeto.

### **Exploração e situação financeira individual da Sonae Telecom no período 2010/2011**

Sendo uma sociedade gestora de participações sociais:

- O principal ativo da Sonae Telecom, em 2010 e 2011, era uma participação de 35,86% na Optimus - Comunicações, S.A., contabilizada por €165,2M, que refletem o custo de aquisição. No final de 2010 e 2011, respectivamente, a Optimus - Comunicações, S.A. apresentava um ativo de €932M e €947M, capitais próprios de €449M e €511M, sendo a sua dívida bruta de €75M e €1M. Naqueles anos, as vendas daquela sociedade ascenderam a €796M e €771M, os resultados operacionais a €43M e €65M e o resultado líquido a €35M e €62M.
- Os proveitos da Sonae Telecom consistiram em dividendos distribuídos pela sua participada, Optimus - Comunicações, S.A. no montante de €35M em 2010 e nulos em 2011. Os seus custos de exploração foram inexpressivos.

Em ambos os exercícios, o ativo da Sonae Telecom foi quase exclusivamente financiado por capitais próprios.

### **9.3. Fatores governamentais, políticos, fiscais e económicos com influência na atividade**

Tanto quanto é do conhecimento da ZON OPTIMUS, não existem outros fatores ou políticas que possam afetar significativamente as atividades do Emitente, para além dos que têm sido descritos nos Relatórios e Contas da ZON, da OPTIMUS e da ZON OPTIMUS, consoante aplicável. Os principais fatores de risco identificados são:

- Influências económicas: a empresa está exposta ao ambiente económico adverso que se vive atualmente em Portugal, e, conseqüentemente, à redução geral de consumo. Neste contexto, existe o risco de a receita média por cliente continuar a ser afetada devido à taxa de desemprego elevada e à redução do consumo privado e público.
- Regulação: assegurar o acompanhamento das alterações regulatórias, atendendo às ameaças e oportunidades que representam para a posição competitiva nos negócios em que a empresa está inserida.
- Concorrência: potencial redução de preços de produtos e serviços; redução de quota de mercado; perda de clientes, crescente dificuldade na retenção e obtenção de clientes.
- Evolução tecnológica: necessidade de investimentos em negócios cada vez mais concorrenciais (serviços multimédia, Internet fixa e móvel, e Voz fixa e móvel) e sujeitos a mudanças de tecnologia aceleradas e por vezes imprevisíveis.

- Interrupção de Negócio e Perdas Catastróficas: uma vez que o negócio do Grupo ZON OPTIMUS assenta, sobretudo, na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (infraestruturas de rede, aplicações dos sistemas de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este facto pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes. No setor das telecomunicações, a interrupção de negócio e outros riscos associados podem ser agravados porque os serviços são em tempo real (voz, dados/Internet e TV), e os clientes têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções.
- Segurança da Informação e das Comunicações: o uso intensivo da tecnologia e da informação está sujeito aos riscos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade.
- Fiscal: evolução de legislação fiscal e eventuais interpretações da aplicação da regulamentação fiscal e parafiscal de formas diversas.
- Garantia de Receitas e Custos: Os negócios de telecomunicações estão sujeitos aos riscos operacionais inerentes, relacionados com a garantia e monitorização das receitas e dos custos de clientes.
- Fraude de telecomunicações: a fraude de clientes ou terceiros é um risco comum no setor das telecomunicações. Os praticantes de fraude podem tirar partido das potenciais vulnerabilidades do processo da rede ou do serviço de comunicações.
- Cobrança: Redução de recebimentos de clientes pelo ineficaz ou deficiente funcionamento da régua de cobranças e/ou alterações à legislação que regula a prestação de serviços essenciais e que tenham impacto na recuperação de dívidas de clientes.

A ZON OPTIMUS tem implementados controlos nos processos, possui competências nas diversas unidades organizacionais e utiliza ferramentas para monitorar e gerir os riscos identificados em conformidade.

#### **9.4. Capitalização e endividamento**

A informação constante do presente ponto tem por referência 30 de setembro de 2013, data da última informação financeira divulgada pela ZON OPTIMUS. O Emitente declara que não houve quaisquer alterações materiais, desde essa última informação financeira pública disponível, nos *items* relativos a *Capitalização* e *Endividamento* da ZON OPTIMUS.

De acordo com as contas estatutárias da ZON OPTIMUS de 30 de setembro de 2013, a sociedade apresentava uma capitalização total de €2,9 mil milhões dos quais perto de €1,1 mil milhões de capitais próprios e cerca de €1,8 mil milhões de passivo total. Na mesma data, a dívida líquida da ZON OPTIMUS ascendia a aproximadamente €957M, refletindo um montante de Caixa e Equivalentes de Caixa de cerca de €64,1M e uma dívida total bruta de €1.021M. O custo médio *all-in* da Dívida Financeira Líquida da ZON OPTIMUS naquela data era de 5,15%.

A tabela seguinte resume a posição de capitalização e endividamento da ZON OPTIMUS em 30 de Setembro de 2013:

	<b>9M13</b> <b>(milhares de Euros)</b>
<b>Endividamento Total Corrente</b>	<b>68.126</b>
<b>Endividamento Total Não Corrente (excl. parcela corrente do endividamento de longo prazo)</b>	<b>953.188</b>
<b>Capitais Próprios</b>	
Capital social	5.152
Reserva Legal	3.566
Outras Reservas	1.064.489
<b>Total</b>	<b>1.073.207</b>
<hr/>	
A. Caixa	1.730
B. Equivalentes de Caixa	
Depósitos à ordem	10.856
Depósitos a prazo	44.999
C. Ativos Negociáveis	
<b>D. Liquidez (A)+(B)+(C)</b>	<b>57.585</b>
<b>E. Ativos Financeiros Correntes</b>	<b>6.549</b>
F. Empréstimos Bancários Correntes	42.650
G. Parcela corrente do endividamento de longo prazo	25.476
H. Outra dívida financeira corrente	
<b>I. Endividamento Financeiro Corrente (F)+(G)+(H)</b>	<b>68.126</b>
<b>J. Endividamento Financeiro Corrente Líquido (I)-(E)-(D)</b>	<b>3.992</b>
K. Empréstimos Bancários Não Correntes	447.929
L. Empréstimos Obrigacionistas	495.680
M. Outros Empréstimos Não Correntes	9.578
<b>N. Endividamento Financeiro Não Corrente (K)+(L)+(M)</b>	<b>953.187</b>
<b>O. Endividamento Financeiro Líquido (J)+(N)</b>	<b>957.179</b>

Para efeitos de cálculo da Dívida Líquida Financeira, a ZON OPTIMUS considera o somatório das linhas de financiamento obtidas junto de instituições de crédito (€1.021M) deduzido de saldos de caixa e tesouraria (€57,6M), bem como de empréstimos intra-grupo equiparados a liquidez (€6,5M). Este agregado exclui obrigações assumidas junto de fornecedores de contratos de longo prazo, nomeadamente o contrato de aluguer de capacidade de satélite e contratos de aluguer de capacidade de rede fibra ótica (cerca de €128M em 30 de setembro de 2013).

Para a mesma data, detalham-se as garantias prestadas pela ZON OPTIMUS relacionadas com o financiamento da sua atividade:

- €100,2M respeitantes ao empréstimo do BEI de €100M (que abaixo de detalha em “Empréstimos com entidades externas”).

De igual modo, elencam-se as garantias prestadas pela ZON OPTIMUS a empresas participadas fora do perímetro de consolidação:

- No âmbito do financiamento obtido pela Upstar junto do BES, no montante total de €20M, a ZON OPTIMUS assinou uma Livrança no montante total do financiamento. Adicionalmente, a ZON OPTIMUS assinou uma Livrança, com responsabilidade até 30%, do financiamento da Finstar junto do BFA, no montante de total de AKZ 1.500M.
- No âmbito do financiamento obtido pela Finstar junto do Banco Caixa Totta, Banco BIC, Banco BNI, Banco Finibanco, BFA e BMA, no montante total de AKZ 2.430M, AKZ 1.849M, AKZ 980M, AKZ 1.000M, AKZ 1.500M e AKZ 950M, respetivamente, a ZON OPTIMUS assinou seis Cartas conforto, ficando responsável até 30% do valor total do financiamento. A Carta conforto pelo Banco Caixa Totta também cobre 30% de 7,5 milhões de USD de cartas de crédito documentário para a importação de mercadorias.
- Por fim, no âmbito do financiamento obtido pela Sport TV, no montante total de €13M, foram prestadas as seguintes garantias: penhor financeiro sobre as ações e novas ações detidas pela ZON OPTIMUS e Sportinveste, SGPS, S.A., hipoteca sobre o edifício da Sport TV, penhor de direitos resultantes dos contratos Sport TV, 5 livranças e cessão de créditos com escopo de garantias.

As principais características dos instrumentos de dívida da ZON OPTIMUS àquela data são as seguintes:

#### **Empréstimos Obrigacionistas:**

- Obrigações emitidas, através de três instituições bancárias, no montante global de 157.500 milhares de euros, com maturidade em 2014 e pagamento de juros semestrais e reembolso ao par no final do contrato;
- “Obrigações ZON Multimédia 2012-2015”, emitidas no âmbito da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações lançada em junho de 2012 pela então ZON, destinada ao público em geral, e através da qual foram emitidos 200.000 milhares de euros com uma maturidade de 3 anos e pagamento de juros semestrais a taxa fixa.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom transferiu os direitos e obrigações por si detidos nos contratos que abaixo se indicam para a OPTIMUS e, conseqüentemente, por força da fusão, para a ZON OPTIMUS:

- Foi cedido à ZON OPTIMUS o empréstimo obrigacionista de €40M contratado pela Sonaecom em março de 2010, emitido por subscrição particular (com a designação de “SONAECOM – 2010/2015”). O empréstimo vence juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente.
- Foi cedido à ZON OPTIMUS o empréstimo obrigacionista de €100M contratado pela Sonaecom em setembro de 2011. O empréstimo vence juro a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente.

Ainda durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Portigon AG transferiu toda sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt (‘EAA’), uma entidade estatal alemã.

### **Papel Comercial:**

A ZON OPTIMUS tem uma dívida de €395M, sob a forma de papel comercial, contratada com seis instituições bancárias, correspondendo a seis programas, vencendo juros a taxas de mercado. Estão classificados como não correntes os programas agrupados de papel comercial com maturidade superior a 1 ano no valor de €350M, uma vez que a empresa tem capacidade de renovação unilateral das emissões atuais até à maturidade dos programas e os mesmos têm subscrição garantida pelo organizador. Desta forma, o valor em questão, apesar de ter vencimento corrente, foi classificado como sendo não corrente para efeitos de apresentação na demonstração da posição financeira. Os restantes programas, face à liquidação prevista, foram classificados como correntes. Ao valor deste financiamento foi deduzido o montante líquido de 3.163 milhares de euros, correspondente aos juros e comissões.

### **Empréstimos com entidades externas:**

A ZON OPTIMUS e a ZON TV Cabo assinaram com o Banco Europeu de Investimento, em setembro de 2009, um Contrato de Financiamento do Projeto Next Generation Network no montante de €100M. Este contrato tem vencimento em setembro de 2015 e destina-se exclusivamente à realização de investimentos relativos à implementação da rede de nova geração. Ao valor deste financiamento foi deduzido o montante de 1.205 milhares de euros, correspondendo ao benefício associado ao facto do financiamento apresentar uma taxa bonificada.

### **Locação financeira:**

Em 30 de setembro de 2013, a rubrica contratos de longa duração respeita predominantemente:

- aos contratos celebrados pela ZON TV Cabo de aquisição exclusiva de capacidade em satélites e referente à aquisição de direitos de utilização de capacidade de rede de distribuição;
- ao contrato celebrado pela ZON LM Cinemas referente a aquisição de equipamento digital para os cinemas; e
- aos contratos celebrados pela Be Artis referentes à aquisição de direitos de utilização de capacidade de rede de distribuição.

Todos os empréstimos bancários obtidos (com exceção das obrigações “ZON Multimédia 2012-2015”) e locações financeiras contratadas, estão negociados a taxas de juro variáveis no curto prazo, pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do seu justo valor.

### **Maturidade dos empréstimos:**

O quadro seguinte ilustra a maturidade dos empréstimos da ZON OPTIMUS, por cada uma das classes. A rubrica de empréstimos nacionais inclui os acréscimos e diferimentos no montante de €8,593M de juros e comissões a liquidar à Sonaecom referentes aos suprimentos detidos pela OPTIMUS com esta entidade antes da concretização da operação de fusão.

30-09-2013			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obrigacionistas	1.708	495.680	-
Papel comercial	42.686	349.151	-
Empréstimos externos	(36)	98.778	-
Empréstimos nacionais	13.649	-	-
Locações financeiras	26.716	53.919	66.821
	<b>84.988</b>	<b>997.529</b>	<b>66.821</b>

Fonte: ZON OPTIMUS

#### **Covenants associados à dívida:**

Com base nos *cash-flows* estimados, e tendo em consideração o *compliance* de eventuais *covenants* normalmente existentes em empréstimos a pagar, a gestão monitoriza com regularidade as previsões da reserva de liquidez do Grupo, incluindo os montantes das linhas de crédito não utilizadas, os montantes de caixa e equivalentes de caixa.

Dos empréstimos obtidos (excluindo locações financeiras), para além de estarem sujeitos ao cumprimento pelo Grupo das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), todos os atuais contratos de dívida se encontram sujeitos a cláusulas de "*Pari Passu*", 92% encontram-se sujeitos a cláusulas de "*Cross default*", 49% encontram-se sujeitos a cláusulas "*Ownership*" e 68% encontram-se sujeitos a cláusulas de "*Negative Pledge*".

Adicionalmente, cerca de 39% do total dos empréstimos obtidos exigem que a dívida financeira líquida consolidada não exceda até 3 vezes o EBITDA e 9% exigem que a dívida financeira líquida consolidada não exceda até 4 vezes o EBITDA.

#### **Risco de taxa de câmbio:**

O risco de taxa de câmbio está essencialmente relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a determinados produtores de conteúdos audiovisuais e fornecedores de equipamentos para o negócio da TV por subscrição, banda larga e voz. As transações comerciais entre o Grupo ZON OPTIMUS e estas entidades encontram-se denominadas maioritariamente em Dólares americanos.

Considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, o Grupo ZON OPTIMUS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente *forwards* cambiais de curto-prazo, de forma a cobrir o risco associado a estes saldos. Na data de fecho da demonstração da posição financeira em 30 de setembro de 2013 existiam *forwards* cambiais em aberto de 9.368 milhares de Dólares, cujo justo valor ascende a um montante negativo de cerca de 132 milhares de euros, registado no passivo por contrapartida de capitais próprios.

#### **Risco de taxa de juro:**

Em 30 de setembro de 2013, a ZON OPTIMUS tinha contratado três "*swaps*" de taxa de juro num montante total de €257,5M cujas maturidades expiram num período de dois anos a partir da data de referência. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, no montante negativo de €4,7M, registado em passivo tendo a contrapartida deste montante sido registada em capitais próprios.

	30-09-2013				
	Noclonal	Ativo		Passivo	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Derivados designados como Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	257.500	-	-	-	4.715
Forwards de taxa de Câmbio	6.937	-	-	132	-
	<b>264.437</b>	-	-	<b>132</b>	<b>4.715</b>

Fonte: ZON OPTIMUS

Em 28 de novembro de 2013, a ZON OPTIMUS informou o mercado de que havia contraído, junto do Banco Europeu de Investimento, um empréstimo de €110M para apoiar o desenvolvimento dos serviços de banda larga móvel. De acordo com o comunicado de imprensa conjunto (BEI/ZON OPTIMUS) este “(...) projeto abrange os investimentos necessários à implementação do equipamento e sistemas de rede móvel com a atual tecnologia 3G (UMTS com HSPA) e a nova tecnologia 4G (*Long Term Evolution* - LTE). O projeto permitirá melhorar o acesso aos serviços de banda larga, aumentar a eficiência operacional e reduzir custos, além de estimular a concorrência no setor das telecomunicações. O projeto promoverá também a coesão económica e social, uma vez que boa parte dos investimentos financiados estão localizados em regiões de convergência em Portugal.”

#### 9.5. Restrições à utilização de recursos de capital

Tanto quanto é do seu conhecimento, a ZON OPTIMUS não possui quaisquer restrições à utilização de recursos de capital que tenham afetado significativamente ou sejam suscetíveis de afetar significativamente, direta ou indiretamente as suas atividades.

#### 9.6. Declaração do Emitente relativa à suficiência do fundo de manei

O Emitente declara que, na sua opinião, o seu fundo de manei é suficiente para fazer face às suas necessidades nos próximos 12 meses.

#### 9.7. Alterações significativas na situação financeira ou comercial do Emitente

Não ocorreram quaisquer alterações significativas na situação financeira ou comercial do Emitente desde o final do último período financeiro em relação ao qual foram publicadas informações financeiras (reportadas a 30 de setembro de 2013).

## Capítulo 10 – Informação financeira consolidada pro forma da ZON OPTIMUS

### 10.1. Demonstrações financeiras consolidadas pro forma da ZON OPTIMUS

Transcreve-se em seguida o conteúdo das demonstrações financeiras pro forma preparadas pela ZON OPTIMUS, nos termos do previsto nos Anexos I e II do Regulamento (CE) n.º 809/2004, de 29 de Abril:

***“ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA CONSOLIDADAS***

**ZON OPTIMUS®**

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PRO FORMA  
DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2013  
(montantes expressos em milhares de Euros)**

	ZON OPTIMUS			ZON OPTIMUS		
	SETEMBRO			SETEMBRO		
	Estatutário Reexpresso 9M 12	Ajustamentos pro forma	Pro Forma 9M 12	Estatutário 9M 13	Ajustamentos pro forma	Pro Forma 9M 13
<b>Receitas de exploração</b>	<b>590,524</b>	<b>524,340</b>	<b>1,114,864</b>	<b>636,351</b>	<b>447,554</b>	<b>1,083,905</b>
<b>Custos operacionais, excluindo depreciações e amortizações</b>	<b>359,276</b>	<b>342,101</b>	<b>701,376</b>	<b>378,420</b>	<b>287,190</b>	<b>665,610</b>
Custos com pessoal	40,284	34,955	75,239	41,028	30,430	71,458
Custos diretos dos serviços prestados	167,544	148,700	316,244	183,116	136,145	319,261
Custos comerciais	23,422	55,443	78,865	24,590	41,575	66,165
Outros custos operacionais	128,026	103,003	231,029	129,686	79,041	208,727
<b>EBITDA</b>	<b>231,248</b>	<b>182,239</b>	<b>413,488</b>	<b>257,931</b>	<b>160,364</b>	<b>418,295</b>
Depreciações e amortizações	152,175	102,278	254,453	159,445	93,116	252,561
<b>Resultados operacionais</b>	<b>79,073</b>	<b>79,961</b>	<b>159,035</b>	<b>98,486</b>	<b>67,247</b>	<b>165,733</b>
Outros custos / (proveitos)	512	280	792	31,741	2,366	34,107
<b>EBIT</b>	<b>78,561</b>	<b>79,681</b>	<b>158,243</b>	<b>66,745</b>	<b>64,881</b>	<b>131,626</b>
Custos / (Ganhos) financeiros líquidos	29,525	13,438	42,963	34,936	15,636	50,572
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>49,036</b>	<b>66,243</b>	<b>115,280</b>	<b>31,809</b>	<b>49,245</b>	<b>81,054</b>
Imposto sobre o rendimento	16,835	4,847	21,682	7,335	(3,355)	3,980
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>32,200</b>	<b>61,397</b>	<b>93,598</b>	<b>24,474</b>	<b>52,599</b>	<b>77,074</b>
Interesses não controlados	860	-	860	570	-	570
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>31,340</b>	<b>61,397</b>	<b>92,738</b>	<b>23,904</b>	<b>52,599</b>	<b>76,504</b>
	<b>Estatutário Reexpresso 9M 12</b>	<b>Ajustamentos pro forma</b>	<b>Pro Forma 9M 12</b>	<b>Estatutário 9M 13</b>	<b>Ajustamentos pro forma</b>	<b>Pro Forma 9M 13</b>
<b>Resultado consolidado líquido do período</b>	<b>32,200</b>	<b>61,397</b>	<b>93,598</b>	<b>24,474</b>	<b>52,599</b>	<b>77,074</b>
<b>Outros rendimentos</b>						
<b>Itens que reclassificam por resultados:</b>						
Justo valor do swap taxa de juro	(3,732)	-	(3,732)	1,336	-	1,336
Imposto diferido - swap taxa de juro	989	-	989	(354)	-	(354)
Justo valor dos forwards taxa de câmbio	(528)	-	(528)	(87)	-	(87)
Imposto diferido - forward taxa de câmbio	153	-	153	25	-	25
Variação da reserva de conversão cambial	(271)	-	(271)	84	-	84
<b>Rendimento reconhecido diretamente no capital</b>	<b>(3,389)</b>	<b>-</b>	<b>(3,389)</b>	<b>1,003</b>	<b>-</b>	<b>1,003</b>
<b>Total do rendimento integral do período</b>	<b>28,811</b>	<b>61,397</b>	<b>90,209</b>	<b>25,477</b>	<b>52,599</b>	<b>78,077</b>
<b>Atribuível a:</b>						
Acionistas do Grupo Zon Optimus	27,951	61,397	89,349	24,908	52,599	77,507
Interesses não controlados	860	-	860	570	-	570
	<b>28,811</b>	<b>61,397</b>	<b>90,209</b>	<b>25,477</b>	<b>52,599</b>	<b>78,077</b>

*As notas explicativas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral consolidado pro forma para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013.*

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PRO FORMA CONSOLIDADA  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013  
(montantes expressos em milhares de Euros)**

	<b>ZON OPTIMUS</b>
	<b>SETEMBRO</b>
	<b>2013</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.905.747</b>
<b>Ativo corrente</b>	<b>459.560</b>
Contas a receber	329.059
Liquidez	57.586
Outros	72.915
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.446.187</b>
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (excluindo goodwill)	1.661.929
Goodwill	562.009
Investimentos em empresas participadas	32.489
Impostos diferidos ativos	164.219
Outros	25.541
<b>Capital próprio</b>	<b>1.073.207</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.832.540</b>
<b>Passivo corrente</b>	<b>640.939</b>
Empréstimos	84.988
Contas a pagar	313.037
Outros	242.914
<b>Passivo não corrente</b>	<b>1.191.601</b>
Empréstimos	1.064.350
Provisões para outros riscos e encargos	94.820
Outros	32.431
<b>Total do passivo e capital próprio</b>	<b>2.905.747</b>

*As notas explicativas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada para o período findo em 30 de setembro de 2013.*

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
PRO FORMA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013**

**1. Bases de preparação**

*No seguimento do acordo entre a Sonaecom SGPS, S.A. (“Sonaecom”), Kento Holding Limited e Unitel International Holdings, B.V. foi aprovado o projeto de fusão relativo à fusão por incorporação da Optimus – SGPS, S.A. (“Optimus SGPS” ou “Optimus”) na ZON Multimédia – SGPS, S.A. (“ZON Multimédia” ou “ZON”), pelos Conselhos de Administração e pelas Assembleias Gerais de Acionistas das duas sociedades, respetivamente em 21 de janeiro e 7 de março de 2013.*

*Em 27 de agosto de 2013, e após a decisão de não oposição da Autoridade da Concorrência à operação de fusão, foi concretizada a operação de fusão e efetuado o respetivo registo, tendo a empresa adotado a atual designação de ZON Optimus, SGPS, S.A. (“ZON Optimus”).*

*As demonstrações financeiras consolidadas pro forma foram elaboradas, unicamente, para efeitos ilustrativos, e dada a sua natureza, as informações financeiras pro forma dizem respeito a uma situação hipotética, pelo que não representam a situação financeira efetiva da sociedade nem os seus resultados. As demonstrações financeiras consolidadas pro forma foram preparadas como se a fusão tivesse ocorrido a 1 de janeiro de 2012, excetuando os efeitos resultantes do apuramento do goodwill e justo valor dos ativos e passivos incorporados da Optimus, os quais foram apurados com referência à referida data da fusão e não com referência a 1 de janeiro de 2012, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da ZON Multimédia e da Optimus SGPS, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia em vigor a 1 de janeiro de 2012 e 2013, ajustadas pelas alterações de políticas contabilísticas realizadas no âmbito da uniformização das políticas contabilísticas entre a ZON e Optimus (Nota 2), do período findo em 30 de setembro de 2012 e 2013, e considerando a estrutura do Grupo Optimus à data da fusão desde 1 de janeiro de 2012.*

**(i) Ajustamentos pro forma**

*As contas pro forma aqui apresentadas foram preparadas com base (i) nas contas estatutárias da Zon Optimus (as quais foram reexpressas para refletir as alterações de políticas efetuadas), e que incorporam 1 mês da Optimus em 2013; (ii) nos ajustamentos pro forma, correspondentes, principalmente, a 9 meses de resultados da Optimus em 2012 e 8 meses de resultados da Optimus em 2013, os quais têm um carácter transitório; e anulação dos saldos e transações entre ZON e Optimus.*

**(ii) Consolidação pro forma**

**a) Inclusão dos resultados das operações da ZON e OPTIMUS**

*Na demonstração dos resultados consolidada pro forma a 30 de setembro de 2012 e 2013 foram incorporados os resultados gerados pelas atividades da ZON e da OPTIMUS para os 9 meses dos respetivos períodos.*

**b) Anulação dos saldos e transações entre a ZON e a OPTIMUS**

*Na demonstração dos resultados consolidada pro forma a 30 de setembro de 2012 e 2013 e demonstração da posição financeira consolidada pro forma a 30 de setembro de 2013 foram anulados os saldos e as transações efetuados entre a ZON e OPTIMUS para os 9 meses dos respetivos períodos.*

**2. Notas explicativas às contas estatutárias**

**(i) Bases de apresentação**

*As principais alterações de políticas contabilísticas, nomeadamente resultantes da uniformização de critérios entre as empresas, detalham-se como segue:*

- a) *antecipação da aplicação da IFRS 11 – Acordos conjuntos (emitida pelo IASB e aprovada pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, mas com aplicação antecipada permitida). O Grupo antecipando a aplicação obrigatória desta norma passou a registar as empresas controladas conjuntamente de acordo com o método de equivalência patrimonial (“MEP”), resultando num desreconhecimento de todos os ativos e passivos consolidados proporcionalmente e registo do investimento numa única linha de balanço (“Investimentos em empresas participadas”).*
- b) *o Grupo ZON, alinhado com as melhores práticas de mercado e, nomeadamente, tendo em conta a necessária uniformização de políticas com as empresas do Grupo Optimus, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. Com efeitos a 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, foram capitalizados na rubrica “Ativos intangíveis” e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido, o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração do rendimento integral consolidado. Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada.*
- c) *o Grupo ZON alterou a política de reconhecimento dos direitos futuros de utilização de filmes e séries, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. Os valores são capitalizados na rubrica de “Ativos intangíveis” uma vez que é possível mensurar, de forma fidedigna, os valores associados a cada contrato, bem como a identificação de qual a receita gerada, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Adicionalmente, foi ajustado o modelo de amortização e imparidade dos referidos direitos, refletindo de forma mais fidedigna o negócio e o modelo de utilização dos referidos direitos.*

*As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro de 2012, com exceção do referido acima.*

### **(iii) Consolidação**

- a) Inclusão dos resultados das operações da ZON e Optimus

*Na demonstração dos resultados consolidada pro forma a 30 de setembro de 2012 e 2013 foram incorporados os resultados gerados pelas atividades da ZON e da Optimus para os 9 meses dos respectivos períodos.*

*b) Anulação dos saldos e transações entre a ZON e a Optimus*

*Na demonstração dos resultados consolidada pro forma a 30 de setembro de 2012 e 2013 e demonstração da posição financeira consolidada pro forma a 30 de setembro de 2013 foram anulados os saldos e as transações efetuados entre a ZON e Optimus para os 9 meses dos respectivos períodos.*

**(iv) Principais impactos da fusão**

*a) Aumento de capital*

*Concretizada a operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na ZON Multimédia, o capital social da ZON Multimédia aumentou em sequência da emissão de 206.064.552 ações nominativas para entrega aos anteriores acionistas da Optimus SGPS, correspondendo a um aumento do capital social no valor de 2.060.646 euros.*

*Adicionalmente foi registado um prémio por emissão de ações no montante de 854.343.632 euros correspondendo ao diferencial entre o justo valor da participação da Optimus SGPS e o valor nominal das ações emitidas. O justo valor da Optimus foi apurado tendo em conta o nº de ações emitidas e a cotação bolsista no dia 27 de agosto de 2013, data em que se concretizou a operação de fusão.*

*b) Apuramento do goodwill e justo valor dos ativos e passivos incorporados da Optimus*

*No seguimento da fusão, a ZON Optimus efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, a Empresa não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada. O detalhe dos ativos líquidos do Grupo Optimus e do Goodwill apurado no âmbito desta transação é como segue:*

	Valor contabilístico	Ajustamentos para o justo valor	Justo valor
<b>Ativos adquiridos</b>			
Ativos intangíveis	353.331	45.244	398.575
Ativos tangíveis	569.441	(37.110)	532.331
Ativos por impostos diferidos	100.976	13.227	114.203
Inventários	19.125	(1.384)	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	224.165
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	17.987
<b>Total do ativo</b>	<b>1.285.025</b>	<b>19.976</b>	<b>1.305.001</b>
<b>Passivos adquiridos</b>			
Provisões	(35.224)	(33.215)	(68.439)
Empréstimos obtidos	(452.362)	-	(452.362)
Planos de ações	(6.469)	(2.077)	(8.546)
Contas a pagar e outros passivos	(288.510)	(17.252)	(305.762)
<b>Total do passivo</b>	<b>(782.565)</b>	<b>(52.544)</b>	<b>(835.109)</b>
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>502.460</b>	<b>(32.567)</b>	<b>469.892</b>
<b>Goodwill</b>			<b>386.512</b>
<b>Preço de aquisição (Nota iii.a))</b>			<b>856.404</b>

*O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (34,6 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de 4,1 milhões de euros; (iii) ajustamento de 27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito da operação de fusão, nomeadamente, o acordo para a existência de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (iv) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de 33,2 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3; e (v) obrigações contratuais no montante de 17,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.*

*Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o, respetivo, valor contabilístico.*

*Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.*

*Os impactos nos resultados da ZON Optimus associados aos justos valores dos ativos e passivos adquiridos apenas foram considerados a partir da data da fusão e não com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2012.”*

## **10.2. Parecer sobre a informação consolidada pro forma da ZON OPTIMUS**

Transcreve-se nas páginas seguintes o conteúdo do Parecer emitido por Nasser Sattar, R.O.C., em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados nos termos do previsto nos Anexos I e II do Regulamento (CE) n.º 809/2004, de 29 de Abril:



## ***Parecer sobre informação financeira consolidada pro forma***

### ***Introdução***

1 Procedemos à análise das demonstrações financeiras consolidadas pro forma do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 da ZON Optimus, SGPS, S.A. (“ZON Optimus”), as quais compreendem a demonstração da posição financeira pro forma consolidada (que evidencia um total de 2.906 milhões de euros e um total de capital próprio de 1.073 milhões de euros, incluindo um resultado líquido de 77 milhões de euros) e a Demonstração do rendimento integral consolidado pro forma e as notas explicativas aos ajustamentos pro forma. Esta informação financeira consolidada pro forma destina-se a simular a posição financeira consolidada da ZON Optimus em 30 de setembro de 2013 e os resultados consolidados das suas operações nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012, tomando em conta os pressupostos indicados no parágrafo 2 abaixo.

### ***Bases de preparação e responsabilidades***

2 As demonstrações financeiras consolidadas pro forma foram preparadas como se a fusão tivesse ocorrido a 1 de janeiro de 2012, com base nas demonstrações financeiras consolidadas estatutárias da ZON Optimus do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia. Os principais ajustamentos considerados foram os resultantes: (i) da inclusão dos resultados das operações da Optimus do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012; (ii) da inclusão dos resultados das operações da Optimus do período de oito meses findo em 31 de agosto de 2013; e (iii) da anulação dos saldos e transações entre a ZON Multimédia e a Optimus.

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras consolidadas pro forma bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e a quantificação dos ajustamentos mencionados no parágrafo 2 acima.

4 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com a descrição dos procedimentos específicos efetuados e a respetiva descrição factual dos seus resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*

*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*

*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*

*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

## ***Âmbito***

5 O nosso trabalho foi desenvolvido de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a trabalhos de procedimentos acordados, o qual consistiu na realização dos seguintes procedimentos:

- a) Verificação de que a informação financeira consolidada pro forma teve como base as demonstrações financeiras consolidadas estatutárias da ZON Optimus do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) Verificação de que na preparação dos ajustamentos mencionados no parágrafo 2 acima foram aplicados princípios e critérios consistentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estatutárias da ZON Optimus em 30 de setembro de 2013, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- c) Verificação da adequação dos ajustamentos mencionados no parágrafo 2 acima na referida informação financeira consolidada pro forma.

## ***Parecer***

6 Tendo por base os procedimentos referidos anteriormente, relatamos as nossas conclusões adiante:

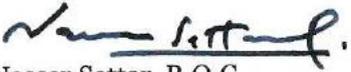
- a) Relativamente à alínea a) do parágrafo 5 acima, verificámos que a informação financeira consolidada pro forma teve como base as demonstrações financeiras consolidadas estatutárias da ZON Optimus em 30 de setembro de 2013, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) Relativamente à alínea b) do parágrafo 5 acima, verificámos que na preparação dos ajustamentos mencionados no parágrafo 2 acima foram aplicados princípios e critérios consistentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estatutárias da ZON Optimus em 30 de setembro de 2013 preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- c) Relativamente à alínea c) do parágrafo 5 acima, verificámos que os ajustamentos mencionados no parágrafo 2 acima foram corretamente incluídos na referida informação financeira consolidada pro forma.

7 Tal como referido na nota de introdução das demonstrações financeiras consolidadas pro forma, por se referir a uma situação simulada, não representa a posição financeira consolidada nem os resultados consolidados das operações que poderiam resultar em situações reais caso a fusão entre a ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia – SGPS, S.A. e a Optimus – SGPS, S.A. tivesse ocorrido a 1 de janeiro de 2012, nem inclui toda a informação e divulgações necessárias para uma apresentação verdadeira e apropriada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

8 Chamamos a atenção para o facto da informação financeira consolidada pro forma ter sido preparada com base nas demonstrações financeiras consolidadas não auditadas da ZON Multimédia e da Optimus em 30 de setembro de 2012 e das demonstrações financeiras consolidadas não auditadas da Optimus do período de oito meses findo em 31 de agosto de 2013.

19 de dezembro de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Nasser Sattar, R.O.C

## Capítulo 11 – Órgãos de administração e fiscalização do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta

### 11.1. Nomes, endereços profissionais, funções e outras atividades desenvolvidas

O Conselho de Administração da ZON OPTIMUS é composto por um número máximo de 23 membros, eleitos pelos Acionistas em Assembleia Geral por maioria dos votos expressos.

Os membros do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS, em exercício de funções, foram eleitos na Assembleia Geral de 1 de outubro de 2013, para o triénio 2013/2015. O mandato dos Administradores é de três anos, contando-se como ano civil completo o ano da designação.

O Conselho de Administração delegou a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, composta por um número mínimo de três e um número máximo de sete administradores escolhidos pelo Conselho de Administração.

As funções atuais, anteriores e a formação de cada um dos membros do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS são as seguintes<sup>46</sup>:

#### a. Jorge Brito Pereira: Presidente do Conselho de Administração

Habilitações Literárias:

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;
- Mestrado em Direito, vertente de Ciências Jurídicas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Leading Professional Services Firms – Harvard Business School (2013).

Experiência Profissional:

- Sócio de PLMJ e Docente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Vogal do Conselho de Administração de PLMJ – Sociedade de Advogados, RL Vogal do Conselho de Administração de De Grisogono S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da CIMIPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (2006/2007);
- Vogal do Conselho de Administração da PARAREDE, SGPS, S.A. (2002-2005);
- Vogal da Comissão de Remunerações da Glintt, S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da Sport TV, S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da SAPEC, SGPS, S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da Oxy Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da ONETIER Partners SGPS, S.A.;

---

<sup>46</sup> Fonte: [www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt)

- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da CIMINVEST – Sociedade de Investimentos e participações S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da SANTORO FINANCE – Prestação de Serviços, S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral da SANTORO FINANCIAL HOLDINGS, SGPS, S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da FIDEQUITY – SERVIÇOS DE GESTÃO S.A.;
- Secretário da Mesa da Assembleia-geral do Banco BIC Português, S.A..

#### **b. Miguel Nuno Santos Almeida: Presidente da Comissão Executiva**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e MBA pelo INSEAD.

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração e administrador executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.;
- CEO da Optimus - Comunicações, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração da Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações; Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações e Per-Mar, Sociedade de Construções;
- Membro do Conselho de Administração da PCJ – Público, Comunicação e jornalismo; do Público – Comunicação Social; da Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, Optimus, SGPS; da Sontária – Empreendimentos Imobiliários e WeDo Consulting – Sistemas de Informação;
- Foi também administrador executivo da Optimus com os pelouros de Marketing e Vendas; administrador não-executivo da WeDo e diretor de Marketing da Modelo Continente, SGPS.

#### **c. Luís Miguel Gonçalves Lopes<sup>47</sup>: Vice-Presidente da Comissão Executiva**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Engenharia Física Tecnológica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e Curso em Gestão Industrial na Universidade de Trondheim na Noruega.

Experiência Profissional:

- Administrador executivo da ZON Multimédia, SGPS;
- Administrador e vice-presidente da ZON TVCabo com as funções de COO;

---

<sup>47</sup> Apresentou renúncia ao cargo, de acordo com comunicado divulgado ao mercado pela ZON OPTIMUS em 31.12.2013, sendo que a respetiva renúncia produzirá os seus efeitos a 31.01.14.

- Administrador não executivo da ZON TVCabo Açores, ZON TVCabo Madeira e ZON Conteúdos;
- Administrador executivo na PT Comunicações e PT.com e administrador não executivo das Páginas Amarelas;
- Associate principal na McKinsey & Company (Lisboa e Varsóvia) e co-líder da prática de Banca de Retalho na Europa;
- Senior analyst da Procter & Gamble (Lisboa e Londres), investigador no INETI (Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação) e assistente no departamento de Física no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

#### **d. Ana Paula Garrido de Pina Marques: Vogal Executivo**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e MBA pelo INSEAD.

Experiência Profissional:

- Administradora executiva da Optimus – Comunicações com os pelouros de Residencial, Serviço ao Cliente e Operações;
- Presidente da APRITEL (Associação dos Operadores de Comunicações Eletrónicas);
- Foi anteriormente diretora de Marketing e Vendas da Unidade de Negócio Particulares Móvel. Durante o seu percurso na operadora assumiu as funções de diretora de Marca e Comunicação, bem como de diretora da Unidade de Negócio de Dados;
- Iniciou a sua carreira na área de Marketing da Procter & Gamble.

#### **e. André Nuno Malheiro dos Santos Almeida: Vogal Executivo**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial pelo Instituto Superior Técnico e MBA pelo INSEAD, Henry Ford II Award.

Experiência Profissional:

- Administrador executivo ZON TVCabo, ZON Lusomundo Audiovisuais, ZAP Angola e ZAP Moçambique, responsável por Business Development, Negócios Internacionais, Planeamento e Controlo e Corporate Finance da ZON Multimédia;
- Administrador executivo ZON TVCabo das áreas de Produto e Marketing; diretor de Gestão e Coordenação de Produto da ZON TVCabo;
- Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Negócio Fixo da PT;
- Diretor de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da PT e chefe de projeto da PT SGPS; associado da The Boston Consulting Group.

#### **f. José Pedro Faria Pereira da Costa: Vogal Executivo**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e MBA pelo INSEAD.

Experiência Profissional:

- Administrador executivo – CFO da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS;
- Administrador do Grupo Portugal Telecom com o pelouro financeiro das empresas PT Comunicações, PT.COM e PT Prime;
- Vice-presidente executivo da Telesp Celular Participações;
- Membro da Comissão Executiva do Banco Santander de Negócios Portugal, como responsável pela área de Corporate Finance;
- Iniciou a sua atividade profissional na McKinsey & Company em Portugal e Espanha.

#### **g. Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes: Vogal Executivo**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa e MBA pelo INSEAD.

Experiência Profissional:

- Administrador Executivo da Optimus – Comunicações, SA com os pelouros de Empresas e Operadores;
- Dirigiu na Optimus as áreas de Fixo Residencial, Marketing Central e Serviços de Dados, Vendas Particulares, PME's e Business Development;
- Iniciou a sua carreira na McKinsey & Co.

#### **h. Miguel Filipe Veiga Martins: Vogal Executivo**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações pelo Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa).

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração e CEO da Unitel;
- Administrador executivo da Vodafone Internet Service Group no Reino Unido;
- Administrador executivo com pelouro da área Tecnológica da Vodafone Portugal e diretor técnico da Cisco Systems.

**i. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e MBA pela Escola de Gestão do Porto-UPBS.

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração das sociedades: Sonaecom, SGPS, S.A. (CEO);
- Sonae, SGPS, S.A. (Vice-Presidente executivo);
- Sonae Investimentos, SGPS, S.A. (Vice-Presidente);
- Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A. (Vice-Presidente);
- Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A. (Vice-Presidente);
- Sonae – Retail Properties, S.A. (Presidente);
- Sonae Sierra, SGPS, S.A.; Optimus – Comunicações, S.A. (Presidente);
- Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (Presidente);
- PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. (Presidente);
- Público – Comunicação Social, S.A. (Presidente);
- Sonaegest, S.A. (Presidente);
- Sonae RE, S.A. (Presidente);
- MDS, SGPS, S.A.;
- Sonae Center Serviços II, S.A.;
- Sonae Investments, B.V.;
- Sontel B.V.;
- WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A. (Presidente);
- Zopt, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho Diretivo da Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial

**j. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito e Mestrado em Direito Económico pela Universidade de Coimbra.

Experiência Profissional:

- Partner e Membro do Conselho de Administração da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados;
- Membro do Conselho de Administração das sociedades: Sonaecom, SGPS, S.A. (Executivo);
- Optimus – Comunicações S.A.;
- Sonaecom Sistemas de Informação, S.A.;
- PCJ – Publico, Comunicação e Jornalismo, S.A.;
- Público Comunicação, S.A.;

- BPI, SGPS S.A.;
- Riopete, S.A.
- Mota-Engil, SGPS, S.A.

#### **k. António Domingues: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Experiência Profissional:

- Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco BPI;
- Vice-Presidente dos Conselhos de Administração do Banco Português de Investimentos, do Banco Fomento Angola e do BCI Moçambique;
- Membro da Administração da UNICRE e da SIBS;
- Direção da BPI-SGPS;
- Membro do Conselho de Administração do Banco BPI;
- Membro do Conselho de Administração e Comissão Executiva da BPI-SGPS;
- Vogal do Conselho de Administração da PT Multimédia e ZON Multimédia;
- Diretor Central da Direção Financeira do Banco Português de Investimento e membro da Comissão Executiva do Banco Português de Investimento com a responsabilidade das Direções Financeira e Internacional;
- Técnico economista no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia;
- Diretor do Departamento de Estrangeiro do Instituto Emissor de Macau;
- Técnico Assessor do Departamento de Estrangeiro do Banco de Portugal;
- Diretor-Geral Adjunto da Sucursal em França do Banco Português do Atlântico.

#### **l. Catarina Eufémia Amorim da Luz Tavira: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pelo Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresas.

Experiência Profissional:

- Membro não executivo do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS;
- Membro executivo da equipa de gestão que criou, lançou e gere a ZAP, empresa Distribuidora de canais de Tv por satélite em Angola e Moçambique;
- Liderou uma equipa de 15 pessoas na área de Produtos e Serviços da empresa Unitel, operadora de telecomunicações líder em Angola;
- Criou a área de novos serviços ao cliente da UNITEL, operadora de telecomunicações líder em Angola;

- Iniciou a sua carreira nos Estados Unidos como Gestora Assistente nas empresas Sentis e Coral, parceiros da empresa Shell Oil USA.

#### **m. Fernando Fortuny Martorell: Vogal**

Habilitações Literárias:

Fernando Martorell detém licenciatura em Economia e Finanças pelo Instituto Superior de Economia (1969).

Experiência Profissional:

- A sua carreira profissional teve início na Companhia de Seguros Bonança, como responsável pela área de Seguros de Vida;
- Em 1975, depois da nacionalização da Bonança, ingressou na Santomar, importador português da Honda (Japão), como Director Financeiro, Director Geral e CEO;
- Em 1989 teve um papel activo nas negociações que deram origem à *joint venture* com a Honda Automóveis (Honda Motor de Portugal), tornando-se CEO da empresa;
- Depois de 1992, Fernando Martorell lançou a Santogal. Foi também Presidente da ACAP, Associação Portuguesa Automóvel, de 2001 a 2007;
- Ingressou na Espírito Santo Resources, como CEO em 2005. Foi nomeado Vice – Presidente da Rioforte em janeiro de 2010.

#### **n. Isabel dos Santos: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica pela Universidade de Londres (King's College).

Experiência Profissional:

- Administradora do Banco de Fomento de Angola, S.A. e da Unitel, S.A.
- Detém 25% do capital social do Banco BIC e do Banco BIC Português, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Nova Cimangola S.A., sociedade que controla através da Ciminvest S.A.
- Detém 25% do capital social da Unitel, S.A.
- Detém uma posição qualificada no capital social da ZON OPTIMUS
- Presidente da Cruz Vermelha de Angola

#### **o. Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira: Vogal**

Experiência Profissional:

- Administrador não executivo da ZON Multimédia;
- Fundador da Olivedesportos;
- Presidente do Conselho de Administração nas diversas sociedades do Grupo empresarial Controlinveste;

- Fundador da Sport TV;
- Presidente dos Conselhos de Administração da Sportinveste Multimédia SGPS e Sportinveste Multimédia;
- Presidente do Conselho de Administração de diversas sociedades do Grupo Lusomundo Media.

**p. Lorena Solange Fernandes da Silva Fernandes: Vogal**

Habilitações Literárias:

- Senior Executive Programme, London Business School;
- Pós-Graduação em Direito do Trabalho e da Segurança Social na Faculdade de Direito de Lisboa;
- MBA – Gestão Financeira e Comercial pela Brazilian Business School – Escola Internacional de Negócios;
- Licenciatura em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia e Gestão na Universidade Lusíadas de Angola.

Experiência Profissional:

- Diretora de Lojas;
- Chefe dos Departamentos de Lojas e Agentes e Gestora Sénior de Agentes na Unitel, S.A..

**q. Maria Cláudia Teixeira de Azevedo: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa e MBA pelo INSEAD.

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração das sociedades:
  - Sonae Capital, SGPS, S.A. (CEO);
  - Sonae Turismo, SGPS, S.A. (CEO);
  - Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (CEO);
  - Sonaecom, SGPS, S.A. (Membro Executivo);
  - Cape Technologies Limited (Presidente do CA);
  - Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. (Presidente do CA);
  - Efanor Investimentos SGPS, S.A.;
  - Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. (Presidente do CA);
  - FC Assert, SGPS, S.A. ;
  - Fundação Belmiro de Azevedo;
  - Imparfin, SGPS, S.A. (Presidente do CA);
  - Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.;

- Linhacom, SGPS, S.A. (Presidente do CA);
- Lugares Virtuais, S.A. (Presidente do CA);
- Mainroad – Serviços de Tecnologias de Informação, S.A. (Presidente do CA);
- Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. (Presidente do CA);
- Optimus – Comunicações, S.A.;
- PCJ – Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.;
- Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.A.;
- Praesidium Services Limited (Presidente do CA);
- Público - Comunicação Social, S.A.;
- Saphety Level – Trusted Services, S.A. (Presidente do CA);
- Saphety Level Transacciones Electronicas, S.A.S.;
- Selfrio, S.A.;
- Sistavac, S.A.;
- SMP, S.A.;
- SKK, S.A.;
- Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.;
- Sonaecom – Sistemas de Información Espana, S.L.;
- Sontaria – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;
- Spread, SGPS, S.A.;
- WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.;
- Zopt, SGPS, S.A.;
- WeDo Poland Sp. Z.o.o. ;
- WeDo Technologies Americas Inc.;
- WeDo Technologies Australia PTY Limited (Presidente do CA);
- WeDo Technologies Egypt;
- WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.;
- WeDo Technologies Panama, S.A.;
- WeDo Technologies (UK) Limited (Presidente do CA).

**r. Mário Filipe Moreira Leite da Silva: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Experiência Profissional:

- Presidente do Conselho de Administração das sociedades:
  - Grisogono, S.A.;
  - Santoro Finance – Prestação de Serviços, S.A.;
  - Santoro Financial Holding SGPS, S.A.;
  - Fidequity – Serviços de Gestão, S.A..
- Vogal do Conselho de Administração das empresas:

- ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A.;
- SOCIP – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.;
- Finstar – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.;
- Esperaza Holding B.V.;
- BFA – Banco de Fomento de Angola, S.A.;
- Nova Cimangola, S.A.;
- Banco BPI, S.A.;
- Kento Holding Limited;
- Victoria Holding Limited.
  
- Professor da Porto Business School na área de Planeamento e Controlo de Gestão;
- Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Américo Amorim;
- Diretor Financeiro e de Organização do Grupo Imediata (sub-holding da Amorim Desenvolvimento SGPS, S.A. / Grupo Amorim) e responsável pela coordenação das áreas administrativa, jurídica, fiscal e de recursos humanos deste Grupo;
- Controller/Diretor Financeiro da Grundig Auto Rádios Portugal;
- Team Manager do Departamento de Auditoria da PricewaterhouseCoopers;
- Analista de risco de crédito no BNC – Banco Nacional de Crédito (atual Banco Popular Espanhol).

#### **s. Rodrigo Jorge de Araújo Costa: Vogal**

##### Experiência Profissional:

- Presidente Executivo do Grupo ZON Multimédia;
  
- Presidente do Conselho de Administração das empresas:
  - ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.;
  - ZON – TV Cabo Portugal, S.A.;
  - ZON TV Cabo Açoreana, S.A.;
  - ZON TV Cabo Madeirense, S.A.;
  - ZON Conteúdos, Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A.;
  - ZON Audiovisuais, SGPS, S.A.;
  - ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.;
  - ZON Cinemas, SGPS, S.A.;
  - ZON Lusomundo Cinemas, S.A.;
  - mSTAR, S.A.;
  - ZON Lusomundo TV, S.A.
  
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Finstar – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.;
- Vice-Presidente Executivo do Grupo PT;
- Presidente Executivo do Negócio Fixo, com liderança transversal do Grupo nas áreas de Recursos Humanos, Inovação e Tecnologias da Informação;
- Vice-Presidente da Câmara de Comércio Luso-Americana;

- Membro do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico a convite do Governo Português;
- Responsável pelo lançamento da Microsoft em Portugal;
- Diretor-Geral da Microsoft Brasil e Vice-Presidente Corporativo da área OEM da Microsoft, sediada em Seattle;
- Programador e Analista de Sistemas.

Nos termos dos estatutos da ZON OPTIMUS, a fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal, constituído por três membros efetivos e um membro suplente, e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram eleitos em Assembleia Geral de 1 de outubro de 2013, para o triénio 2013/2015:

#### **O Conselho Fiscal da ZON OPTIMUS**

Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto	Presidente
Eugénio Ferreira	Vogal
Nuno Sousa Pereira	Vogal
Luís Filipe da Silva Ferreira	Suplente

As funções atuais, anteriores e a formação de cada um dos membros do Conselho Fiscal da ZON OPTIMUS são as seguintes<sup>48</sup>:

##### **a. Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto: Presidente**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito, Mestre e Doutor em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Experiência Profissional:

- Membro da Comissão de Auditoria e administrador não executivo da ZON Multimédia desde início de 2008 até 2013.
- Presidente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa, eleito pela Assembleia da República, desde março de 2013.
- Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, da Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung, do European Research Group on Existing EC Private Law (Acquis Group) e do Expert Group nomeado pela Comissão Europeia para rever o Projecto de Quadro Comum de Referência sobre Direito dos Contratos (Draft Common Frame of Reference on Contract Law). Foi membro da Comissão para a Reforma do Direito do Consumo e para o Código do Consumidor.

---

<sup>48</sup> Fonte: [www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt)

- Consultor jurídico do BPI – Banco Português de Investimento, de 1991 a 1998.
- Desde abril de 2007, jurisconsulto e de juiz-árbitro. Nesta última qualidade, tem sido presidente ou membro de tribunais arbitrais *ad hoc*, instalados junto dos Centros de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto e da Associação Comercial de Lisboa ou no âmbito da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.
- Juiz do Tribunal Constitucional, eleito pela Assembleia da República, desde 11 de abril 1998 a 4 de abril de 2007, tendo nessa qualidade sido relator de mais de 550 acórdãos e de mais de 350 decisões sumárias sobre temas variados (quase todas disponíveis em texto integral em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)).
- Membro correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, eleito em 2012.
- Membro de vários júris de Mestrado e Doutoramento, sobretudo no âmbito do direito privado, algumas vezes como arguente. Autor de obras científicas (artigos e livros) sobretudo no campo do direito civil e dos direitos fundamentais, e de anteprojectos de diplomas legais (por exemplo sobre o regime da venda de bens de consumo ou a publicidade domiciliária). Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

#### **b. Eugénio Ferreira: Vogal**

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia – UP.

Experiência Profissional:

- Em 1977 ingressou no escritório do Porto da Price Waterhouse (PW), atualmente, PricewaterhouseCoopers (PwC), tendo sido admitido como Partner em 1991. Na PW/PwC integrou o departamento de Auditoria, tendo participado em inúmeras auditorias a empresas e outras entidades, principalmente nas áreas industrial e de serviços. Na maioria dos casos, a extensão das responsabilidades como auditor incluíram o desempenho das funções de membro de Conselho Fiscal ou de Fiscal Único. Em conformidade com as regras sobre reforma dos Partners, cessou a ligação à PwC em 2009, passando a actuar profissionalmente como consultor, em regime livre.
- Paralelamente, em diferentes momentos desempenhou variadas funções internas, nomeadamente
  - a chefia do escritório do Porto, (1989-1998);
  - responsabilidade territorial pela função técnica de auditoria e de gestão de riscos ("Technical Partner" e "Risk Management Partner");
  - responsabilidade pela função administrativa, financeira e informática interna ("Finance & Operations Partner");
  - responsabilidade pelo Departamento de Auditoria;
  - membro da Comissão Executiva ("Territory Leadership Team").
- Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (membro do Conselho Superior em 2009 -2011), da Ordem dos Economistas, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Sócio do Instituto Português de Corporate Governance

### **c. Nuno Sousa Pereira: Vogal**

Habilitações Literárias:

Ph.D. in Applied Microeconomics pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia  
Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto  
Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional:

- Presidente da Direção da Porto Business School;
- Professor Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação BIAL;
- Membro do Comité Deans Across Frontiers da European Foundation for Management Development (EFMD).
- Director-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública;
- Representante de Portugal no Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento, em 2008 e 2009, onde pertenceu ao Sub-Comité de Remunerações e Pensões;
- Presidiu à representação de Portugal nos Comités de Política Económica da OCDE e da Comissão Europeia de 2007 a 2009;
- Representou Portugal no Banco Mundial, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, no Banco Africano de Desenvolvimento e no Banco Asiático de Desenvolvimento;
- Presidiu à Comissão de Acompanhamento do Acordo Cambial entre Portugal e Cabo Verde, negociou o acordo cambial entre Portugal e São Tomé e Príncipe e a adesão de Portugal à Corporação Andina de Fomento;
- Foi Presidente do Conselho Fiscal e Vice-Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Economia da Saúde.

### **d. Luís Filipe da Silva Ferreira: Suplente**

Habilitações Literárias:

Understand Clients Strategic Agenda – INSEAD / France  
PADE - Programa de Alta Direção de Empresas - pela AESE / Universidad de Navarra  
Curso especializado para Consultor Financeiro Autónomo (equivalente a pós-graduação em finanças)  
ISCAL – Gestão e Contabilidade (inc.)

Experiência Profissional:

- Consultor independente desde julho 2012;
- Membro da Comissão de Acompanhamento da Concessão do Sistema Regional do Carvoeiro – Aguas do Vouga – desde julho 2012;

- Assessor da BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Beira Interior – Oliveira do Hospital - Gestão de Risco (CRO) e gestão e controlo financeiro de projetos – desde julho de 2012;
- Assessor da Administração da Pinto & Bentes, SA - Gestão de risco estratégico – desde maio de 2013;
- Consultor da PwC Moçambique – montagem e apresentação de Oil&Gas Academy – novembro de 2012;
- Consultor PwC Portugal – finalização de projeto de reestruturação de sector eléctrico e águas de Cabo Verde.

### **O Revisor Oficial de Contas da ZON OPTIMUS**

PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., (ROC n.º 183) representada por (i) Hermínio António Paulos Afonso (ROC n.º 712) ou Jorge Manuel Santos Costa (ROC n.º 847), como Revisor Oficial de Contas Efetivo<sup>49</sup> e José Manuel Henriques Bernardo (ROC n.º 903), como Revisor Oficial de Contas Suplente.

As funções atuais, anteriores e a formação de cada um destes Revisores Oficiais de Contas são as seguintes:

#### **a. Hermínio António Paulos Afonso: Efetivo**

Habilitações Literárias:

Bacharelato em Contabilidade e Administração

Licenciatura em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Técnico Oficial de Contas desde 1984

Revisor Oficial de Contas desde 1990

Experiência Profissional:

- Partner na PwC desde 1984, tendo, durante alguns anos, sido responsável pela atividade de Global Risk Management Solutions do escritório do Porto
- Atualmente responsável pela atividade de auditoria no escritório do Porto, pelo escritório de Cabo Verde e pelas Normas Internacionais de Contabilidade do escritório do Porto
- Membro do Supervisory Board e do Comité Técnico da PwC Portugal
- Desempenho de funções de Partner em projetos nacionais e internacionais, tanto em empresas privadas como públicas e em Instituições sem fins lucrativos

---

<sup>49</sup> Abdul Nasser Abdul Sattar ou Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão, enquanto Revisores Oficiais de Contas Efetivo em representação da PriceWaterhouseCoopers & Associados foram substituídos nas respetivas funções por Hermínio António Paulos Afonso e Jorge Manuel Santos Costa, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013.

- Admissão na firma antecessora Coopers & Lybrand, setembro de 1984;
- Monitor do curso de pós-graduação em Auditoria em parceria da PwC com o ISAG;
- Monitor em diversas ações de formação sobre Normas Internacionais de Contabilidade e SNC;
- Participação em diversos projetos de conversão de Normas Internacionais de Contabilidade e SNC;
- Membro do Conselho Fiscal de diversas empresas nacionais e internacionais, fundamentalmente na qualidade de Revisor Oficial de Contas.

#### **b. Jorge Manuel Santos Costa: Efetivo**

Habilitações Literárias:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa

Revisor Oficial de Contas desde 1993

Experiência Profissional:

- Regulatory Partner da PwC Portugal desde 2012
- CIPS Leader desde 2012
- Territory Assurance Leader da PwC Portugal desde 1 de julho de 2007
- Coordenação de trabalhos de Auditoria e Revisão de Contas nas indústrias de retalho e produtos de consumo, transportes e logística e farmacêutico e responsável por alguns dos principais clientes da PwC Portugal
- Entre outubro de 1996 e 2000 liderou o Departamento de Financial Advisory Services da Coopers & Lybrand;
- 1982, início de funções como técnico de auditoria na Coopers & Lybrand, tendo assumido o cargo de sócio a 1 de janeiro de 1996.

#### **c. José Manuel Henriques Bernardo: Suplente**

Habilitações Literárias:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão

Curso de Formação de Executivos – Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

Revisor Oficial de Contas

Técnico Oficial de Contas

Membro da Comissão Técnica das Instituições Financeiras da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Frequência de diversos cursos ministrados pela PwC e outras entidades nos domínios de gestão financeira, contabilidade, controlo interno, fiscalidade, informática e auditoria, em Portugal e no estrangeiro

Orador em diversas conferências sobre assuntos relacionados com a regulação de instituições financeiras

Experiência Profissional:

- Ingresso na firma em Setembro de 1989, Partner desde julho de 2003
- Partner dos serviços de Assurance (Auditoria) no grupo de Financial Services
- Membro do “Territory Leadership Team”
- Líder dos serviços de Assurance no setor de Serviços Financeiros em Portugal com extensa experiência em auditoria a grupos financeiros nacionais e internacionais
- Responsável direto pela área de Regulatory & Compliance dos Serviços Financeiros
- Partner responsável pelas áreas Financeira, Tecnológica e Operações da Firma Portuguesa
- Coordenador de vários projetos, incluindo o programa de inspeções especiais, realizado em 2011, programa de inspeções para avaliar os riscos relativos aos setores de construção imobiliária, realizado em 2012, programas de Exercício transversal de revisão da imparidade da carteira de crédito e Exercício transversal de revisão da imparidade da carteira de crédito concedidos a certos grupos económicos, ambos realizados em 2013, sobre os 8 principais grupos bancários portugueses, pelas autoridades portuguesas e autoridades institucionais (BCE, FMI e CE)
- Coordenador de diversos trabalhos de auditoria e assessoria a bancos centrais, bancos comerciais, empresas financeiras, comerciais, industriais e de serviços quer em Portugal quer em países africanos de expressão portuguesa

Tanto quanto é do conhecimento da ZON OPTIMUS, não existem quaisquer relações de parentesco entre os membros dos órgãos de administração, entre os membros do órgão de fiscalização da ZON OPTIMUS nem entre os membros de tais órgãos sociais.

Não existem quaisquer acordos ou compromissos de nomeação com os principais acionistas, clientes, fornecedores ou outros.

No âmbito dos planos de atribuições de ações aos membros dos órgãos de administração a sociedade estabeleceu a existência de períodos de diferimento no empossamento das mesmas (3 anos para Plano Executivo Sénior e 5 anos para o Plano Standard); adicionalmente existem restrições à alienação nos períodos em que se preveja existência de suspeição objetiva de utilização de informação privilegiada (denominados Período Restrito ou Período Vedado). Estas são as duas situações em que existem restrições à alienação de valores mobiliários (ações) emitidos pelo Emitente.

Tanto quanto é do conhecimento da ZON OPTIMUS, nos últimos cinco anos: (i) não existiram acusações formais e/ou sanções relativas a qualquer dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da ZON OPTIMUS (ou da ZON, no período anterior à fusão e por referência aos últimos cinco anos) por parte de autoridades legais ou reguladoras (incluindo organismos profissionais); (ii) nenhuma dessas pessoas foi impedida por um tribunal de atuar como membro do órgão de administração ou de fiscalização, ou de gerir ou dirigir as atividades de um emitente; (iii) nenhuma dessas pessoas foi alvo de condenações

relacionadas com conduta fraudulenta; e (iv) nenhuma dessas pessoas desempenhou quaisquer funções como quadro superior ou membro do órgão de administração ou fiscalização de qualquer sociedade que tenha estado ou esteja em processo de falência, insolvência ou liquidação.

#### **11.2. Conflitos de interesses**

Tanto quanto é do conhecimento da ZON OPTIMUS, não existem conflitos de interesse atuais ou potenciais entre as obrigações de qualquer uma das pessoas que integram os órgãos de administração e de fiscalização, para com o Emitente (ou para com outra sociedade pertencente ao Grupo ZON OPTIMUS) e os seus interesses privados e/ou outras obrigações.

#### **11.3. Remunerações e outros benefícios**

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da então ZON e da então OPTIMUS, bem como os montantes auferidos por aquelas pessoas no último exercício completo (2012), encontram-se descritos: (i) para a ZON, no Relatório de Governo da ZON referente a 2012, disponível em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), para onde se remete a respetiva consulta nos termos do Capítulo 16 deste Prospeto; e (ii) para a OPTIMUS, no Relatório e Contas Consolidadas de 2012, Notas n.ºs 33, 34 e 35, em anexo a este documento.

A ZON OPTIMUS, enquanto sociedade resultante da fusão entre a ZON e a OPTIMUS existe desde agosto de 2013, não existindo ainda, por isso, informação relativa a montantes auferidos pelos atuais membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

O Relatório de Governo da então ZON acima referenciado identifica também, para os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, o número de ações que lhes foi atribuído no âmbito dos planos de atribuição de ações em vigor àquela data. De igual modo, para os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Optimus, tal informação pode ser consultada no “Anexo a que se refere o artº 447º do CódVM” ao Relatório e Contas Consolidadas da OPTIMUS de 2012, anexo a este documento.

Na sequência do processo de fusão ocorrido entre a ZON e a OPTIMUS, os planos de ações atribuídos aos colaboradores do Grupo OPTIMUS, acima de um determinado nível de função, e sob a forma de ações da Sonaecom, foram convertidos em planos de ações da ZON OPTIMUS, tendo por base o rácio divulgado no projeto de fusão, conforme divulgado pela ZON OPTIMUS no seu Relatório e Contas Consolidadas dos 9M13, inserido por remissão nos termos do Capítulo 16 deste Prospeto e conforme ponto 8.7..

Também para informação detalhada relativamente a esta matéria, se remete a respetiva consulta dos Relatórios de Governo da ZON e da Sonaecom relativos a 2012, nos termos do Capítulo 16 do presente Prospeto.

#### **11.4. Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização**

Os membros dos órgãos de administração, direção e fiscalização são titulares das seguintes quantidades de ações do Emitente, por referência à data atual:

<b>Nome / Entidade</b>	<b># ações</b>
Jorge Manuel de Brito Pereira	0
Miguel Nuno Santos Almeida	0
Luís Miguel Gonçalves Lopes	50.000
Ana Paula Garrido de Pina Marques	0
André Nuno Malheiro dos Santos Almeida	7.700
José Pedro Faria Pereira da Costa	100.000
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes	0
Miguel Filipe Veiga Martins	0
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	0
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	0
António Domingues	0
Catarina Eufémia Amorim da Luz Tavira	0
Fernando Fortuny Martorell	0
Isabel dos Santos	0
Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira	0
Lorena Solange Fernandes da Silva Fernandes	0
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	0
Mário Filipe Moreira Leite da Silva	0
Rodrigo Jorge de Araújo Costa	0
Paulo Cardoso Correia Mota Pinto	0
Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira	0
Nuno Tiago Bandeira de Sousa Pereira	0
Luís Filipe da Silva Ferreira	0
PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.	0
Hemínio António Paulos Afonso	0
Jorge Manuel Santos Costa	0
José Manuel Henriques Bernardo	0

#### **11.5. Contratos de trabalho vinculativos**

Os membros do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS não estão vinculados à mesma por qualquer contrato de trabalho, limitando-se a desempenhar as suas funções no âmbito do mandato para o qual a Assembleia Geral de acionistas os elegeu.

No entanto, particularmente em relação aos 19 Administradores e 3 membros do Conselho Fiscal da ZON OPTIMUS existem:

- a. 2 membros executivos com contratos de trabalho suspensos de uma das empresas do Grupo (OPTIMUS);
- b. 1 membro não executivo com contrato de trabalho também suspenso de uma das empresas do Grupo (OPTIMUS);
- c. 1 membro não executivo que mantém contrato de trabalho com a empresa de origem (Finstar).

Refira-se ainda que há dois membros executivos da ZON OPTIMUS em que a não recondução após a caducidade do mandato implicará, nos termos dos acordos individuais assinados, uma

compensação por contrapartida de ficarem interditos de exercer funções, durante dois anos, em Portugal, em empresas concorrentes

De igual modo, também os membros dos órgãos de fiscalização da ZON OPTIMUS não estão vinculados à mesma por qualquer contrato de trabalho, limitando-se a desempenhar as suas funções no âmbito do mandato para o qual a Assembleia Geral de acionistas do Emitente os elegeu. Não está previsto para estes órgãos a atribuição de qualquer benefício no final do respetivo mandato.

#### **11.6. Montantes constituídos para pensões**

Não existem montantes constituídos em reserva ou acumulados pelo Emitente ou pelas suas participadas para pensões, pensões de reforma ou benefícios similares.

#### **11.7. Informações sobre a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Vencimentos**

A Comissão de Auditoria e Finanças da ZON OPTIMUS é constituída por um máximo de 5 membros designados pelo Conselho de Administração de entre os seus elementos, a quem competirá também designar o Presidente, tendo o respetivo regulamento sido aprovado em reunião do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS de 2 de outubro de 2013, após o qual entrou de imediato em vigor.

O mandato dos membros daquela Comissão coincide com o mandato do Conselho de Administração. Com vista à prossecução das suas competências a Comissão de Auditoria e Finanças articula-se com o Conselho Fiscal nas áreas que são de responsabilidade legal e estatutária deste órgão. Note-se, no entanto, que se trata de uma comissão interna *ad hoc* porquanto a ZON OPTIMUS adota uma estrutura de administração e fiscalização que integra um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal (modalidade prevista no art. 278º, n.º1, alínea a) do CSC).

Esta Comissão tem atualmente a seguinte composição:

António Domingues	Presidente
Ângelo Paupério	Vogal
Mário Leite da Silva	Vogal
Catarina Tavira	Vogal
Rodrigo Costa	Vogal

A Comissão de Vencimentos da ZON OPTIMUS, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir e fixar as remunerações dos titulares dos órgãos sociais da sociedade. Com vista à prossecução dessa tarefa, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante e com o apoio da Comissão de Nomeações e Avaliações, o desempenho dos Administradores, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos.

Esta Comissão tem atualmente como Presidente, Ângelo Paupério e, como vogal, Mário Leite da Silva.

### 11.8. Conformidade do Emitente com o regime do governo das sociedades

O Relatório de Governo Societário de 2012 da então ZON (atual ZON OPTIMUS) encontra-se disponível para consulta em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) para onde se remete a respetiva consulta nos termos descritos no Capítulo 16 deste Prospeto. Nessa data, a ZON adotava as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em janeiro de 2010 estando, por isso, em conformidade com as regras do país.

Em Assembleia Geral de 1 de Outubro de 2013 foi deliberada a alteração da estrutura de administração e fiscalização da sociedade, do modelo que integra um Conselho de Administração (compreendendo uma comissão de auditoria) e revisor oficial de contas, para a estrutura que integra um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal (o que corresponde à modalidade prevista na alínea b) do n.º1 do art. 278º do CSC), alterações que só serão refletidas no Relatório de Governo da ZON OPTIMUS relativo ao exercício de 2013, altura em que a conformidade do atual governo do Emitente com o regime de governo das sociedades será objeto da competente apreciação.

## Capítulo 12 – Política de dividendos do Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta

Os Estatutos da atual ZON OPTIMUS definem que os lucros líquidos anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação: (i) uma percentagem não inferior a cinco por cento será destinada à constituição ou, sendo caso disso, reintegração da reserva legal, até atingir o montante exigível por lei; e (ii) o remanescente será afeto aos fins definidos por maioria simples pela Assembleia Geral. Consagram ainda que, nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, podem ser feitos aos acionistas adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício.

O montante total de dividendos pagos pela OPTIMUS no período 2012/2013 foi o seguinte:

<b>Dividendos pagos pela Optimus (€)</b>	
2012	29.684.926
2013	24.700.000

Fonte: Sonaecom

O montante de dividendos distribuídos pela Sonae Telecom em 2010 foi de €84,3M. Em 2011, a Sonae Telecom não distribuiu dividendos.

Por sua vez, o montante total de dividendos pagos pela ZON entre 2010 e 2013 indica-se no quadro abaixo:

<b>Dividendos pagos pela Zon (€)</b>	
2010	49.455.492
2011	49.455.492
2012	49.455.492
2013	37.091.619

Fonte: Zon Optimus

## **Capítulo 13 – Informação sobre tendências relativas ao Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta**

As tendências operacionais e financeiras registadas nos primeiros nove meses do ano têm-se mantido sendo que o mercado continua a manifestar um nível elevado de concorrência, o que tem vindo a impactar os níveis de preços e a agressividade das campanhas promocionais realizadas. Esta atividade concorrencial tem também suscitado um nível mais elevado de custos relacionados com a angariação e retenção de clientes. No passado, a ZON OPTIMUS tem demonstrado alguma resiliência ao entorno macroeconómico negativo que se tem vivido no país, e tem conseguido compensar alguma pressão sentida nas receitas por uma maior eficiência de custos e de processos, o que tem permitido sustentar as margens operacionais.

Esta capacidade de sustentação da rentabilidade encontra-se fortemente condicionada pelo ambiente concorrencial e pela atuação dos principais operadores no mercado. Por força da fusão da ZON e da OPTIMUS, a empresa encontra-se em pleno processo de integração o que tem vindo a implicar custos de reestruturação e necessidades de investimento adicionais, de carácter não recorrente.

Tanto quanto é do seu conhecimento, a ZON OPTIMUS considera não existirem tendências, incertezas, pedidos, compromissos ou ocorrências sob o seu controlo, suscetíveis de afetar significativamente as suas perspetivas para o exercício em curso.

## **Capítulo 14 - Contratos significativos celebrados pelo Emitente das ações que integram a contrapartida da Oferta**

Para além dos contratos celebrados no decurso normal da sua atividade nem a ZON OPTIMUS nem qualquer membro do Grupo ZON OPTIMUS são parte em quaisquer contratos nos termos dos quais estejam investidos de uma obrigação ou de um direito significativo para a ZON OPTIMUS ou para o Grupo ZON OPTIMUS.

## **Capítulo 15 - Informações de terceiros, declarações de peritos e declarações de eventuais interesses, incluindo interesses de pessoas singulares e/ou coletivas envolvidas na emissão/oferta**

O BPI, enquanto intermediário financeiro responsável pelos serviços de assistência à Oferta, tem um interesse financeiro direto na mesma, a título de remuneração pela prestação desse serviço.

## Capítulo 16 – Documentação acessível ao público e informação inserida por remissão

Nos termos do artigo 28º do Regulamento dos Prospetos, na sua atual redação, os documentos abaixo indicados são inseridos por remissão no presente Prospeto e, nessa medida, constituem parte integrante do mesmo:

- Estatutos da Sonaecom disponíveis em formato eletrónico em [www.sonae.com](http://www.sonae.com);
- Estatutos da ZON OPTIMUS disponíveis em formato eletrónico em [www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt);
- Relatório de Governo Societário da ZON e da Sonaecom referentes a 2012 disponível em formato eletrónico em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e em, respetivamente, [www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt) e [www.sonae.com](http://www.sonae.com);
- As demonstrações financeiras consolidadas da ZON OPTIMUS referentes aos 9M13 disponíveis em formato eletrónico em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e em [www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt), nas suas páginas 29 a 74, referentes às contas estatutárias;
- As demonstrações financeiras consolidadas da ZON referentes ao período compreendido entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, acompanhadas dos respetivos relatórios de auditoria (exercícios de 2010, 2011 e 2012) e de revisão limitada (1º semestre de 2013) disponíveis em formato eletrónico em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e em [www.zonoptimus.pt](http://www.zonoptimus.pt).

Os documentos inseridos por remissão neste Prospeto são dele parte integrante e contêm a informação disponível à data em que são publicados.

O anúncio preliminar de lançamento da Oferta foi divulgado no dia 29 de outubro de 2013 em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.sonae.com](http://www.sonae.com).

O presente Prospeto encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, nos seguintes locais:

- Na sede do Oferente (e Sociedade Visada);
- Em formato eletrónico, em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e em [www.sonae.com](http://www.sonae.com).

Não foi adotada qualquer outra forma de publicidade.

**Anexo I**

**Relatórios e Contas Individuais da Sonae Telecom, SGPS, S.A.**

**relativos**

**aos exercícios de 2010 e 2011**

Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

**Relatório e Contas  
2010**

**SONAE TELECOM, S.G.P.S., S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS  
2010

I. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
1. Actividade.....	4
2. Responsabilidade ambiental.....	4
3. Governo da Sociedade - Estrutura e Modelo de Governação .....	4
4. Proposta de aplicação de resultados.....	5
5. Perspectivas futuras.....	5
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	5
7. Agradecimentos.....	5
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

## I. RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. Actividade

A Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A., com sede social na Maia, tem como principal actividade a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações.

Em 2010, a Empresa recebeu dividendos no montante de 35.228.716 euros da subsidiária Optimus - Comunicações, S.A. e pagou dividendos à Sonaecom SGPS S.A. no montante de 84.363.198 euros.

Os resultados operacionais negativos de 9.481 euros e os resultados financeiros positivos de 35.198.412 euros, justificam o resultado líquido positivo de 35.195.035 euros.

## 2. Responsabilidade ambiental

Tendo em conta a actividade desenvolvida pela Empresa, não decorrem desta impactos nem consequências ambientais significativas. Para além disso, por estar enquadrada no Grupo Sonaecom, a Empresa beneficia dos trabalhos e iniciativas desenvolvidas pelo Departamento de ambiente da Sonaecom.

## 3. Governo da Sociedade - Estrutura e Modelo de Governação

A Sonae Telecom, SGPS, S.A., empresa detida pelo Grupo Sonaecom (100%), segue um modelo de governação em linha com o adoptado pelo Grupo (ver Relatório de Governo da Sociedade da Sonaecom, SGPS, SA).

Os órgãos sociais são compostos por Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único.

### i) Assembleia Geral:

Composição da Mesa da Assembleia Geral:

Filipa de Sousa Taveira da Gama Santos Carvalho (Presidente)  
Célia da Conceição Azevedo das Neves Sá Miranda (Vice-Presidente)  
João Pedro Mendonça da Silva (Secretário)

### ii) Conselho de Administração:

O Conselho de administração é composto por três, cinco, sete ou nove membros, eleitos em Assembleia Geral.

Composição do Conselho de Administração:

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério  
Miguel Nuno Santos Almeida

### iii) Fiscal Único:

O ROC da Empresa é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, que pode ser substituído por Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar.

#### **4. Proposta de aplicação de resultados**

O Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no valor de 35.195.035,11 Euros (trinta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil e trinta e cinco euros e onze cêntimos), 298.000,00 Euros (duzentos e noventa e oito mil euros) sejam transferidos para Reserva Legal, 17.446.763,00 Euros (dezassete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e três euros) sejam afectos a distribuição de dividendos, correspondendo ao dividendo antecipado posto a pagamento em 31 de Dezembro de 2010, e o restante, no montante de 17.450.272,11 Euros (dezassete milhões, quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e setenta e dois euros e onze cêntimos), seja transferido para Reservas Livres.

#### **5. Perspectivas futuras**

No ano de 2011, a Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. continuará a ser a entidade gestora do portfólio de negócios de Telecomunicações da Sonaecom e tentará maximizar o retorno do seu investimento.

#### **6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Não existem quaisquer factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

#### **7. Agradecimentos**

Ao Fiscal Único, agradecemos o acompanhamento e a cooperação prestadas.

Maia, 4 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração,

*Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério*

*Miguel Nuno Santos Almeida*

## II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Balanços

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e Pró-Forma em 31 em Dezembro de 2009

	Notas	Dezembro 2010	Dezembro 2009 Pró-forma	Dezembro 2009 POC
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activos não correntes:</b>				
Investimentos em empresas do grupo	1a) e 3	165.225.190	165.225.190	165.225.190
Total de activos não correntes		165.225.190	165.225.190	165.225.190
<b>Activos correntes:</b>				
Outras dívidas de terceiros	1c), 2 e 5	50.346	24.828.918	24.828.918
Outros activos correntes	1i) e 6	229	62.942	62.942
Caixa e equivalentes de caixa	1d), 2 e 7	12.989	31.781	31.781
Total de activos correntes		63.564	24.923.641	24.923.641
<b>Total activo</b>		<b>165.288.754</b>	<b>190.148.831</b>	<b>190.148.831</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital próprio:</b>				
Capital social	8	11.490.000	10.000.000	10.000.000
Prestações Acessórias	1l)	38.630.000	15.788.458	15.788.458
Outras Reservas	1k)	97.383.762	148.821.922	148.821.922
Dividendos antecipados		(17.446.763)	-	-
Resultado líquido do exercício		35.195.035	15.478.275	15.478.275
Total do capital próprio		165.252.034	190.088.655	190.088.655
<b>Passivo:</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Provisões para outros riscos e encargos	1g), 1j) e 1l	5.996	1.250	1.250
Total de passivos não correntes		5.996	1.250	1.250
<b>Passivo corrente:</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1e), 1f), 2 e 10	30.724	58.795	-
Outros passivos correntes	1j) e 12	-	131	58.926
Total de passivos correntes		30.724	58.926	58.926
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>165.288.754</b>	<b>190.148.831</b>	<b>190.148.831</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Dezembro 2010	Dezembro 2009 Pró-forma	Dezembro 2009 POC
Fornecimentos e serviços externos	13	(9.481)	(31.387)	(31.387)
Outros custos operacionais		-	(205)	(5)
		(9.481)	(31.592)	(31.392)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	14	35.228.716	15.494.301	-
Outros custos financeiros	1f), 1m) e 14	(30.390)	(451)	(451)
Outros proveitos financeiros	14	86	8.738	8.738
<b>Resultados correntes</b>		<b>35.188.931</b>	<b>15.470.996</b>	<b>(23.105)</b>
<b>Resultados extraordinários</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.494.101</b>
Imposto sobre o rendimento	1h), 4 e 15	6.104	7.279	7.279
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>35.195.035</b>	<b>15.478.275</b>	<b>15.478.275</b>
<b>Resultados por acção</b>	17			
Incluindo operações em descontinuação				
Básicos		3,20	1,55	1,55
Diluídos		3,20	1,55	1,55
Excluindo operações em descontinuação				
Básicos		3,20	1,55	1,55
Diluídos		3,20	1,55	1,55

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009

	Dezembro 2010	Dezembro 2009 Pró- Forma
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>35.195.035</b>	<b>15.478.275</b>
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto	-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>	<b>35.195.035</b>	<b>15.478.275</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-forma em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Capital social	Prestações acessórias	Reservas				Dividendos antecipados	Resultado Líquido	Total
				Prémios de emissão de acções	Reserva Legal	Outras Reservas	Total de reservas			
<b>2010</b>										
Saldo em 31 de Dezembro 2009		10.000.000	15.788.458	95.383.761	2.000.000	51.438.161	148.821.922	-	15.478.275	190.088.655
Aplicação do resultado líquido de 2009										
Transferência para reservas		-	-	-	-	15.478.275	15.478.275	-	(15.478.275)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(10.500.000)	(10.500.000)	-	-	(10.500.000)
Redução de prestações acessórias		-	(15.788.458)	-	-	-	-	-	-	(15.788.458)
Aumento do capital		1490.000	-	-	-	-	-	-	-	1.490.000
Reforço de Prestações acessórias		-	38.630.000	-	-	-	-	-	-	38.630.000
Distribuição de reservas livres		-	-	-	-	(56.416.435)	(56.416.435)	-	-	(56.416.435)
Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	(17.446.763)	-	(17.446.763)
Rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010		-	-	-	-	-	-	-	35.195.035	35.195.035
<b>Saldo em 31 Dezembro 2010</b>		<b>11490.000</b>	<b>38.630.000</b>	<b>95.383.761</b>	<b>2.000.000</b>	<b>1</b>	<b>97.383.762</b>	<b>(17.446.763)</b>	<b>35.195.035</b>	<b>165.252.034</b>

	Notas	Capital social	Prestações Acessórias	Reservas				Dividendos antecipados	Resultado líquido	Total
				Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Outras reservas	Total de reservas			
<b>2009</b>										
Saldo em 31 de Dezembro 2008 de acordo com o POC		10.000.000	15.788.458	95.383.761	2.000.000	36.656.565	134.040.326	-	15.161.596	174.990.380
Aplicação do resultado líquido de 2008										
Transferência para reservas		-	-	-	-	15.161.596	15.161.596	-	(15.161.596)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(380.000)	(380.000)	-	-	(380.000)
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS/IFRS dos saldos em 1 de Janeiro de 2009	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 Pró-forma		10.000.000	15.788.458	95.383.761	2.000.000	51.438.161	148.821.922	-	-	174.610.380
Rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009		-	-	-	-	-	-	-	15.478.275	15.478.275
<b>Saldo em 31 Dezembro 2009</b>		<b>10.000.000</b>	<b>15.788.458</b>	<b>95.383.761</b>	<b>2.000.000</b>	<b>51.438.161</b>	<b>148.821.922</b>	<b>-</b>	<b>15.478.275</b>	<b>190.088.655</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009.

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009

	Dezembro 2010		Dezembro 2009 Pró-Forma	
<b>Actividades operacionais</b>				
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.037)		2.820	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(34.638)		(42.132)	
<b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>		<b>(36.675)</b>		<b>(39.312)</b>
<b>Actividades de investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	24.816.907		-	
Juros e proveitos similares	62.377		20.257	
Dividendos recebidos	35.228.716	60.108.000	-	20.257
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>60.108.000</b>		<b>20.257</b>
<b>Actividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Aumentos de capital e prestações acessórias	40.120.000	40.120.000	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(58.461)		(58)	
Dividendos	(84.363.198)		(380.000)	
Reduções de capital e prestações acessórias	(15.788.458)	(100.210.117)	-	(380.058)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(60.090.117)</b>		<b>(380.058)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(18.792)</b>		<b>(399.113)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		31.781		430.894
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		12.989		31.781

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

(Montantes expressos em euros)

### Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009

#### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais

	2010	2009
<b>Outras actividades empresariais</b>		
Venda de 2,08% da participação na Optimus - Comunicações, S.A	24.816.907	-
	24.816.907	-

#### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2010	2009
Depósitos à ordem	2.989	31.781
Aplicações de Tesouraria	10.000	-
Caixa e seus equivalentes	12.989	31.781
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>12.989</b>	<b>31.781</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Miguel Nuno Santos Almeida

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

A Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonae Telecom”) foi constituída em 23 de Fevereiro de 2000 e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal. Tem como actividade principal, a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações móveis.

Em 27 de Setembro de 2000, procedeu-se ao aumento de capital, ficando este representado por dez milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 2009, a Empresa alienou 2,08% da sua participação na SOnaecom Serviços de Comunicações, S.A. (actualmente Optimus – Comunicações, S.A.) à Sonaecom BV, tendo registado uma mais-valia de 15.494.301 Euros. No final do exercício, e após a referida alienação, a Soane Telecom, SGPS, S.A. detinha 35,86% do capital social da Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A.

Em 14 de Maio de 2010, procedeu-se a um outro aumento de capital, ficando este representado por onze milhões quatrocentos e noventa acções de valor unitário de 1 Euro.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, tendo por base o custo histórico.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (POC) para esse normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como definido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

O efeito dos ajustamentos, reportados a 1 de Janeiro de 2009, relacionados com a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as IAS/IFRS, é nulo (Nota 9).

Para a Empresa, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia tiveram

aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 30 de Novembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro</b>	<b>1-Jan-10*</b>
Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.	
<b>IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS's)</b>	<b>1-Jan-10</b>
Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRSs em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.	
<b>IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo)</b>	<b>1-Jan-10</b>
Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.	
<b>IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)</b>	<b>1-Jul-09</b>
Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo; e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.	
<b>IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas</b>	<b>1-Jul-09</b>
Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.	
<b>Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis</b>	<b>1-Jul-09</b>
Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.	
<b>IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços</b>	<b>1-Jan-10*</b>
Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.	

\* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

**IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis** 1-Jan-10 \*

Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito deve ser reconhecido.

**IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira** 1-Jul-09 \*

Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.

**IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa** 1-Jul-09 \*

Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.

**IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes** Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09 \*

Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis “dos clientes”.

**Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2008** 1-Jan-10

Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.

\* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

**IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS’s)** 1-Jul-10

Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS’s, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS’s.

**IAS 32 – Emendas (Clarificação de direitos de emissão)** 1-Fev-10 \*

Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base ‘pro rata’ para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.

\* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

**Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)** 1-Jan-11

A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.

**IFRIC 14 – Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)** 1-Jan-11

Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.

**IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)** 1-Jul-10 \*

Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.

\* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

**IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)** 1-Jan-13

Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, ela introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

**Melhoramentos das normas internacionais de Várias (a mais próxima em relato financeiro – Ciclo 2008/2010)** 1-Jul-10

Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.

\* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras pró-forma em 31 de Dezembro de 2009.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos em empresas do grupo

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

Os 'Investimentos em empresas do grupo' encontram-se descritos na Nota 3.

#### b) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

##### **(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos

registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

##### **(ii) 'Empréstimos e contas a receber'**

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

##### **(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

##### **(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença

entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

### c) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

### d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

### e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do exercício de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

### f) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

### g) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### h) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

O Grupo Sonaecom é abrangido, desde Janeiro de 2008, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O RETGS engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nomeadamente a Sonae Telecom.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 4).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

### i) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros activos correntes', 'Outros activos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

### j) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 4 e 11).

### k) Reservas

#### *Reserva Legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### *Reserva de prémios de emissão de acções*

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### l) Prestações acessórias de capital

As prestações acessórias de capital correspondem a entradas de capital efectuadas pelos sócios, previstas no contrato de sociedade, nomeadamente quanto à forma de reembolso. As prestações acessórias não vencem juros.

### m) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e intangíveis, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

### n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

### o) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

(i) Análises de imparidade de investimentos em empresas do grupo;

(ii) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber) e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

### p) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

#### Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Empresa encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de

utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

#### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

(i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;

(ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

### Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

### 2. Classes de Investimentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros detidos pela Empresa eram como segue:

	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2010</b>				
Activos correntes:				
Outras dívidas de terceiros (Nota 5)	44.350	44.350	5.996	50.346
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	12.989	12.989	-	12.989
	57.339	57.339	5.996	63.335

	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2009</b>				
Activos correntes:				
Outras dívidas de terceiros (Nota 5)	24.823.813	24.823.813	5.105	24.828.918
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	31.781	31.781	-	31.781
	24.855.594	24.855.594	5.105	24.860.699

	Passivos registados pelo custo amortizado	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2010</b>				
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 10)	30.724	30.724	-	30.724
	30.724	30.724	-	30.724

	Passivos registados pelo custo amortizado	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2009</b>				
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 10)	58.795	58.795	-	58.795
	58.795	58.795	-	58.795

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

### 3. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	% Participação	2010	2009
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	35,86%	165.225.190	165.225.190
<b>Total de investimentos em empresas do Grupo</b>		<b>165.225.190</b>	<b>165.225.190</b>

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram como segue:

Empresa	Saldo			Transferências	Saldo
	31.12.2009	Aumentos	Diminuições		31.12.2010
Optimus	165.225.190	-	-	-	165.225.190
	165.225.190	-	-	-	165.225.190

Empresa	Saldo			Transferências	Saldo
	31.12.2008	Aumentos	Diminuições		31.12.2009
Optimus	174.547.796	-	(9.322.606)	-	165.225.190
	174.547.796	-	(9.322.606)	-	165.225.190

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa alienou a participação correspondente a 2,08% da Optimus - Comunicações, S.A. a uma empresa do grupo Soanecom, tendo gerado uma mais-valia de 15.494.301 Euros (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas directamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Activo	Capital Próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
<b>2010</b>						
Optimus	931.686.706	449.201.872	75.086.920	795.517.765	42.556.600	34.632.662
<b>2009</b>						
Optimus	1.047.791.874	512.472.399	22.492.189	815.083.700	3.907.790	2.920.511

### 4. Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados ou desreconhecidos tendo sempre em consideração a extensão do montante que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se no último plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, periodicamente revisto e actualizado.

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2009	1.250	1.250	331
	1.250	1.250	331

Em 31 de Dezembro de 2010, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos restantes activos por impostos diferidos, a taxa usada foi de 26,5%.

Não foi considerada a Derrama Estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	35.188.931	15.470.996
Imposto 25%	(8.797.233)	(3.867.749)
Derrama e correcção imposto do ano anterior	904	-
Provisão para PEC	(4.746)	(1.250)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	8.807.179	3.876.278
Impostos registados no exercício	6.104	7.279

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

### 5. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Estado e outros entes públicos	5.996	5.105
Outros devedores	44.350	24.823.813
	50.346	24.828.918

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica 'Outros devedores' corresponde, essencialmente, ao valor a receber pela venda da participação de 2,08% na Optimus - Comunicações, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos de outros devedores pode ser detalhada como segue:

	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
<b>2010</b>									
Outros devedores	44.350	28.826	-	-	15.524	-	-	-	-
<b>2009</b>									
Outros devedores	24.823.813	24.820.285	-	-	3.528	-	-	-	-

Por não se tratarem de activos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objecto do detalhe acima.

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do Grupo Sonae, e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

### 6. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica corresponde, essencialmente, a juros a receber de aplicações financeiras.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2010	2009
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.989	31.781
Aplicações de tesouraria	10.000	-
	<b>12.989</b>	<b>31.781</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' corresponde a aplicações na Sonaecom, SGPS, S.A..

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, venceram juros a uma taxa média de 0,473%.

### 8. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Empresa estava representado por 11.490.000 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sonaecom, S.G.P.S., S.A.	11.490.000	100,00%	10.000.000	100,00%
	<b>11.490.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.000.000</b>	<b>100,00%</b>

A totalidade das acções que representam o capital social da Empresa corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

### 9. Conciliação do Capital Próprio em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009 entre o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e os IAS/IFRS e do Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 obtidos de acordo com o POC e os IAS/IFRS

À data de transição, 1 de Janeiro de 2009, não existem impactos em capitais próprios nem em resultado líquido resultantes da conversão para IAS/IFRS.

A reclassificação efectuada no balanço na conversão para IAS/IFRS deveu-se à reclassificação dos acréscimos de custos com juros no montante de 58.795 Euros, para a rubrica de "Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos".

Ao nível da demonstração de resultados, procedeu-se à reclassificação das rubricas de proveitos e custos extraordinários no montante de 15.494.101 Euros, essencialmente, para "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo".

### 10. Empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no montante de 30.724 Euros e 58.795 Euros, respectivamente, dizia respeito a juros e era composta como segue:

Empresa	Denominação	Montante utilizado	
		2010	2009
Sonaecom, SGPS	Aplicações de tesouraria	24.672	53.847
Be Towering	Aplicações de tesouraria	393	4.948
Optimus Comunicações, SA	Aplicações de tesouraria	5.659	-
		<b>30.724</b>	<b>58.795</b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,525% e 0,428% respectivamente.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

Os empréstimos obtidos não têm prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2010 e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75 bp durante o ano de 2010, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos), em aproximadamente, 100 Euros.

### 11. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
<b>2010</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	1.250	4.746	5.996
	1.250	4.746	5.996
<b>2009</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	-	1.250	1.250
	-	1.250	1.250

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' encontra-se registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 15).

### 12. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica dizia respeito a acréscimos de custos.

### 13. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Trabalhos especializados	9.060	30.986
Publicidade	85	85
Outros	336	316
	9.481	31.387

### 14. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo</b>		
Ganhos relativos a empresas do Grupo	35.228.716	15.494.301
	35.228.716	15.494.301
<b>Outros custos financeiros:</b>		
Juros suportados (empréstimos)	(30.331)	(393)
Outros	(59)	(58)
	(30.390)	(451)
<b>Outros proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	86	8.738
	86	8.738

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Ganhos relativos a empresas do grupo' corresponde à distribuição de dividendos da participada Optimus – Comunicações, S.A. e ao ganho obtido na alienação da participação de 2,08% da participada Optimus – Comunicações, S.A., respectivamente.

### 15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é composto como se segue ((custos)/proveitos):

	2010	2009
Imposto corrente	10.850	8.529
Provisão para impostos (Nota 11)	(4.746)	(1.250)
	6.104	7.279

### 16. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional da Empresa, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram os seguintes:

	Saldos a 31 de Dezembro de 2010			
	Contas a receber	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom SGPS	45.047	10.000	121	(24.672)
Optimus	(555)	-	193	(5.659)
Be Towering	-	-	-	(393)
Be Artis	(142)	-	-	-
	44.350	10.000	314	(30.724)

	Saldos a 31 de Dezembro de 2009			
	Contas a receber	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom BV	24.816.907	-	-	-
Optimus	(439)	-	54.630	-
Sonaecom SGPS	7.485	-	8.266	(53.847)
Be Towering	-	-	-	(4.948)
Be Artis	(141)	-	-	-
	24.823.812	-	62.896	(58.795)

	Transacções a 31 de Dezembro de 2010	
	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)
Sonaecom SGPS	804	(24.585)
Be Artis	1.697	-
Optimus	6.559	(5.659)
	9.060	(30.244)

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (continuação)

Em 31 de Dezembro de 2010 e Pró-Forma em 31 de Dezembro de 2009  
(Montantes expressos em euros)

	Transacções a 31 de Dezembro de 2009	
	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)
Sonaecom SGPS	24.549	8.728
Optimus	4.747	-
Be Artis	1.690	-
Be Towering	-	(393)
	30.986	8.335

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas da Empresa é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 17. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (35.195.035 Euros em 2010 e 15.478.275 Euros em 2009) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (10.993.333 em 2010 e 10.000.000 em 2009).

### 18. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não foi atribuída qualquer remuneração pela Empresa ao pessoal chave da gerência.

### 19. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2010, a Empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2010	2009
Revisão legal de contas	564	569
Total	564	569

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de Fevereiro de 2011, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de accionistas sem quaisquer alterações.

## Anexo

A 31 Dezembro de 2010, as partes relacionadas da Empresa, são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonae Telecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Miguel Nuno Santos Almeida

Pessoal chave gerência - Sonae com / Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Franck Emmanuel Dangeard
Álvaro Cuervo Garcia	Gervais Pellissier
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Jean François Pontal
Ana Paula Garrido Pina Marques	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António de Sampaio e Mello	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
Artur Carlos Gomes Loureiro	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão
David Hobley	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Goncalves Paiva

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Concepção ,Construção e Gestão	Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.
Redes Comunicações, S.A.	Sonaecom BV
Be Towering– Gestão de Torres de	Sonaetelecom BV
Telecomunicações, S.A.	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies Americas, Inc	Sonae com – Sistemas de Información España, S.L.
Cape Technologies Limited	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Lugares Virtuais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
M3G – Edições Digitais, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Mainroad – Serviços Tec. Informação, S.A.	WeDo Poland Sp. Zo.o.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões	WeDo Technologies Egypt a Limited Liability
Electrónicos., S.A.	Company
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Mexico, s de R.L. de C.V.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies BV
Permar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies (UK) Limited
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sociedade Independente de Radiodifusão	WeDo Technologies Chile SpA
Sonora, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	We Do Technologies Singapore PTE. LDT.

## Anexo (continuação)

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beeskow Holzwerkstoffe
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Beralands BV
Adlands B.V.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aegean Park, S.A.	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aglom Investimentos, Sggs, S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boulangier Espanha, SL
Airone – Shopping Center, Srl	Box Lines Navegação, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Campo Limpo, Lda
ALEXA Administration GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A
ALEXA Holding GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
Arat inmebles, S.A.	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Change, SGPS, S.A
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.

## Anexo (continuação)

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Fashion Division, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Cinclus Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Friengineering International Ltda
Colombo Towers Holding, BV	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	GHP GmbH
Cooper Gay (Holding) Limited	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Coral - Correctores de Seguros, SA	Global S – Hipermercado, Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S	Glunz Uka GmbH
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dos Mares – ShoppingCentre B.V.	Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – ShoppingCentre, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo II	HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
Edições Book.it, S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoarea – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imobiliária da Cacula, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imohotel – Emp. Turist.Imobiliários, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic, Lteé	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Farmácia Selecção, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.

## Anexo (continuação)

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MC Property Management S.A.
Imosona e II	MC SGPS, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MDS Consultores, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Infofield – Informática, S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Megantic BV
Inparvi SGPS, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Integrum – Serviços Partilhados, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Interclean, S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A.	Modelo Continente, SGPS, S.A.
ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Hipermercados Trading, S.A.
JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
KLC Holdings XII S.A.	Monselice Centre Srl
La Farga – Shopping Center, SL	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
LCC LeiriaShoppingCentro Comercial SA	NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
Le Terrazze – Shopping Centre 1 Srl	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Libra Serviços, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T, Ld
Lima Retail Park, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.	Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Luz del Tajo B.V.	OSB Deustchland GmbH
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária	Parque D. Pedro 2 B.V.
Marina de Tróia S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Parque Principado SL

## Anexo (continuação)

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project SC 2 BV
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project Sierra 1 B.V.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra 1 B.V.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra 2 B.V.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 3 BV
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 4 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 6 BV
Peixes do Continente – Ind. Dist. Peixes, S.A.	Project Sierra 7 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 8 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 9 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Italy 5 Srl
Plaza Mayor Parque de Ócio, S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Ploi Mall BV	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Spain 3 B.V.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 5 BV
Poliface North America	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Three Srl
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Project Sierra Two Srl
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Publimeios – Soc. Gestora Part. Finan., S.A.
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C. GmbH	Racionaliz. y Manufact. Florestales, S.A.
Proj. Sierra Italy 2 – Dev. of Sh.C. Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj. Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj. Sierra Germany 2 (two) – Sh.C. GmbH	Resolução, SGPS, S.A.
Proj. Sierra Germany 3 (three) – Sh.C. GmbH	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj. Sierra Italy 1 – Shop. Centre Srl	River Plaza Mall, Srl
Proj. Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C. Srl	Rochester Real Estate, Limited
Proj. Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	RSI Corretora de Seguros Ltda
Proj. Sierra Portugal III – C. Comerc., S.A.	S. C. Setler Mina Srl
Proj. Sierra Portugal VIII – C. Comerc., S.A.	S.C. Microcom Doi Srl
Project 4, Srl	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Project SC 1 BV	SC – Consultadoria, S.A.

## Anexo (continuação)

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC Aegean B.V.	Sierra Italy Holding B.V.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Management Germany GmbH
SCS Beheer, BV	Sierra Management Hellas S.A.
Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.	Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A.
Selfrio,SGPS, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sierra Management, SGPS, S.A.
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Sierra Portugal Fund, Sarl
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	Sierra Property Management, Srl
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Shopping Centre Colombo Holding, BV	Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SKK – Central de Distr., S.A.
Shopping Penha B.V.	SKK SRL
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Forestais, S.A.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
SIAL Participações Ltda	SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
Sierra Berlin Holding BV	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Brazil 1 B.V.	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sierra Central S.A.S	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Soconstrução BV
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Sodesa, S.A.
Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.	Soflorin, BV
Sierra Corporate Services Holland, BV	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.	Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sierra Developments Holding B.V.	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Services Srl	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Center II S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Financial Participations BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra GPLimited	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Indústria Brasil, Ltda
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Investments, BV
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd

## Anexo (continuação)

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Sonae RE, S.A	Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Teconologias del Medio Ambiente, S.A.
Sonae Serviços de Gestão, S.A	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae SGPS, S.A.	Textil do Marco, S.A.
Sonae Sierra Brasil Ltda	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Tool GmbH
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.
Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.	Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A.
Sonae UK, Ltd.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonaecenter Serviços, S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Troia Market – Supermercados, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.	Troia Market, S.A.
Sontel BV	Tróia Natura, S.A.
Sontur BV	Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonvecap BV	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sopair, S.A.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist	Unishopping Administradora Ltda.
Spanboard Products, Ltd	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Spinveste – Gestão Imobiliária SGI, S.A.	Valecenter Srl
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A	Valor N, S.A.
Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
SRP Development, SA	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tableros Tradema, S.L.	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Tafibras Participações, S.A.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA
Tafisa France, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Tafisa UK, Ltd	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL	Worten España, S.A.
Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS	Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.
Tavapan, S.A.	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

**Relatório e Contas  
2011**

**SONAE TELECOM, S.G.P.S., S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS  
2011

<b>I. RELATÓRIO DE GESTÃO.....</b>	<b>3</b>
1. Actividade.....	4
2. Responsabilidade ambiental.....	4
3. Governo da Sociedade - Estrutura e Modelo de Governação .....	4
4. Proposta de aplicação de resultados.....	5
5. Perspectivas futuras.....	5
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	5
7. Agradecimentos.....	5
<b>II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>6</b>

## I. RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. Actividade

A Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A., com sede social na Maia, tem como principal actividade a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações.

Os resultados operacionais negativos de 20.845 euros justificam o resultado líquido negativo de 15.347 euros. A actividade financeira de 2011 gerou um resultado quase nulo.

## 2. Responsabilidade ambiental

Tendo em conta a actividade desenvolvida pela Empresa, não decorrem desta impactos nem consequências ambientais significativas. Para além disso, por estar enquadrada no Grupo Sonaecom, a Empresa beneficia dos trabalhos e iniciativas desenvolvidas pelo Departamento de ambiente da Sonaecom.

## 3. Governo da Sociedade - Estrutura e Modelo de Governação

A Sonae Telecom, SGPS, S.A., empresa detida pelo Grupo Sonaecom (100%), segue um modelo de governação em linha com o adoptado pelo Grupo (ver Relatório de Governo da Sociedade da Sonaecom, SGPS, S.A.).

Os órgãos sociais são compostos por Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único.

### i) Assembleia Geral:

Composição da Mesa da Assembleia Geral:

Filipa de Sousa Taveira da Gama Santos Carvalho (Presidente)  
Célia da Conceição Azevedo das Neves Sá Miranda (Vice-Presidente)  
João Pedro Mendonça da Silva (Secretário)

### ii) Conselho de Administração:

O Conselho de administração é composto por três, cinco, sete ou nove membros, eleitos em Assembleia Geral.

Composição do Conselho de Administração:

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério  
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo  
Miguel Nuno Santos Almeida

### iii) Fiscal Único:

O ROC da Empresa é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, que pode ser substituído por Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar.

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito, que derivam da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades.

A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, enquadra-se na política de gestão de risco do Grupo Sonaecom, a qual procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.p)). Uma descrição mais pormenorizada dos riscos e dos instrumentos utilizados para a sua cobertura está incluída no Anexo às contas.

#### **4. Proposta de aplicação de resultados**

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, no valor de 15.347,23 Euros (quinze mil, trezentos e quarenta e sete euros e vinte e três cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

#### **5. Perspectivas futuras**

No ano de 2012, a Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. continuará a ser a entidade gestora do portfólio de negócios de Telecomunicações da Sonaecom e tentará maximizar o retorno do seu investimento.

#### **6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Não existem quaisquer factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

#### **7. Agradecimentos**

Ao Fiscal Único, agradecemos o acompanhamento e a cooperação prestadas.

Maia, 1 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

## II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Balanços

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	Dezembro 2011	Dezembro 2010
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activos não correntes:</b>			
Investimentos em empresas do grupo	1.a) e 2	165.225.190	165.225.190
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>165.225.190</b>	<b>165.225.190</b>
<b>Activos correntes:</b>			
Outras dívidas de terceiros	1.c), 3 e 5	9.395	50.346
Outros activos correntes	1.i) e 15	945	229
Caixa e equivalentes de caixa	1.d), 3 e 6	15.857	12.989
<b>Total de activos correntes</b>		<b>26.197</b>	<b>63.564</b>
<b>Total activo</b>		<b>165.251.387</b>	<b>165.288.754</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	7	11.490.000	11.490.000
Prestações Acessórias	1.l)	38.630.000	38.630.000
Outras Reservas	1.k)	115.132.034	97.383.762
Dividendos antecipados		-	(17.446.763)
Resultado líquido do exercício		(15.347)	35.195.035
<b>Total do capital próprio</b>		<b>165.236.687</b>	<b>165.252.034</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	1.g), 1.j) e 9	5.996	5.996
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>5.996</b>	<b>5.996</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.e), 3, 8 e 15	40	30.724
Outras dívidas a terceiros	3, 10 e 15	8.580	-
Outros passivos correntes	1.i)	84	-
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>8.704</b>	<b>30.724</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>165.251.387</b>	<b>165.288.754</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	Dezembro 2011	Dezembro 2010
Fornecimentos e serviços externos	11	(14.498)	(9.481)
Outros custos operacionais	12	(6.347)	-
		(20.845)	(9.481)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	13	-	35.228.716
Outros custos financeiros	1.f), 1.m) e 13	(113)	(30.390)
Outros proveitos financeiros	13	78	86
<b>Resultados correntes</b>		<b>(20.880)</b>	<b>35.188.931</b>
Imposto sobre o rendimento	1.h), 4 e 14	5.533	6.104
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(15.347)</b>	<b>35.195.035</b>
<b>Resultados por acção</b>	16		
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos		(0,00)	3,20
Diluídos		(0,00)	3,20
Excluindo operações em descontinuação			
Básicos		(0,00)	3,20
Diluídos		(0,00)	3,20

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Dezembro 2011	Dezembro 2010
Resultado líquido do exercício	(15.347)	35.195.035
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto	-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>	<b>(15.347)</b>	<b>35.195.035</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Capital social	Prestações acessórias	Reservas					Dividendos antecipados	Resultado Líquido	Total
			Prémios de emissão de acções	Reserva Legal	Outras Reservas	Total de reservas				
<b>2011</b>										
Saldo em 31 de Dezembro 2010	11.490.000	38.630.000	95.383.761	2.000.000	1	97.383.762	(17.446.763)	35.195.035	165.252.034	
Aplicação do resultado líquido de 2010	-	-	-	298.000	17.450.272	17.748.272	17.446.763	(35.195.035)	-	
Rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	(15.347)	(15.347)	
<b>Saldo em 31 Dezembro 2011</b>	<b>11.490.000</b>	<b>38.630.000</b>	<b>95.383.761</b>	<b>2.298.000</b>	<b>17.450.273</b>	<b>115.132.034</b>	<b>-</b>	<b>(15.347)</b>	<b>165.236.687</b>	

	Capital social	Prestações Prestações	Reservas					Dividendos antecipados	Resultado Líquido	Total
			Prémios de emissão de acções	Reserva Legal	Outras Reservas	Total de reservas				
<b>2010</b>										
Saldo em 31 de Dezembro 2009 Pró-forma	10.000.000	15.788.458	95.383.761	2.000.000	51.438.161	148.821.922	-	15.478.275	190.088.655	
Aplicação do resultado líquido de 2009 Pró-forma										
Transferência para reservas	-	-	-	-	15.478.275	15.478.275	-	(15.478.275)	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(10.500.000)	(10.500.000)	-	-	(10.500.000)	
Redução de prestações acessórias	-	(15.788.458)	-	-	-	-	-	-	(15.788.458)	
Aumento do capital	1.490.000	-	-	-	-	-	-	-	1.490.000	
Reforço de Prestações acessórias	-	38.630.000	-	-	-	-	-	-	38.630.000	
Distribuição de reservas livres	-	-	-	-	(56.416.435)	(56.416.435)	-	-	(56.416.435)	
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(17.446.763)	-	(17.446.763)	
Rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	35.195.035	35.195.035	
<b>Saldo em 31 Dezembro 2010</b>	<b>11.490.000</b>	<b>38.630.000</b>	<b>95.383.761</b>	<b>2.000.000</b>	<b>1</b>	<b>97.383.762</b>	<b>(17.446.763)</b>	<b>35.195.035</b>	<b>165.252.034</b>	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Miguel Nuno Santos Almeida

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Dezembro 2011	Dezembro 2010
<b>Actividades operacionais</b>		
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	18.665	(2.037)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	14.870	(34.638)
<b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>	<b>33.535</b>	<b>(36.675)</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	24.816.907
Juros e proveitos similares	109	62.377
Dividendos recebidos	-	35.228.716
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>109</b>	<b>60.108.000</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aumentos de capital e prestações acessórias	-	40.120.000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(30.776)	(58.461)
Dividendos	-	(84.363.198)
Reduções de capital e prestações acessórias	-	(15.788.458)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(30.776)</b>	<b>(60.090.117)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>	<b>2.868</b>	<b>(18.792)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12.989	31.781
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	15.857	12.989

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

## Demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

#### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais

	2011	2010
<b>Outras actividades empresariais</b>		
Venda de 2,08% da participação na Optimus - Comunicações, S.A	-	24.816.907
	-	24.816.907

#### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2011	2010
Depósitos à ordem	857	2.989
Aplicações de Tesouraria	15.000	10.000
Caixa e seus equivalentes	15.857	12.989
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>15.857</b>	<b>12.989</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

A Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (doravante designada "Empresa" ou "Sonae Telecom") foi constituída em 23 de Fevereiro de 2000 e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal. Tem como actividade principal, a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações móveis.

Em 27 de Setembro de 2000, procedeu-se ao aumento de capital, ficando este representado por dez milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 2009, a Empresa alienou 2,08% da sua participação na Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A. (actualmente Optimus – Comunicações, S.A.) à Sonaecom BV, tendo registado uma mais-valia de 15.494.301 Euros. No final do exercício, e após a referida alienação, a Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. detinha 35,86% do capital social da Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A.

Em 14 de Maio de 2010, procedeu-se a um outro aumento de capital, ficando este representado por onze milhões quatrocentos e noventa acções de valor unitário de 1 Euro.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia, tendo por base o custo histórico.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de Janeiro de 2009, tal como definido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Sonae Telecom, não existem diferenças entre os IAS/IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011 e foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 – Alterações (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's)</b>	1-Jul-10
Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.	
<b>Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) e alterações à IFRS 8 (Segmentos Operacionais)</b>	1-Jan-11
A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 referidas.	
<b>IAS 32 - Alterações (Clarificação de direitos de emissão)</b>	1-Fev-10*
Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.	
<b>IFRIC 14 - Alterações (Pré-pagamento voluntário de contribuições)</b>	1-Jan-11
Estas emendas corrigem uma consequência não intencional da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.	
<b>IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio) e alterações à IFRS 1 (Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro)</b>	1-Jul-10*
Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro. As sociedades que adoptem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19.	
<b>Melhorias de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7, IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13</b>	30-Jun-10 e 31-Dez-10*
Melhorias introduzidas nas normas internacionais de relato financeiro, que visa simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.	
*A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE é posteriormente a data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.	
A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.	
Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória em exercícios económicos futuros.	

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)</b>	1-Jul-11
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na excepção para desreconhecimento e na excepção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adopção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
<b>IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de Outubro de 2010)</b>	1-Jul-11
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transacções de activos financeiros (por exemplo: securitização de activos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transacções de activos ocorrer perto do final do período de relato.	
<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b>	1-Jan-13
Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	
<b>IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)</b>	1-Jan-13
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o factor determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b>	1-Jan-13
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é actualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b>	1-Jan-13
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b>	1-Jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b>	1-Jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes)</b>	1-Jan-12
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b>	1-Jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos activos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b>	1-Jan-13
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b>	1-Jan-13
O objectivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
<b>IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b>	1-Jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como activo e como esse activo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

operacionais), são registados na rubrica “Investimentos em empresas do grupo”, ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Outros custos financeiros” da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

Os ‘Investimentos em empresas do grupo’ encontram-se descritos na Nota 2.

### **b) Instrumentos financeiros**

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Empréstimos e contas a receber’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

#### **(i) ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: ‘activos financeiros detidos para negociação’ e ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfaseamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### **(ii) ‘Empréstimos e contas a receber’**

‘Empréstimos e contas a receber’ são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de ‘Clientes’ e ‘Outras dívidas de terceiros’.

#### **(iii) ‘Investimentos detidos até ao vencimento’**

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

#### **(iv) ‘Investimentos disponíveis para venda’**

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os ‘investimentos disponíveis para venda’ e os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ e os ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

### c) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

### d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e

equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

### e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

### f) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

### g) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### h) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - "Impostos sobre rendimento".

O Grupo Sonaecom é abrangido, desde Janeiro de 2008, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O RETGS engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nomeadamente a Sonae Telecom.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 4).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

### i) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.g)).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

### j) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 4 e 9).

### k) Reservas

#### **Reserva Legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### **Reservas de prémios de emissão de acções**

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### l) Prestações acessórias de capital

As prestações acessórias de capital correspondem a entradas de capital efectuadas pelos sócios, previstas no contrato de sociedade, nomeadamente quanto à forma de reembolso. As prestações acessórias não vencem juros.

### m) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e intangíveis, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

### n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### o) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 incluem o registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 - "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

### p) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

### Risco de mercado

#### a) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Empresa encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

#### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;  
e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

### Risco de Crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. A Empresa recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

### 2. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	% Participação	2011	2010
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	35,86%	165.225.190	165.225.190
<b>Total de investimentos em empresas do Grupo</b>		<b>165.225.190</b>	<b>165.225.190</b>

Esta rubrica não apresentou movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre a filial detida directamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Activo	Capital Próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
<b>2011</b>						
Optimus	947.253.493	511.148.960	1.675.232	771.536.680	65.230.144	61.947.088
<b>2010</b>						
Optimus	931.686.706	449.201.872	75.086.920	795.517.765	42.556.600	34.632.662

### 3. Classes de Investimentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as classes de instrumentos financeiros detidos pela Empresa eram como segue:

	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2011</b>				
<b>Activos correntes</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 5)	3.399	3.399	5.996	9.395
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.857	15.857	-	15.857
	<b>19.256</b>	<b>19.256</b>	<b>5.996</b>	<b>25.252</b>

	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2010</b>				
<b>Activos correntes</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 5)	44.350	44.350	5.996	50.346
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	12.989	12.989	-	12.989
	<b>57.339</b>	<b>57.339</b>	<b>5.996</b>	<b>63.335</b>

	Passivos registados pelo custo amortizado	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2011</b>				
<b>Passivo corrente:</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 9)	40	40	-	40
Outras dívidas a terceiros (Nota 10)	8.580	8.580	-	8.580
	<b>8.620</b>	<b>8.620</b>	<b>-</b>	<b>8.620</b>

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

	Passivos registados pelo custo amortizado	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2010</b>				
<b>Passivo corrente:</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 9)	30.724	30.724	-	30.724
Outras dívidas a terceiros (Nota 10)	-	-	-	-
	<b>30.724</b>	<b>30.724</b>	<b>-</b>	<b>30.724</b>

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

### 4. Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados ou desreconhecidos tendo sempre em consideração a extensão do montante em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se no último plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, periodicamente revisto e actualizado.

Em 31 de Dezembro de 2011, a empresa tinha 1.599 Euros de impostos diferidos activos não registados, relativos a provisões e perdas por imparidade referentes aos anos de 2009 e 2010, por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Resultado antes de imposto	(20.880)	35.188.931
Imposto 25%	5.220	(8.797.233)
Derrama e correcção do imposto do ano anterior	313	904
Provisão para impostos (Nota 9)	-	(4.746)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	-	8.807.179
Impostos registados no exercício	<b>5.533</b>	<b>6.104</b>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

### 5. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Estado e outros entes públicos	5.996	5.996
Outros devedores	3.399	44.350
	<b>9.395</b>	<b>50.346</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade dos saldos de outros devedores pode ser detalhada como segue:

	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
<b>2011</b>									
Outros devedores	3.399	3.399	-	-	-	-	-	-	-
<b>2010</b>									
Outros devedores	44.350	28.826	-	-	15.524	-	-	-	-

Por não se tratarem de activos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objecto do detalhe acima.

Os valores vencidos e sem imparidade em 2010 correspondem a dívidas com empresas do Grupo Sonae, para as quais não existe risco de crédito.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2011	2010
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	857	2.989
Aplicações de tesouraria	15.000	10.000
	<b>15.857</b>	<b>12.989</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' corresponde a aplicações na Sonaecom, SGPS, S.A..

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, venceram juros a uma taxa média de 0,903% e 0,473%, respectivamente.

### 7. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Empresa estava representado por 11.490.000 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2011		2010	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sonaecom, S.G.P.S., S.A.	11.490.000	100%	11.490.000	100%
	<b>11.490.000</b>	<b>100%</b>	<b>11.490.000</b>	<b>100%</b>

A totalidade das acções que representam o capital social da Empresa corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

### 8. Empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, no montante de 40 Euros e 30.724 Euros, respectivamente, dizia respeito a juros não vencidos relativos a aplicações de tesouraria cujo saldo era nulo no final dos exercícios, e era composta como segue:

Empresa	Denominação	Montante utilizado	
		2011	2010
Sonae com, SGPS	Aplicações de tesouraria	40	24.672
Optimus Comunicações, SA	Aplicações de tesouraria	-	5.659
Be Towering	Aplicações de tesouraria	-	393
		40	30.724

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 4,36% e 3,53%, respectivamente.

### 9. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
<b>2011</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	5.996	-	5.996
	5.996	-	5.996
<b>2010</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	1.250	4.746	5.996
	1.250	4.746	5.996

Em 31 de Dezembro de 2010, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' encontra-se registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 14).

### 10. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
<b>2011</b>				
Outros credores	8.580	8.580	-	-
	8.580	8.580	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua actualização não são materiais.

### 11. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Trabalhos especializados	14.027	9.060
Publicidade	85	85
Outros	386	336
	14.498	9.481

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

### 12. Outros custos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Outros custos operacionais" é referente a imposto de selo de operações financeiras.

### 13. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	2011	2010
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo</b>		
Ganhos relativos a empresas do Grupo	-	35.228.716
	-	35.228.716
<b>Outros custos financeiros:</b>		
Juros suportados (empréstimos)	(62)	(30.331)
Outros	(51)	(59)
	(113)	(30.390)
<b>Outros proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	78	86
	78	86

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica 'Ganhos relativos a empresas do grupo' corresponde à distribuição de dividendos da participada Optimus - Comunicações, S.A..

### 14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é composto como se segue ((custos)/proveitos):

	2011	2010
Imposto corrente	5.533	10.850
Provisão para impostos (Nota 9)	-	(4.746)
	5.533	6.104

### 15. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional da Empresa, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Saldos a 31 de Dezembro de 2011				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom SGPS	2.468	22	15.000	15	(40)
Optimus	930	8.414	-	930	-
Be Towering	-	-	-	-	-
Be Artis	-	144	-	-	-
	3.399	8.580	15.000	945	(40)

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

	Saldos a 31 de Dezembro de 2010			
	Contas a receber	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom SGPS	45.047	10.000	121	(24.672)
Optimus	(555)	-	193	(5.659)
Be Towering	-	-	-	(393)
Be Artis	(142)	-	-	-
	44.350	10.000	314	(30.724)

	Transacções a 31 de Dezembro de 2011	
	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)
Sonaecom SGPS	-	17
Be Artis	1.732	-
Optimus	12.295	-
Sonae Center II	40	-
	14.067	17

	Transacções a 31 de Dezembro de 2010	
	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)
Sonaecom SGPS	804	(24.585)
Be Artis	1.697	-
Optimus	6.559	(5.659)
Sonae Center II	-	-
	9.060	(30.244)

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas da Empresa é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 16. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (15.347 Euros negativos em 2011 e 35.195.035 Euros em 2010) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (11.490.000 em 2011 e 10.993.333 em 2010).

### 17. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não foi atribuída qualquer remuneração pela Empresa ao pessoal chave da gerência.

## Anexo às demonstrações financeiras da Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010  
(Montantes expressos em euros)

### 18. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2011, a Empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2011	2010
Revisão legal de contas	451	564
Total	451	564

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 1 de Fevereiro de 2012, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de accionistas sem quaisquer alterações.

## Anexo

A 31 Dezembro de 2011, as partes relacionadas da Empresa, são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonae Telecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Miguel Nuno Santos Almeida
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	

Pessoal chave gerência - Sonaecom / Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Franck Emmanuel Dangeard
Álvaro Cuervo Garcia	Gervais Gilles Pellissier
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Jean-François René Pontal
Ana Paula Garrido Pina Marques	José Manuel Neves Adelino
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	Miguel Nuno Santos Almeida
Christine Cross	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Charles Denholm Hobley	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Rui José Silva Goncalves Paiva
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonae telecom BV
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonae com, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies Limited	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações L.TDA.
Lugares Virtuais, S.A.	Unipress - Centro Gráfico, Lda
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo Consulting - Sistemas de Informação, S.A.
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Optimus - Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies BV
Público - Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety Level - Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo do Brasil - Soluções Informáticas, L.tda
Sonae com - Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies BV - Sucursal Malaysia
Sonae com - Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies Chile SpA.
Sonae com BV	We Do Technologies Panamá S.A.
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M - 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q - Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W - Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO - Comércio Retalista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente - Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping - Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo - Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping - Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Alpêssego - Soc. Agrícola, S.A.	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde - Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park, SA	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidashopping - Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping - Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries - Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M - 40 B.V.	Contibomba - Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Glunz Service GmbH
Continente Hipermercados, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.	Glunz Uka GmbH
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	GMET, ACE
Craiova Mall BV	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Darbo S.A.S	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Deutsche Industrieholz GmbH	HighDome PCC Limited
Discovery Sports, SA	Iberian Assets, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imobiliária da Cacula, S.A.
Ecociclo II	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Emfísico Boavista	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Fashion Division Canárias, SL	Imosonae II
Fashion Division, S.A.	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fontana Corretora de Seguros Ltda	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infocfield – Informática, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infratroia, EM
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Frieengineering International Ltda	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Interlog – SGPS, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Investalentejo, SGPS, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A.
GHP GmbH	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Isoroy SAS
Glunz AG	La Farga – Shopping Center, SL

## Anexo

### Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)

Laminate Park GmbH Co. KG	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Ld
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
LCC Leiria Shopping Centro Comercial SA	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	OSB Deustchland GmbH
Libra Serviços, Lda.	Pantheon Plaza BV
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Pareuro, BV
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Parque Principado SL
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marina de Tróia S.A.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Consultores, S.A.	Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pharmacconcept – Actividades em Saúde, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS SGPS, SA	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli B.V.
Megantic BV	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Shopping BV
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Plysorol, BV
Modelo Continente Intenational Trade, SA	Poliface North America
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	POLINSUR – Mediação de seguros, LDA
Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A.	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Praedium – Serviços, S.A.
Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda	Praedium II – Imobiliária, S.A.
Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.	Praedium SGPS, S.A.
Munster Arkaden, BV	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	Prédios Privados Imobiliária, S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Rochester Real Estate, Limited
Pridelease Investments, Ltd	RSI Corretora de Seguros Ltda
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	S.C. Microcom Doi Srl
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	SC – Consultadoria, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC Aegean B.V.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC Assets SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC Finance BV
Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.	SC Mediterraneo Cosmos B.V.
Project 4, Srl	SC, SGPS, SA
Project SC 1 BV	SCS Beheer, BV
Project SC 2 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 7 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 8 BV	SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA
Project Sierra 9 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Four, SA	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A.
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Germany GmbH
Quorum Corretora de seguros LT	Sierra Developments Holding B.V.
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Romania, Srl
RASO, SGPS, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
River Plaza Mall, Srl	Sierra Enplanta Ltda
River Plaza, BV	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Sierra GP Limited	Sonae Investments, BV
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Greece S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Romania, Srl	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontel BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontur BV
Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.	Sonvecap BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sopair, S.A.
SKK SRL	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Spanboard Products, Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Soconstrução BV	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Soflorin, BV	Sport Zone – Turquia
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tableros Tradema, S.L.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Somit Imobiliária	Tafibra South Africa
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafibra Suisse, SA
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital, SGPS, S.A.	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Center II S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tarkett Agepan Laminat Flooring SCS
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Têxtil do Marco, S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tlantic Sistemas de Informação Ltd <sup>2</sup>	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Tool GmbH	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	Vistas do Freixo, SA
Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
TP – Sociedade Térmica, S.A.	Weierstadt Shopping BV
Troia Market, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Tróia Natura, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.	Worten Canárias, SL
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Worten España, S.A.
Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Unishopping Administradora Ltda.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	Zippy Turquia
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Valecenter Srl	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.
Valor N, S.A.	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

**Anexo II**

**Relatórios e Contas Consolidadas pró-forma da Optimus, SGPS, S.A.**

**relativos**

**ao exercício de 2012 e ao 1º semestre findo em 30 de Junho de 2013**

**Relatório e Contas  
2012**

**OPTIMUS, S.G.P.S., S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS  
2012

I. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
1. Atividade.....	4
2. Principais alterações ocorridas durante o exercício de 2012 .....	4
3. Performance Financeira.....	4
4. Responsabilidade ambiental.....	5
5. Governo da Sociedade - Estrutura e Modelo de Governação .....	5
6. Proposta de aplicação de Resultados.....	6
7. Perspetivas futuras.....	6
8. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício .....	6
9. Agradecimentos.....	6
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7

# I. RELATÓRIO DE GESTÃO

## **1. Atividade**

A Optimus, S.G.P.S., S.A., com sede social na Maia, tem como principal atividade a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações.

## **2. Principais alterações ocorridas durante o exercício de 2012**

- Em Junho de 2012, a Optimus S.G.P.S., S.A. (na altura designada por Sonae Telecom S.G.P.S., S.A.) adquiriu à Sonaecom S.G.P.S., S.A. e à Optimus – Comunicações S.A., a totalidade das participações financeiras nas seguintes entidades:
  - Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.;
  - Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.;
  - Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.; e
  - Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
- Em Setembro de 2012, a Sonaecom S.G.P.S., SA, através de um aumento de capital por entradas em espécie, transferiu a sua participação no capital social da Optimus- Comunicações, S.A. (64,14%) para a Optimus, SGPS, S.A., passando esta a deter a totalidade do seu capital social e a ser a detentora de todas as entidades relativas ao segmento de telecomunicações do Grupo Sonaecom.
- Em Outubro de 2012, a sociedade alterou a sua designação social de Sonae Telecom S.G.P.S., S.A. para Optimus S.G.P.S., S.A..
- A 14 de Dezembro de 2012, a Sonaecom S.G.P.S., S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente em fase de alteração da denominação para Unitel International Holdings, BV, sendo estas duas últimas sociedades, detidas pela Eng. Isabel dos Santos, conjuntamente referidas como "Kento/Jadeium"), anunciaram publicamente terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A., ("Zon") e da Optimus S.G.P.S., S.A. ("Optimus SGPS") uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus SGPS na Zon. Ambas as administrações estão a trabalhar no sentido de submeter às Assembleias Gerais, das respetivas sociedades, um projeto de fusão.
- No âmbito do processo de fusão, a Sonaecom e a Kento/Jadeium acordaram na constituição de um veículo, detido em partes iguais que, condicionadamente à concretização da fusão, reunirá uma parcela substancial da participação da primeira na Optimus SGPS e a totalidade da participação da Kento/Jadeium na Zon. A 31 de Dezembro de 2012, foi criado o veículo denominado ZOPT, SGPS, S.A..
- Adicionalmente, durante o exercício de 2012, foram distribuídos ao acionista Sonaecom S.G.P.S., SA dividendos, no montante de 17.434.926 euros, e ainda dividendos antecipados no montante de 12.250.000 euros.

## **3. Performance Financeira**

O resultado líquido positivo de 40,95 milhões de euros é maioritariamente justificado pelo recebimento de dividendos da Optimus – Comunicações, S.A. no montante de 38,12 milhões de euros e pelo resultado da atividade financeira líquida (juros de empréstimos concedidos menos juros de empréstimos obtidos) no montante de 3,98 milhões de euros.

#### **4. Responsabilidade ambiental**

Tendo em conta a atividade desenvolvida pela Empresa, não decorrem desta impactos nem consequências ambientais significativas. Para além disso, por estar enquadrada no Grupo Sonaecom, a Empresa beneficia dos trabalhos e iniciativas desenvolvidas pelo Departamento de ambiente da Sonaecom.

#### **5. Governo da Sociedade - Estrutura e Modelo de Governação**

A Optimus SGPS, empresa detida pelo Grupo Sonaecom (100%), segue um modelo de governação em linha com o adotado pelo Grupo (ver Relatório de Governo da Sociedade da Sonaecom, S.G.P.S., S.A.).

Os órgãos sociais são compostos por Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único.

##### i) Assembleia Geral:

Composição da Mesa da Assembleia Geral:

Filipa de Sousa Taveira da Gama Santos Carvalho (Presidente)  
Célia da Conceição Azevedo das Neves Sá Miranda (Vice-Presidente)  
João Pedro Mendonça da Silva (Secretário)

##### ii) Conselho de Administração:

O Conselho de administração é composto por três, cinco, sete ou nove membros, eleitos em Assembleia Geral.

Composição do Conselho de Administração:

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério  
Miguel Nuno Santos Almeida  
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo  
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier  
Ana Paula Garrido Pina Marques  
David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves  
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes  
José Manuel Pinto Correia  
Paulo Joaquim Santos Plácido

##### iii) Fiscal Único:

O ROC da Empresa é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, sendo o Fiscal Único suplente Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar.

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito, que derivam da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades.

A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, enquadra-se na política de gestão de risco do Grupo Sonaecom, a qual procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.p)). Uma descrição mais pormenorizada dos riscos e dos instrumentos utilizados para a sua cobertura está incluída no anexo às contas.

## **6. Proposta de aplicação de resultados**

O Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, no valor de 40.948.330,51 Euros (quarenta milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta euros e cinquenta e um cêntimos) seja transferido para a rubrica de Reserva legal, o montante de 2.047.416,53 euros, para Outras reservas, o montante de 1.950.913,98, para Dividendos antecipados, o montante de 12.250.000 euros, e seja distribuído a título de dividendos o montante de 24.700.000 euros.

## **7. Perspetivas futuras**

O futuro da Optimus S.G.P.S., S.A. estará dependente do desfecho do processo de fusão a decorrer atualmente, conforme descrito no ponto 2.

## **8. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

No âmbito do processo de fusão descrito no ponto 2., a Sonaecom e a Kento/Jadeium acordaram na constituição de um veículo detido em partes iguais que, condicionadamente à concretização da fusão, reunirá uma parcela substancial da participação da primeira na Optimus SGPS e a totalidade da participação da Kento/Jadeium na Zon. A 31 de Dezembro de 2012, foi criado o veículo denominado ZOPT, SGPS, S.A. e a 11 de Janeiro de 2013, a Sonaecom SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para o referido veículo.

## **9. Agradecimentos**

Ao Fiscal Único, agradecemos o acompanhamento e a cooperação prestadas.

Maia, 21 de Janeiro de 2013

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Miguel Nuno Santos Almeida

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

José Manuel Pinto Correia

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Paulo Joaquim Santos Plácido

Ana Paula Garrido Pina Marques

## II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Balanços

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativos não correntes:</b>			
Investimentos em empresas do grupo	1.a) e 2	898.609.049	165.225.190
Outros ativos não correntes	1.a), 1.i), 3 e 4	591.786.517	-
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.490.395.566</b>	<b>165.225.190</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Outras dívidas de terceiros	1.c), 4, 6 e 16	328.808	9.395
Outros ativos correntes	1.i), 4, 7 e 16	3.884.287	945
Caixa e equivalentes de caixa	1.d), 4, 8 e 16	5.435.041	15.857
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>9.648.136</b>	<b>26.197</b>
<b>Total ativo</b>		<b>1.500.043.702</b>	<b>165.251.387</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	9	115.000.000	11.490.000
Prestações acessórias	1.l)	144.630.000	38.630.000
Outras reservas	1.k)	689.171.761	115.132.034
Dividendos antecipados		(12.250.000)	-
Resultado líquido do exercício		40.948.331	(15.347)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>977.500.092</b>	<b>165.236.687</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.e), 4, 10.a) e 16	315.240.191	-
Provisões para outros riscos e encargos	1.g), 1.j) e 11	6.752	5.996
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>315.246.943</b>	<b>5.996</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.e), 4, 10.b) e 16	204.087.203	40
Outras dívidas a terceiros	4, 12 e 16	3.207.598	8.580
Outros passivos correntes	1.i)	1.866	84
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>207.296.667</b>	<b>8.704</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.500.043.702</b>	<b>165.251.387</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011
Fornecimentos e serviços externos	13 e 16	(19.908)	(14.498)
Outros custos operacionais		(12)	(6.347)
		(19.920)	(20.845)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	14	38.116.137	-
Outros custos financeiros	1.f), 1.m), 14 e 16	(7.253.393)	(113)
Outros proveitos financeiros	14 e 16	11.230.238	78
Resultados correntes		42.073.062	(20.880)
Imposto sobre o rendimento	1.h), 5 e 15	(1.124.731)	5.533
Resultado líquido do exercício		40.948.331	(15.347)
<b>Resultados por ação</b>	17		
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos		0,89	(0,00)
Diluídos		0,89	(0,00)
Excluindo operações em descontinuação			
Básicos		0,89	(0,00)
Diluídos		0,89	(0,00)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	dezembro 2012	dezembro 2011
Resultado líquido do exercício	40.948.331	(15.347)
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto	-	-
Rendimento integral do exercício	40.948.331	(15.347)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Capital social	Prestações acessórias	Reservas						Resultado Líquido	Total
			Prémios de emissão de ações	Reserva Legal	Outras Reservas	Total de reservas	Dividendos antecipados			
<b>2012</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2011	11.490.000	38.630.000	95.383.761	2.298.000	17.450.273	115.132.034	-	(15.347)	165.236.687	
Aplicação do resultado líquido de 2011	-	-	-	-	(15.347)	(15.347)	-	15.347	-	
Aumento de capital em espécie (Nota 9)	103.510.000	-	591.490.000	-	-	591.490.000	-	-	695.000.000	
Distribuição de dividendos (Nota 9)	-	-	-	-	(17.434.926)	(17.434.926)	(12.250.000)	-	(29.684.926)	
Reforço de Prestações Acessórias	-	106.000.000	-	-	-	-	-	-	106.000.000	
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	40.948.331	40.948.331	
<b>Saldo em 31 dezembro 2012</b>	<b>115.000.000</b>	<b>144.630.000</b>	<b>686.873.761</b>	<b>2.298.000</b>	<b>-</b>	<b>689.171.761</b>	<b>(12.250.000)</b>	<b>40.948.331</b>	<b>977.500.092</b>	

	Capital social	Prestações acessórias	Reservas						Resultado Líquido	Total
			Prémios de emissão de ações	Reserva Legal	Outras Reservas	Total de reservas	Dividendos antecipados			
<b>2011</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2010	11.490.000	38.630.000	95.383.761	2.000.000	1	97.383.762	(17.446.763)	35.195.035	165.252.034	
Aplicação do resultado líquido de 2010	-	-	-	298.000	17.450.272	17.748.272	17.446.763	(35.195.035)	-	
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	(15.347)	(15.347)	
<b>Saldo em 31 dezembro 2011</b>	<b>11.490.000</b>	<b>38.630.000</b>	<b>95.383.761</b>	<b>2.298.000</b>	<b>17.450.273</b>	<b>115.132.034</b>	<b>-</b>	<b>(15.347)</b>	<b>165.236.687</b>	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ana Paula Garrido Pina Marques

José Manuel Pinto Correia

Miguel Nuno Santos Almeida

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Paulo Joaquim Santos Plácido

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	dezembro 2012		dezembro 2011	
<b>Atividades operacionais</b>				
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(3.549)		18.665	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(22.718)		14.870	
Fluxo das atividades operacionais (1)		(26.267)		33.535
<b>Atividades de investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	200.000.000		-	
Juros e proveitos similares	7.020.088		109	
Dividendos recebidos	38.116.137	245.136.225	-	109
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(316.660.539)		-	
Empréstimos concedidos	(490.659.836)	(807.320.375)	-	-
Fluxos das atividades de investimento (2)		(562.184.150)		109
<b>Atividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Aumentos de capital e prestações acessórias	106.000.000		-	
Empréstimos obtidos	493.675.000	599.675.000	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(2.360.473)		(30.776)	
Dividendos	(29.684.926)		-	
Reduções de capital e prestações acessórias	-	(32.045.399)	-	(30.776)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		567.629.601		(30.776)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=-(1)+(2)+(3)		5.419.184		2.868
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		15.857		12.989
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		5.435.041		15.857

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

#### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	dezembro 2012	dezembro 2011
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso das prestações acessórias na Be Artis	200.000.000	-
	-	-
b) Outras atividades empresariais		
Aquisição da participação da Be Artis	22.811.040	-
Aquisição de Prestações Acessórias na Be Artis	250.945.811	-
Aquisição da participação da Be Towering	7.756.758	-
Aquisição de Prestações Acessórias na Be Towering	26.121.691	-
Aquisição da participação da Sontária	6.120.239	-
Aquisição da participação da Permar	1.695.822	-
Aquisição de Prestações Acessórias na Permar	1.209.178	-
	316.660.539	-

#### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	dezembro 2012	dezembro 2011
Depósitos à ordem	10.041	857
Aplicações de Tesouraria	5.425.000	15.000
Caixa e seus equivalentes	5.435.041	15.857
Disponibilidades constantes do balanço	5.435.041	15.857

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

A OPTIMUS - S.G.P.S., S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Optimus SGPS') foi constituída em 23 de fevereiro de 2000 e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia - Portugal. Tem como atividade principal, a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações móveis.

Em 27 de setembro de 2000, procedeu-se ao aumento de capital, ficando este representado por dez milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 14 de maio de 2010, procedeu-se a um outro aumento de capital, ficando este representado por onze milhões quatrocentos e noventa ações de valor unitário de 1 euro.

Em junho de 2012, a empresa adquiriu a totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Sonaecom, SGPS, S.A. e 100% do capital da Be Towering e da Per-mar à Optimus - Comunicações, S.A.

Em 28 de setembro de 2012, procedeu-se a novo aumento de capital em espécie, realizado pela participação de 64,14% da Optimus - Comunicações, S.A., ficando este representado por cento e quinze milhões de ações de valor unitário de 1 euro. Através deste aumento de capital em espécie, a empresa passou a deter 100% do capital social da Optimus - Comunicações, S.A.

Em 12 de outubro de 2012, a empresa alterou a denominação social de Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. para OPTIMUS - SGPS, S.A..

A 14 de dezembro de 2012, a Sonaecom S.G.P.S., S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente em fase de alteração da denominação para Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), anunciaram publicamente terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A. ('Zon'), e da Optimus S.G.P.S., S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus SGPS na Zon.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS'), tal como adotadas pela União Europeia, tendo por base o custo histórico.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2009, tal como definido pela IFRS 1 - "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Optimus SGPS, não existem diferenças entre os IAS/IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11

As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adopção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de Outubro de 2010)	1-jul-11
--	----------

A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transacções de activos financeiros (por exemplo: securitização de activos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transacções de activos ocorrer perto do final do período de relato.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(*)

A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o factor determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b> Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é actualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-jan-13(*)
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b> Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-jan-13(*)
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b> Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	1-Jan-13
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b> Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13(*)
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b> O objectivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13(*)
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes)</b> Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respectivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	1-jan-12(**)
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b> Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos activos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	1-jan-13
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b> Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	1-jul-12
<b>IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)</b> Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	1-jan-13

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)</b> A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14
<b>IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b> A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como activo e como esse activo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	1-jan-13

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção do IFRS 10, 11 e 12 e as emendas ao IAS 27 e IAS 28, uma entidade deverá utilizar estas normas o mais tardar nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

(\*\*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda ao IAS 12, uma entidade deverá aplicar a norma aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida.

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da mesma.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)</b> As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospetiva da IAS 20.	1-jan-13
<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b> Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	1-jan-15
<b>Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)</b> As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	1-jan-13

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)</b>	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	
<b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)</b>	1-jan-14
Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registadas, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se

estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

Os 'Investimentos em empresas do grupo' encontram-se descritos na Nota 2.

#### b) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

##### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

##### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

##### (iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

### **(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos

cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

### **c) Outras dívidas de terceiros**

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

### **d) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

### e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

### f) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

### g) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### h) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - 'Impostos sobre rendimento'.

O grupo Sonaecom é abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades

(RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nomeadamente a Optimus SGPS.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 5).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

### i) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.g)).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

### j) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 5 e 11).

### k) Reservas

#### *Reserva legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### *Reservas de prémios de emissão de ações*

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### l) Prestações acessórias de capital

As prestações acessórias de capital correspondem a entradas de capital efetuadas pelos sócios, previstas no contrato de sociedade, nomeadamente quanto à forma de reembolso. As prestações acessórias não vencem juros.

### m) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas

circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

### n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ('adjusting events') são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ('non adjusting events'), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### o) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem o registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a receber) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

### p) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

### Risco de mercado

#### a) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da empresa encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('natural hedge'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou

seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

### Risco de Crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa. A empresa recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

### 2. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	% Participação	2012	% Participação	2011
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	100,00%	860.225.190	35,86%	165.225.190
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. (Be Artis')	100,00%	22.811.040	-	-
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	100,00%	7.756.758	-	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	100,00%	6.120.239	-	-
Permar - Sociedade de Construções, S.A. ("Per-mar")	100,00%	1.695.822	-	-
<b>Total de investimentos em empresas do Grupo</b>		<b>898.609.049</b>		<b>165.225.190</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram como segue:

Empresa	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31.12.2012
Optimus	165.225.190	695.000.000	-	-	860.225.190
Be Artis	-	22.811.040	-	-	22.811.040
Be Towering	-	7.756.758	-	-	7.756.758
Sontária	-	6.120.239	-	-	6.120.239
Per-Mar	-	1.695.822	-	-	1.695.822
	165.225.190	733.383.859	-	-	898.609.049

Empresa	Saldo 31.12.2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31.12.2011
Optimus	165.225.190	-	-	-	165.225.190
	165.225.190	-	-	-	165.225.190

Em junho de 2012, a empresa adquiriu a totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Sonaecom, SGPS, S.A. e 100% do capital da Be Towering e da Per-mar à Optimus – Comunicações, S.A.

Em 28 de setembro de 2012, procedeu-se a novo aumento de capital em espécie, realizado pela entrada da participação de 64,14% da Optimus – Comunicações, S.A.. Através deste aumento de capital em espécie, a empresa passou a deter 100% do capital social da Optimus – Comunicações, S.A. (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS), sobre as filiais detidas diretamente pela empresa, é como segue:

Empresa	Ativo	Capital próprio	Dívida bruta	Volume de negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado líquido
<b>2012</b>						
Optimus	835.661.779	481.516.751	32.040.103	730.895.924	58.959.789	63.655.230
Be Artis	508.020.678	52.429.042	407.017.765	169.881.951	13.347.387	1.427.897
Be Towering	156.492.015	27.372.941	107.633.275	27.403.787	4.440.976	1.191.250
Sontária	3.613.618	49.838	3.394.356	628.475	132.578	(11.731)
Per-Mar	1.801.654	1.268.035	501.593	273.412	24.929	4.492
<b>2011</b>						
Optimus	947.253.493	511.148.960	1.675.232	771.536.680	65.230.144	61.947.088

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

### 3. Outros ativos não correntes

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte constituição:

	2012	2011
<b>Ativos financeiros</b>		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo:		
Be Artis	381.594.000	-
Be Towering	105.267.199	-
Optimus	22.850.000	-
Sontária	3.300.637	-
Per-Mar	498.000	-
	<b>513.509.836</b>	-
Prestações acessórias:		
Be Artis	50.945.811	-
Be Towering	26.121.691	-
Per-Mar	1.209.179	-
	<b>78.276.681</b>	-
	<b>591.786.517</b>	-

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo' foram os seguintes:

Empresa	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.2012
Be Artis	-	381.979.000	(385.000)	381.594.000
Be Towering	-	112.072.199	(6.805.000)	105.267.199
Optimus	-	22.850.000	-	22.850.000
Sontária	-	3.505.637	(205.000)	3.300.637
Per-Mar	-	568.000	(70.000)	498.000
	-	<b>520.974.836</b>	<b>(7.465.000)</b>	<b>513.509.836</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

Empresa	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.2012
Be Artis	-	250.945.811	(200.000.000)	50.945.811
Be Towering	-	26.121.691	-	26.121.691
Per-Mar	-	1.209.179	-	1.209.179
	-	<b>278.276.681</b>	<b>(200.000.000)</b>	<b>78.276.681</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,18%. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

### 4. Classes de Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros detidos pela empresa eram como segue:

	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2012</b>				
<b>Activos não correntes:</b>				
Outras ativos não correntes (Nota 3)	591.786.517	591.786.517	-	591.786.517
	591.786.517	591.786.517	-	591.786.517
<b>Activos correntes:</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 6)	325.953	325.953	2.855	328.808
Outros ativos correntes (Nota 7)	3.884.287	3.884.287	-	3.884.287
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	5.435.041	5.435.041	-	5.435.041
	9.645.281	9.645.281	2.855	9.648.136
<b>2011</b>				
<b>Activos correntes:</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 6)	3.399	3.399	5.996	9.395
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	15.857	15.857	-	15.857
	19.256	19.256	5.996	25.252
<b>2012</b>				
<b>Passivo não-corrente:</b>				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 10)	315.240.191	315.240.191	-	315.240.191
	315.240.191	315.240.191	-	315.240.191
<b>Passivo corrente:</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 10)	204.087.203	204.087.203	-	204.087.203
Outras dívidas a terceiros (Nota 12)	3.207.598	3.207.598	-	3.207.598
	207.294.801	207.294.801	-	207.294.801
<b>2011</b>				
<b>Passivo corrente:</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 10)	40	40	-	40
Outras dívidas a terceiros (Nota 12)	8.580	8.580	-	8.580
	8.620	8.620	-	8.620

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

### 5. Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados ou desreconhecidos tendo sempre em consideração a extensão do montante em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se no último plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, periodicamente revisto e atualizado.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

Em 31 de dezembro de 2012, a empresa tinha 1.599 euros de impostos diferidos ativos não registados, relativos a provisões e perdas por imparidade referentes aos anos de 2009 e 2010.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	42.073.062	(20.880)
Imposto 25%	(10.518.266)	5.220
Derrama e correção do imposto do ano anterior	(134.744)	313
Provisão para impostos (Nota 11)	(756)	-
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	9.529.035	-
Impostos registados no exercício	(1.124.731)	5.533

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2012 são relativos a dividendos recebidos (Nota 14), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

### 6. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Estado e outros entes públicos	2.855	5.996
Outros devedores	325.953	3.399
	328.808	9.395

Em 31 de dezembro, a rubrica 'Outros devedores' inclui saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativas a juros de suprimentos (Nota 3).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade dos saldos de outros devedores pode ser detalhada como segue:

	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias		
<b>2012</b>									
Outros devedores	325.953	-	325.953	-	-	-	-	-	-
<b>2011</b>									
Outros devedores	3.399	3.399	-	-	-	-	-	-	-

Por não se tratarem de ativos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objeto do detalhe acima.

Os valores vencidos e sem imparidade em 2012, correspondem a dívidas com empresas do grupo Sonae, para as quais não existe risco de crédito.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

### 7. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica 'Outros ativos correntes' inclui os juros corridos e não vencidos dos suprimentos de diversas empresas do grupo (Nota 3).

### 8. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.041	857
Aplicações de tesouraria	5.425.000	15.000
	<b>5.435.041</b>	<b>15.857</b>

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica 'Aplicações de tesouraria' corresponde a aplicações na Be Artis (3.800.000 euros), Be Towering (1.555.000 euros) e Sontária (70.000 euros). Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' corresponde a aplicações na Sonaecom, SGPS, S.A..

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, venceram juros a uma taxa média de 4,17% e 0,903%, respetivamente.

### 9. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social da empresa estava representado, respetivamente, por 115.000.000 e 11.490.000 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sonaecom, S.G.P.S., S.A.	115.000.000	100%	11.490.000	100%
	<b>115.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>11.490.000</b>	<b>100%</b>

A totalidade das ações que representam o capital social da empresa corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

Em 28 de setembro de 2012, procedeu-se a um aumento de capital em espécie, realizado pela entrada da participação de 64,14% da Optimus - Comunicações, S.A. no montante de 695.000.000 euros (Nota 2). Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital resultantes deste aumento durante o exercício de 2012, foram como segue:

	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.2012
Capital social	11.490.000	103.510.000	-	115.000.000
Prémios de emissão de ações	95.383.761	591.490.000	-	686.873.761
	<b>106.873.761</b>	<b>695.000.000</b>	<b>-</b>	<b>801.873.761</b>

Durante o exercício de 2012, foram distribuídos ao acionista dividendos no montante de 17.434.926 euros e ainda dividendos antecipados no montante de 12.250.000 euros.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

### 10. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

#### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Empresa	Denominação	Montante utilizado	
		2012	2011
Sonaecom, SGPS	Suprimentos	312.850.000	-
	Juros corridos e não vencidos	2.390.191	-
		<b>315.240.191</b>	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os suprimentos venceram juros a uma taxa média de 5,54%.

#### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Empresa	Denominação	Montante utilizado	
		2012	2011
Sonaecom, SGPS	Aplicações de tesouraria	97.130.000	40
Optimus Comunicações, SA	Aplicações de tesouraria	106.545.000	0
	Juros corridos e não vencidos	412.203	-
		<b>204.087.203</b>	<b>40</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 4,32% e 4,36%, respetivamente.

### 11. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
<b>2012</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	5.996	756	6.752
	<b>5.996</b>	<b>756</b>	<b>6.752</b>
<b>2011</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	5.996	-	5.996
	<b>5.996</b>	<b>-</b>	<b>5.996</b>

Em 31 de dezembro de 2012, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' encontra-se registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 15).

### 12. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica correspondia, predominantemente, ao montante de 1.110.995 euros relativo ao imposto sobre o rendimento, a tributação autónoma, a derrama e a retenções no âmbito do RETGS em que a empresa se encontra inserida e ao montante de 2.090.587 euros de juros corridos e vencidos das aplicações de tesouraria.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras dívidas a terceiros tinham o seguinte plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
<b>2012</b>				
Outros credores	3.207.598	3.207.598	-	-
	3.207.598	3.207.598	-	-
<b>2011</b>				
Outros credores	8.580	8.580	-	-
	8.580	8.580	-	-

As outras dívidas a terceiros não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua atualização não são materiais.

### 13. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Trabalhos especializados	19.548	14.027
Publicidade	85	85
Outros	275	386
	19.908	14.498

### 14. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo</b>		
Ganhos relativos a empresas do grupo	38.116.137	-
	38.116.137	-
<b>Outros custos financeiros:</b>		
Juros suportados (empréstimos)	(7.252.476)	(62)
Outros	(917)	(51)
	(7.253.393)	(113)
<b>Outros proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	11.230.238	78
	11.230.238	78

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a rubrica 'Ganhos relativos a empresas do grupo' corresponde à distribuição de dividendos pela participada Optimus – Comunicações, S.A..

### 15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto como se segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011
Imposto corrente	(1.124.731)	5.533
Provisão para impostos (Nota 11)	(756)	-
	(1.124.731)	5.533

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

### 16. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional da empresa, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram os seguintes:

Saldos a 31 de dezembro de 2012					
	Contas a receber (Nota 12)	Contas a pagar (Nota 8)	Aplicações de tesouraria (Nota 7)	Outros activos/ (passivos) (Nota 7)	Empréstimos concedidos/ (obtidos) (Nota 3 e 10)
Sonaecom SGPS	-	2.297.518	-	-	(412.699.497)
Sontária	232	-	70.000	23.720	3.300.637
Optimus	176.520	909.990	-	168.707	(83.777.897)
Per-Mar	-	-	-	3.593	498.000
Be Towering	32.495	-	1.555.000	791.377	105.267.199
Be Artis	116.706	120	3.800.000	2.895.108	381.594.000
	325.953	3.207.628	5.425.000	3.882.505	(5.817.558)

Saldos a 31 de dezembro de 2011					
	Contas a receber (Nota 12)	Contas a pagar (Nota 8)	Aplicações de tesouraria (Nota 7)	Outros activos/ (passivos) (Nota 7)	Empréstimos concedidos/ (obtidos) (Nota 3 e 10)
Sonaecom SGPS	2.468	22	15.000	15	(40)
Optimus	930	8.414	-	930	-
Be Towering	-	-	-	-	-
Be Artis	-	144	-	-	-
	3.399	8.580	15.000	945	(40)

Transações a 31 de dezembro de 2012		
	Fornecimento e serviços externos (Nota 13)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 14)
Be Artis	1.451	(7.907.384)
Be Towering	-	(2.786.174)
Optimus	18.098	643.849
Per-Mar	-	(11.992)
Sonaecom SGPS	-	6.195.738
Sontária	-	(82.234)
	19.549	(3.948.197)

Transações a 31 de dezembro de 2011		
	Fornecimento e serviços externos (Nota 13)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 14)
Sonaecom SGPS	-	17
Be Artis	1.732	-
Optimus	12.295	-
Sonae Center II	40	-
	14.067	17

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a empresa recebeu dividendos da participada Optimus - Comunicações, S.A. no montante de 38.116.137 euros.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Montantes expressos em euros)

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas da empresa é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 17. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (40.948.331 euros em 2012 e 15.347 euros negativos em 2011) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (45.993.333 em 2012 e 11.490.000 em 2011).

### 18. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi atribuída qualquer remuneração pela empresa ao pessoal chave da gerência.

### 19. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2012 e 2011, a empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2012	2011
Revisão legal de contas	934	451
Total	934	451

### 20. Eventos subsequentes

No âmbito do acordo de fusão descrito na nota introdutória do anexo, a Sonaecom e a Kento/Jadeium acordaram na constituição de um veículo detido em partes iguais que, condicionadamente à concretização da fusão, reunirá uma parcela substancial da participação da primeira na Optimus SGPS e a totalidade da participação da Kento/Jadeium na Zon. A 31 de dezembro de 2012, foi criado o veículo denominado ZOPT, SGPS, S.A. e a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para o referido veículo.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de janeiro de 2013, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de acionistas sem quaisquer alterações.

## Anexo

A 31 dezembro de 2012, as partes relacionadas da empresa, são como segue:

Pessoal chave gerência - Optimus SGPS	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes
Ana Paula Garrido Pina Marques	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha de Gama Lobo Xavier	Miguel Nuno Santos Almeida
David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim Santos Plácido
José Manuel Pinto Correia	

Pessoal chave gerência - Sonaecom / Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Franck Emmanuel Dangeard
Álvaro Cuervo Garcia	Gervais Gilles Pellissier
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Jean-François René Pontal
Ana Paula Garrido Pina Marques	José Manuel Neves Adelino
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	Miguel Nuno Santos Almeida
Christine Cross	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Charles Denholm Hobley	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Rui José Silva Goncalves Paiva
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Conceção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonaecom BV
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A
Connectiv Solutions, Inc.	Sonaetelecom BV
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação,SA	SSI Angola, S.A.
Lugares Virtuais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
M3G – Edições Digitais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
OPTIMUS - SGPS, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies BV
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
	WeDo Technologies Chile SpA.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Adlands B.V.	Colombo Towers Holding, BV
Aegean Park, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Cooper Gay Swett & Crawford Lt
Airone – Shopping Center, Srl	Craiova Mall BV
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Darbo S.A.S
ALEXA Holding GmbH	Deutsche Industrieholz GmbH
ALEXA Shopping Centre GmbH	Discovery Sports, SA
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Dortmund Tower GmbH
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Dos Mares – Shopping Centre B.V.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Dos Mares – Shopping Centre, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Ecociclo II
ARP Alverca Retail Park,SA	Edições Book.it, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	El Rosal Shopping, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Emfísico Boavista
Avenida M – 40, S.A.	Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Equador & Mendes, Lda
BA Business Angels, SGPS, SA	Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
BA Capital, SGPS, SA	Estação Viana – Centro Comercial, S.A.
BB Food Service, S.A.	Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.
Beralands BV	Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.	Farmácia Selecção, S.A.
BHW Beeskow Holzwerkstoffe	Fashion Division Canárias, SL
Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fashion Division, S.A.
Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Boavista Shopping Centre BV	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Frieengineering International Ltda
Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA	GHP GmbH
Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.	Glunz AG
Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.	Glunz Service GmbH
Change, SGPS, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd

## Anexo

### Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)

Glunz Uka GmbH	Loureshopping – Centro Comercial, S.A.
GMET, ACE	Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	Luz del Tajo B.V.
Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.	Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.
Harvey Dos Iberica, S.L.	Maiashopping – Centro Comercial, S.A.
Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda	Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
HighDome PCC Limited	Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda
Iberian Assets, S.A.	Marcas MC, ZRT
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marina de Tróia S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda
Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imobiliária da Cacela, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda
Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS Africa SGPS, S.A.
Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Consultores, S.A.
Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.	MDS Malta Holding Limited
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS SGPS, SA
Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA
Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.	Megantic BV
Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.	Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Imosonae II	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	Modelo Continente Intenational Trade, SA
Infocfield – Informática, S.A.	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Infratroia, EM	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Inparvi SGPS, S.A.	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Integrum - Energia, SA	Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	Munster Arkaden, BV
Integrum Martim Longo - Energia, S.A.	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Nova Equador Internacional, Ag Viag T, Ld
Isoroy SAS	Nova Equador P.C.O. e Eventos
La Farga – Shopping Center, SL	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Laminate Park GmbH Co. KG	OSB Deustchland GmbH
Larim Corretora de Resseguros Ltda	PantheonPlaza BV
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Pareuro, BV
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Libra Serviços, Lda.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Parque Principado SL	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra Spain 2 B.V.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra Spain 6 B.V.
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra Spain 7 B.V.
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Project Sierra Three Srl
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra Two Srl
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Plaza Éboli B.V.	Quorum Corretora de seguros LT
Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	RASO - Viagens e Turismo, S.A.
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	RASO, SGPS, S.A.
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Plaza Mayor Shopping BV	River Plaza Mall, Srl
Plaza Mayor Shopping, SA	River Plaza, BV
Ploi Mall BV	Rochester Real Estate, Limited
Plysorol, BV	RSI Corretora de Seguros Ltda
Poliface North America	S.C. Microcom Doi Srl
PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	SC – Consultadoria, S.A.
Praedium – Serviços, S.A.	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	SC Aegean B.V.
Praedium SGPS, S.A.	SC Assets SGPS, S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	SC Finance BV
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	SC Mediterraneum Cosmos B.V.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	SC, SGPS, SA
Pridelease Investments, Ltd	SCS Beheer, BV
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Selfrio,SGPS, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project 4, Srl	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project SC 1 BV	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project SC 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra 2 B.V.	Shopping Penha B.V.
Project Sierra 6 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra 7 BV	SIAL Participações Ltda
Project Sierra 8 BV	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Four, SA	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Sierra Corporate Services Holland, BV

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Sierra Development Greece, S.A.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Sonae Indústria - SGPS, S.A.
Sierra Developments Holding B.V.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra Developments Romania, Srl	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Developments Spain - Prom.C.Com.SL	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae RE, S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Retalho Espana - Servicios Gen., S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Turismo - SGPS, S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonaegest - Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management Germany GmbH	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management Greece S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sontel BV
Sierra Management Romania, Srl	Sontur BV
Sierra Management Spain - Gestión C.Com.S.A.	Sonvecap BV
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sopair, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sotáqua - Soc. de Empreendimentos Turist
SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Spanboard Products, Ltd
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl
SISTAVAC, S.A.	Spinarc - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
SKK - Central de Distr., S.A.	Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A.
SKK SRL	Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sport Retalho Espanha - Servicios Gen., S.A.
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sport Zone - Comércio Art.Desporto, S.A.
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sport Zone - Turquia
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Sociloures - Soc.Imobiliária, S.A.	Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte,SA
Soconstrução BV	Spred, SGPS, SA
Sodesa, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Soflorin, BV	Tableros Tradema, S.L.
Soira - Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Solinca - Health and Fitness, SA	Tafibra South Africa
Solinca - Investimentos Turísticos, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Tafisa - Tableros de Fibras, S.A.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafisa Canadá Societé en Commandite
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tafisa France, S.A.
Soltroia - Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Somit Imobiliária	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tarkett Agepan Laminat Flooring SCS
Sonae Capital Brasil, Lda	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tlantic Portugal - Sist. de Informação, S.A.
Sonae Center Serviços, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tool GmbH	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.	Vistas do Freixo, SA
TP – Sociedade Térmica, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Troia Market, S.A.	Weierstadt Shopping BV
Tróia Natura, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Worten Canárias, SL
Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Worten España, S.A.
Unishopping Administradora Ltda.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	Zippy Turquia
Valecenter Srl	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Valor N, S.A.	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.
Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.	

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

## Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Títulos detidos pelos membros dos Órgãos de Administração e respetivas transações durante o exercício de 2012

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 dezembro 2012
						Quantidade
<b>Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						584.562
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	229.329	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						440.070
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	147.984	0,00			
<b>Miguel Nuno Santos Almeida</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						127.168
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	67.715	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						138.779 a)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	67.971	0,00			
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo</b>						
Efanor Investimentos, SGPS, SA <sup>(1)</sup>						1
Linhacom, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						99.996
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						-
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	48.884	0,00			
Alienação	21.05.2012			48.884	0,398	
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						170 b)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	49.069	0,00			
Alienação	21.05.2012			49.069	1,120	
<b>António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						130.077
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	59.848	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						61.937
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	60.074	0,00			
Sale Acquisition	02.04.2012			80.000	1,206	
Acquisition	02.04.2012	56.232	1,25			
<b>Paulo Joaquim Santos Plácido</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						10.000
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						115.258
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	21.396	0,00			
	27.12.2012	15.969	0,00			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	28.072	0,00			
<b>José Manuel Pinto Correia</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						3.905
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						219.870
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	54.446	0,125			
	27.12.2012	41.562	0,154			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	2.394	0,114			

## Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 dezembro 2012
						Quantidade
<b>Ana Paula Garrido Pina Marques</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						11.000 b)
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						96.855 c)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	30.202	0,00			
	27.12.2012	23.306	0,00			
	27.12.2012	15.106	0,154			d)
<b>David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves</b>						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						11.141 e)
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						169.754 f)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	49.306	0,00			
	27.12.2012	37.015	0,00			
	27.12.2012	3.962	0,154			d)
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	8.615	0,00			
<b>Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes</b>						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						25.264
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	34.149	0,00			
	27.12.2012	25.264	0,00			
Alienação	30.03.2012			49.687	1,202	

a) Este saldo inclui 90 ações detidas pelo cônjuge.

b) Ações detidas pelo cônjuge.

c) Este saldo inclui 23.063 ações detidas pelo cônjuge.

d) Ações atribuídas ao cônjuge.

e) Este saldo inclui 6.141 ações detidas pelo cônjuge.

f) Este saldo inclui 10.805 ações detidas pelo cônjuge.

## Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

### Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 dezembro 2012
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						200.100.000
Aquisição	10.05.2012	77.700.000	0,400			
Pareuro, BV <sup>(2)</sup>						2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						849.533.095
Alienação	28.03.2012			10.016.905	0,456	
Alienação	10.05.2012			77.700.000	0,400	
(3) Linhacom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA <sup>(4)</sup>						150.000
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						439.314
Aquisição	21.05.2012	48.884	0,398			
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						120.300
Aquisição	21.05.2012	49.069	1,120			
(4) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA <sup>(5)</sup>						4.105.280
(5) Sonae, SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						3.430.000
Aquisição	31.05.2012	88.500	1,1322			
Aquisição	01.06.2012	128.156	1,1322			
Aquisição	04.06.2012	345.787	1,1364			
Aquisição	05.06.2012	221.562	1,1446			
Aquisição	06.06.2012	169.757	1,1423			
Aquisição	04.06.2012	89.743	1,1417			
Aquisição	08.06.2012	230.740	1,1596			
Aquisição	11.06.2012	273.039	1,1629			
Aquisição	12.06.2012	75.000	1,1697			
Aquisição	13.06.2012	55.368	1,1741			
Aquisição	11.06.2012	190.000	1,1867			
Aquisição	12.06.2012	175.546	1,1889			
Aquisição	13.06.2012	12.600	1,1817			
Aquisição	14.06.2012	33.199	1,1728			
Aquisição	15.06.2012	274.564	1,1875			
Aquisição	21.06.2012	214.086	1,2277			
Aquisição	22.06.2012	12.800	1,2602			
Aquisição	25.06.2012	18.545	1,2789			
Aquisição	26.06.2012	31.000	1,2835			
Aquisição	27.06.2012	61.000	1,2939			
Aquisição	25.06.2012	15.000	1,2904			
Aquisição	26.06.2012	19.500	1,285			
Aquisição	27.06.2012	15.008	1,2912			
Aquisição	28.06.2012	29.500	1,2938			
Sonae Investments BV <sup>(6)</sup>						2.894.000
Sontel BV <sup>(7)</sup>						32.745

## Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 dezembro 2012
						Quantidade
(6) Sonae Investments BV						
Sontel BV(7)						43.655
(7) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA <sup>(8)</sup>						194.063.119
(8) Sonaecom, SGPS, SA						4.321.038
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012			4.686.986	0,00	
Aquisição	Mar-12	722.271	1,223			
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	30.03.2012			59.956	0,00	
Aquisição	Abr-12	1.026.829	1,219			
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	17.05.2012			81.292	0,00	
Aquisição	Mai-12	931.725	1,176			
Aquisição	Ago-12	127.401	1,907			
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	27.12.2012			2.704.154	0,00	

## Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

### Notas:

	Número de ações em 31 dezembro 2012
<b>Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)</b>	
Sonae, SGPS, SA	200.100.000
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
<b>Pareuro, BV</b>	
Sonae, SGPS, SA	849.533.095
<b>Sonae, SGPS, SA</b>	
Sonaecom, SGPS, SA	3.430.000
Sonae Investments BV	2.894.000
Sontel BV	32.745
<b>Sonae Investments BV</b>	
Sontel BV	43.655
<b>Sontel BV</b>	
Sonaecom, SGPS, SA	194.063.119
<b>Atlas Services Belgium, S.A.</b>	
Sonaecom, SGPS, SA	73.249.374
<b>Sonaecom, SGPS, SA</b>	
OPTIMUS - SGPS, S.A.	115.000.000

(1) Ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, SA pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.

**Relatório e Contas  
Junho 2013**

**OPTIMUS, SGPS, S.A.**

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Balanços

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Notas	junho 2013 (não auditado)	junho 2012 (não auditado)	dezembro 2012
<b>ATIVO</b>				
Ativos não correntes:				
Investimentos em empresas do grupo	1.a) e 2	898.609.049	203.609.049	898.609.049
Outros ativos não correntes	1.a), 1.b), 3, 4 e 13	518.421.517	571.951.517	591.786.517
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.417.030.566</b>	<b>775.560.566</b>	<b>1.490.395.566</b>
Ativos correntes:				
Outras dívidas de terceiros	1.c), 4 e 13	6.866.212	12.723	328.808
Outros ativos correntes	1.i), 4 e 13	3.032.919	20.258	3.884.287
Caixa e equivalentes de caixa	1.d), 4, 6 e 13	66.526.665	8.706.005	5.435.041
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>76.425.796</b>	<b>8.738.986</b>	<b>9.648.136</b>
<b>Total ativo</b>		<b>1.493.456.362</b>	<b>784.299.552</b>	<b>1.500.043.702</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital próprio:				
Capital social	7	115.000.000	11.490.000	115.000.000
Prestações acessórias	1.l)	144.630.000	38.630.000	144.630.000
Outras reservas	1.k)	693.170.092	97.681.761	689.171.761
Dividendos antecipados		-	-	(12.250.000)
Resultado líquido do período		43.219.594	26.146.571	40.948.331
<b>Total do capital próprio</b>		<b>996.019.686</b>	<b>173.948.332</b>	<b>977.500.092</b>
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.e), 4, 8.a) e 13	314.313.356	-	315.240.191
Provisões para outros riscos e encargos	1.g), 1.j) e 9	7.130	6.374	6.752
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>314.320.486</b>	<b>6.374</b>	<b>315.246.943</b>
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.e), 4, 8.b) e 13	176.435.056	-	204.087.203
Outras dívidas a terceiros	4 e 13	5.781.049	610.344.761	3.207.598
Outros passivos correntes	1.i) e 4	900.085	85	1.866
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>183.116.190</b>	<b>610.344.846</b>	<b>207.296.667</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.493.456.362</b>	<b>784.299.552</b>	<b>1.500.043.702</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Notas	junho 2013 (não auditado)	junho 2012 (não auditado)	dezembro 2012
Fornecimentos e serviços externos	10 e 13	(939.148)	(7.032)	(19.908)
Outros custos operacionais		(10)	(8)	(12)
		<b>(939.158)</b>	<b>(7.040)</b>	<b>(19.920)</b>
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	11	42.651.026	26.124.553	38.116.137
Outros custos financeiros	1.f), 1.m), 11 e 13	(13.244.351)	(206)	(7.253.393)
Outros proveitos financeiros	11 e 13	14.930.668	37.717	11.230.238
Resultados correntes		<b>43.398.185</b>	<b>26.155.024</b>	<b>42.073.062</b>
Imposto sobre o rendimento	1.h), 5 e 12	(178.591)	(8.453)	(1.124.731)
Resultado líquido do período		<b>43.219.594</b>	<b>26.146.571</b>	<b>40.948.331</b>
<b>Resultados por ação</b>	14			
Incluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,38	2,28	0,89
Diluídos		0,38	2,28	0,89
Excluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,38	2,28	0,89
Diluídos		0,38	2,28	0,89

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	junho 2013 (não auditado)	junho 2012 (não auditado)	dezembro 2012
Resultado líquido do período	43.219.594	26.146.571	40.948.331
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto	-	-	-
Rendimento integral do período	43.219.594	26.146.571	40.948.331

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012

	Capital social	Prestações accessórias	Prémios de emissão de acções	Reserva Legal	Outras Reservas	Reservas Total de reservas	Dividendos antecipados	Resultado Líquido	Total
<b>2013</b>									
Saldo em 31 de dezembro 2012	115.000.000	144.630.000	686.873.761	2.298.000	-	689.171.761	(12.250.000)	40.948.331	977.500.092
Aplicação do resultado líquido de 2012									
Transferência para reservas e dividendos antecipados	-	-	-	2.047.417	26.650.914	28.698.331	12.250.000	(40.948.331)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(24.700.000)	(24.700.000)	-	-	(24.700.000)
Rendimento integral do período findo em 30 de junho de 2013	-	-	-	-	-	-	-	43.219.594	43.219.594
<b>Saldo em 30 junho 2013</b>	<b>115.000.000</b>	<b>144.630.000</b>	<b>686.873.761</b>	<b>4.345.417</b>	<b>1.950.914</b>	<b>693.170.092</b>	<b>-</b>	<b>43.219.594</b>	<b>996.019.686</b>

	Capital social	Prestações accessórias	Prémios de emissão de acções	Reserva Legal	Outras Reservas	Reservas Total de reservas	Dividendos antecipados	Resultado Líquido	Total
<b>2012</b>									
Saldo em 31 de dezembro 2011	11.490.000	38.630.000	95.383.761	2.298.000	17.450.273	115.132.034	-	(15.347)	165.236.687
Aplicação do resultado líquido de 2011	-	-	-	-	(15.347)	(15.347)	-	15.347	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(17.434.926)	(17.434.926)	-	-	(17.434.926)
Rendimento integral do período findo em 30 de junho de 2012	-	-	-	-	-	-	-	26.146.571	26.146.571
<b>Saldo em 30 junho 2012</b>	<b>11.490.000</b>	<b>38.630.000</b>	<b>95.383.761</b>	<b>2.298.000</b>	<b>-</b>	<b>97.681.761</b>	<b>-</b>	<b>26.146.571</b>	<b>173.948.332</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ana Paula Garrido Pina Marques

José Manuel Pinto Correia

Miguel Nuno Santos Almeida

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Paulo Joaquim Santos Plácido

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012

	junho 2013 (não auditado)	junho 2012 (não auditado)
Atividades operacionais		
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(3.896)	(4.335)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(52.171)	(12.426)
Fluxo das atividades operacionais (1)	(56.067)	(16.761)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	9.255.031	17.549
Empréstimos concedidos	73.365.000	-
Dividendos recebidos	42.651.026	26.124.553
Fluxos das atividades de investimento (2)	125.271.057	26.142.102
Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(9.978.366)	(267)
Dividendos	(24.700.000)	(17.434.926)
Empréstimos obtidos	(29.445.000)	-
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(64.123.366)	(17.435.193)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	61.091.624	8.690.148
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.435.041	15.857
Caixa e seus equivalentes no final do período	66.526.665	8.706.005

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em euros)

### Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012

#### 1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	junho 2013	junho 2012
Depósitos à ordem	16.665	6.005
Aplicações de tesouraria	66.510.000	8.700.000
Caixa e seus equivalentes	66.526.665	8.706.005
Disponibilidades constantes do balanço	66.526.665	8.706.005

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes

Ana Paula Garrido Pina Marques

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves

Paulo Joaquim Santos Plácido

José Manuel Pinto Correia

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

A OPTIMUS - S.G.P.S., S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Optimus SGPS') foi constituída em 23 de fevereiro de 2000 e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia - Portugal. Tem como atividade principal a gestão de participações sociais no âmbito das telecomunicações móveis.

Em 27 de setembro de 2000, procedeu-se ao aumento de capital, ficando este representado por dez milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 14 de maio de 2010, procedeu-se a um outro aumento de capital, ficando este representado por onze milhões quatrocentos e noventa ações de valor unitário de 1 euro.

Em junho de 2012, a empresa adquiriu a totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Sonaecom, SGPS, S.A. e 100% do capital da Be Towering e da Per-mar à Optimus - Comunicações, S.A.

Em 28 de setembro de 2012, procedeu-se a novo aumento de capital em espécie, realizado pela participação de 64,14% da Optimus - Comunicações, S.A., ficando este representado por cento e quinze milhões de ações de valor unitário de 1 euro. Através deste aumento de capital em espécie, a empresa passou a deter 100% do capital social da Optimus - Comunicações, S.A..

Em 12 de outubro de 2012, a empresa alterou a denominação social de Sonae Telecom, SGPS, S.A. para OPTIMUS - SGPS, S.A..

A 14 de dezembro de 2012, a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), anunciaram publicamente terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus SGPS na Zon.

O referido projeto de fusão foi aprovado pela administração em 21 de janeiro de 2013 e em reunião extraordinária de acionistas em 7 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram

preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS'), tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 - 'Relato financeiro intercalar'.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2009, tal como definido pela IFRS 1 - 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Optimus SGPS, não existem diferenças entre os IAS/IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de junho de 2013:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b>	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)</b>	1-jan-12 (*)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b>	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b>	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
<b>IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)</b>	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	
<b>IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b>	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)</b> As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospetiva da IAS 20.	1-jan-13
<b>Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)</b> O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	1-jan-13
<b>Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)</b> As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	1-jan-13

(\*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda do IAS 12, uma entidade deverá aplicar a norma nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A adoção antecipada é contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)</b> A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	1-jan-13(**)
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b> Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-jan-13(**)
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b> Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-jan-13(**)

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b> Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13(**)
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b> O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13(**)
<b>IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)</b> A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14

(\*\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção do IFRS 10, 11 e 12 e as emendas ao IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2013.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da mesma.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b> Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
<b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)</b> Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	1-jan-14
<b>Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)</b> As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	1-jan-14
<b>Alterações ao IAS 39 (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)</b> O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	1-jan-14

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

Nome/interpretação	Data de eficácia (exercícios findos em ou após)
<b>IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades publicas a entidades que operam em mercados específicos)</b>	1-jan-14
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de junho de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 30 de junho de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registadas, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

Os 'Investimentos em empresas do grupo' encontram-se descritos na Nota 2.

#### b) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

##### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

##### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

##### (iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### **(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

### **c) Outras dívidas de terceiros**

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

### **d) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem,

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

### e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

### f) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

### g) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### h) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - 'Impostos sobre rendimento'.

O grupo Sonaecom é abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido

regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nomeadamente a Optimus SGPS.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 5).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

### i) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.g)).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

### j) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 5 e 9).

### k) Reservas

#### *Reserva legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### *Reservas de prémios de emissão de ações*

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### l) Prestações acessórias de capital

As prestações acessórias de capital correspondem a entradas de capital efetuadas pelos sócios, previstas no contrato de sociedade, nomeadamente quanto à forma de reembolso. As prestações acessórias não vencem juros.

### m) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um

ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

### n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ('adjusting events') são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ('non adjusting events'), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### o) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 incluem o registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a receber) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

### p) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

### Risco de mercado

#### a) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da empresa encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('natural hedge'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência

Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

### Risco de Crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa. A empresa recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### 2. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	% Participação	2013	% Participação	2012
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus')	100,00%	860.225.190	35,86%	165.225.190
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. (Be Artis')	100,00%	22.811.040	100,00%	22.811.040
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering')	100,00%	7.756.758	100,00%	7.756.758
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária')	100,00%	6.120.239	100,00%	6.120.239
Permar - Sociedade de Construções, S.A. ('Per-mar')	100,00%	1.695.822	100,00%	1.695.822
<b>Total de investimentos em empresas do Grupo</b>		<b>898.609.049</b>		<b>203.609.049</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, foram como segue:

Empresa	Saldo 31.12.2012	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30.06.2013
Optimus	860.225.190	-	-	-	860.225.190
Be Artis	22.811.040	-	-	-	22.811.040
Be Towering	7.756.758	-	-	-	7.756.758
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Per-Mar	1.695.822	-	-	-	1.695.822
	<b>898.609.049</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>898.609.049</b>

Empresa	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 30.06.2012
Optimus	165.225.190	-	-	-	165.225.190
Be Artis	-	22.811.040	-	-	22.811.040
Be Towering	-	7.756.758	-	-	7.756.758
Sontária	-	6.120.239	-	-	6.120.239
Per-Mar	-	1.695.822	-	-	1.695.822
	<b>165.225.190</b>	<b>38.383.859</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>203.609.049</b>

Em junho de 2012, a empresa adquiriu a totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Sonaecom, SGPS, S.A. e 100% do capital da Be Towering e da Per-mar à Optimus - Comunicações, S.A. As participações foram adquiridas por aproximadamente 456 milhões de euros, 9 milhões de euros, 142 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente, incluído partes de capital, empréstimos e prestações acessórias (Nota 3).

Em 28 de setembro de 2012, procedeu-se a novo aumento de capital em espécie, realizado pela entrada da participação de 64,14% da Optimus - Comunicações, S.A.. Através deste aumento de capital em espécie, a empresa passou a deter 100% do capital social da Optimus - Comunicações, S.A. (Nota 7).

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS), sobre as filiais detidas diretamente pela empresa, é como segue:

Empresa	Ativo	Capital próprio	Dívida bruta	Volume de negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado líquido
<b>2013</b>						
Optimus	780.650.453	468.046.227	28.695.441	342.797.114	64.201.079	26.566.021
Be Artis	476.144.915	47.868.097	388.550.635	82.456.670	50.107.063	(3.137.714)
Be Towering	163.076.745	27.071.643	112.532.488	15.346.058	7.870.988	889.952
Sontária	3.605.292	37.317	3.352.071	304.402	124.963	(12.521)
Per-Mar	1.814.244	1.274.910	495.347	136.706	42.681	6.875
<b>2012</b>						
Optimus	843.849.745	482.397.253	59.412.132	357.747.056	64.952.855	31.095.732
Be Artis	527.949.477	250.581.597	223.604.231	84.781.460	48.773.599	(419.549)
Be Towering	166.741.931	27.342.875	109.781.156	15.093.911	7.183.186	1.161.184
Sontária	3.599.774	56.968	3.313.304	313.154	103.044	(4.600)
Per-Mar	1.775.072	1.277.596	462.402	113.922	44.904	14.053

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### 3. Outros ativos não correntes

A 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	junho 2013	junho 2012
<b>Ativos financeiros</b>		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo:		
Be Artis	314.489.000	181.979.000
Be Towering	99.057.199	107.972.199
Optimus	22.850.000	-
Sontária	3.255.637	3.260.637
Per-Mar	493.000	463.000
	<b>440.144.836</b>	<b>293.674.836</b>
Prestações acessórias:		
Be Artis	50.945.811	250.945.811
Be Towering	26.121.691	26.121.691
Per-Mar	1.209.179	1.209.179
	<b>78.276.681</b>	<b>278.276.681</b>
	<b>518.421.517</b>	<b>571.951.517</b>

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo' foram os seguintes:

Empresa	Saldo 31.12.2012	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2013
Be Artis	381.594.000	15.450.000	(82.555.000)	314.489.000
Be Towering	105.267.199	-	(6.210.000)	99.057.199
Optimus	22.850.000	-	-	22.850.000
Sontária	3.300.637	5.000	(50.000)	3.255.637
Per-Mar	498.000	15.000	(20.000)	493.000
	<b>513.509.836</b>	<b>15.470.000</b>	<b>(88.835.000)</b>	<b>440.144.836</b>

Empresa	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2012
Be Artis	-	181.979.000	-	181.979.000
Be Towering	-	107.972.199	-	107.972.199
Optimus	-	-	-	-
Sontária	-	3.260.637	-	3.260.637
Per-Mar	-	463.000	-	463.000
	-	<b>293.674.836</b>	-	<b>293.674.836</b>

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

Empresa	Saldo 31.12.2012	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2013
Be Artis	50.945.811	-	-	50.945.811
Be Towering	26.121.691	-	-	26.121.691
Per-Mar	1.209.179	-	-	1.209.179
	78.276.681	-	-	78.276.681

Empresa	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2012
Be Artis	-	250.945.811	-	250.945.811
Be Towering	-	26.121.691	-	26.121.691
Per-Mar	-	1.209.179	-	1.209.179
	513.509.836	278.276.681	-	791.786.517

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, os aumentos de empréstimos e prestações acessórias devem-se à aquisição destas sociedades à Optimus e Sonaecom, SGPS, S.A., conforme descrito na nota 2.

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,72% (4,48% em 2012). As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

### 4. Classes de Investimentos financeiros

A 30 de junho de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros detidos pela empresa eram como segue:

	Empréstimos e contas a receber	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2013</b>					
Ativos não correntes:					
Outras ativos não correntes (Nota 3)	518.421.517	-	518.421.517	-	518.421.517
	518.421.517	-	518.421.517	-	518.421.517
Ativos correntes:					
Outras dívidas de terceiros (Nota 13)	6.863.358	-	6.863.358	2.854	6.866.212
Outros ativos correntes (Nota 13)	-	3.022.519	3.022.519	10.400	3.032.919
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	66.526.665	-	66.526.665	-	66.526.665
	73.390.023	3.022.519	76.412.542	13.254	76.425.796

	Empréstimos e contas a receber	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2012</b>					
Ativos não correntes:					
Outras ativos não correntes (Nota 3)	571.951.517	-	571.951.517	-	571.951.517
	571.951.517	-	571.951.517	-	571.951.517
Ativos correntes:					
Outras dívidas de terceiros (Nota 13)	2.393	-	2.393	10.330	12.723
Outros ativos correntes (Nota 13)	-	20.258	20.258	-	20.258
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	8.706.005	-	8.706.005	-	8.706.005
	8.708.398	20.258	8.728.656	10.330	8.738.986

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2013</b>					
Passivo não-corrente:					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 8)	314.313.356	-	314.313.356	-	314.313.356
	314.313.356	-	314.313.356	-	314.313.356
Passivo corrente:					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 8)	176.435.056	-	176.435.056	-	176.435.056
Outras dívidas a terceiros	-	5.583.052	5.583.052	197.997	5.781.049
Outros passivos correntes	-	900.085	900.085	-	900.085
	176.435.056	6.483.137	182.918.193	197.997	183.116.190

	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>2012</b>					
Passivo corrente:					
Outras dívidas a terceiros	610.336.686	-	610.336.686	8.075	610.344.761
Outros passivos correntes	-	85	85	-	85
	610.336.686	85	610.336.771	8.075	610.344.846

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Optimus SGPS que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

### 5. Impostos diferidos

Em 30 de junho de 2013 e 2012, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados ou desreconhecidos tendo sempre em consideração a extensão do montante em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se no último plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, periodicamente revisto e atualizado.

Em 30 de junho de 2013, a empresa tinha 1.789 euros de impostos diferidos ativos não registados, relativos a provisões e perdas por imparidade referentes aos anos de 2009, 2010 e 2013.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	43.398.185	26.155.024
Imposto 25%	(10.849.546)	(6.538.756)
Derrama e correcção do imposto do ano anterior	8.576	(457)
Provisão para impostos (Nota 9)	(378)	(378)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	10.662.757	6.531.138
Impostos registados no período	(178.591)	(8.453)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2013 e 2012 são relativos a dividendos recebidos (Nota 11), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2013	2012
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16.665	6.005
Aplicações de tesouraria	66.510.000	8.700.000
	66.526.665	8.706.005

Em 30 de junho de 2013 a rubrica 'Aplicações de tesouraria' corresponde a aplicações na Be Artis (53.610.000 euros), Be Towering (12.820.000 euros) e Sontária (80.000 euros). Em 30 de junho de 2012, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' corresponde a aplicações bancárias de curto prazo.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, venceram juros a uma taxa média de 5,72% e 2,26%, respetivamente.

### 7. Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o capital social da empresa estava representado, respetivamente, por 115.000.000 e 11.490.000 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sonaecom, S.G.P.S., S.A.	115.000.000	100%	11.490.000	100%
	115.000.000	100%	11.490.000	100%

A totalidade das ações que representam o capital social da empresa corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

Em 28 de setembro de 2012, procedeu-se a um aumento de capital em espécie, realizado pela entrada da participação de 64,14% da Optimus - Comunicações, S.A. no montante de 695.000.000 euros (Nota 2). Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital resultantes deste aumento durante o exercício de 2012, foram como segue:

	Saldo 31.12.2011	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.2012
Capital social	11.490.000	103.510.000	-	115.000.000
Prémios de emissão de ações	95.383.761	591.490.000	-	686.873.761
	106.873.761	695.000.000	-	801.873.761

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, foram distribuídos ao acionista dividendos no montante de 24.700.000 euros.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### 8. Empréstimos

Em 30 de junho de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

#### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Empresa	Denominação	Montante utilizado	
		2013	2012
Sonaecom, SGPS	Suprimentos	312.850.000	-
	Juros corridos e não vencidos	1.463.356	-
		<b>314.313.356</b>	-

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, os suprimentos venceram juros a uma taxa média de 5,62%.

#### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Empresa	Denominação	Montante utilizado	
		2013	2012
Sonaecom, SGPS	Aplicações de tesouraria	105.325.000	-
Optimus Comunicações, SA	Aplicações de tesouraria	68.800.000	-
Per-Mar, Sociedade de Construções, SA	Aplicações de tesouraria	105.000	-
	Juros corridos e não vencidos	2.205.056	-
		<b>176.435.056</b>	-

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 4,65%.

### 9. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
<b>2013</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	6.752	378	7.130
	6.752	378	7.130
<b>2012</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	5.996	378	6.374
	5.996	378	6.374

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' encontra-se registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 12).

### 10. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Trabalhos especializados	907.794	7.007
Honorários	30.750	-
Outros	604	25
	<b>939.148</b>	<b>7.032</b>

Em 30 de junho de 2013 a rubrica 'Trabalhos especializados' reflete predominantemente o impacto dos custos relacionados com o processo de consolidação, que compreende a fusão entre a Optimus e ZON (Nota Introdutória), no montante de 900.000 euros.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### 11. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

	2013	2012
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Ganhos relativos a empresas do grupo	42.651.026	26.124.553
	42.651.026	26.124.553
Outros custos financeiros:		
Juros suportados (empréstimos) (Nota 13)	(13.243.651)	40
Outros	(700)	(246)
	(13.244.351)	(206)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos (Nota 13)	14.930.668	37.717
	14.930.668	37.717

No período findo em 30 de junho de 2013, a rubrica 'Ganhos relativos a empresas do grupo' corresponde à distribuição de dividendos pelas participadas Optimus – Comunicações, S.A., Be Artis e Be Towering.

### 12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é composto como se segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Imposto corrente	(178.213)	(8.075)
Provisão para impostos (Nota 9)	(378)	(378)
	(178.591)	(8.453)

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### 13. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional da empresa, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas, durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, foram os seguintes:

Saldos a 30 de junho de 2013					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 6)	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos) (Notas 3 e 8)
<b>Empresa mãe</b>					
Sonaecom SGPS	-	5.581.764	-	-	(421.412.197)
<b>Subsidiárias</b>					
Be Artis	4.962.053	88	53.610.000	2.239.663	314.489.000
Be Towering	1.512.664	-	12.820.000	655.289	99.057.199
Optimus	333.821	1.200	-	108.785	(46.380.473)
Per-Mar	7.202	-	-	2.347	387.258
Sontária	47.617	-	80.000	16.435	3.255.637
	<b>6.863.358</b>	<b>5.583.052</b>	<b>66.510.000</b>	<b>3.022.519</b>	<b>(50.603.576)</b>

Saldos a 30 de junho de 2012					
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 6)	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos) (Notas 3 e 8)
<b>Empresa mãe</b>					
Sonaecom SGPS	2.393	465.116.727	-	20.244	-
<b>Subsidiárias</b>					
Be Artis	-	120	-	-	181.979.000
Be Towering	-	-	-	-	107.972.199
Optimus	-	145.219.839	-	-	-
Per-Mar	-	-	-	-	463.000
Sontária	-	-	-	-	3.260.637
	<b>2.393</b>	<b>610.336.686</b>	<b>-</b>	<b>20.244</b>	<b>293.674.836</b>

Transações a 30 de junho de 2013			
	Fornecimento e serviços externos (Nota 10)		Juros obtidos / (suportados) (Nota 11)
<b>Empresa mãe</b>			
Sonaecom SGPS	-	-	(12.163.749)
<b>Subsidiárias</b>			
Be Artis	593	-	10.950.666
Be Towering	-	-	3.213.345
Optimus	7.202	-	(421.853)
Per-Mar	-	-	13.146
Sontária	-	-	95.378
	<b>7.794</b>	<b>-</b>	<b>1.686.932</b>

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

	Transações a 30 de junho de 2012	
	Fornecimento e serviços externos (Nota 10)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 11)
Empresa mãe		
Sonaecom SGPS	-	20.369
Subsidiárias		
Be Artis	728	-
Optimus	6.279	-
	<u>7.007</u>	<u>20.369</u>

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de junho de 2013, a empresa recebeu dividendos das participadas Optimus – Comunicações, S.A., Be Artis e Be Towering no montante de 40.036.544,86 euros, 1.423.231,11 euros e 1.191.249,95 euros, respetivamente.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas da empresa é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 14. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (43.219.594 euros em 2013 e 26.146.571 euros em 2012) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (115.000.000 em 2013 e 11.490.000 em 2012).

### 15. Outros assuntos

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012 (Nota introdutória), entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Em 21 de janeiro de 2013, foi anunciado, pelas administrações da Optimus SGPS e da Zon, a aprovação do respetivo projeto de fusão, estando este condicionado ainda à aprovação por parte dos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais.

Em 7 de março de 2013, a Sonaecom, em nome da subsidiária Optimus, informou que o projeto de fusão por incorporação entre a Optimus SGPS e a Zon, datado de 21 de janeiro de 2013, e respetivos anexos, foram aprovados em reunião extraordinária de acionistas.

Em 18 de abril de 2013, a CMVM autorizou o pedido de derrogação de dever de lançamento de uma OPA na fusão entre a Optimus e a Zon.

Não obstante, a implementação da fusão continua ainda condicionada à não oposição da Autoridade da Concorrência, e ao cumprimento de formalidades administrativas e jurídicas aplicáveis e necessárias à conclusão da fusão, de acordo com a legislação e os termos previsto no projeto de fusão.

## Anexo às demonstrações financeiras da OPTIMUS - SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2013 e 2012  
(Montantes expressos em euros)

### 16. Eventos subsequentes

#### Anúncio de acordo sobre compromissos estabelecidos com Autoridade da Concorrência

No âmbito da operação de concentração que compreende a fusão entre a Optimus, SGPS, S.A. e a ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., a Sonaecom anunciou no dia 2 de julho de 2013 que as notificantes acordaram assumir um conjunto de compromissos com o objetivo de eliminar todas as preocupações identificadas e que lhes foram transmitidas pela Autoridade da Concorrência no âmbito da análise da referida operação de concentração. Por decisão da Autoridade da Concorrência, esses compromissos foram submetidos à apreciação dos contrainteressados.

#### Divulgação de compromissos propostos pela Autoridade da Concorrência

Em 12 de julho de 2013, em cumprimento de solicitação da CMVM, a Sonaecom divulgou ao mercado os compromissos assumidos entre as empresas notificantes, Optimus, SGPS, S.A. e ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Estes compromissos, objeto de apreciação pelos contrainteressados, só serão definitivos quando vertidos para uma decisão da Autoridade da Concorrência.

- a) Assegurar que a Optimus prorroga o prazo de vigência do Contrato de partilha recíproca de rede entre a Optimus S.A. e a Vodafone Portugal;
- b) Assegurar que a Optimus modifica o Contrato de partilha recíproca de rede entre a Optimus S.A. e a Vodafone Portugal no sentido da não aplicação de limitação de responsabilidade em caso de Resolução injustificada ou de Resolução justificada por motivo que lhe seja imputável;
- c) Assegurar que a Optimus, durante um determinado período de tempo, não cobrará aos seus clientes de serviço *triple play* sobre a rede Optimus o pagamento dos montantes devidos por cláusulas de fidelização em vigor, em caso de pedido de desligamento;
- d) Assegurar que a Optimus estará aberta a negociações, durante um período de tempo, com um terceiro que lho solicite um contrato que permita o acesso grossista à sua rede de fibra; e
- e) Assegurar que a Optimus apresentará e negociará com a Vodafone, durante um determinado período de tempo, um contrato de opção de compra da sua rede de fibra.

#### Optimus ganha concurso para o Serviço Universal (SU) nas regiões do norte e centro de Portugal

Em 18 de julho de 2013, na sequência de uma reunião do Conselho de Ministros, foi anunciado que a subsidiária Optimus ganhou o Serviço Universal para as regiões do norte e centro de Portugal. A ZON ganhou o SU para as regiões do sul de Portugal e ilhas. Após a formalização da adjudicação e assinatura do contrato, válido por um período de 5 anos, a Optimus terá 180 dias para proceder ao lançamento da sua oferta comercial.

É de notar que a atribuição formal do SU dependerá da conclusão do processo de revogação do contrato de concessão à Portugal Telecom.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 24 de julho de 2013.

## Anexo

A 30 junho de 2013, as partes relacionadas da empresa, são como segue:

Pessoal chave gerência - Optimus SGPS	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes
Ana Paula Garrido Pina Marques	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha de Gama Lobo Xavier	Miguel Nuno Santos Almeida
David Pedro de Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim Santos Plácido
José Manuel Pinto Correia	

Pessoal chave gerência - Sonaecom / Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Álvaro Cuervo Garcia	Franck Emmanuel Dangeard
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Neves Adelino
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Pinto Correia
António de Sampaio e Mello	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
Belmiro de Azevedo	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon
Christine Cross	Miguel Nuno Santos Almeida
David Charles Denholm Hobley	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Rui José Silva Goncalves Paiva

Empresas do Grupo Sonaecom	
Be Artis – Conceção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonaecom BV
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom, SGPS, S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaetelecom BV
Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação,S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Lugares Virtuais, S.A.	SSI Angola, S.A.
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
OPTIMUS - SGPS, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Praesidium Services Limited	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Público – Comunicação Social, S.A.	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.	WeDo Technologies BV
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
	ZOPT, SGPS, S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Adlands B.V.	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Aegean Park, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Cooper Gay Swett & Crawford Lt
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Craiova Mall BV
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Darbo S.A.S
ALEXA Administration GmbH	Deutsche Industrieholz GmbH
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Discovery Sports, SA
ALEXA Holding GmbH	Dortmund Tower GmbH
ALEXA Shopping Centre GmbH	Dos Mares – Shopping Centre B.V.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Dos Mares – Shopping Centre, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Ecociclo II
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	El Rosal Shopping, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Emfísico Boavista
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Equador & Mendes, Lda
Avenida M – 40 B.V.	Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Estação Viana – Centro Comercial, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Farmácia Seleção, S.A.
BA Capital, SGPS, SA	Fashion Division Canárias, SL
Beralands BV	Fashion Division, S.A.
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
BHW Beeskow Holzwerkstoffe	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.	Frieengineering International Ltda
Boavista Shopping Centre BV	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.	GHP GmbH
Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA	Glunz AG
Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.	Glunz Service GmbH
Centro Residencial da Maia,Urbán., S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.	Glunz Uka GmbH
Change, SGPS, S.A.	GMET, ACE
Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Cinclus Imobiliária, S.A.	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda	Maiashopping – Centro Comercial, S.A.
HighDome PCC Limited	Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
Iberian Assets, S.A.	Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marcas MC, ZRT
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marina de Tróia S.A.
Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.	Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda
Imobiliária da Cacela, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda
Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Africa SGPS, S.A.
Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Consultores, S.A.
Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS Malta Holding Limited
Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS SGPS, SA
Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.	MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA
Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.	Megantic BV
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.	Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Imosonae II	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	Modelo Continente Intenational Trade, SA
Infofield – Informática, S.A.	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Infratroia, EM	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Inparvi SGPS, S.A.	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Integrum - Energia, SA	Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	Munster Arkaden, BV
Integrum Martim Longo - Energia, S.A.	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T, Ld
Isoroy SAS	Nova Equador P.C.O. e Eventos
La Farga – Shopping Center, SL	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Laminate Park GmbH Co. KG	OSB Deustchland GmbH
Land Retail B.V.	PantheonPlaza BV
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Pareuro, BV
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Parque D. Pedro 1 B.V.
Libra Serviços, Lda.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Parque Principado SL
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
Luz del Tajo B.V.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra Three Srl
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra Two Srl
Pátio Sertório Shopping Ltda	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Prosa - Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A.	Puravida - Viagens e Turismo, S.A.
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda	RASO - Viagens e Turismo, S.A.
Plaza Éboli B.V.	RASO, SGPS, S.A.
Plaza Éboli - Centro Comercial S.A.	Rio Sul - Centro Comercial, S.A.
Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	River Plaza Mall, Srl
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	River Plaza, BV
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Rochester Real Estate, Limited
Plaza Mayor Shopping BV	RSI Corretora de Seguros Ltda
Plaza Mayor Shopping, SA	S.C. Microcom Doi Srl
Ploi Mall BV	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A.
Plysorol, BV	SC - Consultadoria, S.A.
Poliface North America	SC - Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA	SC Aegean B.V.
Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.	SC Assets SGPS, S.A.
Praedium - Serviços, S.A.	SC Finance BV
Praedium II - Imobiliária, S.A.	SC Mediterraneum Cosmos B.V.
Praedium SGPS, S.A.	SC, SGPS, SA
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	SCS Beheer, BV
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	SDSR - Sports Division 2, S.A.
Predisedas - Predial das Sedas, S.A.	Selfrio,SGPS, S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Selifa - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Proj. Sierra Germany 4 (four) - Sh.C.GmbH	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) - Sh.C.GmbH	Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Proj.Sierra Italy 1 - Shop.Centre Srl	Serra Shopping - Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra Italy 5 - Dev. Of Sh.C.Srl	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A.
Project SC 1 BV	Sete e Meio Herdades - Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project SC 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra 2 B.V.	Shopping Penha B.V.
Project Sierra 6 BV	Siaf - Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra 7 BV	SIAL Participações Ltda
Project Sierra 8 BV	Sierra Asia Limited
Project Sierra 9 BV	Sierra Asset Management - Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Four, SA	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Development Greece, S.A.
Project Sierra Spain 2 - Centro Comer. S.A.	Sierra Developments Germany GmbH
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Developments Holding B.V.
Project Sierra Spain 3 - Centro Comer. S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Developments Romania, Srl
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Developments Spain - Prom.C.Com.SL
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Developments, SGPS, S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Sierra Enplanta Ltda	Sonae SGPS, S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Italy Holding B.V.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sontel BV
Sierra Management Romania, Srl	Sontur BV
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonvecap BV
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sopair, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Spanboard Products, Ltd
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
SISTAVAC, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
SKK – Central de Distr., S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
SKK SRL	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sport Retalho Espanha – Servicios Gen., S.A.
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sport Zone – Turquia
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte,SA
Soconstrução BV	Spred, SGPS, SA
Sodesa, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Soflorin, BV	Tableros Tradema, S.L.
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Solinca - Health and Fitness, SA	Tafibra South Africa
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafisa Canadá Societé en Commandite
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tafisa France, S.A.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Somit Imobiliária	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tarkett Agepan Laminat Flooring SCS
Sonae Capital Brasil, Lda	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Center II S.A.	TLANTIC B.V.
Sonae Center Serviços, S.A.	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tool GmbH
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Torre Ocidente Imobiliária, S.A.
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Troia Market, S.A.
Sonae RE, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.

## Anexo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor (continuação)	
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo, SA	Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA. Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

